



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ALBERTH ALVES RODRIGUES

**O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE TEÓFILO
OTONI: uma aproximação à configuração histórica da “questão
agrária” no Brasil**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORIANÓPOLIS

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Alberth Alves Rodrigues

**O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE TEÓFILO
OTONI: uma aproximação à configuração histórica da “questão
agrária” no Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Área de Concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social.
Linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.

**Florianópolis
2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues , Alberth Alves

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni-MG [dissertação] : uma aproximação à configuração histórica da "questão agrária" no Brasil / Alberth Alves Rodrigues ; orientador, Ricardo Lara - Florianópolis, SC, 2013. 212 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Serviço Social . 3. "Questão Agrária". 4. Sindicato de Trabalhadores Rurais . I. Lara, Ricardo . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

A meu pai Álvaro: pela inteligência,
sensatez e estímulo cativantes;

A minha mãe Vera Lúcia: pela
humildade e persistente luta, que tanto
me inspiraram;

Aos irmãos: Diogo e Águeda, por
compartilharem comigo os dons da
bondade e persistência;

Ao gênero humano, pela minha
existência e pelo conhecimento a mim
disponibilizados.

AGRADECIMENTOS

“Não basta ter belos sonhos para realizá-los. Mas ninguém realiza grandes obras, se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar nosso destino se nos dedicarmos à luta pela realização dos nossos ideais. É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de examinar com atenção a vista real, de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia. SONHOS, ACREDITE NELES!” (Lênin)

Enquanto sempre considerei a graduação enquanto obrigação, o meu grande sonho sempre residiu em, após a concluí-la, avançar ao mestrado. Ambos os desejos estão na eminência de serem realizados, graças aos milhões de brasileiros que arcaram com a minha formação em “Técnico em Agropecuária”, em 2001; “Bacharelado em Serviço Social”, em 2010 e com a minha potencial “Titulação de Mestre”, neste ano de 2013. O ensino público foi sempre a minha fortaleza, diante dos poucos recursos financeiros. Nestes termos, para além da perspectiva crítica a qual me filio, tenho prática e teoricamente uma agenda de lutas e sonhos a serem buscados para a classe que mais contribuiu à minha formação e à qual faço parte: a classe trabalhadora.

Durante esta longa caminhada são inúmeras os amigos que se colocaram a mim enquanto imprescindíveis, diante dos momentos de animação, de desânimo e cansaço. Se a “política” e “cordialidade” mineiras são tão conhecidas, devo dizer que, sem citar os inúmeros nomes a seguir esta dissertação se tornaria, para mim, muito triste e sem graça.

Assim, recorro de forma muito especial dos colegas da EMATER-MG: Adma, Valdênio, Idalmar e Heitor. Durante a graduação em Serviço Social: Taisinha, Cristina, Juliana e Tchuca foram maravilhosas. Durante o curto, mas intenso período do mestrado, considero o equilíbrio e bondade de Nínive e Maria Alice; a camaradagem de Alcides e Marina; o carinho de Maria José; a presteza de Claudemir e Shá e a franqueza de Carol - as bases para suportar estes tempos, mas maravilhosos dois anos de curso. Lélica, para mim uma irmã; uma maravilhosa irmã! Contraindo-se à distância de mais de 2000 km, a lembrança de pessoas como Diu, Ednardo, Rose e Pedro sempre os tornou para mim presentes e fundamentais. João Carlos é a figura da serenidade e seriedade a quem sempre recorro nos momentos de empolgação e de desânimo. Obrigado pelo apoio de sempre, amigo.

A todos os colegas do Núcleo de Estudos de Trabalho e Gênero, NETEG, muito obrigado pelo convívio durante o esforço coletivo

empreendido para a compreensão dos densos e importantes textos da tradição marxista.

De forma especial agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Hélder Boska, Beatriz Paiva, Helenara Fagundes, Ivete Simionatto, Simone Sobral, Ricardo Lara) tanto pelo auxílio mediante as disciplinas ministradas quanto pelo árduo esforço devotado em todos os instantes ao referido programa.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação (Profa Sirlândia Schappo e Profa Beatriz Paiva) e de defesa (Profa Raquel Santana, Profa Sirlândia Schappo e Profa Beatriz Paiva), saibam que suas sugestões foram cruciais para que este trabalho tenha se concretizado. Agradeço e devo muito a vocês por isto.

Com relação ao Prof. Ricardo Lara, a sua contribuição foi absolutamente decisiva. Devo agradecê-lo pelas várias reuniões de orientação, respeito e paciência. Respeito à minha opinião por vezes divergente, à minha intransigência diante de assuntos complexos e paciência com a minha imaturidade intelectual. Apesar de o professor ter seus estudos dedicados ao campo do “sindicalismo”, não mediu esforços para entender e me orientar também em aspectos relativos ao meio rural, o foco maior desta pesquisa. Aliás, um dos privilégios de quem é ligado ao Serviço Social é justamente poder se embrenhar em todas as áreas onde o capital promove seus desserviços, inclusive o rural.

Todos os aqui lembrados, e outros muitos, foram peças fundamentais para que eu edificasse esse meu sonho. Sabendo que não é possível agradecê-los à altura que merecem, posso desejá-los a felicidade, tal como enunciado no poema seguinte:

“Gostaria de te desejar tantas coisas.

Mas nada seria suficiente

Então, desejo apenas que você tenha muitos desejos.

Desejos grandes.

E que eles possam te mover a cada minuto, ao rumo da sua felicidade!”

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

RODRIGUES, Alberth Alves (2013). O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni: uma aproximação à configuração histórica da “questão agrária” no Brasil. 2013. 212p. Dissertação (Dissertação em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr. Florianópolis, 2013.

O presente trabalho objetiva entender a perspectiva de luta do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, cidade localizada no nordeste de Minas Gerais. Para tal, busca entender a base a partir do qual emerge o sindicalismo rural no Brasil. Nesse aspecto a “questão agrária” e especificamente a concentração fundiária, são evidenciadas. Para tentar entender a persistência desta centramos nossa explicação em duas linhas: a) a “questão agrária” enquanto um problema presente na sua formação social e econômica e b) a “questão agrária” enquanto um dos pilares sob os quais se dá o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Desta situação de não resolução do problema agrário emergem os sindicatos de trabalhadores rurais, tendo o Partido Comunista Brasileiro – PCB papel pioneiro como fomentador. Todavia, outras entidades também entraram neste processo. Na pesquisa realizada detectamos que no caso de Teófilo Otoni, foi a Igreja Católica a grande incentivadora para a formação do sindicato local. A operacionalização de serviços sócio-assistenciais, que remonta à sua fundação e o incipiente processo de formação política dos dirigentes sindicais são apontados enquanto fatores decisivos para a postura defensiva e assistencialista da referida instituição no momento presente.

Palavras Chave: Serviço Social. Questão Agrária. Sindicato de Trabalhadores Rurais.

ABSTRACT

This work aims to understand the perspective of the struggle of the trade union rural workers of Teófilo Otoni, a town in northeastern of the state of Minas Gerais, Brazil. Thus, search to understanding the base which emerges the trade union rural on the Brazil. Under these aspect the “agrarian issue” and specifically the latifundium is evidenced. Thus, focus us explication in two lines: a) the “agrarian issue” while problem present in the social and economic formation of Brazil and b) the “agrarian issue” while one of the pillars upon which occurs the development of capitalism Brazilian. Of this situation emerges the rural workers union, and the Partido Comunista Brasileiro - PCB pioneering role as developers. However, other entities also entered this process. In this research we found that in the case of Teófilo Otoni, the Catholic Church was a great incentive for the formation of the local trade union. The operationalization of social assistance services, which dates back to its foundation and incipient process of political formation of the trade union leaders are indicated while decisive factors for defensive posture and welfare of that institution at the present time.

Keywords: Social Work. Agrarian Issue. Trade Union Rural Workers.

LISTA DE ABREVIÇÕES

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
CF – Constituição Federal
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNTA - Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EMATER-MG- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECOESP – Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária Nacional
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
JAC - Juventude Agrária Católica
MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRO-RURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato de Trabalhador Rural

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - BREVE APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	
INTRODUÇÃO	18
1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	22
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
CAPÍTULO II - ELEMENTOS ESSENCIAIS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA E A QUESTÃO AGRÁRIA	
INTRODUÇÃO: DADOS RECENTES SOBRE A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA (2008 a 2011)	31
2.1 A COLONIZAÇÃO AMERICANA, DESDOBRAMENTO DA EXPANSÃO COMERCIAL EUROPEIA	38
2.2 AS ORIGENS DO LATIFÚNDIO MONOCULTOR ESCRAVISTA NO PAÍS	42
2.3 INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL	49
2.3.1 NO QUE DIZ RESPEITO À QUESTÃO AGRÁRIA E À ESTRUTURA SOCIAL: “TROCA-SE DE ROUPA, MANTÉM-SE A MESMA PELE”	54
2.3.2 RELAÇÃO ENTRE A LEI EUZÉBIO DE QUEIRÓS E A LEI DE TERRAS	57
2.3.3 ASPECTOS GLOBAIS ACERCA DA ECONOMIA EM SUA FASE “NEOCOLONIAL”	65
2.4 O IMPÉRIO FINALMENTE CEDE ÀS PRESSÕES PELO FIM DA ESCRAVIDÃO	67
2.4.1 O GRADUALISMO, ESTRATÉGIA MAIOR PARA A MANUTENÇÃO DO PODER NO PÓS-ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO	75
2.4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	77
CAPÍTULO III – ANOS DE 1930: A FUNCIONALIDADE DA ARTICULAÇÃO “ARCAICO X MODERNO” AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL	
INTRODUÇÃO	80
3.1 A FUNCIONALIDADE DA ARTICULAÇÃO “ARCAICO X MODERNO”	81

3.2 O DILEMA DA POPULAÇÃO TRABALHADORA RURAL: BASE PARA O SURGIMENTO DE MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO	88
---	----

CAPÍTULO IV – SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS

INTRODUÇÃO	92
4.1 PASSOS PRELIMINARES DO SINDICALISMO RURAL (1930 A 1945)	93
4.2 VARGAS PERCEBE O RISCO COMUNISTA	97
4.3 1ª E 2ª “CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS (CNTA)”	103
4.4 DEBATE INTERNO PARALISA A ATUAÇÃO DA ULTAB ...	107
4.5 AS CONFERÊNCIAS DA ULTAB	109
4.6 OUTROS CONCORRENTES PARA A ULTAB NA SINDICALIZAÇÃO RURAL	111
4.7 O CONGRESSO DE BELO HORIZONTE	114

CAPÍTULO V – SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE TEÓFILO OTONI-MG

INTRODUÇÃO	118
5.1 O PIONEIRISMO DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE POTÉ- MG	119
5.2 A CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA DE 1964 ATINGE OS SINDICATOS	124
5.3 O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE TEÓFILO OTONI	130
5.4 HISTÓRICO	131
5.5 O SISTEMA CONFEDERATIVO	134
5.6 AÇÕES DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE TEÓFILO OTONI	139
5.7 CONTATO COM OS SINDICALIZADOS E FORMAÇÃO SINDICAL	144

CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

148

REFERÊNCIAS

155

ANEXO A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO DURANTE AS ENTREVISTAS	161
ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	163

ANEXO C – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) APRESENTADO AOS ENTREVISTADOS	211
---	-----

Introdução

Em boa parte das vezes o contato imediato é o que nos impulsiona a avançar nos estudos. Em nosso caso, a proximidade física com a sede do sindicato de trabalhadores rurais e o constante vaivém de moradores do meio rural nos despertou, desde a infância, a curiosidade para saber do que ali se tratava. Tal curiosidade foi potencializada posteriormente, no momento do nosso ingresso na extensão rural pública, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, EMATER-MG. Tanto nesta nossa atuação os sindicatos de trabalhadores rurais se colocam enquanto parceiros fundamentais, quanto o respeito que gozam no meio rural é algo que chama muito a atenção.

Já a aproximação com a teoria marxista, durante o curso de Serviço Social, possibilitou-nos que começássemos a pensar as instituições sob um ponto de vista de totalidade. Assim, para além da curiosidade e da admiração se impunha entender quais os fatores que explicam a existência de tal instituição, o sindicato, e como este articula suas lutas, em um contexto em que a relação social “capital” quase tudo abarca. A indagação fundamental é: “Qual é a perspectiva de luta do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni no momento presente?”

Os contatos iniciais com literaturas referentes ao meio rural brasileiro fez com que de imediato percebêssemos a importância da “questão agrária” enquanto uma das matizes fundamentais para o entendimento dos referidos sindicatos. Tendo a concentração fundiária enquanto um dos fatores que explicam a sua existência, começamos a ter noção que a sua lógica em muitos aspectos se diferencia de entidades congêneres do meio urbano. Outra peculiaridade notada a partir daí é que a variedade de relações de trabalho e de propriedade da terra (latifúndio, minifúndio, sem terras) pode se apresentar de forma distinta, conforme a região a qual se dedica o estudo. Então, se de um lado jamais se deve perder o foco na “totalidade”, por outro também jamais se deve perder de vista estas particularidades regionais. Neste trabalho, consideramos enquanto problema maior, derivado da “questão agrária” nacional, o latifúndio. O estudo do sindicato de trabalhadores rurais de um local específico, Teófilo Otoni-MG, exigiu que para o entendêssemos, considerássemos as condições objetivas existentes neste município. A escolha deste se deveu ao fato de ser o mais importante da

região do Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, que compreende aproximadamente 20 municípios.

Os aspectos supracitados nos impulsionaram à pesquisa. Façamos, agora, breve apresentação da estrutura desta dissertação.

No capítulo inicial apresentamos de forma breve a perspectiva teórica a qual nos filiamos, a marxista, bem como esboçamos elementos introdutórios a respeito do sindicalismo rural; sobretudo a sua vinculação à “questão agrária”, o papel pioneiro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enquanto fomentador inicial da organização das massas rurais e os procedimentos metodológicos a serem utilizados para a concretização desta pesquisa.

A seguir, apresentaremos dados recentes sobre a realidade social brasileira (referentes aos anos de 2008 a 2011) com o intuito de mostrar a permanência da “questão agrária” e suas derivações (assassinatos de camponeses, trabalho escravo etc) no campo brasileiro. Para explicar este quadro, utilizar-nos-emos de duas linhas de argumentação: a “questão agrária” enquanto um problema inscrito na formação social e econômica brasileira e; b) a “questão agrária” enquanto um dos pilares sob os quais se dá o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Estas duas linhas argumentativas se encontram desenvolvidas nos capítulos II e III, respectivamente.

Daí teremos condições de, no capítulo IV, apresentar o surgimento do sindicalismo de trabalhadores rurais a partir deste quadro de “privação” de direitos básicos a que está acometida a maioria da população rural. Em nível nacional damos especial relevo, enquanto entidade que estimulou a organização rural, ao Partido Comunista Brasileiro, pioneiro neste processo. Posteriormente o Estado brasileiro e a Igreja Católica também se envolverão nesta seara, conforme mostraremos.

É no capítulo V que nos dedicaremos especificamente ao entendimento do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, mediante entrevista a sindicalistas do mesmo. Para tal, foi fundamental também breve estudo sobre um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais de Minas Gerais, o de Poté, município que dista cerca de 30 km de Teófilo Otoni. Justifica-se entender o surgimento deste último, porque teve ele influência decisiva, conjuntamente com a Igreja Católica desta região, na fundação de inúmeros sindicatos, inclusive o de Teófilo Otoni.

Neste capítulo V, mediante entrevistas aos sindicalistas a respeito de temas polêmicos (tais como: bandeiras de luta atuais do movimento, contribuições compulsórias, unicidade sindical, formação política, entre

outros) pretendemos entender qual é a verdadeira perspectiva de luta desta entidade no momento presente. Assim, conseguiremos também entender se a “questão agrária” e o latifúndio, elementos que insistentemente destacamos, faz parte das preocupações e da prática da referida instituição. Daí teremos condições de traçar “Considerações Finais” acerca da perspectiva de luta do referido sindicato, objetivo maior deste trabalho.

Capítulo I – Breve Apresentação do Objeto de Estudo

Introdução

“Sacrifiquei minha saúde, minha felicidade na vida e minha família. [...] Eu rio dos chamados homens “práticos” e de sua sabedoria. Se alguém escolhesse ser um boi, poderia inevitavelmente voltar as costas para as agonias da humanidade e cuidar de sua própria pele”. (Karl Marx, 1867)

A produção científica, quando inserida no bojo de dimensões da vida social (tais como a economia, a política, a educação etc) que apresentem como horizonte o bem estar do ser humano e da coletividade a qual este faz parte, pode se apresentar enquanto importante espaço para a promoção de melhorias em favor da sociedade. Mesmo reconhecendo o caráter abrangente do capital, que tudo procura adequar à sua lógica de incessante acumulação, podemos citar tanto a produção de vacinas quanto a estruturação de políticas sociais (como a de assistência social) exemplos de ações tomadas a partir da produção científica que proporcionaram a melhoria das condições de vivência de enorme quantidade de seres humanos.

O inverso é também presente. Esta mesma produção científica pode ser utilizada enquanto meio para a promoção de atrocidades, com o propósito único da acumulação de riqueza. Ao final da segunda guerra mundial, por exemplo, que teve motivações claramente político-econômicas, os Estados Unidos da América lançaram sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki bombas atômicas que ocasionaram a morte de centenas de milhares de pessoas. Também fundamental citar o papel crucial muitas vezes desempenhado por aquela na esfera da ideologia: o extermínio da grande maioria das populações indígenas, por exemplo, foi muitas vezes justificada pela ciência como meio para se chegar ao progresso.

Quando falamos de produção científica e intelectual estamos nos referindo ao necessário processo de pesquisa a ele inerente. Processo esse que pressupõe um sujeito ativo: o pesquisador. Nos termos de Prado Jr (1966, p. 07): “O homem é nos fatos de que participa, simultaneamente autor e ator, ser agente e ser pensante; e é agente na medida em que é pensante, e pensante como agente”. Tal situação, de

forma imediata, já descarta quaisquer possibilidades desse pesquisador “ser neutro” em relação ao que pesquisa. Também salienta Lara (2011, p. 267 – 268):

Nas sociedades em que existem relações envolvendo interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. Embora predominem aquelas que representam os interesses do grupo dominante, a possibilidade de produzir ideias que representam a realidade social do ponto de vista de outro grupo reflete a possibilidade de transformação presente na própria sociedade.

Disto compreendemos que a ideologia na sociedade de classes tanto pode se apresentar enquanto guardiã da ordem estabelecida, quanto pode se prestar para o questionamento das bases da mesma, fundamental passo para a superação desta.

Estes são elementos importantes a serem considerados porque nos auxiliam no combate a outro mito que se constitui enquanto desserviço para os que optam pela crítica à des(sociabilidade) do capital, falamos sobre a separação entre teoria e prática, comumente assim expressa: “teoria é uma coisa e a prática é outra”. Insistir nesta separação serve como forte argumento para a negação a quaisquer tentativas de posicionamento crítico. Não entendemos teoria e realidade enquanto momentos estanques e distintos, mas altamente conectados e dependentes reciprocamente.

Nesta unidade dialética entre teoria e prática, que se situa uma das bases fundamentais do edifício marxiano: a necessidade de uma teoria para a transformação, aspecto bem exposto por Kosik (1976, p. 10): “[...] A realidade [...] se apresenta aos homens [...] como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade”.

Esta atividade permanente do homem sobre a realidade se constitui como elemento-base para se pensar um projeto societário crítico, que tensione alterações na realidade social.

O primeiro passo para esta transformação é sem dúvida entender esta realidade como momento complexo, sempre buscando mediações de forma dialética entre o específico e o todo, movimento bem feito por Karl Marx, sendo a sua base teórico- metodológica que adotaremos para o estudo dos sindicatos de trabalhadores rurais, objeto deste estudo.

Ademais, esta instituição se constituiu historicamente enquanto mecanismo de a classe trabalhadora amenizar a extrema exploração a que estava sujeita dos detentores dos meios de produção, os capitalistas, e a sua busca desenfreada pela acumulação. Exploração explicitada por Marx em diversas de suas obras, sobretudo em “O Capital”. Nesta, utilizando-se do materialismo dialético, fez amplíssima pesquisa sobre a relação social “capital” e criticou duramente as posições dos economistas políticos clássicos como David Ricardo e Adam Smith, que viam esta relação social apenas sob a ótica da classe dominante, que é a burguesa. Em outra obra de grande importância - onde se pode notar elementos fundamentais de seu método de análise da sociedade burguesa - “A Miséria da Filosofia”, essa sua crítica em relação aqueles é assim enunciada: “Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra” (MARX, 1985, p.102). Com esta passagem queremos enfatizar o caráter histórico e dinâmico da sociedade e, sobretudo, o modo violento com que os capitalistas conseguem acumular riqueza, mediante uma relação de extrema exploração dos não detentores dos meios de produção, os proletários, a classe trabalhadora; eis aí dois aspectos desconsiderados na análise empreendida pelos economistas clássicos. Assim, sob essa base estrutural, de severa exploração daqueles que verdadeiramente produzem a riqueza, por um pequeno grupo que apenas se preocupa em acumular indefinidamente é que se assenta a sociedade capitalista. Esta dominação se potencializa na medida em que se dá tanto na esfera material (objetiva) quanto na esfera subjetiva. A mercadoria, nesse modo de produção, é o elemento central,

Neste modo de produção: a) todo produto social toma a forma mercante; b) a própria força de trabalho é uma mercadoria (o trabalho é móvel) e c) o capital, que é uma relação social, cristaliza-se em equipamentos que são também mercadoria (o capital é móvel) (AMIM e VERGOPOULOS, 1977, p.11).”

Ainda a respeito de Marx, devemos a Gyorgy Lukács (1885-1971), dois elementos fundamentais para pensarmos a pesquisa e a produção do conhecimento. Em primeiro lugar, a sua acertada interpretação da teoria marxiana enquanto dotada de uma ontologia

própria, que impossibilita o seu correto entendimento por vieses epistemológicos, fragmentações. A divisão social do trabalho e da própria ciência, tidos como Durkheim enquanto fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, são colocados por Marx também como forma de alienação dos sujeitos em favor da acumulação capitalista. Lukács enxerga aí um momento também em que se potencializa a fragmentação das ciências e do indivíduo, com o claro intuito de adequá-lo à exploração pelo capital: procura-se um ser agora incapaz de raciocinar sobre o mundo, sobre si, sobre o que produz e que se torne ser pensante unicamente em favor da acumulação por uma minoria. Configura-se, na verdade, uma negação ao acesso do conhecimento à classe trabalhadora, privação de seu desenvolvimento humano-genérico.

O segundo elemento fundamental destacado pelo mesmo pensador diz respeito ao papel dos pesquisadores que se orientem por uma postura crítica à des(sociabilidade) capitalista e que tenham como referência as categorias marxianas: esforcem-se sempre em interpretá-las à luz do seu tempo.

O método formulado por Marx constitui a condição necessária a qualquer procedimento da consciência diante da realidade, mas o resultado desse procedimento está ligado à adaptação perpétua ao seu devir. (LUKÁCS *apud* TERTULIAN 2008, p. 24)

Tertulian (2008, p. 24), importante intelectual contemporâneo que se dedica ao estudo de Lukács, assim analisa:

A sociedade e a cultura contemporâneas oferecem um grande número de particularidades desconhecidas na época de Marx, e que a vitalidade do marxismo exige, mais do que nunca, ser confirmada pela iniciativa – em matéria de pensamento e de criação original – de todo pesquisador fiel ao método elaborado pelo autor de O Capital.

A partir das duas contribuições de Lukács com relação ao marxismo (o caráter ontológico e, portanto, não epistemológico do

pensamento de Marx e a necessidade de sua constante atualização) ganha relevo a centralidade do método para a apreensão da realidade.

Também apreende Lukács da concepção marxiana o reconhecimento do sujeito e de sua atividade criadora, o trabalho. Mediante este processo de trabalho o homem se exterioriza, utilizando-se das suas capacidades teleológicas ao mesmo tempo em que se constrói enquanto “ser social”, através de relações com outros seres sociais. Daí a generidade humana se estabelece e se percebe a importância das individualidades, que mesmo sob circunstâncias adversas, fazem escolhas (na verdade, respostas a fatores que se colocam como impeditivos). Tais escolhas tanto podem propiciar o desenvolvimento da sua generidade quanto podem acarretar a sua desefetivação humano-genérica, quando perpassadas pelos traços da sociabilidade burguesa: trabalho estranhado, captura da subjetividade, individualismo etc. O conhecimento produzido, como já dito anteriormente, também assumirá uma dessas funções.

Percebemos através de todos os elementos colocados que a “epistemologia dialética” (termo usado por Ianni), meio de análise/transformação da sociedade elaborado por Karl Marx exige que o pesquisador apreenda “não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica” (NETTO, 2009, p.675). Tal processo (e a noção de “processo” é crucial neste tipo de entendimento da realidade) evidentemente se constitui em tarefa complexa de apropriação crítica do que foi produzido, no sentido de: a) criticar elementos que não correspondam ao notado; b) desenvolver mais aqueles aspectos que julgar pertinentes e; c) apresentar elementos novos em relação ao objeto de estudo.

Conforme Konder (1981), o método dialético é a capacidade de pensar a realidade presente enquanto contradição, totalidade concreta e mediação. Então, a pesquisa, nestes moldes, é uma atividade que tem como uma de suas premissas justamente diminuir esta complexidade que é a realidade, evidenciando as contradições do real de forma mais plena. É nesta perspectiva que nos guiamos neste estudo.

1.1 Breve apresentação do objeto de estudo

No modo capitalista de produção, a radicalização da exploração, promovida pelos detentores dos meios de produção - os capitalistas - em relação aos detentores da força de trabalho - os trabalhadores - possibilita a acumulação sem precedentes de riqueza nas mãos da burguesia e pauperiza a classe trabalhadora, fazendo com que

esta passe a conceber o trabalho enquanto elemento do seu sofrimento. Tal situação proporciona uma reação do trabalho (classe trabalhadora) frente ao capital, momento em que se explicitam as múltiplas expressões da “questão social” como: fome, doença, pobreza, reação por parte da classe oprimida mediante suas organizações políticas etc. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, deixa clara a “opção por um processo de construção de uma nova ordem societária”, sem exploração de uma classe sobre a outra; logo, que estes profissionais se posicionem criticamente a esta situação de “privação” de uma maioria em detrimento da concentração dos bens econômicos, culturais, políticos e sociais - produzidos coletivamente - nas mãos de poucos.

Muitos são os desafios para a categoria profissional, que em seu código de ética expressa abertamente a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”.

Entre tantos desafios da categoria, este trabalho tem como objeto o “sindicato de trabalhadores rurais”, instituição que se constituiu enquanto forma de combate a uma dimensão constitutiva da “questão social”: a “questão agrária”. Entendemos que esta expressa uma contradição essencial do modo de produção capitalista, que é a propriedade privada. Conforme Stédile (2010, p. 64) “a questão agrária” é um tema essencial porque diz respeito como as sociedades ao longo do tempo organizaram a posse, uso e propriedade do principal bem da natureza, que é a terra”. No Brasil, esta organização da terra é marcada desde os tempos de colônia: de um lado, pela sua extrema concentração nas mãos de pouquíssimos e de outro lado pelo drama daqueles que: a) possuem porções mínimas de terras e localizadas nos piores lugares para o cultivo ou b) por um enorme contingente de pessoas que nada possuem e sem ela se veem condenadas a vender a sua força de trabalho a preços ínfimos aos grandes latifundiários ou a se arriscarem nos grandes centros urbanos. A permanência histórica desta face da “questão agrária” que é o latifúndio é apontada por muitos estudiosos como uma das principais causas do lamentável quadro social em que se encontra imersa não só a população do meio rural, mas também a população do meio urbano brasileiro. Além da extrema concentração fundiária, inscrita no processo de formação socioeconômica nacional, não podemos deixar de levar em conta um outro: a permanência desta concentração é uma das bases essenciais do capitalismo instalado no Brasil, que historicamente se alimenta da extrema pobreza do campo para se fortalecer. Na verdade, o latifúndio é uma determinação social fundante da dependência dos países latino-americanos.

Os sindicatos de trabalhadores rurais se constituíram enquanto meio de luta dos trabalhadores do campo contra os aspectos negativos da persistência da estrutura fundiária concentradora do campo. Tiveram aqueles no PCB - Partido Comunista Brasileiro- um grande fomentador. As ações desse Partido se deram a partir de 1945, inseridas no plano de se criar uma aliança “operário-camponesa”, fundamental rumo à constituição de uma sociedade comunista. Assim, a organização das massas rurais dispersas e com incipientes formas de organização foi o caminho e tendência dominantes do Partido, apesar do constante debate interno no que diz respeito à eficácia dessa medida frente às questões mais globais, como o embate entre o socialismo e o capitalismo, ou a necessidade de enfrentar o imperialismo norte-americano.

Sintetizemos o quadro sócio-histórico encontrado pelo PCB quando levou à frente seu intento: persistente influência do antigo sistema escravocrata, a monocultura, dispersão e parca organização política dos trabalhadores do campo, Estado-Nação que ora se aliou às elites agrárias, ora se mostrou fraco frente à pressão destas e a constituição de uma burguesia de mentalidade completamente conformada aos interesses externos, típica do capitalismo dependente.

Mesmo com tantos desafios, no período compreendido entre 1945 e 1964 este Partido expande e consolida sua atuação no meio rural, sobretudo com a criação da ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, espécie de braço do mesmo no campo. Mas não só: a Igreja, as Ligas Camponesas e o próprio Estado (mediante o partido que ocupou o poder, O PTB) disputarão com os comunistas a influência sobre o crescente envolvimento e participação dos trabalhadores agrícolas, inclusive nas eleições. O período aludido, diferentemente de até então, foi intenso em mobilizações das massas do campo, elevada participação eleitoral da população e encontros e congressos por todo o país que colocaram em evidência o meio rural e suas enormes dificuldades (oriundas, sobretudo da pouca consideração do Estado ao problema da questão agrária). Tal quadro forçou com que o Estado agilizasse o processo de reconhecimento das organizações rurais, principalmente nos primeiros anos da década de 1960. Ademais, a quebra de relações sociais tradicionais, como por exemplo, a expulsão de agregados e posseiros pelos grandes proprietários, fruto da penetração mais evidente do capital no meio rural, aliada a um ambiente que permitiu um início de tomada de consciência por parte dos oprimidos, acarretou um sem número de revoltas e greves país a fora.

Assim, a montagem de um sistema sindical no campo, nos anos 1950 e início dos 1960 é fruto da ação do PCB, da tomada de

consciência dos trabalhadores do campo, da Igreja e do Partido Trabalhista (mediante o Estado), mas em condições sócio-históricas que permitiram este processo.

Citam-se como os eventos mais importantes deste período: 1ª Conferência da ULTAB (09/1959); Fundação do Comando Geral dos Trabalhadores, CGT (08/1962); reconhecimento de 82 sindicatos pelo governo (05/1962 a 11/1962); Reconhecimento de 131 sindicatos (04/1963 a 10/1963) e finalmente, em 31 de janeiro de 1964, reconhecimento oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

A bibliografia sobre os sindicatos de trabalhadores rurais trata, na maioria das vezes, sobre o período de 1945 a 1964; período em que, como vimos, a constituição dos sindicatos de trabalhadores rurais teve grande impulso. Vimos também que esta instituição se constituiu enquanto mecanismo importantíssimo de organização dos trabalhadores do campo.

Contudo, pouco se estuda a respeito de qual é a sua perspectiva de luta no momento atual; ou seja, em que aspectos da “questão agrária” o sindicato de trabalhadores rurais centra a sua ação no presente. É este o objetivo desta nossa pesquisa.

Além disto, durante as pesquisas preliminares de referências para o estudo a que nos propomos ficou evidente a parca produção bibliográfica do Serviço Social no que diz respeito à temática agrária e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Como exemplo, dos poucos mais de 310 trabalhos aprovados para apresentação na seção “oficinas de projetos”, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS 2012, por exemplo, apenas três trabalhos se referem diretamente à “questão agrária”, portanto menos de 1% do total. Dado preocupante, uma vez que a “questão agrária” é um dos fundamentos do quadro de imensas desigualdades a que a sociedade brasileira está acometida e as quais os assistentes sociais têm que cotidianamente enfrentar.

Outro detalhe notado a partir da leitura preliminar sobre obras que versam sobre o tema é que nestas pouco se apresenta a conjuntura anterior e que propiciou o surgimento dos movimentos de contestação do campo; ou seja, a “questão agrária” que é a razão maior, não aparece enquanto problema que remete ao processo de formação social e econômica do país e ao modelo de capitalismo estabelecido no Brasil. A este respeito temos grandes referências como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. Sinalizar este aspecto é importante porque assim se reconhece com maior facilidade quem realmente são os atores diretos

deste processo (os próprios trabalhadores do campo), evitando assim a supervalorização de partidos, do governo ou da Igreja Católica.

Observando estes detalhes, pretende-se num primeiro momento uma retomada histórica sobre os condicionantes que propiciaram a atual conformação da “questão agrária” nacional. Depois apontaremos brevemente a ligação da persistência do latifúndio com o capitalismo estabelecido no país. No momento seguinte buscaremos as raízes do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil. Entrevista ao mais importante sindicalista do Vale do Mucuri nos possibilitará entender como este sindicalismo se originou nesta região. Por fim, entrevistas a integrantes da diretoria do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni nos possibilitará entender quais são as suas perspectivas de luta no momento presente.

A apreensão histórica do objeto e a consideração de toda a dialeticidade inerente à realidade social são aqui pensadas enquanto formas de recusa à postura “neutra”¹ (que assim sendo, configuram-se como conservadoras) e também entendidas enquanto possibilidades concretas na busca de um conhecimento destinado à classe que produz a riqueza material, a classe trabalhadora.

Ter sempre em vista a contradição entre capital e trabalho e de todas as consequências dela derivadas é condição fundamental para levarmos à frente a nossa intervenção profissional. Lara (2011, p. 39-49) apresenta interessante síntese a respeito da relação assistência social e realidade social:

O Serviço Social questiona a realidade social e o que pode ser pesquisado pela área provém da determinação sócio-histórica das relações sociais da luta de classes da sociedade burguesa, ou como muitos preferem das diversificadas expressões da “questão social”. [...] Por ser uma profissão interventiva, tem seu modo de existir unido diretamente às manifestações da vida social, as quais se assentam nas diferentes construções históricas.

¹ “A adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam”(MÉSZÁROS, 2004, p. 302), o que propicia o conservantismo da realidade posta.

Reafirmamos a importância da pesquisa e do posicionamento crítico frente à realidade social. Posicionamento crítico que já pressupomos² inerente ao pesquisador a partir da observação do seu projeto ético-político profissional, que evidencia a crítica a posturas que naturalizam a situação de barbárie, tão presente na sociedade capitalista.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Enquanto “aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 26)”, no Brasil, apesar de apenas 15,6% da sua população viver no meio rural (29.830.007 habitantes), do total de 16,27 milhões “extremamente pobres” do país, quase metade (46,7%) neste reside, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2011), a partir da análise de dados do Censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes dados explicitam uma situação paradoxal: no local em que se produz os alimentos necessários à sobrevivência dos seres humanos é onde os mesmos mais carecem de gêneros básicos à sua vida.

Tal constatação por si só já desperta enorme curiosidade. De toda forma, para o pesquisador, em qualquer que seja o objeto ao qual se dedique, são inúmeras as formas que pode adotar para tentar apreendê-lo. Também pela complexidade que é a realidade social, a definição de um determinado elemento desta realidade a ser examinado é fundamental, sob pena de não conseguir atingir seu objetivo. Só para exemplificarmos esta situação, recordemos a obra “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”. Nesta Florestan Fernandes elegeu como elemento possibilitador do entendimento da situação que se encontrara o país naquele momento, bem como o que poderia dali advir, o estudo da especificidade da racionalidade burguesa que se desenvolvera no Brasil até então. Em outros termos, definiu como meio heurístico da análise a mentalidade historicamente construída da classe burguesa aqui instalada. Focando nesse aspecto, elaborou memorável e abrangente estudo sobre a

² Quando usamos o termo “pressupõe”, não o fazemos com o intuito de afirmar que esta é a postura única dos profissionais. O objetivo é mesmo resgatar a importância da criticidade à sociedade burguesa, procedimento indispensável a aqueles que realmente se amparam no projeto ético-político do Serviço Social.

realidade brasileira como um todo, referência para quaisquer estudos sobre a mesma.

É assim que elegemos - como elemento para o entendimento da “questão agrária” - o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni-MG. Mesmo assim não deixaremos de sustentar que esta “questão agrária” tem relação direta com a sua formação social e econômica e com o tipo de capitalismo dependente que se desenvolveu (e ainda se desenvolve) no Brasil. Esta dupla afirmação se constituindo enquanto etapa inicial deste trabalho.

Doravante, descreveremos o percurso metodológico a ser seguido para a apreensão do referido objeto.

O estudo sobre a “questão agrária” nacional exige que tenhamos minimamente claros alguns aspectos: sociais, econômicos e políticos que concorreram para a sua constituição. O Brasil é privilegiado por possuir grande número de estudiosos que se debateram em grandes obras para entender os fatores condicionantes de sua conformação, utilizando-se da história enquanto meio para tal. Com isto intentavam entender sobretudo o que o futuro poderia reservar ao país com as alternativas tomadas quer seja pelas elites, Estado ou pela sociedade diante de momentos cruciais. Entre muitos podemos citar: Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Darcy Ribeiro, Celso Furtado etc.

Aqui recorreremos ao estudo bibliográfico das obras sobretudo de outros três autores:

1. Caio Prado Jr, considerado importante historiador econômico do Brasil e que tem como característica focar no papel fundamental da não resolução (bem como das características) da “questão agrária”, enquanto fator possibilitador de uma gama de contradições sociais manifestadas nas esferas rural e urbana nacionais; amparando-se num percurso histórico que remonta ao período da colonização;

2. Florestan Fernandes, que em sua análise sobre a revolução burguesa demonstra-nos o quanto a ordem social escravocrata foi decisiva para a persistência da estrutura concentradora do campo e na sociedade em geral e, portanto, para a constituição do capitalismo dependente no país;

3. Lúcia Osório Silva, que em sua obra “Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850”, evidencia o histórico não cumprimento de procedimentos jurídicos pelos grandes sesmeiros e depois posseiros, para a aquisição de terras públicas, bem como a funcionalidade desta lei para impedir o acesso à terra por pequenos proprietários ou pelos escravos libertos pela Lei Áurea.

4. Francisco de Oliveira, que mediante o texto “Crítica à Razão Dualista” nos apresenta o quanto a permanência de relações sociais tradicionais no campo (aparentemente não capitalistas) é extremamente funcional ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

No período compreendido entre a colonização do país e o surgimento do sindicalismo de trabalhadores rurais elegemos três momentos cruciais para o entendimento da sua estruturação agrária e social: a) o momento de constituição do latifúndio monocultor escravista, aproximadamente em 1530; b) o momento da independência política, 1822 e c) o momento da abolição da escravidão, em 1888. Com o intuito de demonstrar a articulação sempre presente entre “espoliação do campo” e “desenvolvimento capitalista” apresentamos brevemente o contexto de 1930, sabendo que daí podemos apreender elementos para o entendimento de como esta articulação perversa se deu no país.

Tocada nesta base sob a qual se ergue a “questão agrária” nacional procederemos especificamente ao estudo sobre os sindicatos de trabalhadores rurais. Inicialmente em nível nacional para depois nos adentrarmos no seu nível local, em Teófilo Otoni.

No que diz respeito ao tema “sindicato de trabalhadores rurais” podemos citar os importantes trabalhos de:

1. Leila de Menezes Stein “Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil;
2. Luiz Flávio Carvalho intitulado “Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção”;
3. Clifford Andrew Welch “A Semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964” e;
4. Claudinei Coletti “A Estrutura Sindical no Campo”.

Há de se observar que as condições objetivas de cada região brasileira tiveram peso decisivo para o tipo de luta que se desenvolveria no campo brasileiro: em algumas a luta pela terra foi a maior demanda, em outras à melhoria das condições de trabalho e de salário foi dada a maior tônica etc.

Nestes termos concebemos este trabalho sob duplo aspecto: entender sob que bases (em que condições objetivas) se expandiu o sindicalismo em Teófilo Otoni e região ao seu redor e qual a sua perspectiva de luta no momento presente.

Para entender este contexto específico nos utilizaremos de entrevistas semiestruturadas a) a um dos sindicalistas pioneiros de Minas Gerais e do Vale do Mucuri (onde se localiza Teófilo Otoni), com o intuito de tentar entender os condicionantes que propiciaram o surgimento desta instituição na região citada e b) a sindicalistas do

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, com o objetivo de entender as motivações iniciais do surgimento deste e qual é a sua atual perspectiva de luta. Durante as mesmas, as questões centrais serão citadas na forma de tópicos (por exemplo: surgimento do sindicato, como se dá a relação sindicato e sindicalizado, maiores demandas etc) pelo entrevistador, o que permite que o entrevistado discorra verbalmente, de forma relativamente livre, sobre os mesmos, inclusive muitas vezes acrescentando outros muitos elementos relevante. É por isto imprescindível que se saiba formular bons questionamentos e que estes mesmos questionamentos propiciem tranquilidade para que o entrevistado discorra o máximo possível sobre eles. Caso se permita, o instrumento utilizado para o registro das informações será o gravador digital. A transcrição das entrevistas será procedimento fundamental.

Amparado por todo este trajeto teremos condições de partir para a síntese de todos os elementos apreendidos e minimamente responder às inquietações que tencionaram o pesquisador ao se embrenhar nesta pesquisa. Neste momento se colocará com maior evidência a necessidade de entendimento da totalidade de elementos que atuam e são também influenciados pelo objeto em estudo.

Em suma, a pesquisa proposta tem predominante caráter bibliográfico aliado à pesquisa empírica, através das entrevistas citadas. Trata-se também de pesquisa eminentemente qualitativa.

Capítulo II - Elementos essenciais sobre a formação socioeconômica brasileira e a “questão agrária”

Introdução: Dados Recentes sobre a Realidade Social Brasileira (2008 a 2011)

*“Sente raiva do passado
 Que o mantém acorrentado.
 Sente raiva da corrente
 a puxá-lo para a frente
 e a fazer do seu futuro
 o retorno ao chão escuro
 onde jaz envilecida
 certa promessa de vida [...]”*
 (Carlos Drummond de Andrade³)

Sabemos que os números ou dados por si só pouco nos auxiliam no entendimento da realidade nacional. Contudo, devem ser considerados fundamentais num primeiro momento, já que representam um impulso fundamental para que busquemos o motivo de suas configurações. Assim, atenhamo-nos a dados gerais referentes ao período de 2008 a 2011, enquanto forma de primeiro contato com o “aparente”.

Cabe ressaltar desde já - devido ao objetivo deste trabalho- que defendemos veementemente que há entre as esferas campo e cidade, forte relação de interdependência.

O Brasil ainda hoje se vê, no que diz respeito à sua estrutura social, política e econômica, extremamente influenciado pela função exportadora que assumiu a partir da sua colonização promovida por Portugal, ainda em 1500. Tornou-se, logo depois, colônia de exploração e refém da estratégia lusa que articulou latifúndio e persistência do trabalho escravo, este segundo extinto oficialmente apenas em 1888 e mesmo assim, por pressão da potência britânica.

Mesmo após a sua independência política, em 1822, a não consideração da reforma agrária ou a elaboração de uma legislação clara no que diz respeito à apropriação das terras devolutas aliadas à ausência de qualquer mecanismo legal que permitisse aos escravos recém-libertos sua efetiva inserção à sociedade nacional (após a abolição da escravatura, em 1888), deu à sua estrutura social contornos até hoje

³ Trecho da poesia denominada “*A Corrente*”, contida no livro “*A Paixão Medida*” de Carlos Drummond de Andrade.

dramáticos no que diz respeito: à concentração de renda nas mãos de pouquíssimos, às elevadas desigualdades sociais e étnicas e à pobreza extrema. O modelo historicamente aqui adotado de privilégio à economia agroexportadora, desse modo, deve ser pensado enquanto irradiador de desigualdades não só no campo, mas também no meio urbano. Por exemplo, o intenso êxodo rural, resultante do processo acima apontado, lançou às cidades enormes contingentes de trabalhadores ; mas aquelas cidades não contavam ainda com mínimas condições de saneamento básico nem emprego para todos.

Os elevados índices de violência, pobreza e precariedade com que o assistente social lida cotidianamente tem, na maioria das vezes, relação com todo este processo de desconsideração à população por parte da burguesia que aqui se constituiu e com o Estado por elas completamente instrumentalizado, típico do capitalismo dependente segundo Florestan Fernandes.

No que se refere ao setor fundiário, o grau de concentração de terras, o índice de Gini⁴ no Brasil é de 0,859; nos países europeus este mesmo varia entre 0,3 e 0,5. Segundo o Boletim Dataluta⁵ 2010 (2011) no período compreendido entre 1992 e 2011, a pequena propriedade obteve elevação em 54,51% em número de imóveis declarados, enquanto as grandes propriedades aumentaram em 25%. Contudo, segundo a mesma fonte,

43% de todas as terras declaradas no SNCR (254.730.934,61 ha) estão concentradas e sob o controle de 39 mil proprietários com áreas superiores a 2.000 hectares⁶ [...] 208 pessoas e/ou empresas de capital nacional/internacional detém o poder de usufruir, controlar e se

⁴ Com relação às desigualdades, o índice de Gini é internacionalmente aceito enquanto instrumento de mensuração. Este indicador varia de 0 a 1. Em “1”, estaria em situação de completa desigualdade e, quanto mais próximo de “0”, mais homogêneo e mais distribuído é o eixo analisado.

⁵ O DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, é publicado anualmente (desde 1999) e reúne pesquisadores ligados a sete grupos de estudo no Brasil que tem como temática, direta ou indiretamente, a questão da terra . É produzido sob a coordenação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA, da (UNESP) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e tem se afirmado enquanto importante meio de referência para a pesquisa sobre o meio rural brasileiro.

⁶ Grifo nosso.

beneficiar financeiramente e politicamente de 759.343,90 km² [...] Isso corresponde a área de 34 estados do Sergipe ou 03 estados de São Paulo ou a quase 9% do território nacional (DATALUTA, 2011, p. 08).

Diante de tal realidade, os conflitos são inevitáveis. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – nesse sentido é um ícone, mas há mais de 100 movimentos sociais que têm como pauta a problemática da questão da terra (DATALUTA, 2011). Também, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais – MSTTR, objeto desse estudo, tem como foco o meio rural, seus trabalhadores e a luta pelos direitos dos que lá residem. Assim, dados apresentados pela CPT (2012), Comissão Pastoral da Terra, dão conta do assassinato de 1610 trabalhadores rurais e representantes da luta ao acesso da terra e de questões a ela relacionadas (conflitos trabalhistas e por acesso à água) no período compreendido entre 1985 e 2011. A grande maioria destes devido ao fato de o país não ter realizado a reforma agrária, um imperativo para o enfrentamento da “questão agrária”.

Como dissemos, a “questão agrária” é um tema essencial porque diz respeito “ao como as sociedades ao longo do tempo organizaram a posse, uso e propriedade do principal bem da natureza, que é a terra (STÉDILE, 2010, p. 64)”. Importante observação deve ser feita. Esta temática tanto se apresenta importante à classe trabalhadora quanto à classe burguesa, mas sob perspectivas distintas.

A “questão agrária”, para a burguesia se situa, sobretudo, em termos unicamente de “necessidade de resolução do ‘entrave agrário’ para o desenvolvimento capitalista”. Nessa concepção, um dos grandes problemas é, por exemplo, a baixa produtividade de matérias-primas e alimentos, que, respectivamente, pode retardar (ou inviabilizar) o processo de industrialização e elevar os preços dos alimentos (o que acarreta elevação do valor dos salários pagos aos trabalhadores). Outra importante face da “questão agrária” desinteressante à classe burguesa é a exacerbação da pobreza entre os trabalhadores do campo, pois isto representa àquela, estreiteza de mercado, ou seja, menos consumidores potenciais para seus produtos.

Já para a classe trabalhadora, pensar “questão agrária” remete a pensar nas relações de superexploração presentes no campo, oriundas, no Brasil, principalmente da concentração do meio de produção fundamental que é a terra nas mãos de pouquíssimos; sendo que o

grande número de conflitos no campo também está neste bojo incluído. Esta perspectiva, portanto, necessariamente nos obriga a entender qual foi o processo histórico que possibilitou tal estrutura agrária concentradora para, a partir daí, lutar pela sua superação. No caso brasileiro, entender sua “questão agrária”, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, implica também entender como este problema se constituiu historicamente enquanto pólo fundamental para a conformação de um capitalismo dependente e periférico e também compreender como a existência de tal “questão agrária” é fator crucial para a origem de tão elevadas taxas de desigualdade social e pobreza, a que a grande maioria dos brasileiros é acometida.

Tendo a segunda perspectiva como “norte”, continuemos o nosso estudo.

A vocação agroexportadora enquanto escolha política e econômica, sempre permitiu, de um lado, a manutenção de uma oligarquia agrária detentora do latifúndio e exigiu o Estado brasileiro enquanto seu meio de sustentação. De outro lado, impeliu a imensa maioria da população rural a ocupar as piores e menores áreas para o cultivo, ou mesmo os trabalhadores rurais a se submeterem à superexploração da sua força de trabalho pelos latifundiários e a todo tipo de má sorte. Com relação a este segundo aspecto, dados da CPT (2012) indicam 2378 ocorrências de trabalho escravo no período compreendido entre 2002 e 2011. Também a grande maioria dos que detêm a terra muito sofrem com a pobreza e com a ausência de políticas sociais fundamentais. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2008, dão ainda conta de uma taxa de analfabetismo de 23,5% para pessoas acima de 15 anos e de que 73% da população rural não completaram o ensino fundamental. Tratando-se da educação, política social fundamental, este é um quadro estarrecedor. Assim, conseguimos compreender o porquê de apesar de apenas 15,6% da população total brasileira viver no meio rural (29.830.007 habitantes), do total de 16,27 milhões extremamente pobres do país, quase metade (46,7%) reside no campo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), a partir da análise de dados do Censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); conforme já houveramos afirmado.

Mais uma evidência: com relação à distribuição da renda domiciliar, no campo brasileiro, o índice de Gini se situa em 0,727, bem acima do já elevado índice do país como um todo, de 0,515 (PNAD, 2008).

Na verdade, o modelo agroexportador e de manutenção do latifúndio, tanto não propicia condições dignas de vida para os residentes do meio rural, quanto continua a forçar o constante êxodo de uma massa de trabalhadores ao meio urbano, que sequer possui infra-estruturas básicas e empregos para os que lá estão. Relevante notar que “entre os anos de 1930 e 1980, o processo brasileiro de industrialização promoveu uma completa inversão de proporções entre a população do campo e da cidade [...], sem, contudo, alterar o padrão fundiário dominante” (IPEA, 2010, p. 22).

Em sua gigantesca área de 8.502.728,269 Km² (IBGE-Países) também chamam a atenção no Brasil a grande miscigenação dos seus 190.755.799 habitantes (id., ibid), devida à combinação entre o branco europeu, indígenas locais, e o negro africano.

Recentemente o Brasil foi apontado como a 6^a potência econômica mundial; no entanto, esta riqueza é muito mal dividida, inserindo-se no grupo dos mais desiguais do mundo. Bem emblemática desse paradoxo riqueza x concentração (que na verdade nada há de paradoxo, porque é um dos fundamentos do capitalismo) é a constatação de que, mesmo ultrapassando a Inglaterra no ranking dos países mais poderosos economicamente, o país levará ainda muito tempo para alcançar o padrão médio de vida atual da Grã-Bretanha (no que se refere à remuneração da maioria, acesso à boa educação, à saúde, aos bens culturais etc.), país pior citado nesta classificação.

O índice de desenvolvimento humano, IDH, ao tocar em aspectos fundamentais como rendimentos, educação e expectativa de vida, reflete relativamente bem a configuração social e econômica do país. A conjugação das variáveis: rendimentos, acesso à educação (quase 16% da população entre 15 e 17 anos, que deveria estar cursando o ensino médio, está fora da escola) e expectativa de vida ao nascer deu ao país, o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH de 0.699, ocupando, assim, apenas a 73^a posição num ranking de 169 países avaliados; segundo dados do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, referindo-se ao ano de 2010.

Dentre as disparidades apresentadas, nota-se que a “questão agrária” se configura como tema crucial para tentativas de análise e transformação da realidade social brasileira. Fizemos indicações de que o padrão heterogêneo e concentrador da sociedade nacional tem relação direta com a sua estrutura agrária também concentrada nas mãos de pouquíssimos, jamais enfrentada pelo Estado, pelo contrário, mantida e potencializada por ele, enquanto representante da classe dominante (que exerce tal dominação material e espiritualmente).

Mesmo no que diz respeito a bandeiras bem mais moderadas, como a política de assentamentos, o Estado brasileiro não cumpre seu papel. Por exemplo: da previsão de 550 mil famílias a serem assentadas entre 2003 e 2007, planejada pelo governo do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, dados da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - apresentados por Boito (2009) indicam que o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cumpriu apenas 29,6% dessa meta. Já a regularização fundiária foi alcançada por cerca de 113 mil famílias de posseiros, apenas 22,6% da meta inicial de 500 mil. “O governo Lula não fez a reforma agrária onde o agronegócio não queria e fez a regularização fundiária onde ele queria” (BOITO, 2009, p.51).

O aprofundamento neste debate sobre a “questão agrária”, diante de tudo que foi exposto, pode se constituir enquanto um caminho estratégico ao Serviço Social, na sua busca pela compreensão / intervenção das/nas refrações da “questão social”, quer seja no campo ou cidade.

Elementos essenciais sobre a formação socioeconômica brasileira

No plano mais geral, podemos dizer que dois são os grandes problemas do Brasil: a dependência dos países centrais e, conforme empiricamente apontamos, a extrema desigualdade social que apresenta. A questão que assim nos é colocada é: como entender esta conformação atual, essa herança a nós legada?

Neste momento recorrer à história é imprescindível. E nós, brasileiros, aparentemente pouco sabemos da nossa história. Evidência disto é a facilidade com que aceitamos distorções propagadas pela mídia mal intencionada, por exemplo, quando trata dos conflitos agrários e criminaliza os movimentos sociais. Normalmente, esta mídia nada afirma sobre o caráter do processo que culminou com a atual estrutura fundiária nacional. Apreender a história, então, é um meio fundamental para a compreensão e reflexão crítica do nosso presente, com vistas a um futuro diferente.

Entender os condicionantes histórico-econômicos da realidade nacional exige que a apreendamos, dessa forma reconhecendo a sua processualidade, seu caráter dinâmico. Ianni (2004), assim evidencia a importância desse movimento:

Toda interrogação sobre a formação da sociedade brasileira leva consigo alguma interrogação sobre o futuro. Os dilemas do presente suscitam incursões no passado e viagens pelo futuro. Em muitos casos, de forma implícita ou mesmo explícita, está em causa a busca das raízes do presente, com o intuito de delinear as perspectivas do futuro [...] (IANNI, 2004, p.42-43).

Nota-se aí outra potencialidade essencial desempenhada pela busca da compreensão do objeto dentro da perspectiva histórica: a construção de uma acertada teoria para a atuação presente e futura. O caráter da transformação, tão necessário para aqueles que se guiam pela perspectiva crítica, aí também encontra bases fundamentais.

Considerado um dos mais autênticos pensadores marxistas brasileiros, Prado Jr também, em sua vasta obra, deixa-nos claro o imperativo de que se desejarmos fielmente entender o Brasil, devemos entender a sua história, tanto seus problemas quanto suas soluções estão nela inscritos (SAMPAIO JR, 2011).

No que diz respeito ao tema “questão agrária”, este exercício se mostra explicitamente necessário, pois a elevada concentração da terra, uma das suas mais importantes faces, perpassa todos os momentos da história nacional.

Mediante esse procedimento de busca de entendimento da realidade social, reconhecemos que o tema se constitui enquanto elemento de uma totalidade, que é o processo de formação social e econômica do Brasil. Assim, entender as diversificadas expressões da exclusão proporcionada pela não resposta do Estado e da burguesia nacionais à questão da terra requer que perquiramos as raízes históricas de tal processo de formação, apreendendo elementos tanto objetivos quanto subjetivos.

Explicaremos como faremos esta abordagem no presente capítulo.

A história apresenta ocasiões-chave que permitem que mudanças significativas ocorram. É evidente que a ação prática dos homens, mediante o processo de práxis é o elemento essencial em todos eles. Entretanto, o que jamais se deve perder de vista é que, sob os marcos da produção capitalista, esta práxis tanto pode se guiar no sentido de fortalecimento dos grupos dirigentes, quanto para os grupos dominados.

Quanto à “questão agrária” nacional, foram vários os momentos em que decisões em favor de uma maior e melhor distribuição das terras poderiam ter acarretado uma outra história para o povo brasileiro, o que

não ocorreu. A partir da leitura de vários estudiosos sobre o Brasil, detectamos como momentos cruciais no que respeita ao tema tratado: a) o momento de constituição do latifúndio monocultor escravista no país, no período colonial, em 1530, aproximadamente; b) o momento da independência política, 1822 e c) o momento da abolição da escravidão, em 1888. Acreditamos que se encontram nestes períodos elementos fundamentais que propiciaram o surgimento de uma estrutura fundiária concentradora em favor de restrito grupo de privilegiados e, por consequência, também o surgimento de forças sociais que lutaram para que tal situação fosse modificada, o sindicato de trabalhadores rurais se incluindo neste bojo.

Com relação aos estudiosos utilizados para este apanhado que doravante faremos nos deteremos basicamente em Caio Prado Jr, que apresenta aspectos fundamentais sobre o Brasil, do período colonial à República Velha em sua obra “História Econômica do Brasil”; em Lígia Osório Silva através da sua tese sobre a apropriação das terras no Brasil, exposta no livro “Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850” e em Florestan Fernandes, que apresenta, em todas as suas obras a contrarrevolução permanente como uma característica crucial para entender o modo de dominação burguesa que perpassa a história nacional.

2.1 A colonização americana, desdobramento da expansão comercial europeia

Foi o surgimento do excedente, ou seja, produção para além do mínimo necessário para a sobrevivência dos seres humanos, aliada à apropriação privada daquele excedente que propiciou o surgimento das sociedades cindidas em classes. Este excedente propiciará uma acumulação de forma ainda mais aguda no modo de produção capitalista, sendo um de seus elementos constitutivos essenciais.

Marx afirmou que este sistema para que em quaisquer locais se estabeleça requer uma acumulação inicial, que ele denominou “acumulação primitiva” ou “acumulação originária”. Em capítulo destinado ao tema narra, em um contexto de revolução industrial na Inglaterra, a forçada expulsão dos camponeses de suas terras em clara funcionalidade aos objetivos da burguesia industrial nascente, que necessitava de espaços enormes no meio rural para de lá tirarem matérias-primas para as suas indústrias e incorporar força-de-trabalho proveniente desses campos. Esses camponeses, antes produtores autônomos, serão assim proletarizados. Resumidamente, tal processo

teve as funções de: separar os camponeses das terras que cultivavam para o seu sustento (nesta condição produziam para si os produtos de que necessitavam para a sua vida), tornar estas mesmas terras meio de produção de matérias-primas para as emergentes indústrias citadinas e também colocar sob a disciplina dos industriais esta força-de-trabalho deserdada, no interior do espaço fabril. Neste sentido, é clássica a afirmação do autor a respeito da expulsão dos homens dos campos promovida pelas ovelhas:

Na Escócia, as propriedades fundiárias adquiriram um valor novo pelo desenvolvimento da indústria [...]. Para produzir lã em grande escala, era preciso transformar os campos de lavoura em pastagens. [...] Era preciso concentrar a propriedade: era preciso erradicar as pequenas fazendas de arrendatários, expulsar milhares deles da sua terra natal e substituí-los por [...] pastores encarregados de cuidar de milhões de ovelhas. [...] A propriedade fundiária resultou, na Escócia, na expulsão dos homens pelas ovelhas (MARX, 1985, p.114).

Não obstante a pauperização em níveis elevados a que a grande maioria da humanidade foi submetida com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, este se revelou como a maior máquina de acumulação presente na humanidade. Elevadíssima produção de bens que fez com que os países que conseguiram avançar industrialmente tivessem que procurar fontes de escoar suas mercadorias para além de suas fronteiras. Nas palavras de Marx e Engels (2012, p. 3)⁷: “A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contatos em toda a parte”. E assim aconteceu.

A Era das Navegações deve ser entendida enquanto momento de busca de novos mercados e de condições de mercado favoráveis aos Estados europeus. A colonização da América promovida por Espanha e Portugal é, assim, parte integrante de um quadro de alterações profundas ocorridas na Europa, sobretudo a partir do século XVI. Observemos:

⁷ Disponível para download em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista>.

O descobrimento da América, a circum-navegação de África, criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio [Austausch] com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um surto nunca até então conhecido, e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desmoronamento (MARX e ENGELS, 2012, p.2).

De todo este quadro, apreendemos que o modo de produção capitalista foi o único capaz de se generalizar por todo o mundo.

Há evidentes diferenças entre a colonização que os portugueses praticaram na Índia e aquela levada a cabo na América. Na primeira, este termo era entendido simplesmente como “o estabelecimento de feitorias comerciais” (PRADO JR, 2008, p. 22); na segunda forma de “colonização” “para os fins mercantis que se tinham em vista” se fez necessário “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio” (IDEM). Marini, em seus estudos, procura apreender as especificidades que se delinearão na América Latina a partir de sua relação de dependência com o continente europeu. Quanto à função desta região, no momento de sua “incorporação” pela Europa afirma:

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, [...] contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento, que [...] permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140)

No continente americano como um todo houve distinções significativas entre a forma de colonização estabelecida na zona

temperada e a que ocorreu nas zonas tropical e subtropical⁸. Estudando a América do Norte, Paul Leroy-Beaulieu (1874) observou grandes diferenças na forma de colonização das zonas temperadas - Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia, Nova Jérsei etc, bem como o território onde viria a ser o Canadá - locais esses onde se estabeleceu a pequena propriedade e o camponês enquanto agente humano típico; e aquela forma de colonização promovida em áreas situadas ao sul da baía de Delaware - zonas subtropicais tais como Carolina e Geórgia - onde o que se consolidou foi a grande propriedade rural, trabalhada por escravos, forma denominada *plantation*⁹.

No que diz respeito ao primeiro tipo, colônias de povoamento, este só se deu de forma significativa a partir do século XVII e devido a dois motivos principais. O primeiro é a intranqüilidade provocada pela situação conturbada na Europa e sobretudo da Inglaterra, imersa em lutas político-religiosas, que provocará o deslocamento de contingentes populacionais oriundos do Velho Continente durante mais de dois séculos. O segundo motivo foi a já citada expulsão dos camponeses de suas terras, promovida pelos ingleses. Destes deserdados da terra, muitos de lá afluíram com o sonho de construir uma nova vida além mar.

O que os colonos dessa categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no Continente de origem já não lhe são mais dadas. [...] Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada (PRADO JR, 2008, p.23-25).

Sendo o objetivo desses colonizadores preponderantemente “povoar”, construir uma terra para lá viverem em paz (o que foi facilitado até pelas condições naturais muito semelhantes às de seu

⁸ A referência para tal classificação é Paul Leroy-Beaulieu, através da obra *De la colonisation chez les peuples modernes*(1874).

⁹ De toda forma, também as colônias de povoamento estabelecidas, encontram-se articuladas ao movimento mais geral do capital naquele momento; basta que lembremos, por exemplo, da fuga do continente europeu daqueles camponeses expulsos de suas terras, sendo esta expulsão meio de potencializar a revolução industrial naquele momento.

continente de origem) e não explorar com a intenção do comércio externo, estas foram por isso chamadas colônias de povoamento.

Já o processo de colonização ocorrido nas áreas tropical e subtropical, dá-se sob outra orientação. Apesar de não ser o fator determinante, o clima e as características naturais tiveram peso importante sob dois aspectos. Primeiro, este habitat em nada semelhante ao da Europa dificulta aos colonizadores que estes o concebiam enquanto possível local de morada definitiva, local onde possam construir sua vida e uma nova nação. E, em segundo lugar, este mesmo clima hostil à sua vivência proporcionou-lhes uma imensa vantagem, mas em termos de exploração: a produção de gêneros muitas vezes altamente vantajosos economicamente - como o açúcar - que não encontravam, na Europa, condições ideais de cultivo. “A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isso que estimulará a ocupação dos trópicos americanos” (IDEM, p. 27).

Tocar nestes aspectos é crucial, pois todos se constituem enquanto explicações para a forma de colonização aqui instalada, por excelência “por exploração” e que também propiciou a constituição de uma estrutura fundiária “em torno da grande propriedade monocultora visando ao mercado externo” diferentemente das colônias de povoamento onde “produziu-se principalmente em torno da pequena propriedade e do consumo interno” (SILVA, 2008, p. 27).

2.2 As origens do latifúndio monocultor escravista no país

*“Enquanto em muitas das regiões da Europa o desenvolvimento do capitalismo acelerava a destruição dos laços servis, no mundo colonial reinventavam-se a escravidão e a servidão para fomentar a acumulação de capitais nas metrópoles”
(Lígia Osório Silva).*

Já assinalamos que a chegada dos portugueses ao território brasileiro se deu como desdobramento da política de expansão comercial europeia e de forma diferente de suas colônias estabelecidas na Ásia, que se constituíam enquanto simples entrepostos onde compravam especiarias e metais preciosos e os revendia a preços que lhes proporcionavam elevadíssimas taxas de lucro no continente europeu. Apesar de praticarem um escambo rudimentar com os

indígenas muito mais com o intuito de deles se aproximarem que com objetivos comerciais, estes nativos pouco ou quase nada poderia lhes oferecer de imediato. Então, o que puderam de início foi se dedicarem à exploração de recursos naturais, como o pau-brasil; o que, de toda forma, não lhes provocou nenhum grande encantamento com a sua nova colônia. Seu outro vizinho ibérico, a Espanha, tivera mais sorte e logo encontrara metais preciosos em suas colônias.

Mesmo assim, a intensa concorrência internacional forçou com que os lusitanos promovessem aqui alguma forma de protegerem este território da invasão por outras potências comerciais. Dessa forma, instituíram as capitanias hereditárias, em 1534. Neste sistema,

Como propriedade particular, os donatários receberiam apenas dez léguas de terras, que poderiam tomar onde quisesse, contanto que [...] repartidas em quatro ou cinco partes, separadas, no mínimo, por duas léguas entre si. O restante das terras deveria ser distribuído por eles na forma de sesmarias, segundo as Ordenações do Reino. (SILVA, 2008, p.35)

Esta foi uma forma encontrada pela Coroa portuguesa para promover a colonização particular do território e o donatário, nestas condições, prestava-se como seu representante. A enormidade do território aliada a condições naturais do país, entretanto, foram situações que impediram que particulares levassem à frente tarefa tão complicada. Efetivamente no que diz respeito à terra, o que realmente vigorou foi a apropriação da mesma através das *Ordenações do Reino* (até meados do séc. XVII); e a propriedade particular da mesma mediante a concessão de sesmaria pela Coroa.

Discorramos um pouco sobre a origem das sesmarias. Estas foram criadas em Portugal como solução interna para a grave crise de abastecimento que assolara aquele país em fins do século XIV. Punia-se os grandes senhores que mantivessem as terras ociosas ou que não as arrendasse para que alguém as cultivasse. A Coroa as tomava e as repassava a outros que promovessem o seu aproveitamento e assim respeitasse o interesse coletivo. Desta forma tanto se evitava o esvaziamento dos campos quanto o desabastecimento das cidades (SILVA, 2008).

Portugal considerou o território descoberto como seu e concedeu as sesmarias como título que garantia unicamente o uso da terra, sendo

que os recebedores deveriam torná-las produtivas, sob pena de perder este direito. Entre as *Ordenações do Reino* sempre se apresentava um “prazo estipulado para o aproveitamento, findo o qual as terras poderiam ser dadas a outras pessoas, e a recomendação ao governador de que “não deis a cada pessoa mais terra que aquela que segundo sua possibilidade verdes ou vos aparecer que podem granjear e aproveitar” (IDEM, p. 47). No entanto, a concessão de enormes áreas a particulares é que veio a se tornar regra, principalmente com o objetivo de promover a rápida ocupação de tão grande território. Uma cultura em especial corroborou para tal situação: a cana-de-açúcar.

O açúcar foi o primeiro gênero de elevado valor comercial que pôde ser aqui produzido e levado ao Velho Continente. Assim, a cana-de-açúcar se tornou rapidamente o gênero agrícola que mais fez avançar a colonização do país, gênero que demandava grandes áreas para o seu cultivo e condições naturais ideais encontradas sobretudo na costa litorânea. Aí mais uma vez se percebe explicitamente os objetivos da metrópole em relação à sua colônia: aquela atendeu com extrema prontidão àqueles que solicitassem sesmarias com o intuito de estabelecerem engenhos de açúcar. Mas, isto suscita um grande problema: quem trabalharia nestas fazendas de açúcar e desbravaria uma natureza e clima tão hostis para poucos braços¹⁰? Ora, a insuficiência quantitativa da população de Portugal era flagrante:

A maior parte de seu território se achava, ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros [...] como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século (PRADO JR, 2008, p.28).

Este problema só veio a ser resolvido, na Colônia, com a utilização do trabalho compulsório, o que foi facilitado sobremaneira pela experiência que Portugal já possuía com o tráfico de escravos.

¹⁰ A agricultura camponesa, tendo em vista o caráter predominante de sustento de sua exploração, normalmente explora pequenas áreas e com diversificados gêneros alimentícios. Entretanto, a inicial opção portuguesa pelas grandes lavouras inviabiliza que camponeses, que empregam escassa força de trabalho, levem à frente a tarefa de cultivar em áreas tão intensas; até porque isto fugiria aos seus objetivos.

Também não interessava à potência ibérica sob hipótese alguma promover aqui uma colonização que propiciasse a formação de unidades familiares de produção e levadas a cabo por homens livres, que se utilizasse de pequenas áreas, à semelhança do modelo camponês. Ora, neste caso a tendência natural seria a constituição de um modelo que privilegiava uma produção interna, destinada ao sustento desses mesmos camponeses. Desaparecia aí o caráter mercantil claramente definido, que é a exportação. Em outros termos, uma legião de colonos livres (ao invés de escravos) combinados à situação de farta de disponibilidade de terras, tornaria aqueles imediatamente “proprietários produzindo para o seu próprio consumo”, consumo interno, sem qualquer vínculo com os objetivos comerciais da metrópole.

Apontemos outra característica assumida pela estrutura agrária no período considerado. O esforço que é despendido na produção de determinados gêneros de elevado valor comercial e tendo em vista o foco exclusivamente comercial das atividades e as características da força de trabalho que virão a executá-las, forçam com que se opte por uma produção agrícola especializada, de um produto determinado, em detrimento da diversificação de atividades. Têm-se assim, a monocultura como outro aspecto fundamental da estrutura agrária que aqui se instala.

De todas as situações apontadas deriva a estrutura fundiária nacional neste período, que se assenta no latifúndio monocultor escravista exportador. Na síntese de Prado Jr (2007, p.48) :

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.

Apresentados condicionantes que propiciaram a constituição da estrutura fundiária do Brasil colonial, aspecto fundamental para o estudo, apresentemos agora, de um ponto de vista mais geral elementos sobre a economia colonial.

Fernandes (2008) dá-nos importante alerta: não confundamos esta estrutura econômica interna com o capitalismo em sua forma plena¹¹. É capitalismo comercial em seu sentido pleno apenas ao nível das trocas mercantis com o exterior. Nas palavras do autor:

O capitalismo como modo e sistema de produção constitui uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil. Ele não estava incubado no antigo sistema colonial, organizado de forma capitalista apenas no nível da mercantilização dos produtos tropicais; e ele só se expandiu, realmente, graças à desintegração do sistema de produção escravista” (FERNANDES, 2008, p. 172-173).

São três as lavouras mais importantes do período colonial, a saber: a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco.

Com relação à cana-de-açúcar, foi ela quem possibilitou o estabelecimento do europeu no território brasileiro. Distribuiu-se amplamente pela colônia, mas, em termos comerciais reduziu-se a certas áreas litorâneas. É lá que normalmente encontravam condições edafoclimáticas ideais para o seu cultivo. A grande lavoura apresentava-se, segundo alguns autores, como uma “miniatura do mundo”: o engenho, onde se dava a manipulação da cana e sua transformação em açúcar; a casa-grande, onde reside o senhor; a senzala, habitação dos escravos; oficinas etc. As terras possuíam divisões para o cultivo da matéria-prima da produção, pastagens para a alimentação dos animais usados durante a produção etc. A presença do trabalho escravo é marcante e o seu quantitativo era fator para se avaliar o poder do senhor e o potencial dos engenhos: 80 escravos no mínimo indicavam um engenho de primeira ordem.

O algodão começou a ser exportado apenas após o terceiro quartel do século XVIII, sendo a capitania do Maranhão o local onde alcançou maior importância econômica. O grande impulso para esta produção fora derivado a uma série de progressos técnicos no referido século, a invenção do tear mecânico em 1787, por Cartwright é um exemplo. Pelas próprias características da cultura (preferência por regiões mais secas) esta se espalhou por várias regiões interioranas do país, tais como o sertão baiano e mineiro. Contudo, foi uma febre

¹¹ Embora saibamos que no plano mundial a empresa colonial já se encontrava estabelecida.

momentânea e por dois motivos básicos: dificuldades no seu transporte até os setores de embarque e da concorrência com o produto das áreas norte-americanas, que incorporando maior progresso técnico, aumentou de forma significativa a sua produtividade.

Quanto à terceira cultura a que nos referimos, o tabaco, esta apresentou larga importância nas exportações em princípios do século XVIII. Foi também uma cultura que se espalhou por todo o território, tendo papel importante para o escambo de escravos do continente africano. Algumas das áreas de produção importantes foram: Cachoeira (na Bahia) e sul de Minas (Airuoca, Carrancas, Baependi e Pouso Alto). Foi a lavoura que se fez com mais cuidados: adubação, transplante, proteção contra insolação excessiva, podas etc, “fatores que reduzem as vantagens relativas da cultura em larga escala” (PRADO JR, 2008, p.152). Também, por dispensar complexas instalações para o seu preparo, pôde ser cultivado por lavradores modestos.

A outra atividade econômica importante durante o período colonial foi a mineração. Iniciou-se no século XVIII, mas no início do século XIX já caíra na sua ruína final. A área mineradora do país se disseminara em larga área: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A rapidez com que declinou deveu-se principalmente às características de sua extração no país, basicamente recolhido nas camadas mais superficiais do leito dos rios; à medida, no entanto, que se aprofundava solo adentro, expunham-se de imediato a incapacidade de sua extração devido à ausência de materiais e de técnicas para tal. Prática comum se tornou arranhar as superfícies até a profundidade onde poderiam retirá-lo e daí partir para a busca em novas áreas: “aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. É esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu [...] deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição dos recursos naturais (IDEM, p.169)”. No início do século XVIII, diante da quase extinção destes depósitos mais superficiais, quem ainda tentará restabelecer esta mineração sob outras bases serão principalmente ingleses, em 1824; de toda forma, produção com relativa importância só será encontrada em Minas Gerais. De forma distinta das outras atividades econômicas, a mineração, desde o seu início, foi objeto de constante vigilância da Coroa sendo o pagamento à esta mediante 1(um) quinto do extraído, a única grande preocupação daquela em relação a esta atividade. No que diz respeito à organização da extração colocaram-se dois tipos: 1. Lavras, que compreendiam até dezenas de trabalhadores sob direção única e em local fixo, onde se dispunha de algum aparelhamento e 2.

mineração realizada por indivíduos isolados que se utilizam de poucas ferramentas, sendo assim nômades (PRADO JR, 2008). Não obstante, a barbárie ambiental provocada, cabe lembrar o papel crucial representado pela mineração no avanço da ocupação territorial para além da faixa litorânea, uma vez que o alto valor comercial do ouro e diamantes compensava as enormes dificuldades derivadas de escassas vias de transporte. A pecuária, embora atividade tipicamente acessória quando se pensa em relação ao comércio colônia-metrópole, foi também importante para a população colonial, para a alimentação nas regiões interioranas.

No que diz respeito à produção de diamantes, esta se deu, de forma legal, unicamente no Distrito Diamantino, que compreende a atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Assim que descoberto o minério, toda a região foi cercada, sendo que seus moradores até para de lá deslocarem deviam pedir permissão ao Intendente, unicamente subordinado à Metrópole, lá instalado. Tal Intendente figurava, em seus plenos poderes: não haviam juízes, nenhuma autoridade superior ou paralela, aquele poderia decretar do confisco dos bens dos moradores até a pena de morte civil sem forma de processo ou recurso, “verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia” (PRADO JR, 2008, p.180) se tornou o Distrito. A exploração dos diamantes deveria ser realizada unicamente pela Coroa e por sua conta, sendo que para tal empreitada contava com a utilização da força de trabalho escrava alugada junto aos possuidores da região. Fizemos questão aqui de apontar características da exploração de diamantes no país com o intuito sobretudo de mostrar a que nível “tirânico” chegou a relação de subordinação promovida por Portugal em relação à sua colônia.

Citadas as principais atividades econômicas do Brasil colonial, detenhamo-nos agora aos aspectos centrais que as perpassam.

Um primeiro elemento central, sem dúvida, é o predomínio da grande unidade, seja no caso da agricultura (cana-de-açúcar e algodão) seja até mesmo no caso da extração do ouro, na forma das lavras. Subsistiram outras formas, tais como plantações para a subsistência ou, no caso da mineração, os faiscaidores individuais; de toda forma, puramente de subsistência realmente. O trabalho escravo foi também componente fundamental em todas as atividades. Vimos, no caso do engenho de açúcar, este, quando de grande porte, contava com cerca de 80 escravos; na cultura do algodão em torno de 50 por lavoura, nas lavras de ouro chegava-se a algumas dezenas. A exploração baseada em técnicas rudimentares, levadas a cabo por escravos sem quaisquer treinamentos e materiais para fazê-la, foi a regra em praticamente todas

as atividades, donde a degradação sem precedentes do meio-ambiente foi uma consequência imediata; tanto na ampla devastação, potencializada, por exemplo, pelos grandes gastos com lenha nos engenhos ou abertura de novas áreas de plantio, quanto no caso na extração do ouro no leito dos rios.

Aspecto central da economia colonial, que enfatiza Silva (2008) é o “exclusivo” metropolitano. Portugal detinha a exclusividade tanto da compra dos produtos oriundos da colônia quanto da venda dos seus produtos para esta. O fundamental era a garantia do máximo possível de sobrelucros, o que também explica a opção pela estrutura de grandes propriedades e de um tipo de máxima exploração da força de trabalho, o que foi alcançado através do trabalho escravo a que tanto fizemos referência.

Nota-se assim, neste período tratado, o germe de uma organização econômica e social extremamente concentradora, possuindo a questão da propriedade da terra, ou seja, do seu acesso restrito a uns poucos, papel importantíssimo nesta configuração.

2.3 Independência Política do Brasil

Tracemos um quadro geral sobre as condições da colônia para que entendamos como a independência deste emerge.

No que diz respeito ao controle sobre a apropriação das terras, sobretudo a partir do século XVII, iniciara Portugal um processo de maior rigidez, através de medidas como a obrigação de pagamento de foro pelos concessionários, fixação do tamanho das concessões e por último, a necessidade de confirmação pelo rei das mesmas (SILVA, 2008). Tais mecanismos muito longe de aumentarem o controle efetivo da Coroa, possibilitaram a escalada da ilegalidade, devido à ênfase exagerada no burocratismo e poucas ações claras e diretas diante da situação.

Diante de tal quadro, nos anos de 1700, a disseminação da apropriação ilegal, pela simples posse, acabou por se tornar prática corriqueira. Tal artifício que nos primeiros tempos da colônia era comumente utilizado pelos colonos de pequenos cabedais (que assim não possuíam condições para pedir uma sesmaria) se generalizou também entre os grandes possuidores. Uma manifestação desta situação complicada começava a se evidenciar: conflitos entre os posseiros e os detentores das sesmarias, bem como destes dois grupos com as autoridades coloniais. Isto significava efetivamente que embora os controles da metrópole tivessem aumentado, não estavam cumprindo o

seu papel na prática. Internamente, “as autoridades coloniais continuaram a conceder sesmarias em terras ocupadas, o tamanho [...] continuou a ser desmesurado e o das posses também [...] e não havia nenhuma informação sobre a quantidade de terras apropriadas” (SILVA, 2008, p.74).

Dois elementos essenciais em todo o momento devem ser considerados. O primeiro é entender que a forma assumida pela agricultura: predatória, no sentido de destruir de forma rápida os recursos naturais (devido aos métodos rudimentares utilizados) e extensiva, por necessariamente ter que se apropriar de locais intocados, constitui-se como fator crucial de estímulo à constante ampliação de novas áreas para cultivo. O segundo aspecto, que na verdade comporta o primeiro, é que, promovendo medidas de regularização ou construindo mecanismos mais rígidos sobre o processo de apropriação das terras, a metrópole não está, sob qualquer prisma, preocupada com a “questão agrária”; muito menos está preocupada com os destinos posteriores da sua colônia. Quer na verdade simplesmente manter as rédeas do processo, e com isto o controle do destino do Brasil para que este continue exercendo aquela função essencial, que é lhe garantir enquanto colônia o máximo de excedente, ou seja, lucro. Apenas isto. Evidência de que em nada estão preocupados com o problema das grandes propriedades é que a extinção de um elemento fundamental deste sistema, que é o trabalho escravo, jamais foi cogitada pela metrópole até então.

Quando salientamos o relacionamento metrópole x colônia, também jamais desconsideramos nesta análise a “luta de classes”, que ocorre incessantemente. No período aludido a própria manutenção do trabalho escravo é peça-chave da manutenção da estrutura colonial e dos senhores que deles se servem para compensar perdas no seu relacionamento com Portugal, como veremos a seguir.

Fernandes (2010) nos apresenta a posição vulnerável dos senhores rurais da colônia em relação a esta mesma metrópole e o porquê de os dinamismos do capitalismo comercial não lhes favorecer, aspecto também fundamental para a análise que a aqui nos propomos. Extensa a citação a seguir, mas necessária por conter elementos essenciais para a compreensão do aludido caráter vulnerável. Observemos:

Os processos econômicos que ligavam tangencialmente a grande lavoura ao mercado externo [...] desenrolavam-se na metrópole ou nos

países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle econômico do mercado dos produtos coloniais [...] O que ficava nas mãos do produtor não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas [...] uma espécie de remuneração à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais. [...] Por todas essas razões, o sistema colonial forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna. Ela era compelida a especializar-se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma, tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais [...]. **Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos, resultando do conjunto que essa unidade produtiva possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes.**¹² Isto contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único pólo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem o controle econômico vindo de fora. (FERNANDES, 2005, p. 41-42)

Aí se evidencia fundamentalmente o objetivo maior que engendrava o sistema colonial. Fora constituído tendo como principal função a drenagem do máximo de riqueza do território colonial para a pátria-mãe. Expõe o mesmo autor que o momento mais importante do circuito e que poderia possibilitar à colônia algum dinamismo econômico se realizava fora do ambiente da colônia: “desenrolavam-se na metrópole ou nos países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle econômico do mercado dos produtos coloniais” (IDEM). A situação se torna ainda mais dramática ao levarmos em consideração que os senhores da colônia se veem no sistema auferindo uma simples “remuneração à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais”.

¹² Grifos, em negrito, nossos.

Pouco captando deste circuito, eles têm que recorrer aos limites de sua grande exploração agrícola para se manterem no negócio. Esta e o seu séquito de características tão negativas - trabalho escravo e agricultura predatória e especializada - dão o tom difícil do quadro econômico em que estavam inscritos os senhores; mas sobretudo trágico aos escravos, extenuados ao limite para compensar as perdas do senhor no sistema como um todo. Assim, a grande lavoura e o seu dono, o senhor, encontravam-se privados de quaisquer alterações significativas a seu favor, devido a uma verdadeira pilhagem econômica promovida pela metrópole: é esse o retrato do “esbulho” colonial, a que Fernandes faz referência em sua obra. Evidencia-se que uma das bases essenciais da relação metrópole x colônia é a condição de heteronomia a que estava submetida a segunda em relação à primeira. Caráter heteronômico ainda agravado pelo horizonte cultural destes senhores rurais:

O típico senhor de engenho da era pioneira era, de um lado, agente humano de conquista (daí precisar ser nobre e militar) e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio). [...] Lucro, ganho, risco calculado, nada disso exprime o que ele perseguia, [...] que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia. (FERNANDES, 2005, p. 40-41)

Entretanto, no século XVIII se configurou uma nova conjuntura tanto no plano mundial quanto na própria colônia e que concorrerá fortemente para a alteração deste quadro.

Portugal já não fazia parte do grupo das grandes economias europeias desde o século XVII; quem assumiu este posto foram a Inglaterra e a França, que duelavam entre si a todo momento. Aliás, foi a invasão do território português por Napoleão, exigindo que o país ibérico aderisse ao bloqueio continental à Inglaterra, que forçou com que o soberano português D. João embarcasse para a colônia com sua extensa comitiva - cerca de 10.000 pessoas - e ao mesmo tempo propiciou a intensa aproximação lusitana com os britânicos.

Ainda antes de chegar ao Rio de Janeiro, que passaria à condição de sede da monarquia, assinou o monarca decreto que abria os portos da colônia, “franqueando-os ao comércio internacional livre” (PRADO JR, 2006, p.127); isto devido sobretudo ao fato de que a metrópole estava no momento “invasa” pela França. Vulnerável em todos os sentidos,

Portugal se amparou na Inglaterra, que cobrou um alto preço. Com a abertura dos portos, o país ibérico já perderia de imediato a sua “galinha de ovos de ouro”, um dos pilares da economia colonial, representado pelo “pacto colonial”, que é a já referida exclusividade de comerciar com a sua colônia. Exclusividade tanto na compra como na venda dos gêneros coloniais. A este respeito é necessário destacar fato notório que ocorria em nível internacional neste mesmo século XVIII: a consolidação do capitalismo industrial, que de modo contrário ao comercial, rejeita qualquer tipo de pacto. Como bem diz Prado Jr, para o capitalismo industrial “só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados mundiais” (IDEM, p. 124).

Aberto o comércio ao exterior, procedeu-se à fixação das tarifas de importação em 24%. A Inglaterra terá uma preferencial de 15%, abaixo da metrópole portuguesa, por mais incrível que pareça. Com tanto favorecimento à importação, a potencial produção nacional que poderia advir com tal “liberação econômica” foi engessada. Situação paradoxal: a abertura da economia brasileira para o mundo representou-lhe um retrocesso, tendo em vista que ocasionou o fortalecimento da tradicional grande lavoura colonial e deprimiu possibilidades de um inicial desenvolvimento “para si”.

Deixemos claro o objetivo da exposição até aqui: apresentar uma visão aproximada da conjuntura internacional e nacional nas vésperas da independência, com o intuito de entender os condicionantes e desdobramentos desta última. Breve retomada dos principais aspectos tratados é importante para que possamos prosseguir. São eles:

1. Caráter altamente desigual na relação entre colônia e metrópole, que compromete intensamente os ganhos do senhor rural e deprime quaisquer possibilidades de dinamismos oriundos do capitalismo comercial à colônia;

2. Conjuntura internacional que apresenta a consolidação do capitalismo industrial e o seu tensionamento para o fim do pacto colonial, na segunda metade do século XVIII ; um dos pilares da economia colonial;

3. Após o fim do “pacto colonial” referido no elemento anterior, depressão de possibilidades de desenvolvimento de uma economia interna no momento da abertura dos portos, devido à insuficiente capacidade de o país concorrer com o exterior (agravada pela reduzida taxa aplicada às importações, sobretudo inglesas) e;

4. Finalmente, no que diz respeito diretamente ao nosso estudo, a excessiva burocratização levada a cabo pela metrópole em torno da questão da apropriação territorial.

Somando-se aos aspectos acima elencados, o expressivo crescimento populacional, territorial e econômico apresentados pela colônia no decorrer do século XVII, configura-se um quadro que certamente concorreu para que as elites nacionais pensassem e lutassem pela independência política da colônia, enquanto meio de elevação do seu poder.

Assim, força decisiva é empreendida por elas neste sentido. Defendemos que por mais que outros fatores tais como: a ocupação do território português por Napoleão ou a consolidação do capitalismo industrial tenham sido importantíssimos no quadro geral em que aquela ocorre, reconhecer a obstinação da elite nacional é fundamental. Isto, sobretudo porque é através desta sua decisão é que conquistarão posição privilegiada e controlarão os rumos do novo país.

Neste amplo quadro traçado, a chamada Revolução Liberal do Porto (ocorrida em 1820, em que as lideranças políticas lusitanas exigiram o retorno de D. João VI para Portugal e a elaboração de nova constituição extremamente desfavorável à colônia) não figura senão enquanto gota d'água para o acirramento do ânimo dos nacionais e a conseqüente adoção da independência enquanto bandeira fundamental. E as elites coloniais fizeram a revolução da independência! “Revolução” sob duplo aspecto: tanto politicamente (por trazer à tona uma situação nova que foi a não dependência formal dos lusitanos) quanto por se constituir como o momento inicial para a constituição de uma sociedade nacional.

2.3.1 No que diz respeito à “questão agrária” e à estrutura social: “Troca-se de Roupa, Mantém-se a Mesma Pele”¹³

Atenhamo-nos, entretanto, ao caráter desta “revolução da independência”. As forças sociais que verdadeiramente a tornaram possível foram a aristocracia rural e outras elites nacionais. A independência que proclamaram equivalia, na realidade, à sua liberdade comercial. Lutavam “contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de

¹³ O trecho é uma alusão à frase que foi constantemente pronunciada por Machado de Assis: “Você pode trocar de roupa sem trocar de pele”.

dominação em todos os níveis de ordem social” (FERNANDES, 2008, p. 50).

Fundamentalmente, o objetivo maior foi calibrar completamente o Estado na direção do atendimento de todos os seus interesses, já que, nesta nova situação, o poder começaria a se impor e a se organizar a partir deste novo país e não externamente, como até então. Há elementos que caracterizaram a influência do “liberalismo” neste processo. Este foi importante por se constituir enquanto componente subjetivo que potencializou a mudança do horizonte cultural das elites nativas sob duplo aspecto: na forma de processos de consciência social vinculados à emancipação colonial (livrar-se do esbulho promovido pela metrópole) e necessidade de construção de um Estado Nacional (que permitisse a internalização dos centros de decisão). Liberalismo distorcido, em verdade, uma vez que “não desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um povo, mas de uma pequena parte dele, que lograra prestigiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade” (FERNANDES, 2005, p.62).

Sob este aspecto, a completa instrumentalização do Estado é o elemento característico fundamental da independência. Obviamente que as pretensões futuras eram a melhoria da condição econômica dos grupos dominantes, mas a revolução em si teve como eixo central a esfera política. Enquanto grupo protagonista da constituição de um Estado independente, sabiam que teriam com ele o seu lugar ao sol. Assim, adaptando as estruturas do poder político às condições agora internas (“internas”: é esse o diferencial) de integração e de funcionamento da ordem social vigente na colônia (ordem esta excludente, que se potencializou) as elites nacionais conseguiram que o anterior patrimonialismo que exerciam se transformasse em “dominação estamental propriamente dita” (FERNANDES, 2005).

Desta forma, a estrutura baseada na monocultura em grandes extensões e o trabalho escravo não seriam problemas a resolver. Em verdade, do modo como estava estruturada a vida econômica, o escravo se apresentava enquanto peça-chave. Por outro lado, a população escrava, representando naquele momento cerca de um terço da total, não teve qualquer participação; fator em parte explicado pela opção estrategicamente adotada de sua importação de diversas regiões da África, o que dificultava a associação entre os mesmos para a luta coletiva em quaisquer esferas. Mas explicável muito mais pela sua posição naquela sociedade: unicamente “máquina de trabalho”, excluída assim já por definição.

Portanto, se do ponto de vista político a independência política acarretou mudanças substantivas, o mesmo não se pode dizer das bases de produção do estatuto colonial: permanece a grande lavoura, ou latifúndio, como o centro da economia e o trabalho escravo a sustentando. É este o lado dramático da história: continuam privados milhões de brasileiros de quaisquer dinamismos desta nova quadra histórica. As alterações, insistimos, foram feitas unicamente no nível do poder político. Forjou-se um Estado independente e liberal somente em seus fundamentos formais. E para que conseguissem este intento, as elites foram extremamente habilidosas no sentido de evitar quaisquer envolvimento populares no seu desenvolvimento: o processo foi construído por elas e elas mesmas foram as únicas beneficiárias ao final.

Sob uma nova nação se mantinha a “questão agrária” no que diz respeito à permanência da grande lavoura e a persistência do trabalho escravo. Na verdade a potencializou, tendo em vista que se as decisões políticas agora viriam do próprio país, poderiam exercer os senhores rurais influência política direta para o atendimento de seus anseios.

No que diz respeito ao estudo que fazemos este foi mais um momento histórico chave perdido. Quando se pensa em uma nação minimamente democrática, tanto uma estrutura fundiária minimamente igualitária, quanto a inclusão de grupos marginalizados historicamente, são fatores de incontestável importância.

Finalmente, um aspecto extremamente importante. Da “queda de braços” entre o senhorio rural e a metrópole no que diz respeito à complexa rede de obrigações jurídicas para a apropriação das terras (a qual nos referimos) ficam claros os ganhos do primeiro lado. Silva (2008) afirma que o decreto do fim do sesmialismo, ocorrido em 17 de julho 1822 e a quase simultânea independência política do país decretada em 07 de setembro do mesmo ano não podem ser vistas como mera coincidência. Nestes termos,

[...] As contradições entre o senhorio rural da Colônia e a metrópole em torno da questão da apropriação territorial contribuíram também, significativamente, para a ruptura definitiva dos vínculos coloniais. [...] O ocaso do regime de sesmarias confunde-se com o processo de emancipação da colônia (SILVA, 2008, p.85).

“Em 1822, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história. [...] O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a

continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo” (IANNI, 2004, p.15-16). Esta continuidade na descontinuidade pode facilmente ser entendida a partir de uma frase que Machado de Assis pronunciava constantemente: “Você pode trocar de roupa sem mudar de pele”.

2.3.2 Relação entre a Lei Euzébio de Queirós e a Lei de Terras

A independência política ocorrida em 1822, representando vitória dos senhores rurais, preservou elementos arcaicos da época colonial, como a escravidão, base para a agricultura em grandes extensões e praticada desde o século XVI. Fernandes nos dá uma boa noção da nova situação em seu conjunto:

A “geração da Independência” (e as que a seguiram) propunha-se ao progresso econômico em termos nitidamente senhoriais, fazendo prevalecer os interesses da grande lavoura e da exportação como “a fonte de riqueza do país”. [...] Os esforços de modernização mais avançados paravam nas fronteiras do sistema econômico conglomerado, de acomodação, que privilegiava a ordem escravocrata e senhorial, reafirmando o primado das formas econômicas “arcaicas” na determinação do padrão de equilíbrio dinâmico de todo o sistema econômico (FERNANDES, 2005, p.212).

Tendo o tema “escravidão” papel central nesta nova fase, detenhamo-nos nele para avançarmos na abordagem que ora fazemos.

Como fato decorrente da consolidação do capitalismo industrial, a potência inglesa extingue o tráfico de escravos em suas colônias no início do século XVII e passa a pressionar para que os outros países que se utilizam desta prática também o faça.

Nação especialmente vulnerável à pressão britânica será Portugal, que a longo tempo se recolhera à proteção das asas inglesas. No entanto, através de atitudes dúbias com relação aos tratados pela abolição, conseguiu postergar ao máximo a extinção do tráfico, a tal ponto que a sua colônia americana se emancipou sem que nada de efetivo tenha sido feito neste sentido. Aliás, naquele ano de 1822, houve o maior desembarque de escravos neste território até então, cerca de 40 mil. Esta elevação se explica sobretudo pela expansão das atividades

econômicas, que tinham o trabalho compulsório como base (PRADO JR, 2006).

A Inglaterra usará como moeda de troca a sua posição de mediadora no processo de reconhecimento internacional do Brasil como “nação independente” para mais uma vez requerer a extinção do tráfico de escravos. Assim é promulgada a lei em 07 de novembro de 1831, em que se proíbe o tráfico a partir de então. Não se pode avaliar o que aconteceria em contrário, mas o que efetivamente se deu foi que com a abdicação de D. Pedro I no mesmo ano, e assumindo seu posto seu filho ainda muito jovem, quem governaria em nome deste serão regentes pertencentes ao grupo dos senhores rurais, a quem a manutenção da escravidão e conseqüentemente do tráfico escravo eram fatores da maior importância. Obviamente a lei recém-promulgada não saiu do papel. Os cruzeiros ingleses é que a executarão dentro do possível, interceptando navios que fizessem o tráfico e muitas vezes usando de notável autoritarismo.

Com tanta resistência demonstrada pela antiga metrópole e pelo novo país, o Brasil, onde desembarcaram cerca de 50 mil escravos em fins da década de 1840, a Inglaterra toma uma atitude drástica. A declaração do *Bill Aberdeen*, medida tomada de forma unilateral pelo parlamento britânico em 08 de agosto de 1845, autorizava a interceptação de qualquer embarcação empregada no tráfico e até mesmo a perseguição - caso se fizesse necessária - em terra firme; o que significa que nem os contornos geográficos do país estrangeiro seriam respeitados. Tais medidas não se trataram de mera ameaça. Ocorreram realmente. Apesar de toda a hostilidade despertada entre os países, não tinha o Brasil condições mínimas de enfrentar frontalmente este seu novo desafio. Como forma de encerrar a humilhação que lhe era imposta pela corrosão da sua soberania, vê-se obrigado a ceder.

A Lei Eusébio de Queirós, de 04 de setembro de 1850, representará a primeira vez em que o Brasil tomou medidas efetivas para a extinção do tráfico de escravos. Cabe destacar até que grau foram capazes de chegarem as elites nacionais para a preservação de seus privilégios. Em verdade a abolição definitiva, mediante a aludida lei, deu-se em um quadro de quase guerra. “Nesse momento os ingleses iriam até a guerra declarada se necessário fosse: a ameaça se proferiu várias vezes no Parlamento britânico” (PRADO JR, 2006, p. 151).

Nos anos de 1850 outra medida de vital importância ao país foi tomada: a promulgação da Lei de Terras. Compreendemos como Silva (2008) e outros estudiosos que se dedicam ao tema, que a Lei de Terras de 1850 e a Lei Euzébio de Queirós apresentam forte relação de

intercomplementariedade. Para explicitar este ponto de vista, iniciemos por apresentar características gerais daquela primeira.

Apesar de certas divergências a respeito, parece-nos mais lógico pensar que o regime de sesmarias vigente até 1822 na colônia, apesar da validade jurídica do título recebido pelos sesmeiros, não significou que o detentor do mesmo possuísse a *propriedade privada* da terra, uma vez que detinha o direito de *uso* da mesma, mas o *domínio* era exercido pela Coroa portuguesa. Reforçamos esta afirmação ao lembrar que ao sesmeiro devia a obrigação de torná-la produtiva, sob pena de perdê-la caso não o fizesse. Aliás, é dessa relação que provém o sentido original do termo “terra devoluta”: no interior de Portugal já se concedia o título de sesmaria e aquelas terras em que o detentor do mesmo não as tornasse produtivas eram tomadas pela Coroa; nesse caso estas eram denominadas “terras devolutas”.

Devido à própria feição da agricultura aqui instalada (monocultora, ausente de técnicas e necessariamente em grandes extensões) o que vimos foi certa complacência das autoridades coloniais em relação à ocupação ilegal pela simples posse, desde os primeiros tempos. Tal processo se intensificou sobremaneira no período compreendido entre 1822 e 1850, com a suspensão da Lei de Sesmarias e a promulgação da 1ª Constituição Imperial, que não apresentava em seu corpo uma legislação específica sobre o tema. É por isto que este intervalo é conhecido pelos estudiosos da “questão agrária” como “fase áurea dos posseiros”. Interessante observar que no chamado direito costumeiro (consuetudinário) do camponês, trabalhar na terra é fonte de legitimação; o que certamente concorreu para se criar no imaginário social a ideia errada de que mediante o trabalho na terra apossada, alcançava-se a sua propriedade. Fica claro, quando observamos a histórica persistência da posse, que não só às enormes sesmarias concedidas pode ser atribuída a constituição do latifúndio no país. O posseamento ilegal tem importância enorme e se mostrou amplamente “adaptável à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se praticava” (SILVA, 2008, p.355).

Se negamos anteriormente que o título de sesmarias garantia a propriedade privada, a Lei de Terras de 1850 apresentou dispositivos legais que a introduziram no Brasil e possuía como um de seus objetivos resolver a confusa situação do campo. Diferentemente de até então, o título concedido reunia os direitos de *uso* e o *domínio* da terra (nos termos do *use* e *abuse*), o que sinaliza claramente que se estava passando para a fase de propriedade burguesa.

O próprio desenvolvimento do Estado nacional exige que se tenha clara a sua situação fundiária; também, o reconhecimento da propriedade, do ponto de vista jurídico, é algo extremamente importante para que o grupo dos grandes detentores de terras sejam reconhecidos como proprietários de fato e de direito.

Em seu artigo 1º a referida lei determina como único meio para a obtenção da terra a sua compra e no artigo seguinte proíbe a posse, inclusive sob pena de despejo e prisão. Atrelado à regulamentação da propriedade da terra está o incentivo à imigração. Observemos como se deu a operacionalização da referida lei.

Inicialmente, caberia aos particulares (sesmeiros ou posseiros) requererem às autoridades a demarcação das terras sob seu uso ou posse em prazo determinado; obtendo aí a legitimação ou revalidação das mesmas. Para tal, deveriam estar “cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual” (IDEM, p.154). Delimitadas todas as terras de particulares, o restante seriam aquelas que poderiam ser divididas em pequenos lotes e vendidas, ou seja, “terras devolutas” ou “vagas”, nova significação em relação ao seu sentido original. Os recursos oriundos desta venda seriam utilizados para o fomento à imigração. Neste aspecto é bom entender também que a divisão em lotes propiciaria a elevação do valor daquelas.

Em relevo, ficam o tom conciliatório da referida lei e a sua dubiedade com relação a aspectos fundamentais, ambas as características se manifestando enquanto clara tendência ao beneficiamento das elites. As posses poderiam ser regularizadas independentemente de seu tamanho e inclusive se permitindo a incorporação de outra parte vizinha que fosse devoluta. A própria elevação do preço da terra ou a exigência de sua compra como meio de apropriação impediriam que imigrantes pobres as adquirissem; situação que forçava que os que para cá viessem se tornassem força de trabalho para os latifundiários. Outra conseqüência favorável aos grandes fazendeiros com relação a este encarecimento da terra é que assim poderiam tentar que a mesma se tornasse garantia para crédito nas operações financeiras.

A dubiedade desta lei se manifestou sob várias formas: a) permissão aos posseiros continuarem nas terras onde habitassem e cultivassem, mesmo não obedecendo ao prazo estipulado para a legalização, desde que alegassem cultivo ou morada habitual; b) a manifesta necessidade do Registro do Vigário, mesmo que esse - segundo a grande maioria de advogados da época - não possuísse qualquer validade jurídica a partir da própria lei; c) a falta de efetividade

na sua aplicação, uma vez que, como já dissemos, atribuiu-se ao sesmeiro ou posseiro a obrigação de requerer a legitimação das suas terras ao invés de assumí-la de forma clara e d) a inexplicável abolição do imposto territorial, previsto no projeto de 1843 (que serviu de base a esta lei), mecanismo importantíssimo porque tanto permitiria angariar recursos para o apoio à imigração quanto desestimularia a perpetuação de grandes latifúndios improdutivos (SILVA, 2008).

Atentemo-nos a alguns detalhes importantes. Se por um lado a lei impedia que sujeitos com poucos recursos adquirissem terras a partir daquele momento (já que deveria ser comprada) esta mesma legitimava as terras daqueles que conseguiram em períodos anteriores a concessão da sesmaria pela Coroa de forma gratuita; bem como daqueles transgressores do período anterior que simplesmente as ocuparam via posse, que era ilegal. Fato importante de ser considerado porque o que se vê aí é um explícito ato de privilegiamento das elites rurais. Enfim, doação de grande volume de terras públicas para o domínio privado.

Mesmo tão favorável aos grandes proprietários, a condição primordial para que a Lei de Terras conseguisse atingir seus objetivos não foi atendida. Não fizeram quaisquer esforços no sentido de procurar as autoridades para os devidos encaminhamentos para a legitimação. Sesmeiros e posseiros pouca ou quase nenhuma importância deram aos sucessivos prazos dados para a legitimação e na verdade insistiam em fazer o contrário: continuavam a incorporar mais e mais terras através do posseamento. Evidentemente, a lei não atingiu os seus objetivos.

Nos anos 1880, ainda não era possível fazer um mapa, nem aproximado, das terras devolutas. [...] Em segundo lugar, a invasão dos terrenos devolutos continuava e o máximo que o governo imperial conseguiu fazer, *a posteriori*, era cobrar dos posseiros uma indenização pelas terras que ocupavam depois de 1854 (SILVA, 2008, p.200).

De posse dos elementos expostos a respeito da Lei de 1850, seus objetivos, forma de operacionalização e alcance efetivo, retornemos à afirmação feita anteriormente de que “a referida aquela e a Lei Euzébio de Queirós tem forte relação de interdependência”; para tal é necessário que desenvolvamos alguns outros aspectos sobre a escravidão.

A partir do início do século XIX não apenas a pressão externa se acentuava no sentido de sua abolição. Na verdade, até mesmo entre as elites internas havia vozes que a condenavam moralmente, porém

reconheciam que em termos práticos a ausência de escravos representaria grande ruína para sua sustentação.

De toda forma estava ficando cada vez mais claro que por mais que se postergasse, mais dia ou menos dia o problema deveria ser enfrentado. Prado Jr (2006) apresenta frase pronunciada em que o primeiro ministro, o liberal José Bonifácio de Andrada, explicita de forma esplêndida a estratégia usada pelos grandes latifundiários brasileiros face ao temível problema da libertação da sua força de trabalho:

É tempo de irmos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos para que saia um Todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política (José Bonifácio de Andrada e Silva *apud* PRADO JR, 2006, p.144).

O gradualismo aí expresso já encontramos evidenciado no caso da abolição, através da Lei Euzébio de Queirós. Vimos que esta se deu de forma efetiva apenas num estado de “quase guerra” imposto pela potência britânica e que, poucos anos antes de a mesma ser declarada, o número de escravos desembarcados anualmente se elevou para impressionantes 50 mil escravos. Este elemento somado ao fato de ter aqui ocorrido primeiramente apenas a abolição do tráfico e não a escravidão especificamente, demonstra-nos de forma indubitável o passo-a-passo adotado e ao mesmo tempo a completa instrumentalização do Estado nacional pela mesma.

É esta mesma estratégia geral que abarca a Lei de Terras de 1850. Com a mesma se introduz a propriedade burguesa da terra condicionando-a a quem tivesse recursos para adquiri-la (como qualquer outra mercadoria) excluindo os nacionais e imigrantes que possuíssem parques cabedais. Os grandes proprietários não teriam que desembolsar um tostão sequer para legitimar aquilo de que se apropriaram de forma indevida: flagrante ato de “grilagem” institucionalizada! Também outro

elemento fundamental é que a referida Lei proclamada em momento tão próximo à extinção do tráfico é mais uma evidência de que as elites plenamente entendiam que se encontrava em curso o caminho rumo à abolição definitiva; algo catastrófico seria a conjugação de terras livres e escravos livres. É neste sentido que José de Souza Martins trabalha com a tese de que a mercantilização da terra é parte crucial do processo de substituição do cativo do homem pelo cativo da terra. Ora, capital é acima de tudo relação social disciplinadora do trabalho e requer a separação do trabalhador do seu meio de sustento; nesse caso, a terra necessariamente deveria ser apartada do trabalhador. É nesse sentido que afirmamos a forte ligação da Lei de Terras com a abolição da escravidão, que representou um primeiro passo rumo à abolição plena da escravidão. Assim, independentemente se tenha ou não atingido todos os seus objetivos expressos a referida legislação foi crucial para a perpetuação do latifúndio.

No que respeita à exportação de gêneros tropicais, especialidade do Brasil colonial, em sua fase agora independente, o café virá para suplantando o lugar de centralidade anteriormente ocupado pela cana-de-açúcar. Na conjuntura internacional do século XVIII a beterraba aparece como novo produto fornecedor de açúcar, o algodão começa a ser produzido em terras norte-americanas e o tabaco deixa de ser importante, porque cessado o tráfico de escravos, perdeu aquele produto sua função no escambo. No entanto, ao que parece, o país vai perdendo sua condição de domínio muito mais por problemas internos que pelo surgimento de fortes concorrentes. Referimo-nos às precárias e rudimentares técnicas de produção utilizadas em todas elas, desde os tempos de colonização, que acarreta em relação a seus concorrentes, produtividades ínfimas. E não por serem executadas por escravos, em outras colônias em que a força de trabalho utilizada também foi a escrava, os processos eram outros e as produtividades mais elevadas. O modo extensivo de agricultura, pensado unicamente como forma de abrir indefinidamente novas fronteiras aparentemente infundáveis para a sua instalação (eterna fonte de acumulação primitiva de capital) é que parece ser o motivo determinante de tal configuração. Ademais, “se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigiria reformas profundas, econômicas e quiçá sociais” (PRADO JR, 2008, p.140). E convenhamos, reformas sociais representam tudo aquilo que as nossas elites nunca desejaram.

Em paralelo à decadência destas atividades agrícolas se deu a derrocada da região onde melhor se adaptaram, o nordeste do Brasil. E para piorar o seu quadro dramático se somam a abolição do tráfico de escravos e o surgimento de gênero agrícola de importância ímpar no centro-sul do Brasil, o café, artigo de luxo em países ocidentais a partir do século XVIII.

O sul, que se encontrava em fase de ascendência com o surgimento e já evidente êxito da lavoura cafeeira, também se beneficiou do insucesso do norte, ao iniciar a importação de escravos daquela região. Esta nova cultura muito necessita de força de trabalho especialmente em sua fase de colheita. Também contava esta região com quase ideais condições edafo-climáticas para a produção do cafeeiro. Sua marcha se inicia no Rio de Janeiro, seguido pelas áreas vizinhas de Minas Gerais e São Paulo até o Espírito Santo. Contudo, importância vital terá a região paulista do Vale do Paraíba, justamente no momento em que nos ocupamos o estudo (até 1850), reunindo nesta parte de São Paulo a maior riqueza e povoamento do país. Aí atingiu em poucos anos depois o seu ápice, e também o declínio, pelas mesmas causas já relatadas anteriormente: ignorância nas técnicas de produção e sobretudo manejo do solo, tão importante especialmente em culturas praticadas em elevadas altitudes, como o café. Como sempre, seguiu-se também o abandono das lavouras, a dispersão populacional e o empobrecimento da região.

Entretanto, rapidamente outra região paulista ocupará o lugar de centralidade na produção: o oeste paulista, sobretudo Campinas e se alargando até Ribeirão Preto. Prado Jr (2006) descreve a feição tão positiva desta região para o desenvolvimento da cultura:

Nesta nova região do oeste paulista, de relevo unido, as culturas se estendem em largas superfícies uniformes de plantações ininterruptas que cobrem a paisagem a perder de vista. Verdadeiro “mar de café” [...] Os cafezais da nova região sofrerão menos da ação dos agentes naturais. A declividade menor do terreno oferecerá certa proteção ao solo que conserva assim mais longamente suas qualidades. [...] Vantagens apreciáveis, a que vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil (terra roxa), particularmente para a cultura do café. (PRADO JR, 2006, p.164)

Sua topografia mais generosa ainda favorecerá mais cedo o desenvolvimento dos transportes. Se a produção anterior do Vale do Paraíba dependia do escoamento do porto do Rio de Janeiro, agora esta mesma se dará para o porto de Santos.

No que diz respeito à organização da produção, a lavoura cafeeira e seu vasto poder econômico perpetuará a estrutura clássica do latifúndio, monocultura e escravidão, vigente no país. Mantém-se o sistema *plantation*. Sendo o café o representante-mor numa fase agora “neocolonial” (termo usado por Florestan por nesta se perpetuarem a estrutura escravocrata e a dependência externa), as suas elites concentrarão não só o poder econômico e social, como as anteriores aristocracias do açúcar e da mineração, mas também deterão o poder político do Brasil.

Durante setenta e cinco anos se concentrará toda a riqueza do país em torno deste produto. O Brasil detém em nível internacional o primeiro lugar absoluto, exercendo um quase monopólio na exportação do mesmo. O café chegará a representar 70 % do valor total das exportações do país.

2.3.3 Aspectos globais acerca da economia em sua fase “neocolonial”

Tendo em vista que a independência nacional não rompeu, de forma imediata, com estruturas anteriores e fundamentais da economia colonial, sobretudo a escravidão, utilizou Fernandes (2005) o termo “neocolonial” para designar o curto período compreendido entre a independência e a abolição da escravidão.

Apontemos aspectos globais da economia nesta fase.

Apesar de a independência política não ter tocado no eixo escravidão, evidentemente tem importância econômica significativa, uma vez que com ela “os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses [...] internos e a se organizaram a partir deles” (FERNANDES, 2005, p. 83). Internalizaram-se fases da comercialização e o excedente econômico gerado no processo passa a ser utilizado para a satisfação de novas necessidades de bens de consumo dos extratos senhoriais. Isto além de retirar o agora país independente do isolamento promovido por Portugal nos tempos de colônia, inserindo-o no vasto mercado mundial.

Para tal inserção, novas bases deveriam ser criadas. Assim é a modernização quem assume o papel de elemento dinamizador, tendo inicialmente como função precípua equipar o país para a expansão de sua economia. O caráter desta modernização, no entanto, já indica a sua

feição futura. Agentes externos a “bancaram”. Aí se incluem a transferência de: firmas, tecnologia, capitais e de agentes econômicos. É nesses termos que Fernandes bem se refere à mesma enquanto “modernização induzida”. O mais interessante é que esta apresentava certas configurações que permitiam um controle externo distante e até relativa autonomia dos agentes nacionais. Tais características davam a impressão aos nacionais envolvidos em atividades urbanas, de que eles estavam com o completo controle da situação e que a rede de negócios estabelecida com o exterior, basicamente troca de gêneros agrícolas por bens manufaturados, era-lhes, e ao país, extremamente vantajosa. Jamais tais negócios foram percebidos enquanto meio de novo tipo de dependência econômica em relação aos centros hegemônicos. Enfatizam-se tais trocas com o exterior enquanto “fonte de riqueza, do conforto ou da segurança e como fator de civilização” (IDEM, p.123).

De toda forma, a economia agrária lhes ameniza esta situação de completa submissão. Isto mediante a crescente canalização de recursos daquela para o comércio urbano. Abramos breve parêntesis a respeito. À economia agrária sempre coube papel de matriz ou suporte para mudanças no país, entretanto jamais se beneficiou de dinamismos gerados por este processo. Eterna bomba de sucção de recursos que depaupera ao máximo o campo e alimenta, no momento que ora tratamos, dinamismos que irão se suceder no meio urbano (Fernandes, 2008). É também dentro dessa lógica que auxilia o desenvolvimento do setor novo da economia nacional, o comércio, um dos pilares desta nova fase econômica do país. Aos recursos absorvidos do campo se somam aqueles auferidos internamente do próprio comércio e que se multiplicam gradativamente. Assim, os agentes do comércio dinamizarão cada vez mais a economia das cidades, convertendo-se em promotores do desenvolvimento econômico tupiniquim. Por relativa independência econômica direta em relação ao comércio exterior, poderia selecionar entre aqueles dinamismos provenientes da já referida “modernização induzida” aqueles que lhe potencializassem, bem como se aproveitar diretamente de certas implicações dela oriundas.

De acordo com esta interpretação, [...] foi o complexo comercial que galvanizou, historicamente o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil.[...] O “negociante” transfigura-se no protótipo do *homo oeconomicus*, como se o “homem de negócios” (e não o “empresário”, que exista dentro dele) fosse o

demirurgo da criação ou da multiplicação das riquezas. (FERNANDES, 2005, p. 127)

É de importância enorme o surgimento desse setor novo para o desenvolvimento da economia interna, componente relativamente autônomo que como vimos se desenvolveu sabendo aproveitar algumas bases da modernização. Mas esta última transplantou para o Brasil modelos com o claro intuito de articular de modo dependente a economia nacional aos dinamismos dos centros econômicos. Não obstante sua posição relativamente privilegiada no circuito: aproveitando-se de algumas bases e/ou implicações da “modernização induzida” e sugando ao máximo recursos da economia agrária, não tem esse setor novo a menor capacidade de reter as tendências de dependência da economia nacional como um todo em relação às nações centrais. Ora, as economias periféricas são caudatárias das economias centrais e se organizam para, de um modo ou de outro, beneficiá-las (FERNANDES, 2008). Assim, constitui-se uma estrutura de mercado com característica dúplice: uma dimensão autônoma, uma vez que os processos são controlados a partir do interior do país periférico e outra dimensão estruturalmente heteronômica, já que mesmo controlados internamente têm como fim a alimentação dos centros hegemônicos. “Dupla polarização”, segundo a análise de Fernandes (2005). Anteriormente citamos o papel da economia agrária enquanto fonte de recursos requeridos pela expansão do comércio citadino; fazendo-o sem se beneficiar diretamente disto, enfraquece-se em relação a aquele e também perde a sua autonomia. O que queremos destacar é que assim, a partir desta fase neocolonial, configura-se uma explícita heteronomia no interior do próprio país, heteronomia dentro da heteronomia; o que alguns autores chegam a chamar de “colonialismo interno”. Tal situação manterá dramática a sobrevivência dos que dependem da venda da sua força de trabalho no campo, mesmo depois da extinção da escravidão, como veremos.

2.4 O Império finalmente cede às pressões pelo fim da escravidão

São tantos os aspectos apresentados que se faz necessária a enumeração de elementos centrais já colocados, para que avancemos em nossa análise.

A Lei de Terras de 1850 tem forte relação com a Lei Euzébio de Queirós no momento que possuem, mesmo implicitamente e travestido, o objetivo principal de evitar abalos significativos na condição

privilegiada dos latifundiários rurais diante de fatos que se desenharam em seu horizonte, o fim da escravidão sendo o principal deles. Tornar o pagamento obrigatório para a aquisição das terras a partir dali, mas legitimando o modo ilegal como fora feito até então por sesmeiros e posseiros, é um claro demonstrativo de quem deveriam ser os privilegiados e de quem seriam os segregados pela referida Lei de Terras. Fundamental pensar também que se instituindo a forma burguesa de apropriação da terra, antecipa-se a um problema que poderia se configurar logo à frente aos grandes proprietários: a indubitável extinção da escravidão e a ausência de legislação clara com relação à apropriação da terra poderia acarretar: 1. que estes escravos recém-libertos e os imigrantes pobres tivessem a ela o acesso, o que implicaria; 2. Ausência de força de trabalho para as grandes lavouras e potencial mudança nos rumos da apropriação territorial, que poderia assim se dar de forma minimamente equânime.

Abordamos aspectos globais da economia do Brasil, em sua fase neocolonial, utilizando-nos da interpretação de Fernandes, que afirma a “modernização induzida” enquanto base para importantes transformações e desenvolvimentos da economia nacional, mas com o claro fim de adaptá-la aos desígnios das economias centrais, típica “dupla polarização” do capitalismo dependente.

Também apresentamos a cultura agrícola sob a qual se manifestava a nova “velha cara” da estrutura econômica e social, o café.

Somando-se: o contexto de independência política, a abolição do tráfico escravo, a premente extinção da escravidão e o forte poder político das aristocracias do café nestes novos tempos, configura-se uma base extremamente premente de alterações. É partindo desta complexa base que agora nos direcionamos para o entendimento do processo tão demorado de extinção do trabalho escravo.

Planejada pelas elites enquanto etapa rumo ao processo de extinção do trabalho escravo, a abolição do tráfico implicou consequências até certo ponto imprevisas, mas que, ao final, concorreram para aquele objetivo traçado.

De imediato o grande valor antes desprendido na importação de força de trabalho agora se tornara livre nas mãos dos aristocratas. O que fazer com ele? As aplicações se concentraram naquilo que é a base para uma economia que se encontrava em franca integração ao mercado mundial: infra-estrutura, como por exemplo, construção de ferrovias. Mas também em empresas comerciais, financeiras e industriais. Merece salientar que nesta fase, a retomada do bom relacionamento com a Inglaterra, seriamente abalada com as hostilidades relacionadas ao

tráfico de escravos, será a responsável pela progressiva entrada de capitais britânicos no país.

Este intenso desenvolvimento concorrerá fortemente para as crises econômicas de 1857 e 1864, salva graças à franca expansão do papel econômico do “ouro verde”, o café.

Com relação ao contingente de força-de-trabalho escrava, se em princípio esta, proveniente da decadente região norte supria razoavelmente a lavoura de café do sul (uma vez que nos 10 anos precedentes à Lei Euzébio de Queirós desembarcaram cerca de 500 mil escravos no país), o desenvolvimento desta atividade requisitará um maior quantitativo, que o simples crescimento vegetativo da população escrava não terá condições de fornecer.

E a Lei de Terras deveria se constituir enquanto um mecanismo que favorecesse a solução deste problema através da imigração, que já ocorria em volume bem reduzido a partir de meados de 1840. Para que tal medida se concretizasse, a separação entre as terras particulares e as terras devolutas seria uma fase essencial. As terras “devolutas” (vagas) seriam divididas em lotes e vendidas pelo governo, sendo os recursos auferidos nesta venda utilizados para promover a imigração. Como vimos, a resistência dos sesmeiros e posseiros foi decisiva para o insucesso desta demarcação, comprometendo enormemente a imigração. Restou ao governo, diante da imprecisão, encaminhar os imigrantes para locais onde se tivesse certeza que não haviam sido ocupados. Entretanto, tais locais eram muitas vezes distantes e sem boas vias de comunicação. Tais situações, agravadas à persistência do trabalho escravo e à falta de apoio dispensado aos imigrantes após a sua acomodação, comprometeram a imagem do Brasil no exterior e desmotivaram potenciais interessados. Em 1855 existiam no Brasil cerca de apenas 80 colônias de imigrantes europeus, somando um montante de 40 mil pessoas (SILVA, 2008).

Vejamus um exemplo bem ilustrativo. Theophilo Benedicto Ottoni, nascido na atual cidade do Serro, Minas Gerais, e reconhecidamente um dos políticos mais importantes do Império, diante de edital público organizado pela província mineira e tomando como base informações contidas em relatório do engenheiro Victor Renault resolveu criar a Companhia Nacional de Navegação do Rio Mucuri, localizado no nordeste daquela província. O objetivo maior seria utilizar o percurso compreendido do Rio Mucuri até a foz do seu afluente, o Rio Todos os Santos. O projeto aprovado em 1847 se mostrava extremamente amplo: previa o aldeamento de índios, promoção de navegação, instalação de colônias para nacionais e estrangeiros etc.

Entretanto, as dificuldades encontradas para a concretização da empreitada foram bem maiores que o esperado e a companhia sucumbiu nos anos de 1860, apesar do enorme volume de recursos públicos a ela destinados. Destaque merece a criação da Vila de Philadelphia, que mais tarde deu origem à cidade de Teófilo Otoni, que faz parte do estudo que ora empreendemos¹⁴.

Contudo, o que liga o relato feito ao tema que tratamos é a forma como os imigrantes foram aí instalados. Região distante dos grandes centros, clima desfavorável aos padrões europeus, mata fechada e ademais, habitada por valentes grupos indígenas (principalmente os Machakalis). No ano de 1859 denúncias feitas em relação à colonização no Rio de Janeiro e em Minas Gerais repercutiram de forma extremamente negativa na Europa. Conforme Silva (2008, p. 204):

[...] as denúncias sobre alimentação deficiente e sonegação de salários [...] pelos tirolezes empregados na construção de estradas no Rio de Janeiro e o drama das colônias do Mucuri no Espírito Santo e Minas que chegou a inspirar a obra de um estudioso, o doutor Robert Lallemand, sugestivamente intitulada. No Mucuri – Uma história da selva brasileira, para ilustração, advertência e castigo de todos a quem importe.

A reação dos países europeus foi imediata e a Prússia (atual Alemanha) chegou a proibir a vinda de imigrantes para o país.

Mesmo com uma imagem tão arranhada, ocasionada em última instância pela permanência da caótica ocupação das suas terras através da ilegal posse e pela persistência do trabalho escravo, pouco fazia o país para alterá-la. Somente em 1873 publicou o aviso de 4 de outubro, mais uma medida para tentar resolver o primeiro problema, permitindo a legitimação de posses efetuadas depois de 1854. Mesmo assim a desconsideração a tal mecanismo foi mais uma vez a regra e os poucos que resolveram seguir a lei comprovam a política em favor da manutenção do latifúndio, uma vez que “a área das propriedades que estavam sendo regularizadas era imensa, tanto no caso das posses quanto no caso das sesmarias. Tratava-se, portanto, fundamentalmente,

¹⁴ A fonte utilizada para o relato apresentado é “Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teófilo Otoni: bicentenário de Theophilo Benedicto Otoni”.

da grande propriedade e não do caso de pequenos lavradores” (SILVA, 2008, p. 222).

Embora se insira no conjunto da situação do país, a questão não deixa de ter contornos relativamente diferentes em São Paulo, principalmente pela força empreendida por alguns representantes da elite cafeeira de lá para o fim da escravidão. Por isto, deixemos para estudá-lo de forma separada, a partir de agora.

Na concepção de Fernandes, o fim do regime escravocrata no Brasil se apresenta como elemento crucial da *revolução burguesa brasileira*; no referido período, “revolução” devido à efetiva inserção do país no mercado mundial competitivo, em contraposição a anterior “ordem social e escravocrata”, nos termos do autor. Nesta sua sublimar análise, tal revolução teve como bases fundamentais: o processo histórico da independência política de 1822; o processo econômico da mudança do padrão de relacionamento dos capitais internacionais com a organização da economia interna; o processo socioeconômico representado pela expansão e universalização da ordem social competitiva e dois tipos humanos: o “imigrante” e o “fazendeiro de café” (FERNANDES, 2005). Para o estudo que nos propomos, que no momento se dirige a entender os condicionantes do fim da escravidão, não desprezando o conjunto de fatores colocados, focaremos sobretudo neste último.

Não há dúvida de que: o aumento da população, o maior intercâmbio com o exterior advindo com a independência, a extinção de elevados custos com a importação de escravos e sua destinação interna, novos hábitos nas emergentes cidades, riqueza do café etc, foram todos fatores que se constituíram enquanto base para o desenvolvimento interno do capitalismo em suas feições comercial e financeiro. Por mais que a ordem social baseada no trabalho escravo assim se mantivesse, parece-nos evidente que com tantas alterações no eixo econômico esta deveria em algum momento ruir. Bem, a sua corrosão se inicia justamente com a pressão feita por esse capital comercial/financeiro nos sentidos da expansão: do trabalho livre e da produção destinada ao consumo interno, ambos no que diz respeito ao volume e em diferenciação. É evidente nesses novos tempos a necessidade de ruptura com o padrão fechado e com as grades da ordem escravocrata, para que a plena expansão do capitalismo no país se desse!

É assim que o gradativo fortalecimento da ordem social competitiva cada vez mais pressiona os grandes proprietários de terras a se orientarem por um comportamento econômico diferenciado até então. Foram aqueles localizados na região mais poderosa economicamente,

envolvidos com a atividade também mais rentável do Brasil e mais engajados no capitalismo comercial/financeiro, os “fazendeiros de café” do oeste paulista, é quem fizeram boa leitura da situação e sentiram a urgente necessidade de mudanças. O simples controle do Estado, notaram eles, não lhes garantiria segurança diante de tão intensa pressão exercida pelo mercado. De forma rápida, diante de uma eminente catástrofe, começam a se utilizar de novas adaptações econômicas, destinando parte da sua riqueza a outros eixos além da grande lavoura e tirando desta o caráter de “domínio” e aos poucos a transformando em plantação nacional moderna. Foi, sobretudo, na década de 1880 que aquelas pressões externas em relação à adoção do trabalho livre se mostraram mais intensas. Colocava-se em cheque a sua produtividade e o seu custo. É importante salientar que desde os anos de 1850 alguns fazendeiros já se utilizam do trabalho escravo misturado ao de imigrantes europeus, fórmula, no entanto, até então não tão exitosa. Mas agora, na conjuntura dos anos de 1880, não havia alternativas. A intensificação do trabalho livre ou a sua combinação com o escravo com o intuito de substituí-lo paulatinamente se tornou imperativa; solução esta articulada com todos os possíveis “enxugamentos”, como se diz na administração moderna, com relação aos custos da produção agrícola, a melhoria das técnicas de produção e investimentos em transportes. Para tal, utilizou-se de recursos das novas frentes onde atuava, como o setor urbano.

Na verdade, a partir dos anos de 1860 o tema da escravidão e da necessidade da sua extinção já era amplamente debatido e posto em evidência: artigos de imprensa, folhetins e outras publicações. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) o Império se viu forçado a recorrer aos escravos diante de sua insuficiente tropa, explícito reflexo de um país que possuía população de cerca de 10 milhões de habitantes e destes, mais de 1,5 milhão sendo escravos. Esta foi mais uma situação que alimentou as pressões na direção da extinção do trabalho escravo.

A elite nacional já se preocupava em como fazer a transição para o trabalho livre com o mínimo de perdas e mantendo o domínio sobre a sociedade brasileira. A Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871 se encaixou como uma luva à esta lógica. Segundo ela, os filhos de escravos nascidos daquela data em diante seriam livres. Vejamos a avaliação de Prado Jr com relação à mesma:

Nada produzirá de concreto e servirá apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabeleceu para os filhos

de escravos, até a sua maioria, um regime de tutela exercida pelo proprietário dos pais. Ele teria obrigação de sustentá-los, mas podia utilizar-se dos seus serviços. [...] Continuaram escravos de fato (PRADO JR, 2006, p. 179).

Foi justamente após esta lei que representantes da cafeicultura paulista proibiram a entrada de escravos em sua província (clara demonstração de ruptura daquela com a política de emancipação gradual). Silva (2008) aponta como motivos para tal: o medo dos paulistas da divisão do país em províncias escravistas e não escravistas (observando a significativa concentração de escravos oriundos do tráfico interno nas áreas cafeeiras e a óbvia insatisfação do norte do Império com tal situação) e o medo de que a abolição total e sem indenização viesse a ocorrer.

Interessante colocação faz a mesma autora: pelo que expomos, a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante europeu não derivou assim de uma posição abolicionista dos agrários de São Paulo. Somam-se a isto a rejeição destes últimos com relação à política de implantação de núcleos coloniais devido: à luta pela aplicação de recursos disponíveis à imigração regular e à disputa em torno do destino a ser dado às terras devolutas (SILVA, 2008). Ou seja, são razões econômicas e relativas à apropriação do solo que propiciam a gradativa formação do espírito antiescravista na província mais poderosa! (Em 1886 fora lá criada a Associação Promotora da Imigração, para trazer imigrantes).

O quadro apresentado confirma que se tratava de um momento de inflexão na história nacional. Naqueles termos, a simples combinação de força-de-trabalho escrava com a europeia, praticada desde os anos de 1850 não bastaria para resolver o problema. Isto, devido principalmente à exigência de produtividade e técnica nesta fase de plena expansão do capitalismo nacional. Ademais, o movimento abolicionista começava a ganhar força entre o povo, particularmente no Rio de Janeiro. Lá se organizaram a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* e a *Associação Central Emancipacionista*, em 1880.

Através de reuniões, conferências, banquetes, estas sociedades agitaram o ambiente e mantêm a opinião pública permanentemente alertada. [...] Este movimento será imitado nas províncias, e em 1883 organiza-se a Confederação Abolicionista, destinada a centralizar a campanha e que reúne em seu seio todas as sociedades e agrupamentos

antiescravistas do país. (PRADO JR, 2006, p. 180)

A intensa mobilização antiescravista e, sobretudo, o engajamento nesta luta, dos próprios escravos, acenderam o sinal de alerta aos “fazendeiros de café”. Tal envolvimento popular poderia transformar a extinção da escravidão em uma convulsão social e revolucionária e comprometer a permanência da sua dominação posteriormente. Interferiram no decurso dos acontecimentos: “absorveram a liderança política das medidas que concretizariam os ideais humanitários desse movimento, neutralizando-o social e politicamente. Esvaziaram-no de significado político e de grandeza humana” (FERNANDES, 2005, p.142-143).

O governo imperial, por sua vez, diante da situação tenta resistir de todas as formas. Após a Lei do Ventre Livre, por Prado Jr chamado de “Golpe de 1871”, continuava o império a propor alternativas que protelavam a resolução definitiva do problema. Mas a pressão da grande maioria do país se faz sentir inclusive no constante revezamento de gabinetes; entre 1880 e 1885, sete ministérios diferentes. Neste mesmo ano de 1885, a chamada Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravos maiores de sessenta anos, ocasionou uma grande gargalhada de todo o país. A situação a partir daí se tornou mais tensa. Grande agitação popular tomou conta do país, com os escravos dela participando ativamente. As fugas das fazendas, contando com o apoio das sociedades abolicionistas se tornaram comuns e para piorar e, diante do quadro de desordem, as forças armadas foram convocadas pelo império, mas se recusaram a intervir.

Os seus setores mais previdentes compreendem que a resistência se tornara inútil, e insistir nela seria apenas levar a questão para o terreno da violência declarada e aberta. Quase 800 mil escravos, numa população total que não ultrapassava 14 milhões eram uma ameaça tremenda [...] (PRADO JR, 2006, p. 181)

Até os setores que defendiam a escravidão viram que não havia mais como postergar a resolução do problema. Em maio de 1888 a Assembleia Geral vota em poucos dias a lei de 13 de maio, chamada de Lei Áurea. Incrível, mas, sem necessidade de anexos a este trabalho podemos transcrevê-la integralmente: Artigo 1º. *É declarada extinta a*

escravidão no Brasil. Artigo 2º: *Revogam-se as disposições em contrário*. “Quanta luta, quanto heroísmo também para arrancar estas duas frases tão simples, mas tão eloqüentes ao mesmo tempo, do reacionário e escravocrata Império Brasileiro!” (PRADO JR, 2006, p. 182).

2.4.1 O gradualismo, estratégia maior para a manutenção do poder no pós-abolição da escravidão

“É tempo de irmos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos para que saia um Todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política” (José Bonifácio de Andrada e Silva *apud* PRADO JR, 2006, p.144).

É tão explícita e tão esclarecedora a frase do liberal José Bonifácio pronunciada acerca de meio século antes da extinção da escravidão, que fizemos questão de aqui repeti-la, pois serve tanto de ponto de partida quanto como síntese de todo o período abordado. Notemos a seguir.

Diante de uma agitação que poderia ser revolucionária para a alteração da estrutura social, o “fazendeiro de café”, diferentemente de seus companheiros donos de escravos, engajou-se naquela, tirando-lhe o sentido revolucionário; instrumentalizou-a em favor da manutenção da ordem social excludente e fortaleceu a grande propriedade. Evidentemente, também conseguiu transformar a política do café como a essencial para o país.

O escravo se viu livre de mais 02 séculos de negação a condições de mínima liberdade. Entretanto, diferentemente de alguns países, como os Estados Unidos, nada lhe foi concedido em termos de compensação por tão grave exploração.

[...] Ultrapassada a fase de agitação febril, foram poucos [...] que continuaram a ranger os dentes, combatendo a última espoliação praticada contra o escravo, através da Abolição, e irmanando-se com o negro ou com o mulato como seres humanos. [...] Para a maioria o abolicionismo começava e terminava com a problemática histórica do branco rico e poderoso. Este precisava destruir a escravidão para acabar com os entraves da ordem escravocrata e senhorial à expansão interna do capitalismo (FERNANDES, 2005, p. 196-197).

O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político (FERNANDES, 2005, p. 143).

Nesse ínterim, a Lei de Terras, ao condicionar a aquisição das terras devolutas à sua compra, impossibilitou uma importante forma de efetiva integração do negro recém-liberto à sociedade brasileira. O que lhe restou foi no máximo se entregar novamente às fazendas e vender a sua força de trabalho a preços ínfimos, neste contexto ainda mais rentáveis aos fazendeiros que antes. Como já dissemos, terras livres e escravos livres é uma situação impensável. Libertou-se os escravos e se reteve a terra. Com relação à imigração europeia, doravante ela será ainda mais incentivada.

De posse de todos os elementos apresentados fica fácil concluirmos que a abolição foi feita em favor da manutenção da ordem social vigente, consequentemente em favor do latifúndio. A prova maior é a linha comum em todo o período considerado, o constante “gradualismo” com que todas as medidas foram tomadas. Vejamos: Abolição do tráfico de escravos apenas em 1850; “Cativização” da terra via Lei de Terras em 1850; Lei do Ventre Livre em 1871; Lei dos Sexagenários, em 1871 e apenas em 1888 a Lei Áurea. Deu-se tempo para os latifundiários resolverem todos os seus problemas.

2.4.2 Considerações sobre a Apropriação Territorial durante a Primeira República (1889-1930)

Apesar dos dispositivos fundamentais presentes na Lei de Terras de 1850, como um prazo para a regularização das terras já apossadas até então, a proibição da posse daquele período em diante e a necessidade da compra para o acesso, efetivamente, o que se viu 39 anos depois, na ocasião do início da República foi a continuidade da confusa apropriação territorial brasileira. A ocupação via posse permanecia presente e a legitimação quase nula, facilitada, como vimos, pela própria lei ao determinar que para o início do processo de legalização os órgãos responsáveis por tal política aguardassem que o próprio interessado os procurasse e manifestasse o desejo de fazê-lo. Em suma, no fim do período monárquico, o objetivo maior de tal lei que era a demarcação das terras devolutas e particulares não foi atingido e a apropriação ilegal via posse continua presente.

A disputa tácita entre os interesses do poder central e as federações parece transparecer no fato de que as informações referentes a política de terras não eram repassadas pelas províncias ao Império, conforme relatório assinado pelo tenente-coronel Francisco de Barros, neste mesmo período. Como veremos, na Constituição de 1891, os interesses das federações saíam vitoriosos em relação ao Poder central.

No ano de 1889, ano seguinte à abolição, ocorreu a proclamação da república e em 1891, nova Constituição Federal foi promulgada. Esta última determinou a passagem do domínio das terras devolutas ao âmbito estadual, ou seja, estes seriam agora os responsáveis pelas políticas a ela referentes¹⁵. No entanto, mudanças significativas na Lei de Terras não foram aplicadas, pois tanto a sua dubiedade quanto a exigência da aquisição através da compra, eram importantes trunfos em favor dos grandes fazendeiros, agora ainda mais fortalecidos pela sua maior proximidade às federações.

Silva (2008) encontrou semelhanças em aspectos cruciais da mesma nos diferentes estados: em repetidas vezes a extensão do prazo para a validação das posses e a debilidade (ou má vontade) dos estados para se evitar a apropriação de forma desordenada, que continuava a ocorrer por todo o país.

Outro elemento comum a várias federações foi a emergência do fenômeno sociopolítico do coronelismo. Na Constituição de 1891

¹⁵ As exceções são as faixas de fronteira e as faixas de marinha, que se mantiveram sob a responsabilidade do governo federal.

instituiu-se o presidencialismo, eleições diretas para a Câmara e o Senado e mandato presidencial de 04 anos. O voto não foi obrigatório, mas este não era permitido a menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, soldados e religiosos. Na Primeira República, onde os grandes detentores de terras permaneceram enquanto figuras centrais, facilmente se deduz o poder de influência que poderiam exercer sob os grupos desprivilegiados do meio rural e o quanto isto lhes representava enquanto moeda de troca. Nos termos de Silva (2008, p. 273):

O coronel afirmou-se nesse período como um intermediário entre as massas rurais (possíveis eleitores) e os candidatos a cargos representativos na política estadual e federal. Sobre os primeiros, exercia o seu mandonismo (uma mistura de paternalismo e coerção) e dos segundos esperava favores especiais em troca de sua fidelidade.

Assim, num momento em que a política de terras estava sob o controle dos estados, os votos de “cabresto”, arrancados dos grupos pauperizados pelos coronéis, dava a estes últimos enorme posição de barganha diante de disputas locais no que diz respeito à apropriação das terras. Também encontramos associado à figura do coronel, até 1920, tanto as violentas disputas entre famílias pelo poder político ou por terras, quanto o próprio fenômeno do cangaço. “Sintoma claro da conexão entre cangaço e coronelismo é que, para reprimir os cangaceiros, o governo teve de enfrentar os coronéis que os acobertavam” (SILVA, 2008, p. 284). Em situação mais dramática se encontraram os indígenas, violentamente arrancados dos seus territórios ou exterminados quando mostrassem capacidade de resistência aos “bugreiros”, agentes do “progresso”, sob o mando dos coronéis. Todo esse contexto é perpassado pela questão da terra e nos dá boa noção da conflituosa situação entre latifundiários, pequenos posseiros e índios nesta Primeira República; mas amplamente favorável àqueles primeiros.

Retornando aos aspectos jurídicos referentes à apropriação de terras, nova “virada” ocorreu com a promulgação do Código Civil, em 1916. Até então, as vendas de terras devolutas eram feitas mediante a lavra dos termos nas tesourarias da Fazenda, seguida pela assinatura dos títulos pelos presidentes de província, o que se convencionou chamar “via administrativa” (SILVA, 2008). Agora, entretanto, ao se exigir contrato de compra e venda, bem como escritura e registro em cartório

do imóvel (o que foi denominado “via judicial”), Estado começou a ser percebido, por muitos juristas, enquanto um proprietário comum e sujeito às normas do direito civil. Portanto, abre-se aí a possibilidade também do usucapião de terras devolutas e, aqueles que não tivessem regularizado suas terras seguindo as normas anteriores, só poderiam agora fazê-lo na forma de usucapião. Mais uma vez a balbúrdia se estabeleceu, já que, efetivamente, permaneceram as revalidações e legitimações pela “via administrativa” até 1930. Surpreendentemente, aqueles poucos que procederam em conformidade com o que houvera sido estipulado até 1916 foram os mais penalizados, observemos:

Estavam numa situação dúbia todos aqueles que tivessem adquirido ou regularizado sua situação exclusivamente por meio dos canais administrativos. Por outro lado, bem fizeram os posseiros que não regularizavam sua situação daquela forma, pois teriam de fazê-lo de novo. [...] Melhor ainda estavam os grileiros, que agora prescindiam do processo de legitimação, pois o que valia era a transcrição no registro (SILVA, 2008, p. 353).

O Governo Provisório de Vargas, em 1930, face ao problema procurou agradar a todos: reconheceu títulos concedidos até então pela via administrativa ao mesmo tempo em que afirmou a partir dali a necessidade da transcrição em cartório (via judicial) para as novas situações. Fácil perceber então que a Lei de Terras, que proibia a posse, estava a partir daí revogada.

Ao nosso estudo o mais importante é notar que ao “agradar a todos” mais uma vez, mediante um ato legal, legitima-se a grilagem de imensas porções do território nacional e se condena um enorme contingente de pessoas do meio rural à miseráveis condições de vida. Em verdade “não se agrada a todos”, mas a uma pequena parcela que com recursos econômicos e influência política estende ainda mais o seu poder de dominação sobre a coletividade.

Capítulo III – A funcionalidade da articulação “arcaico” x “moderno” ao desenvolvimento capitalista nacional

Introdução

Antes de tocarmos num segundo ponto fundamental, que diz respeito à histórica subordinação do país em relação às potências capitalistas, façamos breve síntese de elementos essenciais expostos.

Até aqui apontamos três momentos-chave que em boa parte explicam a extrema concentração de terras no Brasil e derivada dela, a difícil situação a que a maioria da população rural está acometida. No decorrer deste mesmo capítulo apresentamos, em nível meramente introdutório, os referidos períodos, a saber: a) o momento de constituição do latifúndio monocultor escravista no país, no período colonial, em 1530, aproximadamente; b) o momento da independência política, 1822 e c) o momento da abolição da escravidão, em 1888.

Salientamos que a configuração do latifúndio era perfeitamente funcional ao tipo de colonização estabelecida por Portugal, tipicamente de exploração, agravada pela necessidade de utilização do trabalho escravo africano, já que a potência lusa não possuía braços disponíveis para tal e ainda mais se considerando a enorme área a desbravar. No que diz respeito ao momento de independência política, tentamos demonstrar que esta se deu essencial e unicamente em favor das elites nacionais, que se sentiam sufocadas pelas limitações que o “pacto colonial” lhes impunha. A prova maior da completa desconsideração à grande maioria da população foi a permanência do trabalho escravo nesta nova nação em 1822.

Nesta breve exposição demos especial relevo à Lei de Terras de 1850 e à sua articulação à posterior abolição da escravidão, já que condicionava a aquisição de terras à sua compra. Ou seja, escravos recém-libertos não possuíam mínimas condições de acesso a este recurso fundamental à sobrevivência que é a terra. Repetidas vezes abordamos a dubiedade da referida lei em inúmeros aspectos, o que deu enorme margem de manobra aos latifundiários na sua constante ânsia de elevar ainda mais os seus vastos territórios. Importante salientar que isto não retira de forma alguma a importância desta, que se configurou como o instrumento legal decisivo para a constituição da moderna propriedade privada de terras do Brasil. Muito pelo contrário, evidencia o caráter de classe presente no processo de passagem de terras públicas ao domínio privado:

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão-de-obra barata e abundante para outra parcela da população. Essa constatação reforça a ideia de que a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado (SILVA, 2008, p. 360).

Todavia, a realidade é dialética. Outra contribuição fundamental que encontramos a partir do estudo de Silva (2008) é que apesar das imensas possibilidades dadas aos grandes proprietários e aos grandes grileiros, tanto no que diz respeito às múltiplas interpretações da Lei quanto às inúmeras prorrogações de prazo para a legitimação, a referida lei também oportunizou o acesso (mesmo que limitado e precário) a pequenas extensões por parte de agricultores de baixos cabedais. Observemos:

[...] A exclusão de parcelas significativas da população brasileira da propriedade da terra não deve obscurecer o fato de que a continuidade do apossamento, defendida pelos fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e permitiu a ocupação da terra pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária (SILVA, 2008, p.368).

Por fim, fizemos indicações concernentes ao novo quadro que se desenhara no período da Primeira República (1890-1930), no que diz respeito à “questão agrária”. Destacamos a funcionalidade do novo mecanismo de cidadania, o voto, enquanto moeda de troca dos grandes fazendeiros - influentes que eram em suas regiões – em relação aos políticos, na busca de favorecimentos pessoais. Aliás, a denominação dada por alguns estudiosos a este período, “República Oligárquica”, bem ilustra esta nova situação. Sob esse quadro também se mantém a estrutura fundiária concentradora.

3.1 A funcionalidade da articulação “arcaico x moderno”

Portanto, fundamentamos a existência da “questão agrária” nacional sob um ponto de vista histórico, objetivando situar as raízes da elevada concentração de terras.

Perpassamos durante a exposição, mas não desenvolvemos, um segundo elemento fundamental e que sem a sua consideração a nossa análise se torna incompleta: a existência e perpetuação do latifúndio -e de seu séquito de consequências negativas – articula-se à condição capitalista subordinada, heteronômica, do Brasil em relação às potências hegemônicas do modo capitalista mundial¹⁶. Parafraçando Francisco de Oliveira¹⁷: a “questão agrária” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica.

Tal condição heteronômica do país restringe-lhe a liberdade de ação em vários campos. Dentre eles, na questão da terra. Doravante, daremos relevo a esta, que consideramos uma segunda face da moeda “questão agrária”.

É fundamental nas análises que se queira desenvolver a consideração da incessante luta de classes presente em cada espaço, ao invés de cair na vaga discussão de “país” ou “nação”. Na dinâmica capitalista, a luta de classes é que dá o tom da história. Assim, buscar entender o comportamento da burguesia e da classe trabalhadora é tarefa crucial. E o período da pesquisa que agora nos situamos, 1930, apresenta-se como um momento de inflexão marcante. Nele é notável o esforço empreendido pelo Estado no sentido de tornar o setor urbano-industrial a chave central do capitalismo no Brasil. Na concepção de Fernandes (2005), isto se dá, entre outros fatores, devido ao elevado grau de fortalecimento em que já se encontrava o “setor novo”, o comércio urbano, bem como consequência dos próprios dinamismos inerentes à nova ordem social, a ordem social competitiva; que viera a substituir o imobilismo da ordem social escravocrata.

¹⁶ Evidentemente, isto se evidencia mais claramente a partir do advento da Independência em 1822, pois aí passa a ser um país formalmente independente do ponto de vista político. No entanto, caudatário, do ponto de vista econômico, dos países desenvolvidos centrais.

¹⁷ A respeito do “subdesenvolvimento”, afirma Francisco de Oliveira: “o subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (OLIVEIRA, 2003, p.33).

Nesta nova quadra histórica nota-se claramente uma tensão no sentido de privilegiamento do meio urbano e das atividades industriais. Aí, mais uma vez se repete uma situação comum na história nacional que é a constante e direta recorrência ao Estado por parte da classe burguesa nacional. Fernandes destaca a intensidade com que este atrelamento ao Estado se dá na particularidade brasileira. Foi sempre no plano político que ela impôs que se estabelecesse um pacto tácito de dominação de classe:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto” (FERNANDES, 2005, p. 240).

Comprovando esta recorrência, Oliveira (2005) aponta três ações por parte do mesmo que demonstram claramente a sua mudança de postura a partir dos anos de 1930 e favoravelmente ao setor urbano-industrial: a regulamentação das relações entre o trabalho e o capital, intervenção deliberada na esfera econômica e um comportamento pragmático com relação à agricultura. Discorramos brevemente sobre cada um desses aspectos porque se relacionam diretamente ao tema “questão agrária”.

No que tange ao primeiro aspecto, nos anos após 1930, Getúlio Vargas desprenderá notável esforço no sentido da implantação de uma legislação social trabalhista: criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto no 19.433, de 26/11/1930), promulgação da “Lei de Sindicalização” (Decreto-Lei no 19.770, de 19/03/1931), direito dos trabalhadores a férias anuais remuneradas, salário mínimo, entre outras medidas. A reunião e correta sistematização das mesmas se dará mediante a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

Para Oliveira, a regulamentação das relações entre o trabalho e o capital cumpre papel importantíssimo para a implantação desse novo modo de acumulação. Atraía-se a população para o nascente setor industrial, criando um “exército de reserva”, que tanto propiciava “o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do

pesadelo de um mercado de concorrência perfeita” (OLIVEIRA, 2003, p.38) quanto tal “legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho”(IDEM).

No que diz respeito à intervenção deliberada do Estado na economia, esta se dá com o intuito de criar as bases fundamentais para a acumulação capitalista nas indústrias. Os mecanismos são os mais variados possíveis. Como exemplo, podemos citar as dificuldades impostas à economia agrário-exportadora: redução do custo do dinheiro emprestado ao setor industrial comparativamente ao emprestado à agricultura, construção de rodovias etc.

O terceiro aspecto apresentado pelo mesmo autor é o que para nós tem uma importância fundamental: o papel da agricultura dentro dessa conjuntura. Em um contexto de industrialização, os bens de capital jogam papel crucial nos gastos globais. Qual será a fonte para efetuar tais gastos? Daquele setor que é o mais penalizado nesse momento: da agricultura, que, até os anos de 1950, representou a maior fonte de divisas do país, mediante a exportação de produtos agrícolas.

Contudo, a agricultura deixa de ser o setor mais beneficiado pelo Estado, mas não deveria se extirpar, sob pena de o próprio processo de industrialização sucumbir. A segunda função da agricultura, mais óbvia no processo, representa aquela se constitui enquanto solução para a “questão agrária” para a classe burguesa: referimo-nos à produção, tanto de gêneros alimentícios quanto de matérias-primas. Os alimentos são crescentemente requeridos para a subsistência das populações que afluem do campo para as indústrias das crescentes cidades. Nesse momento se explicita uma função fundamental exercida pela produção de alimentos no modo de produção capitalista: ela deve se dar de tal forma que os gêneros alimentícios saíam extremamente baratos aos trabalhadores; haja visto que o custo da reprodução da mercadoria “força-de-trabalho” está diretamente associada ao preço dos alimentos por ela consumidos. No que diz respeito à produção de matérias-primas a serem utilizadas na indústria, para entender a importância que a sua produção e a baixo custo representa, basta que lembremo-nos que são elas que darão origem ou terão função essencial no processo de produção de novos produtos. Também a sua aquisição em grande quantidade e com baixos preços são de extremo interesse para a indústria.

A forma de garantir a continuidade desses papéis à agricultura, mesmo penalizada como é nesta nova fase dos anos de 1930, encontrar-se-á na própria condição concreta do campo brasileiro. A larga disponibilidade e a vasta concentração de terras, bem como o enorme

contingente de trabalhadores rurais despossuídos desta mesma, serão a base fundamental desta “solução” em favor do capital. Pode-se, nestas condições objetivas, produzir utilizando-se de métodos rudimentares para com a terra, já que está aparenta ser infinita para alguns poucos - quantitativamente falando – e se pode contar com grande contingente de trabalhadores rurais à sua disposição, o que os torna extremamente baratos.

Insistimos, mas é importante situar que: a junção “propriedade concentrada + força de trabalho em grande volume” possibilita que se tenha produção de produtos agrícolas com baixo preço e em volumes consideráveis; e o que é mais peculiar, utilizando-se de métodos rudimentares de produção que, do ponto de vista da relação custo/benefício são, muitas vezes, mais rentáveis que as produções extremamente mecanizadas¹⁸.

Estes aspectos colocados obrigatoriamente nos remetem ao “o que representa a “questão agrária” para a classe trabalhadora” nacional. Também tenciona que minimamente expliquemos que esse processo de exploração do campo em relação à cidade no plano interno, faz parte de um processo maior, que é a própria articulação do país ao exterior.

Desde a independência política, explica-nos Marini, os países latino-americanos, inserem-se numa teia de dependência das potências capitalistas hegemônicas. Seus papéis nesse bojo, e não por mero acaso, coincidem em muitos aspectos com aqueles citados na relação interna entre agricultura e setor urbano-industrial, aos quais nos referimos a pouco. A produção de gêneros agrícolas será também fator fundamental para a potencialização da acumulação nos países centrais, que se especializam na produção de bens manufaturados. Fácil deduzir, assim, quão negativa é aos países periféricos latino-americanos esta relação, extremamente desigual.

Mas, como já anteriormente apontamos, interessa-nos no processo sobretudo as classes sociais envolvidas. Nestes termos, observa-se um setor da burguesia latino-americana comprometida com

¹⁸ Lembremos que essencialmente são dois os grandes objetivos do capitalista: 1. obter excedente econômico, mediante exploração da força de trabalho alheia e 2. preservar o próprio modo de produção capitalista. Assim, a mecanização não é o seu objetivo imediato. Quando se utiliza da mesma é com o intuito de cumprir o segundo objetivo anunciado: qual seja, preservar o modo de produção em que está situado. Isto explica a continuidade do uso de métodos rudimentares a que nos referimos, mesmo com o novo momento vivido pela indústria nesta fase.

as exportações e que terá de encontrar formas *internamente* de resolver as grandes perdas que lhe ocorrem *externamente*.

Como resolver tal problema? Recorramos a Marx. Segundo este a mais-valia pode ser extraída de duas formas: 1) mediante a extensão das horas de trabalho para além do tempo socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria, a denominada mais-valia absoluta. Em síntese, estendendo-se o tempo de trabalho dos trabalhadores se produz mais mercadorias, mantendo-se o salário do trabalhador de forma constante. 2) Mediante o aumento da produtividade através de inovações técnico-organizacionais. Neste bojo incluem-se a redução de gestos “desnecessários” dos trabalhadores, a imposição de tarefas rotineiras e sobretudo, a utilização da maquinaria. Nisto se assenta a produção de mais-valia relativa. Salientamos dois pontos fundamentais: 1. Na maioria das vezes essas duas formas se apresentam combinadas. A separação acima feita tem como intuito facilitar a compreensão do exposto. 2. O salário pago, em qualquer dessas formas ao trabalhador é aí compreendido dentro de uma magnitude que permita apenas a sua reprodução.

Contribuição fundamental de Marini é a apreensão de como na América Latina intensifica-se a exploração do trabalhador para além do exposto por Marx. Neste continente, mais que nas potências centrais, é notável uma exploração em que se dá mais em termos absolutos (mais-valia absoluta, ganhos em extensão) que em mecanização propriamente dita. Exploração muito mais violenta e direta sobre o trabalhador. Chega-se ao ponto em que a remuneração da força de trabalho se dá abaixo do limiar de sua reprodução, onde “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI 2005, p.156). Situação muito bem expressa por este pensador mineiro através da categoria superexploração. Stédile e Traspadini (2005, p.35) apontam características essenciais da América Latina notadas por Marini:

- a) mão-de-obra abundante no continente, antes a serviço do trabalho escravo, agora a serviço do trabalho assalariado mal-remunerado;
- b) estruturas sindicais débeis, corroborando o sistema de exploração em vez de lutar contra o mesmo;
- c) uma classe operária historicamente jovem, que não tinha ainda consciência para si, nem acúmulo ideológico de um projeto socialista;

d) poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional; e) Estado que responde aos interesses do modo de reprodução do capital (STÉDILE e TRASPADINI, 2005, p. 35).

Corroborando com a análise de Marini, que se dá sobretudo a partir do entendimento da inserção dependente da América Latina no conjunto global da economia, Fernandes chama a atenção para uma “dupla articulação”¹⁹. “Dupla articulação” diz respeito à condição que o país se encontra: **internamente**, articulação da cidade (tida como moderna) e do campo (concebido enquanto “atrasado”) ; neste momento, representados respectivamente pelo setor urbano-industrial (em expansão e “estimulado” pelo Estado) e pela agricultura. **A articulação externa** se dá entre o complexo agrário-exportador e as economias centrais. Tais articulações não se dão de forma equânime entre os seus participantes. Se no circuito mundial a elite brasileira ligada ao setor urbano-industrial se encontra subordinada e enquanto sócia-menor, é do campo brasileiro (plano interno) que retirará a sua sobrevivência econômica e seu poder político. Assim, a permanência do tido como “arcaico” (as relações de trabalho não propriamente capitalistas, por exemplo) no setor rural e da superexploração da força de trabalho é condição *sine qua non* para a sobrevivência de tais elites nacionais e do capitalismo neste momento.

Observando os elementos colocados, percebe-se que não há qualquer tipo de incompatibilidade entre a expansão do capitalismo no Brasil, na fase de que tratamos e a permanência de relações de produção não propriamente contratuais e/ou impessoais no campo. A parceria, o cambão (prestação de serviços em troca do direito de ocupação da terra), o barracão (fornecimento de gêneros pelos proprietários aos trabalhadores em preços extorsivos) e a ausência de modernas técnicas de produção agrícola, como bem explicou Prado Jr, em sua crítica ao Partido Comunista Brasileiro²⁰, nada possuem de feudal ou de resquícios feudais. São relações capitalistas perpassadas pela particularidade brasileira e que estão condicionadas tanto ao passado

¹⁹ Embora o termo “dupla-articulação” se aplique de forma mais adequada sobretudo após o Golpe de 1964, também na conjuntura de que tratamos, 1930, é também valioso instrumento analítico, justamente por tal período representar uma “passagem”(“transição”, como apontamos).

²⁰ Encontram-se tais críticas na clássica obra “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Júnior, publicada em 1966.

recente da escravidão quanto pela sua inserção marginal no circuito capitalista mundial, que lhe impôs esta configuração.

Em síntese, o processo de industrialização requer uma acumulação inicial. E o Brasil possuía bases econômicas extremamente frágeis. O único local de onde poderia fomentá-lo ou extraí-lo seria da agricultura. O fez da forma mais brutal possível, mantendo e estimulando a situação de extrema exploração da classe trabalhadora rural assim como a requerendo enquanto força de trabalho barata.

Esta relação “atrasado” x “moderno” é extremamente funcional ao modo capitalista de produção e bem entendida a partir da expressão utilizada por Trotski, “desenvolvimento desigual e combinado”. Conforme Oliveira (2005, p. 32):

[...] a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. [...] A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]

Nem a baixa demanda de consumo dos trabalhadores rurais, ocasionada por padrões tão miseráveis de sobrevivência, foi problema para esse modelo de acumulação. O interesse é todo devotado ao eixo urbano. E isto também fez com que a migração para este se desse de forma intensa. Vindos de uma condição semi-livre, os anteriores trabalhadores do campo aceitariam com muito maior facilidade salários baixíssimos nas cidades. Mais uma evidência do quão a estrutura fundiária concentradora da terra e as relações de trabalho presentes no campo espraiaram consequências diretas também às cidades e à sociedade nacional como um todo.

3.2 O Dilema da População Trabalhadora Rural: base para o surgimento de movimentos de contestação

Esperamos que até aqui, de forma articulada, tenhamos já referenciado o que o modo de produção capitalista enquanto “totalizante” e a formação sócio-histórica brasileira enquanto “peculiaridade”, relegou à maioria da população rural brasileira. Mas, pela complexidade de fatores envolvidos, carece-se de maior

sistematização no que tange especificamente a esta mesma população; em suma, o que a ela coube e o que a ela foi relegado. O faremos agora por um forte motivo: são nas décadas imediatamente seguintes a 1930 que as mobilizações da classe trabalhadora do campo se iniciarão com grau considerável, o sindicato de trabalhadores rurais aí se incluindo.

Merece destaque inicialmente o papel negativo representado pela persistência da escravidão em relação ao trabalho assalariado, por período tão vasto da história nacional. Conforme Fernandes, após a abolição da escravidão, o trabalho aqui:

[...] nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. [...] Guardada as proporções, o trabalho livre se configura [...] do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital (FERNANDES, 2005, p. 228).

As repercussões dessa situação são incontáveis. Destas sublinhamos a dificuldade de formação da solidariedade de classe entre os trabalhadores, extremamente potencializada pela permanência de relações “pessoais” e não somente “contratuais”, sobretudo no campo.

Fator crucial para a persistente miséria da população rural é a constante posição heteronômica do Brasil no modo de produção capitalista. Fernandes para explicar esta heteronomia utiliza o termo “satélite”. Enquanto no período colonial a elite do campo era satélite imediato do exterior (a metrópole, Portugal), no pós-independência, a elite urbana nacional (urbano-comercial, somada à elite urbano-industrial, posteriormente) coloca-se enquanto intermediária neste processo, subjugando a classe dominante agrária ainda mais. E a subjuga com objetivos claríssimos: necessita extrair do campo incrementos que impulsionem o processo de industrialização, a saber: alimentos a baixo custo para a manutenção de salários super reduzidos ao crescente proletariado urbano, matérias-primas também a baixo custo e mesmo força de trabalho barata. Soma-se a isto, e é fator que nunca deve ser omitido, a própria manutenção do seu *status quo*; já que, se comparadas às suas sócias-maiores das potências econômicas, nada são

além de representantes necessárias para a concretização dos objetivos destas últimas na periferia.

Enfatizemos, assim, que estruturalmente se dão dois tipos de dependência: dependência da elite da cidade em relação ao exterior e dependência da elite dominante rural em relação à primeira. A economia agrária aí é duplamente atacada: por interesses da acumulação do exterior e pelos interesses do meio urbano nacional. Observemos:

O crescimento dos polos “modernos”, urbano comerciais ou urbano industriais, passaram a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no “campo”, em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos “pólos dinâmicos” da economia interna. [...] A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico (FERNANDES, 2008, p. 176).

Se nesta articulação ao capitalismo global, a elite rural entra como base de apoio a dois outros grupos dominantes e também considerando que a economia aí se coloca enquanto bomba de sucção das riquezas do campo, pode-se deduzir a situação a que a classe trabalhadora do campo estava acometida.

A pressão direta a que o fazendeiro, ou empresário rural, está condicionado pela elite urbana é repassada aos trabalhadores do meio rural de forma brutal. O quadro de superexploração a que o trabalhador urbano se encontra na cidade é potencializado no campo. Lá a vigência de relações não propriamente salarizadas e muitas vezes “pessoais” dão à maioria daquela população uma vulnerabilidade social e cultural tão grande que sequer parecem que estão sob a vigência do modo de produção capitalista, uma vez que este último, de forma contraditória,

traz algumas “benesses” ou garantias sociais. Cabe-lhes, aparentemente só o que é “ruim” do modo de produção. O trabalho, no contexto de que tratamos, na maioria das vezes dificilmente é assimilado enquanto mercadoria e quando o é, trata-se mercadoria extremamente desvalorizada.

Assim, cabe à elite agrária dos países periféricos, como o Brasil, o trabalho “sujo” necessário e fundamental à reprodução do capitalismo. Ao mesmo tempo em que nesta nova era se “condena”, por exemplo, o trabalho escravo e as relações não contratuais de trabalho, no campo esta dinâmica continua extremamente presente. O mando desordenado e a desconsideração a garantias mínimas de vivência dos seus subordinados extrapola a dimensão econômica. Opera-se em realidade uma perfeita alienação do fazendeiro em relação à condição também humana daqueles por ele subordinados. Este papel policialesco no campo é crucial para manter uma configuração de capitalismo que avança mediante a superexploração, a inserção marginalizada e mal remunerada dos trabalhadores na indústria e conseqüentemente mediante uma elevada concentração de renda que se opera no setor urbano, base para a elevação do poder de consumo dos seus extratos privilegiados, consumo esse necessário para o avanço do próprio capitalismo.

À esta barreira contra quaisquer efeitos positivos do capitalismo no campo, barreira que é em si é a soma das elites agrárias com as elites urbanas, Fernandes(2008) denomina magistralmente “resistência sociopática à mudança”. Tocar nesta estrutura concentradora, que tanto garante a reprodução e existência das elites rurais do capitalismo no campo quanto favorece o processo de expansão e consolidação do capitalismo industrial é o mesmo que matar a “galinha dos ovos de ouro”. A quaisquer tentativas de alteração desta ordem, por mínimas que sejam, desperta-se a reação imediata dos extratos possuidores.

De toda forma, mesmo diante de alternativas reduzidas, os homens socialmente fazem escolhas. A luta de classes se põe na realidade concreta, por mais que aparente que esta realidade tenda a apenas um lado nesta luta. À dramaticidade da situação relatada se contrapuseram, no século XX, movimentos rurais de contestação a tal ordem de coisas. Dentre os movimentos de contestação à dura realidade do campo, dedicar-nos-emos ao sindicato de trabalhadores rurais, que se destaca pela sua capilaridade e longevidade no campo brasileiro.

Capítulo IV– Sindicato de Trabalhadores Rurais

Introdução

Formas de resistência vinculadas direta ou indiretamente à questão da terra podem ser observadas desde os tempos da escravidão, em que se organizaram os quilombos (o mais famoso o “Quilombo dos Palmares”), agrupamentos de escravos fugitivos. Já durante a República Velha, podemos destacar o Cangaço, tendo se destacado o grupo do famoso Lampião ou mesmo o Arraial de Canudos, sob a direção de Antônio Conselheiro.

Propriamente em São Paulo e devido ao peso econômico da cafeicultura, podem ser apontadas manifestações dos colonos em São Paulo, na década de 1910, inclusive greves em fazendas de grande porte, que expunham os maus tratos recebidos pelos imigrantes, aparentemente ainda vítimas da mentalidade escravocrata dos fazendeiros. O não cumprimento dos termos contratuais foi uma situação que se projetou na Europa, origem da maioria dos imigrantes, e causou tanta repulsa às autoridades de lá, que em alguns momentos chegaram elas a proibir a vinda de europeus para o Brasil. Dependente que era desta imigração, o Estado brasileiro e São Paulo, ainda mais, deram passos no sentido de estabelecer em lei garantias mínimas aos trabalhadores rurais: regulamentação dos contratos de trabalho, permissão de penhora dos rendimentos de fazendeiros, a instituição da caderneta agrícola em 1907 - onde se encontravam o contrato de trabalho e o registro das contas (para muitos, o primeiro estatuto legal do trabalho rural) - e finalmente, em 1911, no Estado de São Paulo, criação do Patronato Agrícola (WELCH, 2010). Este órgão foi criado especificamente para resolução de problemas entre empregados rurais (sem condições financeiras para arcar com processos judiciais) e empregadores, no que diz respeito ao não cumprimento de termos contratuais por estes últimos, donde a questão salarial se destacava.

Estas manifestações citadas não devem ser entendidas enquanto enfrentamento coordenado e organizado à realidade agrária brasileira, mas ilustram concretamente aquela posição subordinada e dramática da população trabalhadora do campo, a qual nos remetemos nos estudos até aqui.

Contudo, a inflexão histórica compreendida no período entre 1930 e 1964, mais precisamente a partir de 1945, é o terreno fértil sob o qual movimentos de caráter nacional ligados à “questão agrária”

emergirão em grande número e se colocarão enquanto “contradição”. Dentre estes, o sindicalismo de trabalhadores rurais.

4.1 Passos Preliminares do Sindicalismo Rural (1930 a 1945)

No que diz respeito ao sindicalismo de trabalhadores rurais, o Partido Comunista Brasileiro terá importância ímpar enquanto fomentador. Luiz Carlos Prestes, um dos nomes mais importantes e conhecidos do partido, em sua famosa marcha pelos sertões do Brasil, ocorrida entre 1924 e 1927, em busca de apoio para a luta contra o presidente Arthur Bernardes e contra o Partido Republicano, percebeu e expôs, naquele momento, a dramática situação a que tantos brasileiros se encontravam. Isolados entre si e carentes de padrões mínimos de condições de vida, mantinha-se naquela década o padrão reservado ao campo no Brasil e aos trabalhadores nele residentes em particular. Logo em 1927, temendo problemas maiores, o presidente Luís tirou o PCB da legalidade.

Nesta época se inicia uma interpretação da realidade social brasileira que orientaria as ações deste partido por várias décadas: o entendimento de que, como na Rússia Tzarista, o país encontrava-se em uma conjuntura de transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo. Nele, defendia tal interpretação, encontravam-se ainda reminiscências feudais tais como o latifúndio e relações de produção e trabalho como a parceria (meia ou terça). Dentro desta lógica se insere a caracterização feita pelo jornalista comunista Octávio Brandão, em 1926, no livro intitulado *Agrarismo e Industrialismo*, que sintetizou as discussões ocorridas no congresso do partido, no ano anterior. Na obra relata-se que no país há uma oligarquia rural, assentada na produção de gêneros de exportação e no “latifúndio feudal”, plenamente atrelada às nações imperialistas - sobretudo os Estados Unidos da América – e de lado oposto uma burguesia nascente, compromissada com a modernização e com a industrialização do país. Assim, é fundamental a união entre camponeses, proletários e o próprio partido a esta burguesia “progressista”.

Não compartilhamos com esta interpretação. Conforme afirmado no capítulo anterior, o que está por trás desta lógica de manutenção de relações de trabalho não propriamente capitalistas no campo e a rápida adoção destas na cidade é uma coexistência dual, fundamental para a consolidação do avanço da industrialização e assim para a expansão do capitalismo no Brasil, que elege o meio urbano enquanto núcleo do seu desenvolvimento.

A interpretação errônea levou o PCB a uma solução também errônea. Esta veio a ser a concepção de uma revolução nacional em duas etapas, sendo a primeira etapa uma revolução democrático-popular de caráter anti-imperialista e antifeudal e a segunda a passagem para o socialismo. A aliança tanto com os estratos burgueses progressistas quanto uma maior aproximação com os trabalhadores do campo seria fundamental.

Mesmo sob essas bases não se deve omitir que tal interpretação forçou com que o partido entendesse a organização dos trabalhadores rurais, mais que qualquer outra instituição, enquanto momento fundamental no horizonte que tinha em vista e que empreendesse bastante força neste sentido.

Cabe retornarmos com mais afinco ao primeiro aspecto elencado por Oliveira, a saber: a “regulamentação das relações entre o trabalho e capital” promovida por Vargas a partir de 1930, para ver como esta se deu em relação ao meio rural. O que sobressai neste sentido é uma deliberada desconsideração com relação a este último. Nos primeiros anos da década de 1930, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, já apresentara os primeiros decretos com relação à organização de sindicatos, o foco era exclusivamente aqueles pertencentes ao meio urbano. Para nós tal ação se dá com dois objetivos principais: incorporar as organizações dos trabalhadores urbanos ao aparato político-burocrático do Estado, reduzindo o risco da luta de classes; e em segundo lugar como forma de criar condições de, mesmo que em total conformidade com o Estado, possibilitar aos trabalhadores urbanos cobrarem a efetivação de possíveis garantias, previstas nas sucessivas regulamentações relativas ao trabalho que viriam posteriormente.

Embora em 1941, em seu famoso discurso no campo do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, tenha afirmado Vargas que desejava ver também os trabalhadores rurais “desfrutando das melhoras estruturais e sociais que sua administração havia se esforçado para pôr à disposição dos trabalhadores da indústria e do comércio desde 1930” (WELCH, 2010, p. 103) e que a produção da emergente indústria dependia do aumento do poder aquisitivo da população rural; tal discurso muito mais se explica pela preocupação do presidente com a crescente influência dos comunistas no meio rural brasileiro, que por qualquer preocupação com a triste realidade destes trabalhadores.

O privilegiamento do setor urbano é explícito quando recordamos tais regulamentações: criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, promulgação da “Lei de Sindicalização” em 1931, direito dos trabalhadores às férias anuais remuneradas, salário mínimo,

aviso prévio etc. A reunião e correta sistematização das mesmas se dará mediante a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943²¹. A própria CLT é explícita quanto a não inclusão dos trabalhadores rurais na mesma:

Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinados em contrário **não se aplicam**²²: [...] **b) aos trabalhadores rurais** assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e a pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais (Art. 7º CLT apud COSTA, 1996, p. 09).

Opera-se o alijamento dos trabalhadores do campo sob dois pontos inter-relacionados: não acesso a certos direitos trabalhistas e não inclusão desses trabalhadores na estrutura sindical estatal. Estimular organizações no campo poderia propiciar condições de contestação à ordem reinante baseada no latifúndio (e todas as suas consequências, sobretudo a superexploração), além de servir de fermento à já adiantada atuação dos comunistas junto a estes trabalhadores.

Por outro lado, cabe aqui uma observação fundamental. Paradoxalmente, talvez a inclusão tardia destes trabalhadores na estrutura sindical oficial é que tenha permitido o surgimento de

²¹ Diferentemente da maioria dos autores pesquisados, Afirma Welch em seu livro “**A Semente foi Plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil” que para “desgosto dos fazendeiros, a versão final da CLT aplicava aos trabalhadores rurais e urbanos regras parecidas quanto a: salário mínimo (artigos 76-128), férias (artigos 129-131), contrato de trabalho (artigos 442-467), aviso prévio (artigos 487-491) e limitações para os pagamentos em bens em vez de moeda corrente (artigo 506)”. Afirmação para nós, romântica, bastando para tal notarmos a observação final do próprio autor: “mas para que conseguissem alcança-los, os trabalhadores rurais deveriam se organizarem; mas a sindicalização não estava devidamente normatizada, o que inviabilizava todo o processo”. Ora, se fosse interesse do governo a efetivação de tais direitos, seguindo este raciocínio, bastava que o Estado criasse previamente as regras para a tal sindicalização.

²² Grifo nosso.

organizações combativas e até radicais na contestação da estrutura agrária concentrada que havia no país, durante certa quadra histórica.

De toda forma, por ora, o que nos cabe ratificar é que tal conjunto de ações do Estado tem como objetivo precípuo transformar, tal como explicara Oliveira, o setor urbano-industrial em chave do novo sistema de acumulação a partir de 1930. A permanência da situação de atraso no campo, potencializada pela impossibilidade de se incluírem na estrutura sindical oficial cumpria, desta forma, as funções essenciais no processo de industrialização nacional e que já destacamos anteriormente: atração e inserção marginal de uma força de trabalho oriunda do campo que jamais teve direito a mínimos direitos e que, por isso, aceitava salários ínfimos se comparados às potências capitalistas; fornecimento de matérias-primas a baixo custo; fornecimento de gêneros alimentícios à cidade que, oriundos de locais onde a superexploração do trabalhador é a regra, possuíam preços muito reduzidos, o que reduzia sobremaneira o próprio salário pago aos trabalhadores da cidade.

Apenas em novembro de 1944 o Estado Novo regulamentou a sindicalização rural, mediante o Decreto-Lei nº 7038, incluindo a mesma na estrutura oficial constante na CLT. Este é um momento importante, pois aí se dá em termos jurídicos a possibilidade da sindicalização rural. O referido decreto tornava lícita a “associação de empregados ou empregadores que exercem atividades ou profissões rurais idênticas, similares ou conexas (IDEM, p.10)”. Definiu-se também a estrutura confederativa: cinco sindicatos, base local, poderiam formar uma Federação (nível estadual) e três federações poderiam dar origem a uma Confederação. Até mesmo os procedimentos para a formação do sindicato foram definidos: formação de uma comissão organizadora para conduzir todo o processo e a assembleia geral, para a votação dos dirigentes; sendo necessária, após isto, uma chancela do Ministério do Trabalho legitimando tais sindicatos, a conhecida investidura sindical.

Além dos sindicatos, que congregavam sobretudo colonos e assalariados das culturas do café, arroz, cacau e todos os assalariados horistas ou mensalistas, os contratados por empreitada ou por tarefa (COSTA, 1996), outras duas formas de organização foram definidos: 1. associações profissionais, que congregavam trabalhadores rurais ligados especificamente a cana-de-açúcar e 2. Associações Cívicas, que congregavam os não assalariados, como arrendatários, parceiros, posseiros e agregados. As associações cívicas poderiam ser registradas unicamente nos cartórios mais próximos, dispensadas, assim, do registro no Ministério do Trabalho.

Todavia, até 1962, o número de sindicatos de trabalhadores agrícolas reconhecidos oficialmente não chegava a dez, com um número enorme esperando tal autorização. O argumento usado para justificar a não investidura a tais sindicatos foi que a portaria não especificou claramente o quadro de atividades e profissões do campo. Creditamos a não efetividade de tal legislação a três razões principais: 1. por se tratar, o decreto de 1944, acima de tudo, de uma manobra utilizada pelo governo Vargas com o intuito de ampliação de sua força política junto aos trabalhadores rurais (o pequeno quantitativo reconhecido dava a ilusão de “avanço”, o que mantinha a esperança de outras entidades); 2. a extrema pressão exercida pelos fazendeiros (e pelos seus representantes diretos no governo) contra quaisquer alterações nas relações de trabalho no campo e, como veremos a seguir, 3. Meio “tranquilizador” encontrado por Vargas diante do visível fortalecimento de organizações que disputavam a atenção dos trabalhadores rurais, algumas com o intuito de esclarecer a estes a necessidade de organização para o enfrentamento à situação precária em que se situavam (o PCB, por exemplo); outras concebendo tais trabalhadores enquanto “massa votante”.

De toda forma, não se pode desconsiderar que a partir daí amparava-se juridicamente a formação e os procedimentos para a fundação de sindicatos rurais. Este é um elemento fundamental porque mesmo sendo negado o reconhecimento (na grande maioria das vezes) tem os trabalhadores e as forças interessadas na sua sindicalização, instrumento jurídico que os estimularia a tal.

Em 1945, declarou-se a legalidade do Partido Comunista Brasileiro e o sucesso deste nas eleições de 02 de dezembro do mesmo ano foi notável: tornou-se a quarta bancada no Congresso Nacional. Caio Prado Jr, a que tantas vezes nos referimos até aqui, foi eleito deputado estadual (pelo estado de São Paulo) pelo partido. Eurico Gaspar Dutra sucedeu a Vargas e promulgou a Constituição Federal em 1946, que extinguiu alguns mecanismos autoritários do Estado Novo como a censura e a pena de morte ; restabeleceu os direitos individuais e instituiu eleições diretas para presidente da República, que teria mandato de cinco anos.

4.2 Vargas Percebe o Risco Comunista

O pós 2ª guerra mundial apresenta ao mundo o socialismo enquanto alternativa real ao capitalismo. Início de uma nova era, “na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos

os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes” (FERNANDES, 2005, p.296-297). No próprio continente americano a Ilha de Cuba é o exemplo do que o poder popular era capaz, frente à intransigência da potência imperialista e seus agentes. Este agitado contexto internacional irá se refletir também no Brasil.

Se anteriormente o Partido Comunista já atuava mesmo que clandestinamente junto ao campo, é a partir de 1945, momento da sua volta à legalidade, que intensificará este trabalho, mas enfrentando agora a concorrência de outras forças sociais. Os objetivos destas últimas são os mais diversos, passando pelo estímulo à reforma agrária, transitando pela luta por direitos mínimos ou muitas vezes apenas buscando a incorporação da população trabalhadora enquanto massa votante, tendo em vista alterações feitas por Vargas que permitiram um contingente maior de pessoas aptas a votar. Enquanto em 1930, 10% dos adultos da classe trabalhadora estavam registrados para votar, este número se elevou, em 1945, para 33% (WELCH, 2010). O Partido Comunista aproveitou esta nova fase e ao mesmo tempo em que fazia a luta pelo voto, pregava a organização dos trabalhadores enquanto mecanismo importante destes para o enfrentamento da “questão agrária” a que estavam acometidos.

Para além da ampliação da participação política, Costa nos apresenta o permanente processo de urbanização e industrialização, que nesta década alcançará contornos diferenciados, sobretudo a partir de 1956, momento da intensificação da industrialização, com maciça entrada de empresas estrangeiras em território nacional. Para o autor, a dupla urbanização/industrialização pressionará a antiga estrutura agrária, tanto no sentido da quebra de relações pessoais existentes entre trabalhadores e proprietários de terras, quanto no sentido da adoção, por parte dos últimos, de novas técnicas de cultivo (utilização de insumos) e da adoção da mecanização. Assim, as mudanças nas relações de produção tenderão a tornar o assalariamento no campo uma prática mais comum (separando o “compadrio” entre trabalhador e patrão) e a concepção de fazenda enquanto “unidade de produção especializada” potencializará a expulsão de trabalhadores do meio rural. Estes últimos por sua vez, também tenderão a lutar por melhores condições salariais e contratos de trabalho mais interessantes para si. Com isso, “modificações nas relações de trabalho implicaram na emergência de tensões e conflitos e as novas condições (níveis salariais e tipos de contrato de trabalho) facilitaram a abertura de um novo canal de expressão, representado pela organização sindical” (COSTA, 1996,

p.129). Por outro lado há que se acrescentar que Vargas, aparentemente querendo aumentar seu apoio político, chegou a falar sobre a reforma agrária em sua campanha de 1950 e sobre o interesse de, em seu governo, expropriar terras improdutivas e repassar aos camponeses.

Pelo que expomos, entende-se que o tema “questão agrária” entrava em voga naquele período, o que seguramente fomentou o interesse de grupos organizados e da própria população a se mobilizarem de alguma forma.

Retornemos à discussão sobre a atuação do PCB. Este, a partir de 1945 guiou a sua atuação no campo mediante a “adaptação às formas de organização já existentes e conhecidas dos camponeses” (IDEM, p. 02). Em Goiás, por exemplo, formaram-se “irmandades camponesas” ou “irmandades católicas”; no nordeste, “ligas camponesas”, caso nenhuma destas fosse possível, optava-se pelas “comissões reivindicatórias”. Tais organizações, mesmo não formalizadas juridicamente, cumpriram um papel fundamental para o amadurecimento dos trabalhadores em direção a formas mais organizadas de luta e também na delimitação dos seus objetivos. Nos seus encontros debatiam-se temas diversos referentes à necessidade de se manterem organizados, importância da reforma agrária etc. Lyndolpho Silva, importante dirigente do partido em entrevista a Costa afirma, “os integrantes destas entidades iam entendendo que era preciso enfrentar o grande proprietário e até o Governo. Isso era uma mudança política de grande profundidade na vida tranquila do interior das fazendas”. Nota-se nesta fase postura conciliadora do partido em relação ao governo, adotada em parte devido à sua volta à legalidade, 23 anos depois, e também guiado pela concepção de avanço cuidadoso, já que o socialismo, em nível mundial, estava se fortalecendo. Dentro desta estratégia, o sindicalismo oficial se encaixava plenamente e a aliança operário-camponesa mantinha-se enquanto momento importante rumo ao socialismo.

Esta postura de luta pacífica se modificará a partir de maio de 1947, quando é cassado o registro eleitoral do partido e de sua numerosa bancada, a quarta maior do congresso. As ligas por ele fomentadas também começaram a ser reprimidas. Partirá, então, para a radicalização, tanto na cidade como no campo, contrastando com a anterior tática de ganhos graduais. O grande inimigo aí se tornará o trabalhismo, na figura de Getúlio Vargas. Mas esta não era a posição única no interior do partido. Havia uma ala que defendia que o trabalho junto às bases, acumulando forças, poderia render mais frutos a médio e longo prazo.

Como exemplo de radicalização pode-se citar a chamada “Guerra de Porecatu”, ocorrida no norte do Paraná, que contou com o apoio militar do Partido Comunista e se arrastou do início de 1949 a julho de 1951. Tal conflito envolveu camponeses, latifundiários e o governo daquele Estado. De forma resumida, iniciou-se com o apossamento de terras até então “sem dono” por centenas de famílias integrantes de ligas formadas pelo PCB desta região e da posterior contestação de tal posse por latifundiários próximos. Os camponeses, que já haviam “trabalhado a terra” tentaram inicialmente resolver a situação de forma pacífica, mas o assassinato de integrante das ligas e a omissão do Estado tornou este um conflito sangrento, totalizando 14 mortos e 18 feridos, entre jagunços, posseiros e policiais. O Partido apoiou os camponeses tanto mediante o fornecimento de armas quanto no treinamento dos combatentes em táticas de guerrilha. Ao final, a grande maioria das famílias abandonou a região, poucas desfrutaram da propriedade do tão esperado pedaço de chão (WELCH, 2010).

Já a Liga Camponesa de Iputinga, em Pernambuco, também organizada pelo partido comunista é uma prova da existência de concepções distintas de atuação. Criada em janeiro de 1946, contava com um corpo jurídico para o apoio nas ações de ocupação de terras, também se preocupava com a produção de gêneros para o comércio e também com a defesa dos direitos dos trabalhadores. Aliás, a comercialização de produtos baratos era um dos principais objetivos das ligas, que assim o pretendiam mediante a criação de diversas ligas ao redor das cidades, elevando o padrão de vida dos camponeses (COSTA, 1996).

Em 05 de maio de 1949, deu-se o lançamento de um meio de comunicação fundamental de comunicação do PCB: trata-se do periódico mensal “*Terra Livre*”. Dedicava-se unicamente ao meio rural e circulou muitas vezes de forma clandestina. Numa realidade de extrema dispersão dos trabalhadores no campo, isolados, boa parte deles, em fazendas Brasil afora sem contato mínimo com o exterior, este se constituiu enquanto ferramenta importantíssima, chegando a uma tiragem de 15 mil exemplares. Divulgava modelos de documentos necessários à fundação de sindicatos e procedimentos necessários para tal, apoiava as associações, divulgava informações sobre leis trabalhistas, salários etc.

Em 1950, no famoso “Manifesto de Agosto”, Luiz Carlos Prestes condenou o governo brasileiro pelo apoio às forças aliadas (Estados Unidos e Inglaterra) na Guerra da Coreia. Defendia ele que a posição brasileira deveria ser em favor da União Soviética e apontou a derrubada

violenta do governo e o estabelecimento de um Estado revolucionário como ações do partido. Era também imprescindível, nas suas palavras, acabar com a ditadura dos grandes latifundiários exercida no campo.

No entanto, dois anos depois, percebendo o distanciamento das bases, retornou o PCB a atuar dentro dos marcos da legalidade. Nesta nova fase, enfatiza-se a atuação junto aos sindicatos já existentes e a dedicação com muito afinco ao sindicalismo de trabalhadores rurais. Era necessário avançar a partir do conjunto de regulamentações já presentes constitucionalmente e que a população rural, no seu grande desconhecimento e dispersão geográfica, pouco conseguia compreender. Os espaços de reunião e discussão se resumiam basicamente àqueles ligados à Igreja Católica.

Novamente lembremos que a década de 1950 é marcada por uma nova fase de expansão do capitalismo brasileiro, denominada por Florestan de “irrupção do capitalismo monopolista”, em que os Estados Unidos mudam seu padrão de dominação em relação aos países periféricos, como o Brasil. A lógica estadunidense é a do “desenvolvimento com segurança”; nesta, todo o poder possível deveria ser usado para a proteção dos capitais estrangeiros - aqui aplicados de forma intensa - sobretudo a partir de 1956. Neste contexto, tal como em 1930, o campo continua enquanto importante subsidiário da industrialização nacional; entretanto, fácil notar que este maior grau de dependência de capitais estrangeiros concorre para uma pilhagem ainda maior da economia agrária. A elite dominante agrária, como sempre, reage aumentando a exploração dos trabalhadores. A essa altura a piora nas condições de vida destes eram patentes. A lógica do capitalismo dependente (de que tratamos anteriormente) que penaliza as elites dominantes agrárias em relação às urbanas, manifestava-se da forma mais brutal possível na vida dos trabalhadores. Um bom índice desta situação pode ser apresentado a partir de São Paulo, devido ao grande número de empregados na cultura do café e envolvidos em relações puramente assalariadas. Conforme Welch (2010, p.203):

[...] Os fazendeiros eram bem sucedidos em colocarem o fardo da flutuação do mercado nas costas dos camponeses. Cada vez que os preços diminuía, também baixavam os salários [...] O preço recebido por duas os três sacas de 60 kg pagava pelo custo anual de manutenção de mil pés – uma estatística que revela a magnitude da mais-

valia, e, assim, a extensão do desequilíbrio entre a renda dos colonos e o lucro do fazendeiro.

Com salários tão baixos fica evidente a numerosa força de trabalho sobrando e o quanto a concentração fundiária cumpre papel tão importante para a perpetuação de um padrão de vida tão miserável para os trabalhadores do campo. Este é um ponto que há muito houvera sido percebido pelo PCB e que apenas na década de 1950 começou a despertar maior interesse do populismo de Vargas. Os interesses deste último são obviamente distintos do PCB: o que Vargas e os sucessivos governos buscarão será a incorporação dos camponeses via estrutura sindical, bem como o próprio afastamento destes dos militantes comunistas. O então ministro do trabalho José de Segadas Vianna alertou ao presidente sobre o perigo que era a constante aproximação e mobilização dos pecebistas no campo. O envolvimento na campanha “O Petróleo é Nosso”, que culminou com a criação da PETROBRÁS, bem como na grande greve de 1953 em São Paulo, em que participaram têxteis, metalúrgicos, gráficos e vidreiros, totalizando 300 mil trabalhadores, durante três semanas, provaram o potencial de penetração dos comunistas dentro da classe trabalhadora e certamente corroboraram para a maior atenção dedicada ao campo pelo PTB. Também Gilberto Crockett de Sá, diretor do departamento nacional de trabalho, deixou bem explícita esta preocupação em janeiro de 1954: “a sindicalização dos trabalhadores rurais começaria imediatamente por São Paulo e visaria neutralizar a influência comunista, atraindo para o controle do Governo todas as organizações representativas dos lavradores” (WELCH, 2010, p.234). Neste estado colocou como meta a fundação de 250 sindicatos.

Então, nota-se aí a importância dada à sindicalização rural tanto do PCB quanto do governo Vargas, através do seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no desenrolar da década de 1950. O ministro do trabalho terá a clara função de mediante “reformas” enfraquecer a atuação comunista e acalmar os trabalhadores. Em junho de 1953, Vargas encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma agrária em que se previa o direito de o governo apropriar e distribuir terras consideradas subutilizadas, mediante compensação aos proprietários via “preço justo” (WELCH, 2010). Pouco depois nomeou o carismático João Belchior Marques Goulart, também do PTB, como ministro do trabalho.

Enquanto isso, também o PCB avançava na proposta da sindicalização rural, uma bandeira agora tornada crucial na sua atuação.

Congressos e conferências se tornarão frequentes e jogarão papel crucial para a integração do partido e dos trabalhadores no sentido da sindicalização rural.

Fato importante a ser considerado é que a dificuldade representada pela forma hierarquizada da sindicalização oficial em um meio onde a comunicação e a dispersão geográfica são tão presentes, como é o meio rural, as conferências, encontros e assembleias sempre se colocarão enquanto estratégia fundamental, como veremos doravante.

4.3 1ª e 2ª “Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA)”

Sempre dentro da lógica da estratégica aliança operário-camponesa enquanto meio para a chegada à revolução socialista, foram os dirigentes urbanos que convocaram a Primeira Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, CNTA, momento pioneiro e fundamental para a articulação dos representantes dos desprivilegiados do campo em torno de uma perspectiva de luta que fosse nacional. O próprio modo descentralizado em que foi realizada nos dá ideia da orientação em favor de uma unificação nacional: realizou-se nos estados de São Paulo, Paraíba e Ceará, em setembro de 1953. Previamente notável esforço foi realizado pelo PCB no sentido de formar associações e sindicatos rurais para a participação neste evento - o que não significava que estes fossem legalizados oficialmente. A participação foi considerável: cerca de 500 delegados, dentre os quais o delegado representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas dos Municípios de Ilhéus e Itabuna (Bahia), então maior sindicato do país, que foi escolhido como presidente da Comissão Permanente da CNTA.

Este foi também um momento fundamental para o partido se aproximar ainda mais das lideranças do campo. Ao mesmo tempo cumpria essa 1ª CNTA uma função fundamental, que foi possibilitar o entendimento por parte dos representantes do campo de que “eles” - e não apenas o PCB - deveriam melhor se organizar e lutar para a alteração da realidade agrária. Isto é, diminuía-se a dependência das lideranças em relação ao partido comunista. Dentre os pontos debatidos nos encontros simultâneos, maior relevo foi dado à “reforma agrária radical da posse da terra, ao confisco e distribuição de latifúndios e de terra de propriedade estrangeira” (WELCH, 2010, p. 230). A extinção de “resquícios do feudalismo”, nas relações de trabalho no campo, como as parcerias (meia, terça etc), assim como créditos a baixo custo para os agricultores de pequeno porte também foram deliberações para a luta

discutidos no encontro. Atenção especial merece ser dada ao termo “reforma agrária radical”. Esta se opõe a já citada “reforma agrária com “preço justo”, anunciada por Vargas em 1953. Enquanto a defendida pela conferência previa a tomada das terras subutilizadas sem quaisquer indenizações aos até então proprietários, a segunda prevê a tomada, mas com a justa compensação dos seus proprietários com valores vigentes no mercado. Esta segunda solução nos parece extremamente problemática, porque mesmo que implicasse “desconcentração de terras” implica, ao mesmo tempo, “concentração da renda”. Isto dá enorme margem inclusive à especulação, baseada, para piorar, no deslocamento de recursos públicos para as mãos de latifundiários. Se, por um lado, enfatizou a necessidade da “reforma agrária radical”; por outro, esta conferência não adotou a pressão sobre o governo federal no sentido de reconhecimento dos sindicatos.

Terminada a 1ª CNTA, o periódico “*Terra Livre*” fará enorme divulgação para a realização da 2ª conferência que se realizaria já no ano seguinte. O intervalo compreendido entre a 1ª e a 2ª Conferências, consideramos crucial para entender as diretrizes fundamentais do movimento sindical rural para daí em diante. O grande número de conferências ocorridas, em número de 23 e abarcando 13 estados, foi a forma encontrada de fazer um “levantamento das reivindicações [...] e das organizações até então criadas” (COSTA, 1996, p. 30). Momento fundamental, porque tem se aí oportunidade única de as entidades já organizadas e do próprio Partido Comunista colher junto aos próprios trabalhadores e pequenos camponeses as suas demandas mais imediatas e assim aproximar-se deles de forma mais veemente.

Esta grande mobilização, que envolveu tanto o meio fundamental de comunicação naquele momento, “*Terra Livre*”, quanto as assembleias e conferências, mostrou-se exitosa pois em setembro de 1954, reuniram-se em São Paulo, no palácio do Ibirapuera, cerca de 280 lavradores e 20 delegados representantes de sindicatos. Ao todo, 16 estados estavam representados. Objetivamente, foram dois os resultados principais da II Conferência: a elaboração da “Carta dos direitos e das reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil”, conhecida como “Carta dos Direitos” e a fundação da ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Transcrevemos a parte principal da referida Carta dos Direitos²³:

²³ Este trecho foi retirado integralmente do livro “Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção”, de Luiz Flávio Carvalho Costa. A numeração (1 a 7) foi por nós feita para facilitar a discussão em torno daquele.

1 Distribuição de terra dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem-terra ou possuidores de terra insuficiente; 2. Entrega de títulos de propriedade plena aos posseiros, ocupantes ou colonos de terra, bem como a todos lavradores que foram beneficiados com a reforma agrária; 3. Ajuda do Estado através de medidas que estimulem a produção: ajuda técnica, crédito fácil, barato e a longo prazo, fornecimento de maquinaria e ferramentas; adubos e sementes; facilidade para a organização; estímulo ao cooperativismo [...]; 4. Proibição de todas as formas de exploração semi-feudal como o trabalho gratuito, o pagamento em espécie, a *meia* e a *terça* e outras formas de parceria;- 5. Garantia aos indígenas nas terras por eles ocupadas; 6. Recuperação do atraso social dos lavradores e dos trabalhadores agrícolas, pela aplicação das mesmas garantias e direitos de que desfrutaram os trabalhadores da indústria [...]; 7. Garantia de estabilidade no emprego; 8. Proibição de despejo no caso de dispensa, até que o trabalhador encontre novo emprego (COSTA, 1996, p.32-33)

Com muita facilidade notamos o enorme peso dado à legalidade nesta Carta. Observemos nos pontos 1 e 3, “distribuição de terra” e “ajuda do Estado”: sem forte enfrentamento jamais se pode atingi-los pois, como por diversas vezes afirmamos, o padrão de capitalismo que se desenvolvia no país tinha como um de seus pilares exatamente a extrema concentração de terras e o não acesso da população trabalhadora do campo a um conjunto de direitos que já eram disponíveis aos moradores do meio urbano. Mais do que isso, o que esta carta assinala é um claro ponto de vista dos próprios moradores do campo diante dos sofrimentos a que estavam acometidos; o que não exclui a forte influência do Partido Comunista, facilmente verificável no ponto 4 “Proibição de todas as formas de exploração semi-feudal”.

Nas “resoluções da conferência” outra mudança substantiva: a reforma agrária deixava de ser “radical” (conforme defendida na primeira conferência) para ser “democrática”, ou seja, passava a ser concebida a partir dos pressupostos legais. Daí redigiu-se abaixo-assinado e iniciaram campanha nacional para reunir cinco milhões de assinaturas em favor desta.

No que diz respeito “à aplicação das mesmas garantias e direitos de que desfrutaram os trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais”, ponto 6, esta será uma luta constante do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil. No entanto não esqueçamos um detalhe fundamental. Se por um lado a conquista e/ou efetivação de direitos ao meio rural era uma parte importante da luta, a sindicalização rural também funcionava enquanto complemento fundamental. Sem estas organizações a implementação prática seria extremamente dificultada, tendo em vista a histórica resistência dos grandes proprietários rurais e a gigantesca vulnerabilidade dos trabalhadores frente àqueles.

Também observando este aspecto foi criada, durante a II Conferência, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Teria esta a função de manter, consolidar e ampliar a união dos trabalhadores e pequenos camponeses no plano nacional, iniciada com as duas conferências e simultaneamente levar a cabo as demandas já detectadas e as que viessem a ser levantadas. Evidentemente, a organização política dos trabalhadores se colocava enquanto um pressuposto, sem ela quase todas as demais demandas poderiam se tornar inviáveis. A sua composição inicial revelava o grau de influência dos comunistas: dos 10 componentes do comitê executivo, 04 pertenciam ao PCB: Geraldo Tibúrcio, José Alves Portela, Lyndolpho Silva e Sebastião Dinart. Em termos práticos, configurou-se como um braço do Partido Comunista dedicado ao meio rural, apesar de a mudança de rumos proporcionada pelo maior contato com os moradores do campo também tivesse peso considerável na sua atuação. Observemos as suas finalidades, localizadas no artigo 2º do seu Estatuto:

São finalidades da ULTAB:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- c) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- d) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;

- e) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- f) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;
- g) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais (ESTATUTO DA ULTAB *apud* ASSIS, s.d, p.2)²⁴.

Relevo enorme é dado à organização de entidades no campo (eixo a) e à atuação dentro do jogo institucional (eixo d). É a partir da criação da ULTAB que a sindicalização rural se acelerará enormemente.

4.4 Debate interno paralisa a atuação da ULTAB

Começamos tratando de algo crucial. Há enorme heterogeneidade de formas de trabalho no campo, o que terá rebatimentos decisivos nas demandas apresentadas. Distinguem-se com relativa clareza, um grupo que vende sua força de trabalho a outrem e outro grupo, que trabalha principalmente para a sustentação de si e de sua família.

Neste primeiro grupo inclui-se uma variedade de relações de trabalho tais como: assalariados, parceiros, arrendatários, colonos, peões e empreiteiros podendo ou não ter vínculo jurídico-trabalhista, mas que recebem determinada remuneração monetária. Importante salientar que no período que hora estudamos, década de 1950, há um gradativo aumento do número de assalariados, o que demonstra a penetração mais evidente do capitalismo no campo. Em 1950, 5,5 milhões de assalariados e semi-assalariados, em 1959 este número saltou para 07 milhões (COSTA, 1996). A demanda deste grupo se direcionará sobretudo para o aumento dos salários, aplicação da lei do salário mínimo, extensão de toda legislação social já existente para os trabalhadores urbanos ao campo, direito de greve, direito de sindicalização, entre outros.

²⁴ Estatuto da ULTAB sistematizado em São Paulo em 20 de setembro de 1959. Esse documento se encontra no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

O outro grupo abrange arrendatários, parceiros, posseiros e proprietários de pequenas extensões de terras, que trabalham para si e sua família, o que faz com que tenham uma pauta distinta. Como exemplo, podemos citar: fornecimento de insumos (ferramentas, sacarias, adubo) com baixo custo pelo Estado, crédito facilitado, entrega de títulos de propriedade - aos posseiros, ocupantes e moradores - respeito ao direito de organização das associações rurais, entre outras. Pela denominação da ULTAB “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” se percebe a preocupação da mesma em incorporar tanto o primeiro quanto o segundo grupo descritos.

Outra observação fundamental é que apesar de que nosso foco seja os sindicatos de trabalhadores rurais, o sindicalismo oficial rural abarca muitos outros tipos de organização, como associações - tanto de trabalhadores quanto de patrões - e mesmo os sindicatos patronais.

Cabe observarmos numericamente como se desenrolava o processo de criação e reconhecimento de entidades no campo. Apesar de devidamente regulamentada desde 1944, a sindicalização rural seguia a passos lentos. Em 1955, a Ultab apontou a existência de cerca de 25 sindicatos rurais no Brasil (a imensa maioria não reconhecidos oficialmente), sendo apenas 03 em Minas Gerais (Sindicatos dos Assalariados Agrícolas de Ponte Nova, Sindicatos dos Assalariados Agrícolas de Santa Rita do Sapucaí e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares). Quando se fala em sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho só havia cinco em todo o país (COSTA, 1996).

Esta situação se alterará a partir daí, pois a ULTAB tinha como uma de suas funções principais o fomento à sindicalização rural. É assim que se pode entender que entre fins de 1954 e 1956 foram fundados quase 200 organizações no campo (não necessariamente eram registradas legalmente), dentre estas, 46 sindicatos.

Entretanto, em 1957, grande debate interno do PCB praticamente paralisará os trabalhos no campo feitos pela ULTAB.

De forma extremamente sintética e nos atendo apenas ao nosso foco de pesquisa, afirmou Agildo Barata, importante integrante do Partido, que a luta anti-imperialista estava se dando mais rápido que o movimento camponês.

Desta forma, propôs que a partir dali o partido se centrasse na luta anti-imperialista, pondo em primeiro plano a política de frente única, que, por sua vez, previa a aliança com parte da burguesia industrial e até mesmo com certos setores do latifúndio. Ora, a aliança com parte dos latifundiários (aqueles que não fossem “feudais”,

defendia Barata) contrariava frontalmente a posição dominante do partido, que era a defesa da reforma agrária de caráter radical. Algumas “reformas” na estrutura agrária já bastavam, naquele momento, na concepção de Agildo Barata.

A maior parte do Partido reconheceu o descompasso entre o movimento e a luta anti-imperialista, contudo propôs que, ao invés de se centrar naquela segunda prioridade, que dirigisse seus esforços para o movimento camponês “sem desvincular o caráter anti-imperialista da revolução brasileira de seu caráter agrário antifeudal [...] A aliança operário-camponesa era essencial para a revolução e pré-requisito para a construção da hegemonia das classes populares na frente” (COSTA, 1996, p. 48). Perdendo este debate, o grupo denominado *Renovador*, ao qual fazia parte Barata, desvinculou-se do PCB.

Este período de meados de 1950 foi decisivo para o Partido Comunista em outro aspecto. O perigo de golpe, após a morte de Vargas, era eminente: caso isto ocorresse aumentaria sobremaneira a repressão sobre os comunistas. Então, a ênfase no respeito à Constituição foi a opção feita pelo partido e as eleições ganharam também importância. Apoiaram decisivamente nestas a vencedora dupla Juscelino Kubitschek / João Goulart. Consequentemente, ao invés de “derrubar” o governo, o que o PCB defenderá será a transformação gradativa do mesmo. A “Declaração sobre a política do PCB”, em março de 1958, tanto pôs fim ao debate interno do partido, que citamos acima, quanto consolidou adoção do “caminho pacífico” enquanto estratégia da revolução brasileira.

A consequência maior de tudo isto é que a atuação, a partir daí sempre balizada pelos marcos da legalidade institucional, permitirá ao PCB maior liberdade para a sua atuação política, o que facilitará tanto a fundação quanto o reconhecimento dos sindicatos rurais por ele fomentados.

4.5 As conferências da ULTAB

A primeira conferência da ULTAB, ocorrida em setembro de 1959, confirmará a adoção do caminho pacífico e marcará um novo período de avanço na sindicalização rural. Façamos ressalva: apesar de se manter enquanto membro importante, nem todo o corpo da ULTAB é composto por militantes ou integrantes do PCB, o que terá influências sobre as demandas, que serão gradativamente incorporadas por aquela entidade.

O diagnóstico apresentado no evento confirma o local marginal historicamente reservado à população rural no país: dispersão geográfica dos trabalhadores, negação do seu acesso a direitos básicos, opressão sofrida dos fazendeiros, migrações constantes, conflitos com os latifundiários, dificuldade de formação de quadros dirigentes devido ao elevado analfabetismo rural etc. Para piorar, nesse momento, multiplicavam-se organizações sob a influência dos grandes proprietários de terra: 1520 associações com cerca de 175 mil associados (COSTA, 1996).

Dentro deste contexto, extremamente dificultador do processo de organização rural, é que a Ultab despendeu todos os seus esforços na organização rural, aí concebida através da fundação, legalização e fortalecimento de entidades, o sindicato de trabalhadores rurais ocupando lugar de destaque.

Outro tema de destaque desta conferência foi a reforma agrária, entendida enquanto:

[...] Conjunto de medidas governamentais baseadas, antes de tudo, numa profunda modificação da maneira como está distribuída a terra no Brasil” [...] O objetivo da reforma agrária é o aumento da produção em benefício da maioria do povo. [...] Compreende, por isso, uma grande série de outras providências, tais como a organização da assistência do Estado em vários terrenos: agrotécnica, crédito, educação, saúde, cooperativismo e outros (CARTA DA REFORMA AGRÁRIA (1959), *apud* COSTA, 1996, p.67).

A presença do vice-presidente João Goulart, durante a II Conferência da Ultab, em novembro de 1959, apontou claramente os novos contornos da luta empreendida no campo. Agora, diante do grande envolvimento do Partido Comunista nas questões condizentes ao campo e a sua aparente agenda reformista, o governo Kubitschek /Goulart adotou também uma postura de aproximação com o mesmo, donde a maior demonstração foi retorná-lo, também em 1959, à condição de legalidade, fato importante, pois permitirá ao Partido maior liberdade para as ações relativas à sindicalização. Merece-se sublinhar o grande impulso representado nesse processo pela nomeação de Dinarco Reis, do PCB, à Seção de Trabalho no Campo. Aí se estreitaram e

corrigiram falhas terríveis no relacionamento entre o partido e a Ultab, que aparentemente sofria com a grande tutela a que era submetida. Também merece destaque o grande apoio oferecido pelos sindicatos urbanos a todos os eventos organizados pela Ultab.

4.6 Outros Concorrentes para a Ultab na Sindicalização Rural

Neste momento, nem só a Ultab levava à frente a atuação no meio rural: havia também as ligas camponesas, que no Nordeste se diferenciaram na sua atuação em relação ao PCB (que havia as fomentado inicialmente) e a Igreja Católica.

A referência pioneira em termos de ligas no Nordeste foi aquela que, por meios judiciais e tendo como seu advogado Francisco Julião, conseguiu a desapropriação de terras no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, no ano de 1959. Para tal, em torno de 150 famílias, organizadas em torno de uma associação de ajuda mútua pressionaram o governador Cid Sampaio que acabou por distribuir a terra entre as mesmas. Bom lembrarmos que a própria Constituição Federal de 1946, ao afirmar a obrigação do uso da terra pelos seus proprietários, amparou legalmente os agricultores nesta ação. Estava também inscrito na mesma Constituição a preferência em relação a posseiros que tivessem ocupando fisicamente terras de até 25 há por dez anos ou mais.

O sucesso desses camponeses trouxe esperanças a muitos outros agricultores, em diversos estados, que começaram a também se organizarem em ligas, sobretudo naquele e na Paraíba. Coletti (1998) assim sintetiza o modo de organização das mesmas:

Em termos organizacionais, o que caracterizava as ligas era o fato de se constituírem como uma sociedade civil de direito privado, com sede na capital do estado ou na maior cidade da região, com jurisdição para todo o estado ou para toda a região respectiva. Não dependiam, portanto, para o seu registro, da complexa burocracia do Ministério do Trabalho, mas apenas de um cartório de títulos e documentos (COLETTI, 1998, p. 42).

As motivações para a constituição da liga de Galiléia sob diversos aspectos ilustra a tensa realidade presente no campo brasileiro naquele período: contestação das arbitrariedades cometidas pelo anterior dono da

área do engenho, a luta pela desapropriação (que se tornou exitosa) da terra bem como a indenização por benfeitorias ali feitas.

Cabe aqui esboçarmos algumas diferenças de atuação e concepção existentes entre os sindicatos fundados pela Ultab e as ligas camponesas. Francisco Julião, nome mais conhecido da liga de Iputinga, membro do Partido Socialista Brasileiro – PSB, e referência para toda a estratégia das lutas empreendidas por aquelas no Nordeste, discordava da concepção dominante do Partido Comunista de “revolução por etapas” e do inicial caráter “democrático-burguês” desta. Dava papel central no processo revolucionário às lutas que se originavam no campo em detrimento daquelas iniciadas pelo operariado, pois enquanto este último teria por prioridade o aumento dos salários, as massas rurais, sobretudo os camponeses, de forma imediata remetiam as suas questões ao plano político (COSTA, 1996). Com tal radicalidade seria possível, segundo ele, o “salto” ao socialismo, queimando etapas sempre defendidas pelo PCB.

Já abordamos as posições mais radicalizadas adotadas anteriormente pelo PCB até que em fins da década de 1950 se consolidou internamente o caminho de luta pacífica para a revolução e a observância a todos os meios legais para a formação de sindicatos. A posição de atuar dentro da legalidade, dando especial importância às reivindicações imediatas tais como melhores salários e condições de trabalho também era constante alvo de críticas de Julião, que considerava estas demandas, embora importantes, muito reduzidas diante do potencial revolucionário da classe trabalhadora do campo. Paradoxalmente, o próprio Francisco Julião propunha a reforma agrária a partir das possibilidades de distribuição previstas na Constituição Federal. Ele inclusive foi eleito deputado estadual e federal, tendo muito contribuído neste espaço à luta pela reforma agrária.

Giocondo Dias, dirigente do Partido Comunista, aponta as consequências no caso da adoção das concepções de Julião:

Os objetivos fundamentais de eliminação do imperialismo e do latifúndio seriam substituídos pela eliminação da burguesia brasileira como classe. Portanto, a contradição principal não mais seria entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e sim entre capital e trabalho (COSTA, 1996, p.84).

Nota-se neste trecho a contestação de Julião a alguns dos elementos fundamentais requeridos pela revolução brasileira e defendidos há décadas pelos comunistas.

A outra grande crítica feita pelos comunistas a Francisco Julião é que, segundo eles, este subestimava o atendimento às demandas imediatas em nome de uma reforma agrária radical e imediata. Isto contrastava vivamente com a tática da acumulação de forças adotada pelo PCB a partir da experiência de organização que haviam acumulado até então. Também não concordavam com a consideração do campesinato como força hegemônica da revolução brasileira. Notaram aí uma subestimação aos operários urbanos.

Cabe explicitar, nesses termos, o foco central das Ligas Camponesas naqueles que lutavam pela terra e que viriam a se tornar camponeses de fato e direito mediante a aquisição da mesma através da reforma agrária. Isto contrastava, “em parte”, com a política de valorização das conquistas parciais levadas a cabo pelo PCB e normalmente direcionadas aos trabalhadores assalariados do campo. “Em parte”, enfatizamos, porque não eram desprezíveis numericamente as demandas apresentadas pelos posseiros e arrendatários, dois dos grupos que mais sofriam com as já mencionadas alterações no campo naquela conjuntura histórica. Outro ponto que merece destaque é que - mesmo com concepções tão distintas - tanto o PCB quanto as Ligas Camponesas consideravam-se mutuamente enquanto parceiros na luta pela melhoria do miserável padrão de vida a que estava acometida a maior parte da população rural.

A Igreja Católica também muito se empenhará na organização dos trabalhadores nos fins de 1950. A sua ação se dará basicamente com o intuito de conter a influência exercida pelos comunistas sobre a população rural, que notadamente àquela altura vinha se ampliando. Concentrará, desta forma, seus esforços exatamente naqueles locais onde a influência das Ligas e do PCB eram maiores. Contou, em muitos locais, com o apoio do Estado: “em 1960, o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte criou um setor de sindicalização rural, cujo objetivo era a formação de “sindicatos cristãos no campo” (COLETTI, 1998, p. 50); assim como, em 1962, foi criada a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba e a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina, Piauí.

Já em São Paulo, local estratégico de atuação do PCB há muitas décadas, os Círculos Operários da Igreja terão papel relevante na organização dos sindicatos rurais. À luta de classes, a Igreja, com tais Círculos, contraporá a harmonia social. No entanto, no seio da própria

Igreja (sobretudo oriundo dos seus setores leigos) surgirão grupos com posições bem críticas no que diz respeito à “questão agrária” e à luta camponesa, a Ação Popular sendo um desses exemplos²⁵.

4.7 O Congresso de Belo Horizonte

Dirigentes e associados das Ligas Camponesas, da Ultab, representantes do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, representantes estudantis entre outros, reuniram-se em mais um grande encontro, ocorrido entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Denominado “Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, reuniu em torno de 1500 participantes, representando posseiros, assalariados, foreiros, arrendatários, pequenos proprietários etc. Aparentemente, o grande intuito do evento foi manter como pauta para toda a nação a discussão da “questão agrária” e traçar, a partir da presença das diversas tendências, uma linha de atuação razoavelmente comum de ação. Um dos pontos altos foi o debate entre as concepções da Ultab e das Ligas Camponesas, por nós apontada anteriormente. No que diz especificamente à sindicalização rural e derivada de sua concepção distinta em relação ao PCB, Francisco Julião defendia que ao invés de promover a fundação de sindicatos rurais deveria se focar na criação de associações de foreiros e colonos, à semelhança das ligas camponesas existentes em Pernambuco (COSTA, 1996).

O documento mais importante do Congresso foi a “Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária”, elaborada pela Comissão de Reforma Agrária. Esta reivindicava, entre outros pontos, a “transformação da estrutura agrária, a desapropriação do latifúndio e a posse e uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar [...], o direito de organização dos trabalhadores rurais, a permissão de desapropriações por interesse social

²⁵ Diversos movimentos atuais que tem como pauta a luta pela reforma agrária, a violência exercida pelos latifundiários no meio rural e a resistência à implantação de estruturas que perturbam comunidades tradicionais já estabelecidas (exemplo claro, as usinas hidrelétricas) mantêm forte ligação com grupos progressistas existentes no interior da Igreja Católica. As constantes ameaças de morte ao bispo Dom Pedro Casaldáliga, no Pará, feitas por latifundiários daquele Estado e publicizadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, dão-nos uma noção de uma ala mais progressista no interior do catolicismo brasileiro.

mediante indenização em títulos públicos” (COSTA, 1996, p. 74). No entanto, interessante argumentação nesta “Declaração” é aquela que aponta a reforma agrária como uma ação necessária para a sociedade brasileira como um todo, não apenas à população do campo. O latifúndio foi concebido enquanto pilar das relações antissociais e antieconômicas do meio rural, o que emperraria o desenvolvimento deste último e do Brasil.

A “Declaração Final” de todo o evento apresentou três partes: a) exigência de transformação radical da estrutura fundiária rural com a extinção do latifúndio, jogando as desapropriações, a serem feitas pelo governo federal, papel fundamental; b) melhoria das condições de vida e trabalho da população rural e c) estratégias para se alcançar os objetivos anteriores. É evidente a associação da primeira e segunda partes a respectivamente às concepções de Francisco Julião e do Partido Comunista Brasileiro. Evidente também a força demonstrada pelos delegados das Ligas Camponesas nesta declaração, uma vez que a proposta da reforma agrária “radical” (ocupando três quintos do documento) relegou as reivindicações trabalhistas a um segundo plano. Estas últimas diziam respeito à extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e o “amplo, livre, democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe” (WELCH, 2010, p.312). As reivindicações trabalhistas são o foco do PCB, sendo que os sindicatos de trabalhadores rurais seriam o seu meio de luta para tal.

Foi sintomática a presença de políticos como o presidente João Goulart, do primeiro-ministro Tancredo Neves e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, no encontro. Sinalizava-se aí o envolvimento definitivo do Estado com movimentos e partidos progressistas - PSB e PCB - e que tinham a “questão agrária” e suas derivações enquanto pauta principal. Entendemos que tal envolvimento se deu fundamentalmente pela força demonstrada pelos movimentos sociais do campo naquele momento, e que não poderiam aí ser ignorados, bem como pelo desejo de incorporação de tal movimento pelo Estado, uma vez que se tornava cada vez mais claro à toda a população o grande problema representado pela não resolução da “questão agrária” no país. Este gradativo amadurecimento por parte da população rural poderia conter em si germes de uma potencial luta revolucionária, quer seja “dentro da ordem” (reforma agrária pensada em termos estritamente capitalistas) quanto fora dos limites da ordem (tendo como exemplo países onde o socialismo se estabeleceu e distribuiu a terra à população, como Cuba). A incorporação pelo Estado,

sua presença em todo este debate permitia-lhe, ao menos, não perder o controle da situação. Aqui, sob hipótese alguma, descartamos a possibilidade de que João Goulart tivesse consigo tendências reformistas, que poderiam acarretar mudanças significativas mediante as suas reformas de base, donde a reforma agrária possuía papel central. O que enfatizamos é que a preocupação com o controle de todas as potenciais mudanças, numa conjuntura que apontava para o fortalecimento de movimentos de base popular, é uma prioridade do governo neste momento. Merece, nesse sentido, salientarmos que o Congresso de que tratamos foi financeiramente apoiado pelo governo federal. Embora Welch, em seu livro “A Semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil” afirme constantemente o desagrado dos latifundiários com a gradativa política de aproximação levada a cabo pelos governos trabalhistas de Getúlio Vargas e João Goulart, acreditamos que a referida aproximação, mantida estritamente dentro dos limites do capitalismo, dá-se com o intuito de manter as rédeas do processo, o que em última instância - mesmo que não se deem conta disto - favorece aos próprios latifundiários. São vários os mecanismos possíveis, mas para que saíamos da ambiguidade nesta explicação basta que recordemos da já referida reforma agrária a “preço justo”, em que o governo federal adquire as terras dos latifundiários a preços normais de mercado e as repassa aos camponeses. Embora distribua a terra a quem necessita, não deixa também de fortalecer economicamente os próprios latifundiários. Diferente seria a tomada radical da terra pelos movimentos de caráter popular, fato indesejado pelos governos, mesmos aqueles que, como Jango, possuísem tendências progressistas.

Interessantes as colocações anteriores, porque o sindicalismo de trabalhadores rurais e toda a sua estrutura hierárquica e burocrática (sindicatos, federações e confederação) jogarão papel fundamental neste processo de controle e apassivamento da população rural pelo governo. Tanto assim que, embora Jango não declarasse explicitamente, acelerou-se sobremaneira o processo de reconhecimento dos sindicatos rurais, sob influência do PCB, nos meses posteriores ao Congresso de Belo Horizonte, fortalecendo-os em detrimento do enfraquecendo das posições mais radicais das Ligas Camponesas.

Também decorrente dessa fase de grande impulso à organização rural será o acirramento da disputa entre as entidades que promoviam a sindicalização rural: Ultab (braço do PCB), as Ligas Camponesas e a Igreja Católica (tanto sua ala progressista quanto a ala conservadora). A partir dos anos de 1960 esta última alcançará, com relativo

privilegiamento do Estado, posição de destaque na sindicalização rural. Os sindicatos de trabalhadores rurais de Poté e de Teófilo Otoni, como veremos doravante, tiveram a ala progressista da Igreja Católica como fomentadora.

Capítulo V– Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni-MG

Introdução

Conforme ressaltarmos em alguns momentos, as condições objetivas imperantes em determinada região tem peso significativo nos problemas apresentados pela população do meio rural e conseqüentemente influenciarão e/ou fortalecerão a posição de destaque de uma determinada força social empenhada na sua organização em relação às demais. Exemplifiquemos. Na região nordeste, onde a luta que se desenhava no campo tendia mais claramente à aquisição de terras, as Ligas Camponesas que tinham esta como uma demanda fundamental se sobressaíram (tanto que posteriormente esta foi uma das regiões em que a Igreja mais se empenhou para ocupar o espaço das mesmas). Já em São Paulo, pioneiro no processo de introdução de relações assalariadas no campo, a reivindicação por melhores salários e condições de trabalho propiciou ao Partido Comunista terreno fértil para a atuação, o sindicato de trabalhadores enquanto estratégia fundamental. Também aí a Igreja se empenhará para dissipar o risco da influência dos comunistas.

Salientamos este detalhe porque tal como Welch defendemos que:

O amplo tamanho do Brasil e sua diversidade resistem à criação de estereótipos e à generalização [...] Precisamos de estudos [...] que examinem a história na escala estadual e que possibilitem uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais. Precisamos entender melhor como o movimento camponês avançou em todas as regiões do país para compreender o potencial e os problemas do movimento (WELCH, 2010, p.33).

Nestes termos, não há como fazer análises muito gerais sem também considerar o contexto e as condições objetivas de cada região em particular. Por isso, esforçamo-nos até aqui em primeiramente: a) esboçar os problemas mais “gerais” e que tem peso para a estrutura fundiária concentradora e para a deterioração dos padrões de vida da população rural e b) apresentar de forma breve e também num plano mais geral as principais forças sociais surgidas e que tinham como pauta

a problemática da terra e/ou as condições de vida dos trabalhadores rurais. Pelo seu pioneirismo damos destaque ao Partido Comunista Brasileiro. A partir destas explicações passaremos ao estudo de um contexto específico, Teófilo Otoni-MG, e que evidentemente terá relação com o que até aqui foi exposto.

Cabe ressaltarmos também que originalmente a Igreja Católica desenvolverá trabalhos no campo com o claro intuito de evitar o avanço de forças progressistas, como o Partido Comunista e as Ligas Camponesas, buscando ocupar tal espaço conquistado por estes. Todavia, dentro do seio da própria Igreja Católica e partindo principalmente de setores leigos, alguns grupos se deslocarão da postura conservadora e proporão uma agenda progressista para a luta pela terra e pela melhoria das condições de vida no meio rural. Não nos esqueçamos a forte ligação ainda hoje existente entre certos movimentos sociais ligados direta ou indiretamente à questão da terra - como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre outros - e a Igreja. No entanto, apesar de se requerer mais estudos para tal afirmação, não cremos, tendo como parâmetro a história, que esta seja a postura hegemônica da Igreja Católica.

5.1 O pioneirismo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté-MG

Apesar do papel central - e já justificado por nós - do Partido Comunista para o sindicalismo nacional, este não terá influência na organização dos trabalhadores do campo, quer seja no Vale do Mucuri, quer seja no Vale do Jequitinhonha. Virá mesmo da Igreja²⁶ Católica o impulso inicial para a fundação de um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos de Minas Gerais, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté, cidade localizada no nordeste de Minas, Vale do Mucuri. É nesta região que se situa Teófilo Otoni, município que focamos como base para a pesquisa sobre sindicalismo de trabalhadores agrícolas.

²⁶ O local mais próximo, em que não se registrou a atuação da Igreja, foi Governador Valadares, leste de Minas Gerais. Ali a influência foram as Ligas Camponesas.

Segundo relatos do sindicalista Joaquim Pereira, conhecido na região como senhor Joaquim²⁷, nos anos de 1950, através de contatos do então padre da Paróquia de Poté, o Padre Teodoro, vieram a esta cidade integrantes da Juventude Agrária Católica (JAC), do estado de São Paulo. A JAC era um dos vários grupos de jovens ligados à Igreja Católica criados originalmente com o intuito de envolvê-los em trabalhos de auxílio às populações, mas com um viés claramente conservador. Contudo, como veremos, o grupo citado possuía postura nitidamente progressista, algo que evidentemente fora percebido e valorizado tanto pelo referido padre quanto pelo bispo da diocese de Araçuaí, a qual pertencia Poté, Dom José Maria Pires.

Inicialmente o grupo organizou neste município um grupo JAC local que debatia entre si as questões relativas ao campo e, com o apoio da Igreja, ia às comunidades e conversava com a população rural.

O passo posterior, nos anos de 1960, foi a saída destes jovens, entre eles Joaquim Pereira e o Padre Teodoro, a diversos municípios da diocese, agora com sede em Teófilo Otoni (e não mais Araçuaí), com o objetivo de incentivar as populações rurais a se organizarem em sindicatos. Ressalta-se agora o apoio de outro bispo, Dom Quirino. Este “trabalho foi pouco assimilado pelos ouvintes, tendo em vista a pequena quantidade de sindicatos formados”, segundo Joaquim Pereira.

Apresentemos características básicas do meio rural de Poté naquele momento. Segundo Joaquim Pereira:

Poucos “grandes” e a maioria “pequenos”, produziam muito e até perdia a produção, não tinha como comercializar e era muito difícil a vida do trabalhador rural. Assalariado não tinha. Às vezes tinha troca, de um produto por outro e também não havia vínculo empregatício nenhum, era agregado, que hoje é o comodatário.

²⁷ Para traçar o quadro a partir do qual emerge o sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, é crucial fazermos referência ao Sindicato de Poté, município vizinho. Como fonte de pesquisa sentimo-nos seguros de entrevistar unicamente a Joaquim Pereira da Silva Neto, o popular “Seu Joaquim”, um dos fundadores de tal sindicato. A nossa segurança advém da enorme coincidência entre fatos e pessoas relatados pelo sindicalista supracitado e toda a produção bibliográfica pesquisada, incluindo o que relatamos no capítulo anterior. Ademais são poucos os materiais que tratam deste tema e mais raras ainda as personagens envolvidas neste contexto.

O quadro apresentado, em que merece relevo a grande quantidade de proprietários de pequenas extensões de terras é até hoje bem comum no Vale do Mucuri, região localizada no nordeste de Minas Gerais, próxima ao estado da Bahia, e que dista cerca de 570 km da capital mineira, Belo Horizonte. De fato, latifúndios existem, mas não são comuns. Trata-se de uma região de relevo predominantemente acidentado, o que na maioria das vezes inviabiliza a mecanização, o plantio de culturas como soja e o milho em grandes extensões e a própria criação de gado. Nesta mesma região, nota-se facilmente que em locais onde o relevo é mais plano, a bovinocultura em grandes extensões se instaura e o número de agricultores detentores de pequenas extensões de terras decai substancialmente. O latifúndio ganha força sobretudo nas cidades de Nanuque, Carlos Chagas e Ataléia, onde a cana-de-açúcar e principalmente a bovinocultura de leite e corte se instalam de forma predominante.

Assim, o latifúndio não é a marca maior dos 23 municípios pertencentes ao Vale do Mucuri. A grande maioria das cidades possui em torno de 60% da sua população concentrada no meio rural, praticando predominantemente a denominada agricultura de base familiar²⁸ com baixíssimo padrão tecnológico. Essa agricultura de auto-sustentação tem como característica a produção de gêneros alimentícios básicos como milho, feijão e mandioca; prioritariamente para o consumo das próprias famílias que as cultivam, sendo o pequeno excedente produzido vendido nas feiras locais.

Tendo em vista que a região originalmente não foi conquistada através da costa, ou seja, a leste, devido à fechada Mata Atlântica e aos corajosos índios²⁹ nela residentes, a ocupação se deu predominantemente pelo “interior” e feita por mineiros oriundos da região do Serro (cidade mineira), ao sul, e sobretudo, por baianos, a norte do Vale do Mucuri. A forma de ocupação da terra foi em sua

²⁸ Muito resumidamente definida como aquela em que o uso da terra, a gestão, a definição das atividades que vão ser nela exercidas e a mão-de-obra utilizada, são de natureza quase que exclusivamente familiar. Além disto, a vida e a reprodução da vida do agricultor e sua família são diretamente dependentes da sua produção agropecuária.

²⁹ O grande número de municípios desta região que possuem nomes indígenas são uma marca da intensa resistência dos mesmos ao processo de massacre a que foram vítimas tanto por parte do Império brasileiro quanto pelos posseiros. Como exemplo podemos citar: Machakalis, Catuji, Itaipé, Itambacuri, Poté e Umburatiba.

grande maioria através da posse e por pequenos proprietários. Isto nos remete a uma interessante conclusão do estudo de Silva (2008) a respeito do processo de apropriação territorial no Brasil, que citamos anteriormente:

[...] A exclusão de parcelas significativas da população brasileira da propriedade da terra não deve obscurecer o fato de que a continuidade do apossamento, defendida pelos fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e permitiu a ocupação da terra pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária (SILVA, 2008, p.368).

Outra atividade econômica e tradicional na região é a exploração, lapidação e comercialização de pedras preciosas e semi-preciosas. Por isso, Teófilo Otoni, cidade sede, é conhecida como a “Cidade das Pedras Preciosas”, paradoxo típico do capitalismo, pois a região possui índices de Desenvolvimento Humano- IDH³⁰ semelhantes a muitos países pobres africanos e por isso vem ultimamente sendo alvo sistemático de políticas públicas por parte dos governos das esferas estadual e federal. Tal situação de pobreza explica em parte o fato de que 15 a 20% de moradores da região, sobretudo oriundos do meio rural, residam em países estrangeiros e de lá remetam recursos para seus familiares do Vale.

Feita esta breve caracterização da região, retornemos ao período de 1960 e ao momento de fundação do sindicato de Poté.

Conforme a citação acima descrita, havia quantitativamente muitos pequenos agricultores, que produziam em excesso e que não conseguiam comercializar todo este excedente, valendo-se inclusive de trocas entre si. A consequência mais comum de tal situação era a exploração destes agricultores pelos chamados “atravessadores” (que pegavam a produção a preços ínfimos e a revendia a preços bem elevados em outros locais). O quadro se tornava ainda mais dramático, segundo o senhor Joaquim Pereira, quando se notava que eram comuns famílias muito numerosas (de 05 a 10 filhos) no meio rural. Sem

³⁰ Baixo IDH influenciado por uma taxa de analfabetismo que atinge cerca de 33% da população maior de 15 anos. Em 2000, “42% dos municípios desta região encontraram-se entre os 50 municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Estado” (AMUC, 2002).

quaisquer entidades que os amparasse no que diz respeito a direitos trabalhistas, eram normais as expulsões de trabalhadores de fazendas, onde residiam há anos. A única saída encontrada era partir para a cidade de Poté. As mulheres lá se ofereciam para o trabalho doméstico e as que não conseguiam se juntavam às crianças nas ruas, pedindo esmolas para sobreviverem. As palavras do senhor Joaquim indicam uma situação de elevada miserabilidade da maioria da população rural não só de seu município, mas de toda a região.

Importante perceber que este quadro remete de forma imediata à luta por direitos trabalhistas ou ligadas à melhoria das condições de vida da população mais que diretamente à propriedade da terra (embora saibamos que esta seja a raiz do problema, uma vez que aí se apresenta enquanto “minifúndio”, ou seja, espaço insuficiente para a produção agropecuária). Assim, a lógica do “sindicato”, nos moldes defendidos pelo Partido Comunista, apresenta-se enquanto “solução” de forma mais imediata a tal realidade que as “Ligas Camponesas”, por exemplo.

Diante da realidade apresentada, a JAC encontrou como forma de amenizar tal quadro: a fundação de uma cooperativa, que além de receber doações da América do Norte (leite em pó, óleo etc) e repassar à população pauperizada, também facilitava a compra de ferramentas e insumos a baixo custo pelos agricultores. Para diminuir a ação dos atravessadores, a cooperativa adiantava a metade do valor dos produtos aos agricultores e os armazenava até que atingissem um melhor preço para venda. Neste momento o agricultor os retirava da cooperativa e os vendia, pagando à mesma o valor que houvera recebido anteriormente.

Se a cooperativa muito agradou aos agricultores e trabalhadores, não se pode dizer o mesmo, por motivos óbvios, dos comerciantes e “atravessadores”. Já a rejeição dos políticos locais se devia ao medo da organização dos agricultores, que acabou por ocorrer em 08 de julho de 1962, quando foi fundado o sindicato de trabalhadores rurais de Poté, no entanto não sendo legalizado nesta data.

Em busca do referido reconhecimento oficial, reuniram-se em Belo Horizonte, em dezembro de 1963, cerca de representantes de 47 sindicatos do estado de Minas Gerais; sendo estes ligados a diversas tendências: Ligas Camponesas, Partido Comunista e Igreja Católica. Merece destaque a disposição demonstrada pelo então governador Magalhães Pinto, que reservou as instalações do batalhão da cavalaria da polícia militar para alojamento dos sindicalistas. Padre Francisco Lage, integrante da recém-criada Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) - que tinha como função atribuída pelo presidente João Goulart fomentar e reconhecer sindicatos rurais - esteve presente e

apoiou fortemente tal encontro. Nota-se o quanto o governo João Goulart estava comprometido com a causa da sindicalização rural. O Estado brasileiro, nos anos de 1960, definitivamente entrara também no cenário para acompanhar e manter o controle de tais movimentos.

Diferentemente de hoje, àquela altura a Constituição Federal permitia, dentro do segmento “trabalhador rural”, a fundação de “até quatro sindicatos de trabalhadores agrícolas numa mesma base territorial, compreendida como um município ou como o agrupamento de vários municípios (COLETTI, 1998, p. 26)”. Nestes termos, também até quadro federações em cada Estado. Sob influência do Padre Francisco Lage foram fundadas neste encontro: a Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Federação dos Trabalhadores na Produção Extrativa e a Federação dos Autônomos na Lavoura do Estado de Minas Gerais. Por estar vinculado àquela primeira, adotou-se a denominação “Sindicato de Trabalhadores na Lavoura do Município de Poté”. Joaquim Pereira relata que na primeira federação o senhor Sebastião Lourenço de Lima fora eleito presidente, o senhor João Alves ficou como 1º vice presidente e o próprio seu Joaquim como 2º vice-presidente.

Assembleia com presidentes de todas as federações, no estado do Rio de Janeiro, entre 20 e 23 de dezembro de 1963, originou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), já prevista em Portaria do dia 25/06/1962, mas simplificada pela portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962, no gabinete do ministro do trabalho João Pinheiro Neto. Foi também esta portaria que determinou a existência de apenas um “sindicato representativo da categoria econômica ou profissional em uma dada base territorial” (COSTA, 1996, p. 97), a conhecida unicidade sindical. Lyndolpho Silva se tornou presidente da mesma. Este militante do Partido Comunista, que tivera papel destacado na Ultab no que diz respeito ao fomento à sindicalização rural, abdicou de suas funções da Ultab em dezembro de 1963, para assumir a CONTAG.

Foi o grande envolvimento do representante do sindicato de Poté, Joaquim Pereira, em todo este processo, o que facilitou o rápido processo de reconhecimento oficial daquele, ocorrido em fevereiro de 1964, mesma data de reconhecimento da CONTAG.

5.2 A contrarrevolução burguesa de 1964 atinge os sindicatos

Utilizamos aqui o termo “contrarrevolução burguesa” com a deliberada intenção de enfatizar a deposição de João Goulart enquanto

golpe de Estado e numa clara concordância à análise do sociólogo Florestan Fernandes. De fato, abril de 1964, momento do golpe civil-militar, apresenta-se à história nacional no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo, enquanto período de consolidação de um processo iniciado em meados de 1956 e que estabeleceria o capitalismo monopolista enquanto realidade econômica nacional. Tanto aí se esmaecem as aparentes possibilidades de reformas “dentro da ordem” (como as tão faladas “reformas de base”³¹) quando se instaura um ambiente de máximo privilegiamento às empresas multinacionais, sobretudo norte-americanas, e que tiveram peso decisivo para o referido Golpe. São muitos os lados a serem abordados sobre a questão, dedicamos-nos brevemente àqueles que se ligam diretamente ao nosso estudo.

Recordemos que o curto período da história brasileira, compreendido entre 1945 e 1964 foi intenso em mobilizações das massas do meio rural, elevada participação eleitoral da população e encontros e congressos por todo o país que colocaram em evidência a zona rural e suas enormes dificuldades (oriundas, sobretudo da pouca consideração do Estado ao problema da “questão agrária” e sua expressão mais evidente, o latifúndio).

Tais fatores forçaram o Estado a agilizar o processo de reconhecimento das organizações rurais, principalmente nos primeiros anos da década de 1960. Ademais, a quebra de relações sociais arcaicas, como por exemplo, a expulsão de agregados e posseiros pelos grandes proprietários, fruto da penetração mais evidente do capital no meio rural, aliada a um ambiente que permitiu um início de tomada de consciência por parte dos oprimidos, acarretou um sem número de revoltas e greves país a fora.

Assim, como já demonstramos, a montagem de um sistema sindical no campo, nos anos 1950 e início dos 1960 é motivado pela ação do PCB, da Igreja Católica e do Estado, mas em condições sócio-históricas que permitiram este processo. Salienta-se que a forma de atuação destas forças junto às massas rurais se diferenciava muito entre si, cada uma tinha seus claros interesses. Na verdade, mesmo dentro dessas organizações, havia correntes que se confrontavam

³¹ Conforme Moreira (2011), as reformas de base, propostas por Jango se desdobravam em: a) Reformas processuais (Reformas: Administrativa, Fiscal, Bancária e Cambial) e b) Reformas de Conteúdo (Reformas: Agrária, Urbana e Educacional). No que diz respeito à reforma agrária esta teria como objetivo principal a redistribuição da terra, criando numerosas classes de pequenos proprietários. Os assentamentos seriam criados em áreas improdutivas.

abertamente³². Neste período podemos salientar sobretudo a realização da 1ª conferência da ULTAB (09/1959); a Fundação do Comando Geral dos Trabalhadores, CGT(08/1962); o reconhecimento de 82 sindicatos pelo governo(05/1962 a 11/1962); o reconhecimento de 131 sindicatos(04/1963 a 10/1963) e finalmente, em fevereiro de 1964, reconhecimento oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

Em meio a toda essa efervescência política, a economia também se encontra inserida. Na década de 1960, o país entra em grave crise econômica, a primeira em sua fase industrial. Um quadro inflacionário acompanhado de elevado índice de desemprego assim se estabeleceu. Na realidade tal crise foi proveniente da ausência de um mercado interno com poder para comprar os produtos produzidos.

Enxergando isto e mediante a análise em outros países, o ministro do planejamento do então governo Goulart, o economista Celso Furtado, afirmou a necessidade de se fortalecer este mercado interno mediante a elevação do salário dos operários e distribuição de terras aos camponeses, através da reforma agrária. Esta se daria através da desapropriação de todas as fazendas com área superior a 500 há e mediante a entrega da faixa de 10 km, em ambos os lados, de rodovias, ferrovias e lagos federais, a todos os agricultores que não possuíssem terras. Permitia-se assim melhor transporte para os gêneros produzidos e a eletrificação, necessária para esses assentamentos, estimularia a aquisição de produtos industrializados como fogão, geladeira etc, o que aqueceria a economia nacional.

Elaborado este projeto, o presidente Goulart convocou comício para apresentá-lo ao povo no mês de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, onde se aglomeraram cerca de 150 mil pessoas. Entretanto, no mês de abril deste mesmo ano, “movimento militar e civil derruba o governo institucional de João Goulart, perdendo-se a oportunidade de fazer uma “reforma agrária radical”, na concepção de Stédile.

³² Leila de Menezes Stein cita a existência de um PTB dos latifundiários e de um PTB que lutou pela reforma agrária. Discordâncias que dizem respeito à forma de luta causaram divisão entre os comunistas e as Ligas Camponesas. Do seio de uma Igreja conservadora que se engajou na organização política do meio rural com o intento de afastar o “risco comunista”, surge a Ação Popular, grupo com clara direção progressista.

“Os militares encontram no campo complexo sistema sindical, constituído por 237 sindicatos reconhecidos e centenas esperando investidura sindical” (COSTA, 1996, p.126). Para Mendonça (2010) o Golpe de 1964 tratou-se de uma:

[...] Reação às alternativas contidas no movimento dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária “na marra”, já que tais mobilizações sinalizavam para a possível ruptura de alianças tradicionais que davam sustentação às formas de dominação prevalentes no campo, desde há muito (MENDONÇA, 2010, p. 36).

O Estatuto da Terra, criado pela lei 4.504, de 30/11/1964, incluído nos campos de uma “modernização” considerada como necessária pelos militares naquele momento de grave crise econômica e política, ao citar e regulamentar possibilidades “legais” de uma reforma agrária se tornou grande amortecedor das intensas lutas sociais do campo, radicalizadas no período de 1950 a 1960. Determinou-se até mesmo termos importantes no campo do reformismo agrário como “latifúndio³³, minifúndio, módulo fiscal ” etc. Nada mais que uma forma encontrada pela ditadura para frear os movimentos sociais que lutavam pela terra, pois efetivamente pouco ou quase nada foi feito. Aliás, o seu lastro negativo foi para além disto. A partir deste mesmo Estatuto da Terra foram criados o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária Nacional) e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) que conceberam a “reforma agrária” enquanto mera colonização de regiões distantes. Daí que se deu o início de um dos maiores desastres ambientais e humanos do país, que foi a ocupação desordenada da Bacia Amazônica.

Retomando a discussão sobre os sindicatos, dirigentes progressistas passaram a ser vigiados e perseguidos pelo regime militar. A CONTAG não foi extinta, mas membros da sua direção foram destituídos, entre eles o seu combativo presidente, Lyndolpho Silva. Nomeou-se para a mesma o presidente-interventor José Rotta, até então

³³ O Estatuto da Terra definiu o latifúndio em 02 categorias: produtivo e improdutivo, este podendo ser desapropriado para a Reforma Agrária, caso não exercesse a sua “função social”.

presidente da FECOESP – Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo, ala ultra conservadora da Igreja Católica e que fez concorrência acirrada com os comunistas no Estado de São Paulo, no que diz respeito à sindicalização rural.

Todas as três federações existentes em Minas Gerais foram cassadas e quase todos os sindicatos rurais deste estado, extintos. Notada pelo governo qualquer possibilidade de contestação, invadiam-se as sedes dos sindicatos, revistavam-se todos os documentos e se tomava as “Cartas Sindicais”. Eram estas que davam legitimidade aos sindicatos para a representação dos trabalhadores junto à Justiça. Os militares foram até Poté, prenderam Joaquim Pereira durante alguns dias e iniciaram grande busca pela “Carta Sindical”. Não a encontrando na sede da instituição, chegaram a procurá-la no local de trabalho de sua esposa, assistente social, um hospital público. Ri-se o senhor Joaquim ao relatar que a mesma se encontrava realmente neste hospital, envolvida por um jornal, entre uma pilha de blocos. Também, sem que ele soubesse àquela altura, teve o sindicalista seus direitos políticos e sindicais cassados por 10 anos.

Constantemente deslocavam-se agentes da inteligência da ditadura até Poté com o propósito de que Joaquim Pereira revelasse possíveis ligações do Padre Teodoro e bispos da região com o comunismo, ou que revelasse que estes estimulavam lutas no campo. Isto para nós revela que a Igreja nesta região estava realmente na contramão da orientação conservadora que sua hierarquia assumira; inclusive com o posto assumido por Rotta.

Foi fundada uma delegacia da CONTAG em Teófilo Otoni (que se situa a 30 km de Poté) em 1967. Sabendo da real situação de Poté, representante desta foi até Joaquim Pereira convencê-lo a se juntar a outros sindicatos rurais que estavam em vias de fundação/legalização (Brumadinho, Esmeraldas e Três Pontas) e ao sindicato de Araçuaí (que já se encontrava regular) com o intuito de fundar uma federação.

Apesar da existência de quase trinta sindicatos de trabalhadores em Minas Gerais, apenas os cinco acima citados se encontravam neste momento reconhecidos ou em vias de reconhecimento oficial, pelo Ministério do Trabalho, número mínimo necessário para a fundação de uma federação. Assim, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG foi fundada precisamente em 27 de abril de 1968 e com a decisiva participação do sindicato de trabalhadores rurais de Poté. Cumpre lembrar que neste momento já estava em vigor a Portaria 71 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de fevereiro de 1965, que estabeleceu a unicidade sindical, ou

seja, a existência de um único sindicato de trabalhador rural por base territorial. Este passaria a abarcar pequenos produtores (arrendatários, meeiros, parceiros etc) e assalariados rurais numa mesma entidade sindical (COLETTI, 1998).

A crise econômica brasileira, não resolvida dentro das reformas de base de Jango, encontrará solução distinta no período ditatorial: o recebimento de volume considerável de recursos estrangeiros, sobretudo norte-americanos, como parte do acordo que garantiu a realização do Golpe de 1964, trará a momentânea ilusão de “resolução do problema”.

No que diz respeito à questão da terra, o tímido e pouco eficaz Estatuto da Terra, não alterou em nada o problema maior que era a persistência do latifúndio.

Elevados volumes em crédito rural subsidiado foram disponibilizados via Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR, criado pelo governo em 1965. Tais recursos se destinavam principalmente à aquisição de adubos, trator, e veneno³⁴. Foi um processo, entretanto, excludente no que diz respeito: às regiões brasileiras (sul e sudestes concentraram 70% dos recursos disponibilizados); aos produtos favorecidos (a soja, por exemplo, em detrimento dos gêneros alimentícios básicos cultivados pelos camponeses como: milho, feijão e mandioca) e aos agricultores atendidos(as unidades familiares foram praticamente alijadas dessa política). De tal modo, notou-se um desenvolvimento na forma de produzir, por uns poucos, mas não alterou em nada a estrutura agrária. O latifúndio se fortaleceu, tornando-se “moderno”: a “questão agrária”, para a classe trabalhadora, foi potencializada.

Favareto (2006) bem descreve o novo padrão de desenvolvimento capitalista neste momento engendrado:

Tal padrão se apoiou numa tríade que envolveu: mudança na base técnica e produtiva da agricultura brasileira, com todo o processo de tecnificação e de articulação dos complexos agroindustriais; a arquitetura das classes sociais, com uma maior e mais intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro; e uma mudança relativa ao papel do Estado e das políticas públicas. [...] O Estado tornava-se assim, a um só tempo, repressor dos conflitos e indutor e

³⁴ Este “pacote tecnológico” constitui-se como fator central da chamada “Revolução Verde”.

regulador do processo de modernização
(FAVARETO, 2006, p. 62)

Cumprido destacar que esta intervenção estatal resolveu um grave problema brasileiro de até então, que eram as frequentes crises de abastecimento agrícola. No entanto, o seu caráter excludente elevou de forma significativa a concentração fundiária e social, num movimento que ficou conhecido como “modernização conservadora”. Em suma, vendo-se diante do antigo problema da “questão agrária” e da “questão agrícola” (crises de abastecimento) o governo, utilizando-se de recursos públicos, ao fornecer crédito de forma seletiva para determinados tipos de produtos e de produtores, optou, de forma não circunstancial, à resolução do segundo problema; mas beneficiando a um restrito grupo.

Mesmo com este cenário tão adverso, nas décadas de 1970 e 1980, a CONTAG em seu projeto político-sindical, deu especial relevo a duas bandeiras de luta: a reforma agrária e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais (IDEM, 2006). Todavia, o respeito à legalidade foi uma constante nesta sua atuação, o que, se por um lado permitiu-lhe espalhar-se pelo campo brasileiro, também lhe impôs limites bastante estreitos de atuação efetiva.

5.3 O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni

Com o intuito de melhorar o entendimento façamos um breve comentário sobre os entrevistados. Foram feitas pesquisas com 05 sindicalistas ligados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni e a 01 sindicalista ligado a FETAEMG, o já tantas vezes citado Joaquim Pereira, pela sua importância para o movimento em toda esta região e para o Estado de Minas Gerais. Não serão citados os nomes dos entrevistados, à exceção do senhor Joaquim, que não pertence ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, mas à direção da FETAEMG. Utilizar-nos-emos das iniciais dos nomes dos sindicalistas, com o intuito de manter-lhes o anonimato.

No que diz respeito ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, apenas 01 atua na sede da instituição, na cidade. Isto é importante ser enfatizado porque embora os demais 04 façam parte da diretoria, não se envolvem a todo o momento com a burocracia; apresentam-se muito mais como representantes de suas comunidades rurais respectivas. Assim, seu posicionamento, sob vários aspectos, está muitas vezes mais próximo ao dos residentes do meio rural, a quem

representam, de que realmente ao MSTTR ao qual se encontram como diretores.

A média de permanência na diretoria dos mesmos é de 14 anos. Esta é uma das marcas do sindicalismo rural nesta região: a renovação do movimento parece ser uma grande dificuldade a ser enfrentada. A maioria atribuiu a sua filiação e entrada na diretoria ao isolamento em que viviam em suas comunidades. Inserir-se no movimento sindical lhes permitiria superar esse isolamento e lutar pelos direitos que possuíam e não sabiam. O relato de MLA é bem ilustrativo a respeito: “Eu mesmo tive três filhos morando na roça e não sabia que eu tinha direito ao salário maternidade. Perdi tudo. Nunca tive salário maternidade, nunca tive nada porque quando eu ganhei meus meninos não chegava informação nenhuma aqui e ninguém sabia de nada”.

5.4 Histórico

Tanto o município de Poté quanto Teófilo Otoni, nos anos de 1970, pertenciam à mesma diocese, os referidos municípios distam em torno de 40 km entre si. A orientação da Igreja Católica, no que diz respeito ao trabalho no campo era a mesma. Conforme adiantamos anteriormente, o elevado número de agricultores ocupando pequenas extensões de terras e vítimas de um comércio que privilegiava apenas aqueles que intermediavam a sua produção concorria para a miséria destes.

Outro fator importante é o domínio brutal a que os trabalhadores eram vítimas dos grandes fazendeiros, favorecidos que estes últimos eram pela dispersão, baixo nível de organização e ausência de informações a respeito de seus direitos mais elementares. “O fazendeiro tinha um empregado quase como um escravo, pagava o que ele queria [...] Porque o trabalhador é simples e qualquer conversinha do patrão (...) Muitos tinham até medo”, conforme DSB, um dos entrevistados.

Este quadro de miséria rural e poucas oportunidades, na periferia do modo de produção capitalista, foi bem apresentado por Fernandes:

[...] As populações rurais despossuídas e pobres sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social. Ele não lhes dá, como ponto de partida, vias normais de combate à marginalização, ao desemprego e à miséria, através de técnicas de classificação social, de competição ou de conflito que são inerentes ao

regime capitalista e reconhecidamente legítimas dentro da ordem legal e política, que ele institucionaliza.

A situação de pobreza foi gradativamente sendo enfatizada nos encontros promovidos pelos padres da paróquia de Teófilo Otoni ocorridos nas diversas comunidades do município. Destes o mais citado pelos entrevistados foi o Padre Jerônimo, de nacionalidade portuguesa.

A partir da exposição dos problemas vividos pela maioria da população rural, os párocos salientavam a importância da organização coletiva dos trabalhadores, dando especial valor aos sindicatos de trabalhadores rurais. Conforme o entrevistado JLB:

Padre Jerônimo informou para a gente: “você devem criar um órgão que é que é um órgão defensor da classe pequena. Quando você pensarem que não, o sindicato está defendendo você de todas as opressões que você têm. Quando você construírem um sindicato forte, você terão quem os defenda”.

Assim, o sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni foi fundado precisamente em 09 de março de 1975 e reconhecido oficialmente em 15 de agosto do mesmo ano. Rápido reconhecimento que acreditamos que se deve à razoável tolerância do governo ditatorial às instituições que tiveram o auxílio da Igreja Católica, à importância estratégica desta cidade na região e sobretudo às funções essenciais que o sindicato viria a desenvolver em auxílio ao próprio governo. Notemos a seguir.

Mesmo com todos os esforços dos padres em demonstrar a importância da organização política através dos sindicatos, o fato que mais fomentou a filiação inicial dos trabalhadores ao sindicato foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL), instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Tal assistência se direcionava exclusivamente aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários que não possuísem empregados, bem como aos dependentes do trabalhador rural (a esposa, no caso de invalidez do marido; o pai inválido e a mãe etc). Em resumo tais benefícios se tratavam de: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e Serviço Social. A gestão do PRO-RURAL era feita pelo Fundo de Assistência ao

Trabalhador Rural - FUNRURAL. Eram bem claros os objetivos do governo ditatorial com a passagem da referida assistência aos sindicatos:

A inclusão desses serviços previdenciários no interior dos sindicatos de trabalhadores rurais visava, segundo as próprias palavras do então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, a **converter o assistencialismo no principal ou, pelo menos, em um dos principais papéis desempenhado pelas entidades sindicais rurais**³⁵ (COLETTI, 1998, p. 70).

Foi justamente o termo “FUNRURAL” o mais lembrado por todos os entrevistados como fator que alavancou a sindicalização no município e sempre associado por eles como “direito à saúde”: “ninguém sabia que existia este direito da saúde, então a gente começou esse ingresso no movimento sindical interessado a ter mais próxima a saúde”, conforme RRP. Em busca desta demanda fundamental, chegou-se ao impressionante número de 8000 sindicalizados nesta fase inicial. No entanto, conforme Coletti (1998) e Abramovay (1982), o FUNRURAL cumpriu seu papel à ditadura:

O mecanismo mais perverso utilizado pelo regime ditatorial militar para destruir qualquer possibilidade de os sindicatos oficiais rurais converterem-se, durante os anos 70, em instrumentos de organização e luta dos trabalhadores [...] (COLETTI, 1998, p. 69).

[...] Esta manobra teve um duplo efeito: por um lado, transformou o presidente do sindicato numa espécie de gerente da agência do Funrural. [...] Por outro lado, do ponto de vista do associado, esta situação distorce a consciência do trabalhador com relação às funções do sindicato. A vinculação do Funrural à sede do sindicato faz com que o trabalhador encare sua organização de classe como uma organização puramente assistencial (ABRAMOVAY, 1982, p. 214).

³⁵ Grifo nosso.

Para o próprio sindicalista, RRP, errou o sindicato por não levar à frente a conscientização política destes sindicalizados, que diante das primeiras dificuldades encontradas neste atendimento simplesmente abandonavam aquele.

Evidentemente, não só ao PRO-RURAL se resumia a atuação do sindicato. Este de forma imediata se tornou importante interlocutor dos trabalhadores do campo junto a instituições estatais como a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e estimulou a organização das comunidades em associações. RRP também recorda que este foi o pioneiro na mobilização da população do meio rural acerca da necessidade da vacinação e se tornou meio de defesa dos trabalhadores rurais nos casos de abuso praticados pelos empregadores.

5.5 O Sistema Confederativo

Consequência importante da entrada efetiva do Estado na concorrência pela influência junto ao sindicalismo rural nos anos de 1960 foi a incorporação deste último, mediante uma teia de procedimentos e obrigações a serem seguidos para o reconhecimento oficial. Segundo Stein (2008, p. 108):

O “sindicato oficial” constrói-se na medida da tutela da vida sindical. [...] Para ter existência legal, necessitava, em primeiro lugar, ser fundado como entidade pré-sindical, para algum tempo depois, após ter formalizado um “pedido de reconhecimento”, ganhar estatuto de sindicato. Em outras palavras: [...] a entidade, através de um processo administrativo, pedia autorização para funcionar. [...] Depois de aceito este pedido, após exames e pareceres, receberia a “carta sindical, fruto desse “apostilamento”, concedida diretamente pelo ministro do trabalho.

Seguramente, a observação de todos os trâmites foi uma forma de travar o movimento sindical de trabalhadores rurais e impedi-lo de empreender lutas que apontassem para soluções para “fora da ordem” ou mesmo que tocasse tal movimento em aspectos mais profundos da estrutura agrária nacional, sobretudo a extrema concentração da terra.

No que diz respeito à estrutura, o denominado “sistema confederativo” abarca os sindicatos de trabalhadores rurais como base local, as federações estaduais e a confederação. O movimento como um

todo é denominado MSTTR, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Não há a obrigação de os sindicatos se filiarem às federações e mesmo destas últimas se filiarem à confederação. Mas, segundo os entrevistados, o trabalho de um sindicato sem o auxílio da federação é bastante prejudicado. Nota-se no trecho a seguir uma auto- subestimação ou contestação da capacidade de compreensão da realidade pelos sindicatos locais: “O sindicato é criado por pessoas de menos capacidade de altos debates [...]”, segundo RRP. Ora, sem uma mínima compreensão de debates mais gerais, favorece-se a imposição de diretrizes das instâncias estaduais e federações em detrimento das demandas que se apresentam localmente ou mesmo se dificulta o entendimento dos próprios problemas locais.

O sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni se encontra filiado à Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de Minas Gerais – FETAEMG (que reúne atualmente cerca de 518 sindicatos mineiros) e esta se encontrada filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG. Fato importante a salientar é que os estatutos dos sindicatos lhes dão liberdade de ação em relação às federações a que estão filiados. Isto significa que, mesmo no que diz respeito às demandas tidas como urgentes, o papel da federação se dá sempre no sentido de orientação e informação e não de imposição, segundo os entrevistados.

A FETAEMG possui 12 polos regionais no estado de Minas Gerais. Teófilo Otoni é uma das sedes, representa o polo “Vale do Mucuri”, e o seu diretor é Joaquim Pereira. Sob o acompanhamento e auxílio deste sindicalista estão cerca de 27 sindicatos do nordeste e leste mineiro; aí incluído, evidentemente, o próprio sindicato teófilo-otonense.

Os momentos de debate entre sindicatos e federação são aparentemente raros. As plenárias ocorrem obrigatoriamente duas vezes por ano, quando são discutidas a previsão orçamentária e a programação de trabalho. Além destas plenárias há convocações para reuniões extraordinárias, com o objetivo de formação política dos sindicalistas e repasse de informações. Pelas entrevistas feitas notamos que estes são insuficientes, diante da grande quantidade de sindicatos e de pessoas neles envolvidos.

A respeito do sistema confederativo resta dizer que os sindicatos, federações e confederações em sua maioria estão ligados a uma determinada central sindical. As centrais se tornam importantes, segundo os entrevistados, porque elas permitem a luta por demandas que

extrapolam as fronteiras do meio rural: o salário mínimo integral ao trabalhador rural foi uma luta exitosa nesse sentido.

Joaquim Pereira relata que foi diretor nacional da CUT no seu primeiro ano de existência, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo. Contudo, mesmo reeleito para um segundo mandato se retirou da mesma. Notava uma clara prioridade desta central ao meio urbano, principalmente aos metalúrgicos: “Não tive oportunidade de fazer um trabalho com os rurais [...] Eu vi que era difícil um trabalhador rural dentro dessa central”, reclama.

A partir do depoimento acima se faz pertinente uma observação. É bastante desconhecida da maioria dos brasileiros a forte participação de trabalhadores rurais nos congressos de fundação da CUT, inclusive, tal como acima citado, ocupando postos de direção. No primeiro congresso desta central, a maior participação setorial foi rural, superando inclusive a dos trabalhadores da indústria (FAVARETO, 2006). Do grupo de 149 dirigentes daquela, cerca de 1/3 eram rurais. Todavia, fortes divergências entre a CONTAG e a CUT já se faziam presentes. A CUT, naquele momento com propostas bem mais progressistas³⁶, chocava-se em cheio com a excessiva observância da legalidade por parte da CONTAG, fruto do próprio engajamento desta no sindicalismo oficial. Tanto assim que a CONTAG não se filiou neste momento à referida central sindical.

Dois dos aspectos mais polêmicos na discussão sobre os sindicatos são a unicidade sindical e as contribuições. A unicidade sindical diz respeito à norma constitucional que permite que apenas um sindicato por região represente determinada categoria. Isto se torna ainda mais problemático no caso do sindicalismo de trabalhadores rurais porque estes englobam uma grande variedade de relações de trabalho (o denominado enquadramento amplo): assalariados, parceiros, arrendatários, colonos, peões, posseiros, pequenos proprietários etc.

Não obstante esta não ser a melhor solução para todas as regiões brasileiras, concordamos com os entrevistados de que fomentar a pluralidade sindical nesta região em que estudamos fragmentaria por demais os grupos que compõem a população desprivilegiada do meio rural, que historicamente tem baixo grau de associativismo. O potencial aproveitamento político-partidário desta divisão daí advindo também é

³⁶ Entre tais propostas podemos citar: rompimento com o Fundo Monetário Internacional; fim do arrocho salarial; redução da jornada de trabalho sem redução de salários; política de habitação; contra a privatização; defesa das populações indígenas etc (FAVARETO, 2006).

uma consequência indesejável da pluralidade sindical conforme os entrevistados. Com isso não estamos, sob qualquer hipótese defendendo que este seja o modelo ideal de enfrentamento à “questão agrária”. O que se deve ter sempre em mente é que dentro da lógica do “sindicato” não há como pensar em soluções abrangentes.

As duas contribuições financeiras dos filiados ao sindicato são: a mensalidade, paga tanto diretamente na sede do sindicato quanto via desconto na folha de pagamento dos aposentados e a contribuição confederativa. Esta última é paga apenas uma vez por ano e é assim distribuída: 70% para os sindicatos, 25% para a federação (FETAEMG) e 05% para a confederação (CONTAG). Pelo relato de MLA, a segunda contribuição é paga por poucos dirigentes sindicais. Fato muito curioso, pois conforme Coletti (1998) a Contribuição Confederativa,

Criada a partir de uma possibilidade aberta pelo Inciso IV do artigo 8º da Constituição de 1988, tem se configurado [...] no mecanismo de arrecadação compulsório mais perverso de toda a história do sindicalismo brasileiro, graças à sua capacidade potencial de liquidar completamente com a (já) frágil relação entre sindicatos oficiais e trabalhadores associados por livre e espontânea vontade. [...] Se o velho imposto sindical criado por Getúlio Vargas em 1940 representa cerca de 3,3% do salário mensal de cada trabalhador descontado anualmente em favor das entidades sindicais (valor referente ao salário de um dia de trabalho, recolhido em março), o imposto confederativo pode significar até mais que isso ao mês. Basta uma decisão de assembleia e o custeio do sistema confederativo – confederações, federações e sindicatos – estará mais que garantido (COLETTI, 1998, p. 232).

Os trabalhadores na proximidade de sua aposentadoria procuram o sindicato com o intuito de requerer este direito. Conseguindo-o, mediante assinatura de autorização específica, podem autorizar o desconto automático do valor de até 2% do seu salário em favor do sindicato. Considerando que este possui em torno de 3000 aposentados filiados e ativos (surpreendentemente 70% dos sindicalizados regulares), nota-se claramente a importância financeira representada por esse grupo à instituição em Teófilo Otoni.

Tendo em vista as viagens à federação, o custeio da sede, o atendimento judicial oferecido, a compra até mesmo de um caminhão em favor dos trabalhadores do campo, defendemos o pagamento da contribuição mensal. Esta é fundamental para a manutenção deste ponto de apoio dos agricultores de pequenos cabedais. Contudo, somos contrários à continuidade do desconto no salário dos aposentados após a sua aposentadoria, convênio estabelecido entre o Instituto Nacional de Seguridade Social e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. A fortaleza financeira que representam os aposentados concorre efetivamente tanto para a diminuição do já parco salário dos aposentados quanto para um menor valor dado à busca por novos sindicalizados e formação de novos dirigentes, algo fundamental para qualquer movimento. Segundo Joaquim Pereira:

A CONTAG e as federações vem orientando que há o perigo desse convênio não ser renovado. A última renovação foi no governo Lula, parece que ele vence no ano que vem, e corre um risco de não ser renovado. Se não renovar, o orçamento do sindicato vai lá em baixo. Tem sindicato aí que quase “zera”. Mesmo com essa orientação, poucos tem feito trabalhos para ter renda própria, fora desse desconto.

Merece ser lembrada uma terceira contribuição feita por todas as categorias de trabalhadores brasileiros e que contribui decisivamente para o atrelamento dos sindicatos rurais ao Estado. Falamos da chamada “contribuição sindical”, que é paga anualmente e corresponde ao valor de um dia de trabalho. 20% deste valor é repassado para o Ministério do Trabalho. Também dele se direcionam recursos para o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e às federações e confederações de todos os segmentos de trabalhadores. Também não concordamos com o referido imposto; explicitamente atrai para a esfera do Estado os sindicatos, aumentando os poderes do primeiro.

Durante esta pesquisa arguimos os sindicalistas se estes possuíam críticas em relação a aquelas instâncias a que está ligado o sindicato, a saber: a federação, a confederação e a central sindical. A “formação sindical” (que desenvolveremos à frente) é enfatizada enquanto aspecto essencial a ser melhor considerado por estas instâncias. A CUT foi lembrada como central que contou com o auxílio da Contag para se

erguer e que, logo após, deixou relegado a segundo plano o trabalho com o meio rural. Por isso, há pouco tempo a CONTAG e também muitos sindicatos do Vale do Mucuri dela se desfilaram. A federação, FETAEMG, por sua vez se filiou à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

5.6 Ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni e do MSTTR

Sabendo que a atuação prática requer sempre um conhecimento acerca da realidade imediata, iniciemos tentando compreender, a partir das entrevistas com os integrantes do sindicato, quais são os maiores problemas por eles notados no campo.

Ganham relevo de forma imediata demandas que em tempos de eleições já se tornaram jargões. Apesar de toda a propaganda, muito pouco tem sido feito no meio rural no que diz respeito à: saúde, educação e transporte. Interessante que se notam políticas públicas direcionadas ao meio rural que propiciam a melhoria da comercialização dos seus produtos, mas algo fundamental, que são as vias de transporte não são observadas. Outro aspecto básico citado por RRP é a existência de grande número de trabalhadores rurais que não possuem o registro legal de suas pequenas extensões de terras, realidade comum no Vale do Mucuri. Isto os impede de participarem de importantes programas para o meio rural. Atualmente pode-se citar o “Programa Minha Casa, Minha Vida” que exige dos pequenos proprietários a correta documentação para que tenham acesso à sua moradia no campo e o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que oferece crédito subsidiado, com baixas taxas de juros e largo período de tempo para o pagamento.

Entre os cinco entrevistados, um apontou o êxodo rural como o maior problema a ser enfrentado pelo sindicato e apenas outro citou como problema maior do meio rural a persistência da “questão agrária”. Não que os problemas imediatos como saúde, transporte e educação sejam desimportantes, mas acreditamos que devem ser trabalhados e pensados de forma articulada à questão da terra que, como insistentemente enfatizamos, é um tema central. Fugir a este debate faz com que os sindicalistas caiam em posições meramente defensivas, ou seja, prefiram se colocar na defesa de políticas sociais já conquistadas (como os já citados PRONAF e Programa Minha Casa Minha Vida) a avançar para lutas mais amplas como a reforma agrária.

Em suma, se o diagnóstico é apenas a ineficácia dos governos para a efetivação das políticas sociais já existentes, o horizonte visto será apenas tencionar para que as mesmas sejam efetivadas. Para a realidade agrária brasileira ações deste tipo tem alcance muito limitado.

Segundo Joaquim Pereira a FETAEMG possui departamentos específicos para tratar da reforma agrária: um departamento para tratar do Programa de Crédito Fundiário e outro denominado Departamento de Política Agrícola, que trabalha com os assentados da reforma agrária. A crítica por ele feita sintetiza as respostas de todos os entrevistados e confirma o que expomos acima:

Hoje o sindicato trabalha mais em cima dos já conquistados: PRONAF, Programa Luz para Todos, agora habitação rural, a previdência social... Estas tem sido as principais bandeiras de luta. Se todos os sindicatos enfrentassem mesmo e acompanhassem este departamento de reforma agrária da federação e da Contag, acredito que tinha avançado muito mais. [...] **Mas nós mesmos, o sindicato, ficamos mais ocupados em encaminhar para a previdência.**

Com relação ao Programa de Crédito Fundiário, trata-se da aquisição e repasse pelo governo federal de terras de particulares para uma determinada associação de trabalhadores rurais, fundada especificamente para tal, que as cultiva e a longo período de tempo e com baixas taxas de juros a paga. Há larga polêmica no meio acadêmico acerca desta “modalidade de reforma agrária de mercado”, já que permite aos primeiros detentores a remuneração pela terra, o representante da FETAEMG a defende:

O crédito fundiário não atrapalha a reforma agrária. Município como Poté, que possui poucos latifúndios e mesmo os que existem não se enquadram para a desapropriação, porque passam como produtivos. Então é mais fácil comprar dentro do crédito fundiário. Comprar uma área para a família, ou uma área maior para um grupo de famílias [...]

Mesmo nesta modalidade lamenta o sindicalista de que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) muito pouco tem avançado e credita à burocracia um papel de freio ao avanço do mesmo.

Com relação aos programas acima citados (PRONAF, Programa Luz Para Todos e Programa Minha Casa Minha Vida) cabe afirmar que ou foram concebidos através da pressão direta do MSTTR ou contaram com a sua decisiva influência. Constituem-se como bons exemplos de como os sindicatos de trabalhadores rurais orientam suas ações. A legalidade é sempre observada e os encontros e caminhadas em Brasília já tem periodicidade definida. Normalmente nestes entrega-se a representantes do Poder Executivo pauta de demandas discutidas e definidas pelo MSTTR. As mobilizações mais comuns são litados a seguir:

a) Marcha das Margaridas: O nome se dá em homenagem a Margarida Maria Alves, ex-presidente do sindicato de trabalhadores da cidade de Alagoa Grande, Paraíba, que foi assassinada em agosto de 1983, na porta da sua casa a mando de fazendeiros. É uma manifestação feita de 04 em 04 anos, em Brasília e especificamente voltada para a luta pela construção/efetivação dos direitos das mulheres rurais;

b) Grito da Terra Brasil: Principal evento reivindicatório do MSTTR e ocorre anualmente em Brasília, desde 1995. As propostas que compõem esta pauta de reivindicações são colhidas a partir dos sindicatos locais, selecionadas e reunidas nas federações. De lá partem e passam por nova triagem na confederação. Logo após são entregues ao governo federal para que as analise. A criação do PRONAF, a desapropriação de áreas que beneficiaram mais de 80 mil famílias e a concessão de cerca de 500 mil benefícios previdenciários rurais antes paralisados no INSS são algumas das conquistas do MSTTR através do Grito da Terra;

c) Congressos internos: São feitos de 04 em 04 anos nos níveis estadual e federal. As reivindicações são analisadas nas federações e, a seguir, na confederação. Após a análise desta última, orientações tanto para o trabalho interno quanto para as próximas reivindicações se transformam em diretrizes para o movimento em todo o país.

São assim bem distintos os modos de luta empreendidos pelo MSTTR e o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esta distinção fica ainda bem mais explícita quando se nota a concepção de um dos entrevistados de que o enfrentamento ao latifúndio não é uma bandeira de luta necessária: “Não precisamos ir de confronto com eles porque nós temos nosso lado de sobrevivência. [...] Então eu

acho que não precisa a gente levantar a bandeira de ‘contra’, mas a bandeira de organização da gente”.

A bandeira de “organização da gente” a que se refere RRP são as políticas destinadas à agricultura familiar. Esta sua concepção tem certamente derivação da nova forma de luta levada a cabo pela CUT a partir da década de 1990, quando esta resolve assumir de forma clara a estrutura sindical oficial (tal como já o fazia a CONTAG). Em lugar das bandeiras de “reforma agrária e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais”, como já citamos anteriormente, começou a se direcionar para a afirmação da agricultura familiar como público prioritário e neste sentido para a necessidade de “construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural” para os agricultores familiares (FAVARETO, 2006). Abrandara-se de forma significativa o seu discurso. A filiação da CONTAG à CUT se deu justamente nesta “virada” de perspectiva cutista, precisamente em 1995.

Não concordamos com a opinião do entrevistado que afirma ser desnecessária a luta contra o latifúndio. Apesar de a agricultura familiar segundo ele mesmo ser aquela que efetivamente abastece o país com os alimentos básicos como feijão, milho e ovos, por exemplo, não se deve jamais deixar de considerar as enormes dificuldades que esta enfrenta, sobretudo: por se localizar em regiões não tão propícias, do difícil transporte até os locais de comercialização, ocupando espaços minúsculos e com acesso restrito a financiamento devido à burocracia que lhe é imposta; em detrimento de todas as facilidades direcionadas pelo Estado aos latifundiários. Tomemos apenas o acesso ao crédito agrícola como exemplo deste desigual tratamento. Conforme Boito, Galvão e Marcelino(2009), a partir de documento disponibilizado pelo MST: **Os pequenos agricultores acessam 13,4% do crédito e produzem 56,8% da produção**³⁷ [...]; os médios agricultores acessam 48% do crédito e produzem 29,6% da produção [...] Os latifundiários acessam 34,6% do crédito e produzem 13,6% da produção (BOITO; GALVÃO et al, 2009, p. 55).

No que diz respeito às pequenas áreas em que é desenvolvida, em detrimento das largas extensões pertencentes ao latifúndio, situa-se uma das consequências mais graves da existência do latifúndio e não considerada pelo sindicalista, que é o minifúndio. Entendemos que a bandeira do “contra o latifúndio” deve sim ser levantada, tal como a todo o momento o MST o faz.

³⁷ Grifo nosso.

Joaquim Pereira delimita claramente a diferença entre o modo de luta empreendido pelo MST e o MSTTR, ao qual faz parte: “Nosso movimento tem conseguido ao longo dos anos muitas desapropriações legais pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Não faz enfrentamento igual ao MST, de ocupação, mas de procurar legalmente o INCRA e desapropriar”. Apesar de tal diferença, a quase totalidade dos entrevistados apoia o MST. Afirma seu Joaquim:

Acho que são uns guerreiros de enfrentar do jeito que enfrentam. Tenho visitado alguns assentamentos, é uma dificuldade morar debaixo de uma lona daquela, muito difícil. Por aí a gente vê como é necessária uma reforma agrária. Tanta gente precisando da terra e tanta terra sobrando para os outros.

Interessante salientar que paralela à consolidação do modelo legalista e à adoção da agricultura familiar enquanto público prioritário durante a década de 1990, por parte da CUT e da CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, foi gradativamente se tornando o maior lutador pela reforma agrária, antiga bandeira cutista.

Retornemos à discussão sobre o sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni. Para além das pautas de luta já citadas, resta apresentarmos as demandas mais comuns apresentadas ao mesmo diariamente e que exigem sua resposta imediata.

A grande variedade de trabalhadores do campo é atendida pelo sindicato, conforme consta em seu estatuto e previsto constitucionalmente: pequenos proprietários, assalariados, comodatários, posseiros, meeiros, arrendatários etc. Os diretores do sindicato afirmam não ter número aproximado de atendidos em cada categoria acima, embora afirmem a pequena procura por parte dos trabalhadores assalariados. Atribui-se tal fato à alta rotatividade dos assalariados em diferentes empregos, ou seja, são mais inconstantes. Parece-nos incompleta esta justificativa. Mais lógico seria tentar entender esta distância através do fato de que os trabalhadores assalariados têm naturalmente como demanda essencial a elevação dos seus salários, o que contraria em cheio as intenções de todas as demais categorias atendidas pelo sindicato, que a todo o momento recorrem a seus trabalhos. Aí se explicita uma das desvantagens do enquadramento

sindical amplo: talvez os assalariados rurais de Teófilo Otoni não se sintam bem representados pelos sindicatos nos moldes atuais.

Independentemente de qual categoria pertença, a procura maior ao sindicato se dá com o intuito do acesso às políticas ligadas à previdência social (principalmente salário-maternidade e aposentadorias por idade ou invalidez) e nos momentos de rescisão de contratos de trabalho, em que os trabalhadores em dúvida com relação a possíveis direitos, recorrem à instituição, que possui advogados para auxiliá-los. Como já dissemos, dos cerca de 4000 sindicalizados ativos e com o pagamento de suas mensalidades devidamente atualizado, cerca de 3000 são aposentados. O sindicato é às vezes também chamado para resolver querelas entre trabalhadores (no que diz respeito à divisa de terras, por exemplo) e mesmo entre trabalhadores e patrões. Pelo bom tratamento que os sindicalistas têm para com os moradores do meio rural gozam eles de grande respeito no campo. Isto que possibilita que consigam resolver grande quantidade de pequenos conflitos que lá surgem. Este é um aspecto que merece ser ressaltado. Na nossa atuação no meio rural notamos o quanto esta instituição é demandada para todo o tipo de situação. Acreditamos que isto se deva tanto ao já citado bom trato dispensado aos moradores rurais quanto principalmente pela ausência dos poderes públicos em seus três níveis: municipal, estadual e federal.

5.7 Contato com os Sindicalizados e Formação Sindical

O contato dos dirigentes do sindicato com os sindicalizados se dá sobretudo mediante as reuniões dos diretores realizadas nas comunidades rurais, da divulgação através do rádio, através das assembleias realizadas na sede e também mediante as comuns visitas dos sindicalizados à esta última.

Nas reuniões da diretoria no meio rural são divulgados os programas estaduais ou federais destinados ao campo, nos quais os sindicatos, na maioria das vezes, encontram-se envolvidos na operacionalização. Atualmente, por exemplo, o foco tem sido a divulgação e o levantamento de demandas para o Programa “Minha Casa Minha Vida Rural”, destinado à habitação. Também nestas reuniões são enfatizados os benefícios previdenciários a que os trabalhadores rurais têm direito e a importância da sua filiação à entidade.

As comunidades rurais que já possuem associação formada contam com o intermédio dos presidentes destas, que frequentemente passam pelo sindicato, colhem informações e as repassa aos moradores.

Apesar de este parecer um processo singelo é extremamente importante em uma região em que: as comunidades rurais às vezes são extremamente distantes, a população extremamente pauperizada e as vias de transporte são péssimas. Por exemplo, em Novo Oriente de Minas, município vizinho de Teófilo Otoni, um morador da comunidade de “Pedra Lenhada” leva dois dias para chegar à sede do seu município. Tem que se deslocar da sua comunidade, dormir no distrito mais próximo e só no outro dia consegue se deslocar até a cidade. Este grande isolamento muitas vezes atua como grande empecilho a direitos fundamentais e reforçam, nestas condições, a necessidade de existência dos sindicatos rurais.

O outro meio de aproximação com os sindicalizados são as assembleias. Estas ocorrem normalmente 02 vezes por ano e são convocadas principalmente para a apreciação da prestação de contas e para a apresentação dos trabalhos realizados. Mesmo quando o sindicato disponibiliza veículo para o deslocamento até a sede, lamenta Joaquim Pereira a pouca participação efetiva nos debates pela maioria dos sindicalizados, bem como o pouco esforço demonstrado pelos sindicatos para alterar tal quadro:

Reuniões para articular, reivindicar coisas para o futuro, quase ninguém vem. [...] Alguns sindicatos têm feito algo para mudar isto, mas é minoria. A maioria está acomodada [...] Tem muitos companheiros nossos que não enfrentam as lutas, nem a de conscientizar a pessoa a se sindicalizar.

O sindicato a que estamos estudando não possui um programa claro de ações prioritárias a serem levadas a cabo. Assim, as demandas imediatas se sobrepõem a projetos mais amplos, que poderiam se concretizar a médio/longo prazo. Segundo o diretor da FETAEMG, esta constantemente orienta que os sindicatos elaborem este planejamento, mas poucos o fazem.

No que diz respeito à formação sindical esta se dá exclusivamente aos membros da diretoria dos sindicatos e é promovida tanto pela federação quanto pela confederação.

Como já dito anteriormente, este foi o eixo que mais despertou a crítica dos entrevistados com relação à CONTAG, à FETAEMG e à central sindical. Principalmente com relação à inexistência de um efetivo programa de formação sindical. Segundo RRP: “Vejo ainda que as três teriam que trabalhar mais em prol da educação sindical, porque

[...] a gente está vendo que as pessoas que coordenam estas instâncias são quase sempre as mesmas”.

Joaquim Pereira afirma que a não uniformidade no que diz respeito às datas de eleição das diretorias dos sindicatos é um fator que dificulta o planejamento unificado de cursos pela federação. No caso de Minas este problema se torna ainda maior devido à existência de 518 sindicatos filiados. Para ele seriam necessários cursos para todas as diretorias e em todos os anos. Na verdade, a própria autonomia dos sindicatos permite que diretores eleitos sequer frequentem cursos de formação e prefiram ligar para resolver demandas pontuais a se aprofundar nos temas que dizem respeito à organização política e à luta pela terra, segundo o sindicalista. Também segundo ele tanto a CONTAG quanto a FETAEMG possuem programas de formação sindical. Cita no momento a realização de treinamento que dura 01 semana e que reúne por vez 60 participantes de todo o Estado. Contudo, reconhece: “Não consegue fazer grande formação [...]”.

Com relação a críticas ou aspectos que o sindicato deveria dedicar mais atenção, a necessidade de formação de novas lideranças para assumir a direção é enfatizada, o que novamente remete à formação sindical. Segundo RRP a grande demanda representada pela busca aos benefícios previdenciários ocupa um tempo enorme da instituição, tempo esse que poderia ser direcionado à formação sindical.

Na voz de outro entrevistado, DSB, a demanda pela terra surge como uma ação que o sindicato deveria dar prioridade.

Tem muito trabalhador que não tem a terra, não tem condição de às vezes comprar um pedaço de terra e o sindicato tem que correr atrás de um projeto de lei para encaminhar para o governo federal dar uma chance pra o trabalhador rural ter condições de possuir aquele pedaço de terra sem ser através do movimento sem terra. [...] Não é um projeto para pequeno. Como você tem um projeto de empréstimo fundiário e que o próprio governo exige que você tenha que ter uma renda acima às vezes de 20 ou R\$ 30 mil? Pequeno não tem condições para isso, isso é só grande.

Sob vários aspectos esta afirmação é elucidativa para este estudo que nos propomos. Primeiro, entre os cinco diretores entrevistados apenas este, respondeu a este questionamento, que dizia respeito a possíveis críticas ao sindicato, indicando a demanda da terra enquanto

tema a ser melhor considerado pela instituição. Até aqui notamos que a defesa e a operacionalização de políticas já conquistadas, sobretudo relativas à previdência social, é a tônica do movimento. Outro aspecto interessante é que o entrevistado aponta como solução “encaminhar um projeto de lei para o governo federal”, ou seja, a legalidade é sempre observada: o embate direto, tal como realiza o MST, é sempre evitado. Por fim, fala o entrevistado sobre a dificuldade enfrentada por proprietários detentores de baixa renda para o acesso a uma política de distribuição de terras já existente. O Estado brasileiro, instrumento de dominação e representante da elite latifundiária, historicamente desconsiderou a massa dos despossuídos das terras ou daqueles que a detém somente para o seu sustento. A reforma agrária jamais ocorrida e a concentração fundiária que se mantém elevadíssima são o exemplo maior de tudo isto.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Qual é a perspectiva de luta do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni no momento presente?”

Esta foi a pergunta a que nos propomos responder com este trabalho. Os sindicatos se constituíram historicamente enquanto representantes dos trabalhadores frente à desmedida exploração pelos capitalistas. Contudo, o sindicato de trabalhadores rurais possui peculiaridades com relação a outras entidades congêneres.

No caso do Brasil, sustentamos nas nossas análises que esta instituição teve e tem relação direta com as condições objetivas reinantes no campo brasileiro; neste aspecto a “questão agrária” e suas derivações (latifúndio, minifúndio, trabalho escravo, elevada miserabilidade dos trabalhadores rurais etc) tendo um papel central em toda a sua história, inclusive hoje.

Também enfatizamos neste estudo que a persistência do latifúndio se deve ao tipo de capitalismo instalado e desenvolvido no Brasil, que relegou às elites do país um caráter heteronômico em relação às potências capitalistas. Para compensar suas perdas no plano internacional, aquelas espoliam ao máximo a classe trabalhadora do campo, a concentração fundiária sendo um meio eficaz para a persistência de tal “solução”.

A defesa de tais posições nos obrigou que minimamente entendêssemos as bases sob as quais se constituíram e se perpetuaram as derivações da “questão agrária”. Das suas inúmeras consequências focamos, observando a totalidade do país, na permanente estrutura concentrada da terra, ou seja, no latifúndio, enquanto uma de suas bases fundamentais. Cumpre destacar que a “questão agrária”, dada a sua complexidade, não cabe dentro dos estreitos limites das disciplinas isoladas. Toca em aspectos relativos à economia, à sociologia, à história, à geografia, à agronomia, ao direito etc. É também explícita a ligação entre “questão agrária”, “questão urbana” e a “questão ambiental”. Também é tema de extremo interesse para o Serviço Social, que gradativamente vem se apercebendo da sua importância enquanto raiz de uma enormidade de “refrações da questão social”, estas últimas enquanto base da intervenção dos assistentes sociais. Aliás, concebemos, a partir deste estudo e após as valiosas contribuições da banca de qualificação, a “questão agrária” enquanto dimensão central e constitutiva da “questão social”.

Nestes termos, as bases sob as quais se erigiu e se manteve o latifúndio no país foram demonstradas a partir da breve apresentação de

elementos históricos e econômicos nacionais. Tratamos aí basicamente de três temas fundamentais:

- a funcionalidade da constituição do latifúndio monocultor escravista à metrópole portuguesa e à classe dirigente que dela se aproveitou, mantendo a maioria da população nos limites da escravidão;

- a independência política nacional enquanto independência apenas dos extratos dominantes nacionais em relação à parte das restrições econômicas que sofriam no plano internacional, a continuidade da sociedade escravocrata sendo a prova maior deste seu exclusivismo e;

- a abolição da escravidão, momento em que se consolidou a privação de grande parte da sociedade nacional, os escravos recém-libertos, ao acesso ao bem fundamental que é a terra.

Em todos esses momentos demos especial relevo à forma como a apropriação territorial foi se dando. Destaca-se neste sentido que apesar das sucessivas regulamentações criadas para a sua aquisição, o desrespeito às normas estabelecidas e o posterior perdão do poder público foi a tendência dominante. No que diz respeito a estas regulamentações, a Lei de Terras de 1850 jogou papel importantíssimo para a manutenção da estrutura concentrada, **por condicionar o acesso à terra à sua compra**. Esta lei se articulou perfeitamente à abolição da escravidão: os escravos recém-libertos não tinham mínimas condições de **comprarem terras**.

Não se resumindo o latifúndio a mera formação histórica, mas por ser, fundamentalmente, uma formação capitalista, destacamos em breve capítulo, a pertinência da sua perpetuação (e das suas consequências negativas) ao desenvolvimento capitalista. Centramo-nos no período crucial de 1930, quando o Estado converteu a industrialização no meio urbano em mola mestra para o capitalismo nacional. Neste momento a manutenção de relações tradicionais no campo (parceria, por exemplo) e uma exploração sem precedentes dos trabalhadores rurais, recebendo reduzidos salários, permitiu a produção de matérias-primas e de gêneros alimentícios a baixo custo, amplamente requeridos pela nascente indústria citadina. A nascente burguesia industrial assim se beneficiava: das matérias-primas a baixo custo para si disponíveis; do barateamento dos alimentos, que permitia a manutenção de baixos salários dos trabalhadores sob seu controle; dos ínfimos padrões salariais presentes no campo que poderiam ser levemente aumentados nas indústrias e do próprio êxodo rural que tal situação proporcionava. Há que se considerar também o papel de subordinação a que as elites do campo passarão a suportar em relação à

classe dirigente do meio urbano. Esta última por sua vez se encontra em posição periférica em relação à classe capitalista dos países centrais. De tudo isto se percebe o quão a classe trabalhadora do campo, base desta pirâmide, é espoliada.

Apesar do fundamental e pioneiro papel do Partido Comunista Brasileiro na organização dos trabalhadores rurais para o enfrentamento desta situação de miséria a que estava acometida a população do campo, apenas em 1960, em resposta ao surgimento de movimentos de radicalização no campo (a partir da década de 1950) como as Ligas Camponesas e em alguns momentos o próprio Partido Comunista, o Estado brasileiro interferiu. Sua interferência deu-se mediante o reconhecimento formal dos sindicatos fundados. Tal reconhecimento se deu claramente enquanto “incorporação” dos mesmos à estrutura sindical já existente para o meio urbano. Aí de imediato estes sindicatos perderam significativamente a sua autonomia. O “reconhecimento” prevê uma autorização do governo para tal, sendo condicionada por uma série de obrigações a serem cumpridas.

Sobretudo a partir de fins da década de 1950 a Igreja Católica se tornará também forte fomentadora da sindicalização no campo, com o claro intuito de diminuir a influência dos comunistas. Mesmo assim foram notadas alas relativamente progressistas ligadas à mesma, principalmente oriundas de setores leigos. A atuação conjunta do Padre Teodoro, da paróquia de Poté-MG e a Juventude Agrária Católica (JAC) – por exemplo - nas comunidades rurais deste município, mediante reuniões de esclarecimento sobre a situação de elevada miserabilidade a que estavam sujeitas, ocasionou primeiramente a criação de uma cooperativa, que auxiliava os agricultores financeiramente e posteriormente, em fevereiro de 1964, a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté. O senhor Joaquim Pereira, um dos entrevistados, fazia parte da JAC local e tem papel destacado no sindicalismo do Vale do Mucuri e do estado de Minas Gerais, por ser o sindicato de Poté um dos pioneiros do Estado e também por ter auxiliado na organização e fundação de sindicatos em toda esta região.

Entre 1960 e 1964 se registra número recorde de sindicatos reconhecidos oficialmente em todo o país. Contudo, em resposta à postura aparentemente reformista do então presidente João Goulart em relação a áreas importantes como educação e política agrária, golpe civil militar o derrubou em abril de 1964, sendo instalada a ditadura.

Sindicatos mais combativos tiveram suas sedes invadidas pelos agentes da ditadura, suas “Cartas Sindicais” cassadas e muitos dirigentes presos. O sindicalista Joaquim Pereira foi preso por alguns dias, mas a

“Carta Sindical” de Poté não foi encontrada e este continuou tendo existência legal. Em 1967, representantes da CONTAG reuniram os poucos sindicatos ainda reconhecidos oficialmente ou em processo de “reconhecimento” em Minas Gerais, inclusive o de Poté, com o intuito de incentivá-los a formar uma federação, o que ocorreu em 27 de abril de 1968, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, sendo o resultado deste esforço.

Com relação ao período ditatorial cumpre ressaltar que apesar de ter se criado o Estatuto da Terra, que em teoria serviria de base para ações para a distribuição de terras, nada efetivamente foi feito. Tratou-se de mais uma manobra para arrefecer os até então combativos movimentos do campo. Por outro lado, a conhecida “modernização conservadora”, que teve como uma de suas principais ações a vasta disponibilização de crédito rural subsidiado, foi restritiva no que diz respeito às regiões atendidas (sudeste e sul foram as grandes privilegiadas), a produtos (gêneros tais como feijão e milho pouco foram beneficiados) e aos tipos de produtores (a maior parte do montante foi destinada aos grandes detentores de terras). Em verdade, o latifúndio foi conservado. A concentração de terras e de renda se acentuou.

O percurso descrito nos dá a base, a partir da qual surgiram os momentos de contestação do campo. Mas, tendo em vista a variedade das relações de trabalho e propriedade da terra no Brasil, o contexto específico desta instituição no município supracitado deve ser observado.

Conforme as entrevistas e pesquisas, notamos que a maioria das cidades do Vale do Mucuri possuem como característica marcante a existência de grande número de agricultores, detentores de pequenas extensões de terras. A elevada miserabilidade tanto destes agricultores quanto dos trabalhadores a eles ligados certamente propiciou maior facilidade de aproximação para a Igreja Católica em relação a outras organizações (como as Ligas Camponesas) no processo de organização da população rural.

A luta inicial, nestas condições objetivas, muito mais se remeteu a conquista de melhores condições de sobrevivência e de efetivação de direitos que à questão da distribuição da terra. Contudo, nossa opinião é que também nestes casos de elevada miserabilidade da população, a questão da propriedade da terra e do latifúndio também se coloca, pois as pequenas extensões, localizadas nas piores áreas para o cultivo e muitas vezes sem documentos que comprovem propriedade jurídica, são um reflexo da apropriação das maiores e melhores áreas pelos grandes proprietários de terras. Exemplo claro é que nos municípios desta região onde a topografia e as condições climáticas são mais favoráveis, como

Nanuque e Carlos Chagas, a bovinocultura em grandes extensões é dominante em relação à agricultura em pequenas extensões.

Como em Poté, também em Teófilo Otoni o maior impulsionador para a fundação do sindicato de trabalhadores rurais foi um padre, conhecido como Padre Jerônimo. Esta ocorreu em março de 1975.

Relevante para este nosso estudo é que, fundado o sindicato, o fator que mais impulsionou a filiação foi, segundo os entrevistados, o direito à saúde. Tal direito à saúde era, na verdade, as políticas de: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e Serviço Social; todas incluídas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL), que se utilizavam dos recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, criado em 1971. É o termo “FUNRURAL” o mais citado pelos entrevistados enquanto o fator que alavancou a sindicalização em Teófilo Otoni. A respeito do impacto negativo do FUNRURAL aos sindicatos afirma Abramovay (1982):

[...] Esta manobra teve um duplo efeito: por um lado, transformou o presidente do sindicato numa espécie de gerente da agência do Funrural. [...] Por outro lado, do ponto de vista do associado, esta situação distorce a consciência do trabalhador com relação às funções do sindicato. A vinculação do Funrural à sede do sindicato faz com que o trabalhador encare sua organização de classe como uma organização puramente assistencial (ABRAMOVAY, 1982, p. 214).

O sindicato em que estudamos, tendo sido fundado em 1975, pouco depois da institucionalização do referido programa se tornou, aos olhos dos sindicalizados, mero executor das referidas políticas. Conforme um dos entrevistados, errou esta instituição por não ter feito um trabalho específico de formação política a respeito das suas funções e papéis. Nesta fase inicial também se ocupou o sindicato de intermediar a tão distante relação entre os trabalhadores rurais e os órgãos públicos.

Por falar em formação política, quer seja dos sindicalizados quer seja dos sindicalistas, esta foi percebida por nós como um dos gargalos a serem resolvidos pela instituição. Dois dos dirigentes entrevistados a colocaram como deficiente. Situação preocupante, pois diante da complexidade de problemas que envolvem o campo, mínima formação é necessária. Por outro lado, esta deficiência concorre fortemente para a não alteração da mudança dos quadros das diretorias. São comuns

dirigentes que se encontram nesta posição a mais de uma década e que apenas revezam entre si nas funções exercidas no sindicato.

À pergunta mais direta “Quais os problemas mais graves presentes no campo brasileiro?” a resposta foi quase unânime: saúde, transporte e educação. A “questão da terra” não foi lembrada por nenhum dos entrevistados pertencentes à diretoria do sindicato. Importantes políticas para o meio rural tiveram participação decisiva do MSTTR como o PRONAF, o Programa Luz para Todos, entre outros. Todavia, se não se luta também com afinco contra a estrutura agrária estabelecida no Brasil - que articula latifúndio, minifúndio e vasto número de sem-terras - tais políticas se tornam insuficientes. Prova cabal disto é a facilidade com que os latifundiários têm acesso ao crédito rural, em detrimento da enorme dificuldade dos pequenos proprietários.

A desconsideração do problema agrário em sua raiz tende a deslocar a luta dos sindicatos para a efetivação de políticas já existentes. Por outro lado, o elevado número de demandas por benefícios previdenciários sufoca os sindicalistas e dificulta ainda mais a reflexão dos mesmos a respeito de problemas estruturais do campo. Com relação aos frequentes encontros em Brasília (Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas, por exemplo), embora não possamos desconsiderar a importância dos mesmos, merece destaque a postura legalista de que se recobrem: entrega-se a um representante do Executivo um documento com as demandas fundamentais percebidas pelo MSTTR e aquele avalia o que é possível fazer.

“Qual é a perspectiva de luta do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni no momento presente?”

Como tentamos sintetizar, caracteriza-se fundamentalmente: pela defesa e/ou operacionalização de políticas já existentes e por uma postura reivindicativa, mas contida dentro dos estreitos limites da legalidade. Nestes termos, incapaz de tocar em aspectos cruciais da nossa estrutura fundiária: quer seja o latifúndio, quer seja no minifúndio, quer seja os sem-terra. Nas palavras de um dos diretores do referido sindicato, a respeito dos latifundiários: “Não precisamos ir de confronto com eles porque nós temos nosso lado de sobrevivência. [...] Então eu acho que não precisa a gente levantar a bandeira de ‘contra’, mas a bandeira de organização da gente”.

Façamos justiça ao movimento como um todo. Conforme Joaquim Pereira, da FETAEMG há a preocupação do MSTTR com a questão da terra, mas o legalismo é uma premissa: “Nosso movimento tem conseguido ao longo dos anos muitas desapropriações legais pelo

INCRA. Não faz enfrentamento igual ao MST, de ocupação, mas de procurar legalmente o INCRA e desapropriar”.

Críticas devem ser feitas com todo o cuidado possível. Por mais que não concordemos com a perspectiva de luta a que nos referimos, não deixemos de reconhecer que, tendo em vista o histórico abandono da maioria da população do meio rural por parte do Estado, o sindicato de trabalhadores rurais hoje se coloca enquanto ocupante deste espaço. “Ocupante” sobretudo no que diz respeito ao facilitar o acesso às políticas sociais aos trabalhadores rurais.

A formação política dos sindicalistas, que permita estes perceberem a importância e os limites da sua atuação é um caminho necessário e possível ao MSTTR, caso este resolva assumir uma postura verdadeiramente combativa.

A postura de enfrentamento se torna ainda mais urgente quando se nota o persistente declínio³⁸ da distribuição de terras (mesmo através de programas já institucionalizados) em plena vigência do governo do PT, partido político em suas origens ligado à classe trabalhadora.

Iniciamos este trabalho com vistas ao entendimento de uma das formas de resistência ao capital, que são os sindicatos de trabalhadores rurais. Nestes termos estes enquanto expressões da “questão social”, tidas como um dos principais espaços de atuação dos assistentes sociais.

Porém, pelo estudo empreendido, notamos também a pertinência do tema “questão agrária” ao Serviço Social, tanto no que diz respeito à pesquisa sobre as raízes das refrações da “questão social” no Brasil quanto para a atuação profissional de forma crítica e dentro da perspectiva de totalidade, pregada pelo projeto ético-político desta profissão. Assim, tentar elucidar a hipótese acima descrita já se coloca enquanto inquietação a ser resolvida pelo pesquisador mediante estudos posteriores.

³⁸ Vide, no capítulo II, dados a respeito.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Lutas Sociais no Campo**. In Departamento de Economia Rural – FCA/Botucatu, org. *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: Polis:Unesp:CNPq, 1982.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, C. D. **A Paixão Medida**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC). **O Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni.

Disponível para download em: <http://www.amuc.org.br/> . Acesso 28/01/13 às 13:27 hs

BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. “**Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**”. Ano X. Nº 26. Buenos Aires: Clacso. Download em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf> . Acessado em 28/01/13 às 13:30 hs.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME- MDS** Nota MDS: “O Perfil da Extrema Pobreza no Brasil com Base nos Dados Preliminares do Universo do Censo 2010”. Brasília, 02 de maio de 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Conselho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

COLETTI, C. **A Estrutura Sindical no Campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

COSTA, L. F.C. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. 1.ed. São Paulo: Forense Universitária, 1996.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2010. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação: FELICIANO, Carlos Alberto. Presidente Prudente, São Paulo. Outubro, 2011.

ENPESS. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – 2012.** Disponível para download em <http://www.enpess.com.br/assets/uploads/Projetos-Trabalhos%20Aprovados.pdf>

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2011.** Secretaria Nacional da Goiânia, Brasil, abril de 2012. Download em www.cptnacional.org.br Acessado em 13/08/12 às 13:00 hs.

DSB. [dez. 2012]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2012. 1 arquivo.mp3 (73 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta dissertação.

FAVARETO, A. **Agricultores, Trabalhadores:** os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 21, Nº 62. Disponível para download http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext Acessado em 28/01/13 às 13:00 hs.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5.ed.São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** 1.ed. São Paulo: Globo, 2008.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais–FETAEMG. A Fundação da FETAEMG. Disponível em <http://www.fetaemg.org.br> Acessado em 28/01/13 às 14:00 hs.

GIRARDI, E. P. **A violência no campo.** *Atlas da questão agrária brasileira.* Download em <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera> Acesso em: 10/01/12 às 15:30 hs

IANNI, O. **Dialética e Ciências Sociais.** In: Epistemologia das Ciências Sociais. Favaretto, C. at all. (orgs.) São Paulo: EDUC, 1984.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Download em www.ibge.gov.br Acesso 10/02/2012

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do IPEA. PNAD 2008: Primeiras Análises – O Setor Rural. 29 de março de 2010. Download www.ipea.gov.br . Acesso em: 13/12/2011

JLB. [dez. 2012]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2012. 1 arquivo.mp3 (39 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta dissertação.

JB. [Jan. 2013]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2013. 1 arquivo.mp3 (18 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta dissertação.

KONDER, L. **O que é Dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, R. **A Produção de Conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência in Ruy Mauro Marini: vida e obra**. STÉDILE, João Paulo; TRASPADINI, Roberta (orgs.) .1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. 1 ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Carta a S. Meyer**, 30 de abril de 1867.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível para download em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista>. Acesso em 13/12/2012 às 13:30 hs.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. 2ª ed. São Paulo: UNESP ; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, S. R. **A Classe Dominante Agrária**: natureza e comportamento (1964-1990). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. 1.ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MLA. [Jan. 2013]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2013. 1 arquivo.mp3 (24 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta dissertação.

MOREIRA, C. S. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. 2011. 404 p. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Download disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35450/000784422.pdf?sequence=1>. Acesso em 28/01/13, às 13:24 hs.

NETTO, J. P. **Introdução ao Método na Teoria Social**. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Reforma Agrária Atual e seus Desafios**. Palestra ministrada no Seminário Nacional “A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo”. 01 e 02 de dezembro de 2011. Florianópolis, SC, Brasil.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PEREIRA, J. [dez. 2012]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2012. 1 arquivo.mp3 (106 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIO (2008). Download em www.ibge.gov.br. Acesso 10/02/2012

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe. Julho de 2010. Download em : <http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/index.php>

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira.** 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil.** 47ª reimpressão da 1ª edição de 1945. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI-MG. **Bicentenário de Theophilo Benedicto Ottoni.**

RRP. [Jan. 2013]. Entrevistador: Alberth Alves Rodrigues. Teófilo Otoni, 2013. 1 arquivo.mp3 (85 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta dissertação.

SAFATLE, A.; Weber, L.A. **As Boas Novas do Campo.** In Revista Carta Capital; São Paulo, SP; Confiança LTDA; Ano IX; p.22-26;28 de abril de 2004.

SAMPAIO JR, P.A. **O Contexto Atual da Questão Agrária Brasileira.** Palestra ministrada no Seminário Nacional “A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo”. 01 e 02 de dezembro de 2011. Florianópolis, SC, Brasil.

SILVA, L.O. **Terras Devolutas e Latifúndio:** efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas,SP: Unicamp, 2008.

STÉDILE, J. P. **De Poucos para Poucos: nada justifica a alta concentração da riqueza.** Revista Carta Capital; São Paulo, SP; Confiança LTDA; Ano XV; Nº 600, 16 de junho de 2010.

STEIN, L. de M. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política:** a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil(1954-1964).1.ed. São Paulo: Annablume,2008.

TERTULIAN, N. **Georg Lukács:** etapas de seu pensamento estético. Tradução de Renira Lisboa de Moura Lima.1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WELCH, C.A. **A Semente foi Plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Anexo A - Questionário utilizado durante as entrevistas

1. Dados pessoais

1. Nome
2. Idade
3. Escolaridade
4. Qual é a forma de ligação com a terra (trabalhador assalariado, proprietário, arrendatário, posseiro, assentado, parceiro ou outra) ?
5. O que o levou a se ingressar e a fazer parte da direção do STR?
6. Há quanto tempo faz parte da diretoria do sindicato?

2. Sobre a Fundação

7. Em que ano foi fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Teófilo Otoni?
8. Quais foram as motivações para a sua constituição?
9. Contou com auxílio de alguma entidade (Igreja, Partido Político ou do Estado) para tal?
10. Alguma entidade tentou dificultar tal processo?
11. Quais foram as demandas atendidas inicialmente?

3. O STR de Teófilo Otoni Atualmente

12. Possui dados referentes ao número de sindicalizados relativos aos anos de 1987, 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012?
13. Com relação ao comportamento (variação ou estabilidade) dos números apontados anteriormente, a que se atribui?

3.1 Estratégias de atuação

14. Quais são os problemas mais graves do campo no Brasil e como o movimento sindical de trabalhadores rurais têm se orientado para enfrentá-los?
15. Quais são os problemas mais graves do campo em Teófilo Otoni? O STR têm se orientado para enfrentá-los?
16. Qual é a categoria predominantemente atendida pelo sindicato (trabalhador rural assalariado, proprietário, arrendatário, posseiro, assentado, parceiro ou outra)?
17. Qual é a sua opinião sobre este enquadramento amplo (positivo ou negativo)? Por quê?
18. Possui dados quantitativos a respeito de cada uma das categorias acima citadas?

19. Há diferenças nas demandas apresentadas pelas categorias já citadas? Se sim, como são atendidas e/ou enfrentadas?
20. Como é feita a aproximação com os sindicalizados?
21. Quais são as demandas mais comuns apresentadas pelos sindicalizados?
22. Quais são os serviços mais comuns prestados pelo sindicato?
23. O STR tem um planejamento elaborado a respeito de demandas primordiais a serem atendidas?
24. Como você avalia a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (positiva ou negativa)? Por quê?
25. Quais são as principais bandeiras de luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR) atualmente?
26. A elevada concentração das terras nas mãos de poucos, que é um problema recorrente da história brasileira, faz parte destas bandeiras?
27. O STR de Teófilo Otoni é filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)? E à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)? Em caso, positivo, responda ao eixo “*Sistema Confederativo*” a seguir.

3.2 Sistema Confederativo

28. Dentro do sistema confederativo (sindicatos-federações-confederação), há uma instância mais importante? Se sim, por quê?
29. De que forma é a articulação com a FETAEMG e com a CONTAG?
30. A entidade, em seu nível local, tem autonomia para a tomada de decisões ou têm que seguir prioridades ditadas pela CONTAG e FETAEMG?
31. É filiada a alguma central sindical? Qual?
32. Qual é a avaliação que você faz da atuação destas instituições (FETAEMG, CONTAG e central sindical)? Há críticas?
33. Qual é a sua opinião com relação à unicidade sindical e às contribuições compulsórias (favorável ou não). Por quê?

3.3 Formação político-sindical e auto-avaliação

34. O STR possui programa de formação sindical destinado aos dirigentes e associados do STR? Se sim, como é feito?
35. No seu julgamento, o que torna o STR uma instituição importante para o meio rural?
36. Há algo que deva ser melhorado na atuação do STR?

4. Avaliação da Pesquisa

37. Compreendeu os objetivos da pesquisa?
38. As perguntas expostas foram claramente explicitadas?

Anexo B - Transcrição das entrevistas

DSB, 66 anos completos, 3ª série, terra herdada da mãe pela sua esposa, 10 herdeiros.

O que o levou a entrar no sindicato? Quando eu entrei no sindicato, eu sempre trabalhava no trecho. Quando eu vim que desisti de “correr trecho”, porque você sabe que a coisa é meio complicada, fiz uma carteirinha do sindicato. Nessa época o presidente era Sílvio, depois disto não chegou a passar dois anos, uma rapaz aqui da comunidade foi escolhido pela comunidade para fazer parte da diretoria; só que apareceu uma firma aí e ele resolveu trabalhar na firma ele foi lá conversou com eles e trouxe os papeis para me entregar. Sem a gente conversar e sem eu entender nada de sindicato, mas, pensei, sabe de uma coisa, eu não gosto de fazer os outros passarem vergonha, vamos ver, se der certo eu continuo, se não der, não sou obrigado a continuar se não dar certo. Foi aí que eu fiz parte da diretoria. Daí para cá eu venho continuando sempre. 1982, se eu não estou enganado que eu me sindicalizei. A partir de um ano e pouco ou 02 anos que eu estou acompanhando a diretoria e “engolindo alebanca” atravessada, mas a gente vai levando a vida devagarzinho, sempre na suplência porque eu fiquei lá na secretaria um período, mas quando eu venci o tempo que eu cheguei aqui, eu tinha um mandiocal ali dentro, o mato estava mais alto que essa casa. Porque a gente não ganhava nada lá, era tipo voluntário. O sindicato não tinha condição de contribuir com nada para a gente e eu falei, sabe de uma coisa, a ajuda de custo era desse tamanhinho quando eu estava lá, era do tempo de salário de quinhentos e poucos reais, nem isso, era trezentos e pouco, eu falei com os meninos, agora é o seguinte, se vocês quiserem e acharem que eu sirvo para acompanhar vocês na diretoria, é na suplência, porque eu não tenho condição de cuidar da minha lavoura, como é que eu faço?, não tem jeito. Voltei para a suplência e na suplência estou até hoje e estou levando, porque os outros companheiros que tem mais condição de ficarem lá. 20 e poucos anos de diretoria.

O sindicato foi fundado em 1975. Não sei os motivos da sua constituição porque eu não participava das reuniões. Pelo que eu vejo foi justamente para poder ajudar a reforçar a área rural, que o trabalhador rural é muito sofrido e naquela época, tanto diarista, o povo trabalhava para ele, mas ele tinha que trabalhar para o fazendeiro. O fazendeiro tinha um empregado quase como um escravo, tinha o que fazer, pagava o que ele queria, aí o sindicato entro na luta para reforçar o

trabalhador para ajudar, porque o trabalhador é simples e qualquer conversinha do patrão muitos tem até medo. O motivo, pelo que eu vejo foi esse e também ajudar a correr atrás da saúde, porque a saúde no nosso país ela é sempre precária, não dá suporte ao trabalhador. O que está na cidade tá pertinho, qualquer coisa ele corre lá no médico ou às vezes tem um bom salário e tem condições de pagar um médico ou qualquer entidade daquela para ter um tratamento melhor, a classe rural é difícil para isso. Então, o motivo é mais por aí.

O sindicato contou com a ajuda de outra entidade para a sua fundação. Que eu sei não, porque na hora da fundação mesmo eu nem sabia o que era o sindicato.

Problemas mais graves do campo no Brasil atualmente e o que o MSTTR tem feito para enfrentar. Hoje, problema de trabalhador com patrão até eu não está demais não porque, mas antigamente logo no princípio, a gente enfrentou “levanca atravessada”, a gente já enfrentou. Hoje tá mais maneiro um pouco, porque o povo já tem um conhecimento do que é o sindicato, que o sindicato é uma entidade para prejudicar A nem B. É uma entidade que defende o trabalhador, corre atrás, para trazer alguma coisa e ajuda o trabalhador e o trabalho da diretoria do sindicato é o que puder ajudar o trabalhador; não prejudicar patrão nem ninguém mas a gente sempre puxa a sardinha para o lado da gente; porque a gente é pequeno, mas não em termos de maltratar ninguém. Que seja tudo assim dentro de um acordo para que nenhum nem outro vá ficar prejudicado.

Agora o nosso país já mudou muito depois do trabalho que Lula entrou lá, porque Lula foi um trabalhador e ele aprendeu o que aprendeu trabalhando. É um presidente que no meu entendimento ajudou demais o país. Saiu e deixou Dilma lá. Dilma vai, mais ou menos, acompanhando o trabalho dele, mas na minha opinião já começou vacilar um pouquinho. Tem coisa que a gente vê que a gente não fica muito assim (...) Ela está acompanhando o programa dele, mas tem uma coisa que eu tenho, porque ela nessas viagens que ela faz para o estrangeiro a fora, está abrindo muito o jogo para o estrangeiro dentro do Brasil. Ser humano todo tem o direito dele, mas eu acho o seguinte, um presidente de acordo com as propostas de lá, que você sabe que eles só querem é guerra, é briga, e nosso país brasileiro não pensa em briga e em guerra, não. A dúvida que eu tenho é que se ela bobear e eles darem uma rasteira nela, acaba os estrangeiros entrando aí dentro e ainda vai estourar uma guerra brava aí no meio do nosso país. Eu não sou um simples leigo que não entende nada, posso até estar errado, mas é o que eu enxergo. Mas ela tem tudo para mudar porque uma eu acredito que se

Deus der a ele força e saúde ele vai voltar para lá. Eu penso isso. Ela está fazendo um trabalho muito bom. Lula criou uns programas muito bons para o trabalhador rural, em si para todos, só que para o trabalhador rural ele criou um programa com uma facilidade maior, esses projetos de PRONAF, forma de trabalho da pessoa com o Pronaf, ajudou demais o trabalhador rural.

Problemas mais graves do meio rural de Teófilo Otoni e o que o sindicato tem feito para enfrentar esses problemas. Problema do município de Teófilo Otoni vem a muito tempo, complicado em termos de estradas, porque os administradores da cidade procuram arrumar a coisa de forma melhor onde tem uma linha de leite, porque dá produção para ele. Onde tem pequeno produtor, mas não tem produção do leite, que ele faz é quase a conta da despesa, é quase é só na hora do voto que eles correm atrás. A gente tem lutado(...) infelizmente elegeu Maria José duas vezes, no principio começou a fazer um trabalho que nós achou que estava até agradando, achamos que iria melhorar mais; mas pelo que eu vi, pelo que eu entendo pouco da política, ela foi montar toda a secretaria dela, além de ter trazido gente de outro município (...) Mas mesmo assim ela fez muito mais que os outros todos. A gente tem que falar a coisa clara, porque Teófilo Otoni já desenvolveu bastante depois do trabalho dela; infelizmente a área rural está meio fracassada, mas uma andorinha só, não tem como fazer muito verão. Em termos de fazer alguma coisa, o que o sindicato faz é o que puder ajudar o trabalhador, chegou lá e está precisando de fazer um tratamento, ou uma consulta ou mesmo ajeitar um trabalho, o sindicato corre atrás e faz o que puder para ajudar naquilo que o sindicato tiver condição. Corre atrás, por exemplo, de vez em quando o sindicato corre atrás do mantimento para, semente para plantar, muda de laranja, essas mudas aí mesmo foram feitas pelo sindicato junto com a EMATER-MG. Galinha para criar, franguinho... Muita coisa, o sindicato está sempre junto com a EMATER-MG e com as entidades que ajudam a correr atrás, como a ARMICOPA também uma força muito grande para a gente aqui na comunidade... Mas a luta do sindicato é assim, devagar porque hoje o sindicato ainda tem como dar um passo, porque já tem um carro para rodar, inclusive esse carro é justamente para ajudar o trabalhador naquilo que ele precisa. É comprado com dinheiro do trabalhador, mas o sindicato quem está administrando. Então, a diretoria está fazendo o máximo no que pode ajudar. Eu gosto sempre de esclarecer para o trabalhador que o que nós usa da diretoria não é nosso, é de todos os trabalhadores porque nós não compramos com o nosso dinheiro foi com o dinheiro do trabalhador e dinheiro de trabalhadora é para isso. É para

comprar uma coisa para ajudar o trabalhador, semente, é para fazer um documento que precisa, é para ajudar o trabalhador cuidar de uma roça ou qualquer coisa, o sindicato está aí para ajudar o trabalhador. O dinheiro dos trabalhadores é para isso. Tem trabalhador que nem dá valor porque ele sindicaliza, às vezes fica tempo sem pagar, mas mesmo assim o sindicato, quando o cara tem acima de 05, 10 anos no sindicato, ele ainda ajuda o trabalhador, dá um desconto para ele, ele paga, volta o trabalhador para o quadro e a luta é assim, continua dessa forma. Vou te falar, não é fácil, não, é pesado. Eu já lutei no sindicato. Assim mesmo como suplente, porque a diretoria assim, o chefe do sindicato é o presidente, se tiver qualquer coisa na justiça quem responde é o presidente, mas a diretoria todinha está enquadrada naquele problema. Se for um caso que dê cassação de mandato, não cassa o presidente, não, cassa a diretoria toda; dependendo do motivo. Mas eu, graças a Deus, não tenho nada a reclamar dos companheiros que fica na efetiva porque nós sempre lutamos para nunca fazermos uma coisa assim que prejudique ninguém, nem trabalhador, nem diretoria. Porque eu acho muito feio, já pensou, eu como um diretor aqui chegar lá na presença do juiz por um motivo que eu errei, que eu lesei um direito do trabalhador ou que eu fiz uma coisa que prejudicou o trabalhador. Eu acho pesado, num sou bem chegado nesse trem não.

Maior público atendido pelo sindicato. O sindicato atende posseiro, o assalariado em termos assim de acerto de conta, porque o assalariado eu não tenho conhecimento que tenha muito assalariado no sindicato sindicalizado não. É um direito dele se sindicalizar, mas às vezes ele acha que porque ele está trabalhando lá de assalariado, não vai depender muito do sindicato; e depende, porque, você sabe como é a coisa hoje. Mas o posseiro, o pequeno proprietário, o trabalhador que às vezes trabalha na terra do outro, o meeiro, o arrendatário ou de qualquer forma, o sindicato se houver necessidade o sindicato está sempre ajudando. Não tenho base de qual mais ele atende. O sindicato atende em quantidade mais trabalhador associado e não associado que não é posseiro. E posseiro, é tudo incluído tudo junto. Só que posseiro, porque hoje já tem bastante posseiro porque às vezes tem fazendeiro que ele tem empregado, quando ele vai acertar com ele, quando ele está bem velho na fazenda ele prefere acertar com ele e dar ele um pedaço de terra, inclusive o sindicato torce mais para ele fazer isso. Fazer um acordo, mas fazer em terra para não tirar a pessoas de lá do campo. Este é um trabalho que o sindicato sempre, quando o padrão está disposto, ajuda. Porque o dinheiro é muito bom, mas é inimigo do dono. Se o cara faz um acordo recebendo um pedaço de terra então ele está sossegado, aí

ele vai servir até para ajudar o próprio patrão um dia ou dois depois se ele quiser. Mas é assim, o sindicato sempre está ajudando. Posseiro, o sindicato ajuda muito. Por exemplo, até o pessoal do, o sindicato não faz agrupamento para ocupação de terra; mas apoia o movimento que faz a ocupação dele, porque ele precisa da terra, se ajunta, se a terra está devoluta ou improdutivo, que o patrão não está cuidando, não tem gado, não tem nada, então ela tem que produzir. Então, o movimento sem terra tem seus movimentos deles para lá, que eu também não sou muito a favor, não, mas infelizmente cada um segue o que pensa, então deixa lá eles quietos fazer os movimentos deles. Agora, se esse movimento precisar do apoio do sindicato, inclusive tem muita pessoa posseira ali do lado de Itamunhec que já é associado no sindicato, como o sindicato vai jogar eles fora, não tem jeito, é trabalhador. Apesar que está fazendo um movimento que não é o sindicato que está à frente, mas o sindicato não pode deixar de apoiar ele como trabalhador.

Unicidade Sindical. Eu acho que é melhor até porque, dentro do município, não pode criar dois sindicatos da mesma categoria. Porque posseiro, trabalhador rural, pequeno produtor ou que tem terra ou que não tem; tudo engloba em uma classe só. Para mim é tudo uma classe. Inclusive o ex-presidente tentou criar um sindicato paralelo, que eles chamam de equipe rural, que não conseguiu registrar justamente por causa disto. Porque tem outro sindicato registrado no município. Eu prefiro que seja um só e que todo mundo se ajunte naquele sindicato, num bom senso, porque briga nenhuma de trabalhador rural, nem de um lado, nem de outro, ela não é boa. Nem para nós, nem para o trabalhador rural. Inclusive agora mesmo, esse próprio companheiro que ajuntou com a turma lá para criar essa equipe rural ele montou uma chapa contra nós, para tomar o sindicato. Ele está errado? Não. Só que montou a chapa misturada com pessoas que não eram trabalhadores rurais, envolveu pessoal da prefeitura junto com a chapa, está errado, como é que nós vamos chegar lá e falar com Maria José “você tem que fazer assim”, quem é que é a prefeita? O que nós podemos fazer é uma parceria para ajudar, mas chegar e falar “a senhora tem que fazer”, isto não.

Diferença entre demandas apresentadas pelas distintas categorias. Não. O sindicato atende o trabalhador em si, tanto o que é associado quanto o que não é associado. Só que em termos de benefícios de aposentadoria tem hora que o trabalhador que não é sindicalizado ele tem mais dificuldade. Porque tem que fazer pesquisa para saber se ele é mesmo um trabalhador rural, se ele está na roça, se ele tem raiz mesmo, para ele segurar o direito que ele quer. Infelizmente tem uns que sai de

lá com raiva da diretoria por que “como é que você entrega uma coisa que a pessoa não tem direito”? Eu já prestei assunto em trabalhador rural. Trabalhador rural que é trabalhador rural quando chega num auxílio de doença, auxílio de acidente ou benefício por idade, que verno ele tem o direito, ele não é muito brigador, não. Você viu o trabalhador e brigou, e quer porque quer é porque ele não tem o direito. Por que o governo federal criou a assistência social? É porque o cara que ele não tem condição de encaminhar como contribuinte, não tem condição de encaminhar como rural, nem como posseiro, nem de forma nenhuma, a chance dele é 65, se ele chegar lá e com um salário mínimo para ele viver o resto da vida porque não tem condição de trabalhar mais. O governo é responsável por isso porque de uma forma ou de outra ele está contribuindo de modo direto ou indireto, mas ele está, porque se ele compra um fósforo hoje, ele está contribuindo. Então é um motivo de o governo ter criado esse direito para o trabalhador rural porque “como ele vai viver se ele não aguenta trabalhar?” Às vezes ele não tem uma família (...) O que dá o direito para a pessoa não é morar na roça, é o que ele faz. Posso morar aqui uns 200 anos, mas se eu não planto nada, não faço nada na roça.

Nós precisamos muito de, quando Lula fala de igualdade, o que é, que todo mundo tem condição de sobreviver num patamar que não seja igual aos grandão mas que seja mais ou menos que ele tá vivendo uma vida controlada. Mas ele fez bastante, mas está faltando alguma coisa. Não é fácil porque lá tem um congresso que é briga todo dia, que está sempre tirando o companheiro para não votar em um projeto que vai beneficiar uma classe que não de competência da classe delas, que é o que eles mais gostam de ajudar, é a maioria da classe deles. Parece que eles não querem igualdade, mas como é nós fazemos? Sempre falo que eu não tenho capacidade de ser um deputado federal. Se eu fosse estudado, que eu fosse um deputado federal, ou um juiz de direito, eu acho que o povo me mandava matar logo. Porque desde que o cara tem o direito, está dentro da lei, vamos atender ele.

Nós temos um companheiro lá (no Congresso) que é daqui de Teófilo Otoni, teve um projeto lá para defender o trabalhador rural e ele foi o primeiro que votou contra o trabalhador. Deputado federal que está lá, que nosso município, nossa região elegeu.

Modo de aproximação com os sindicalizados. Nós fazemos assembleia, fazemos reuniões nas comunidades, quando o sindicato tem um problema lá na roça que vai fazer o reclame vai uma equipe lá para conversar (no caso de um prejuízo, de uma extrema) para entrar num acordo pra nem um lado nem outro ficar prejudicado.

Demandas. Acerto de contas, às vezes existe muito patrão que ele manda o trabalhador embora e não acerta direito e o trabalhador entende que não trabalhou direito, ele vai lá recebe o que ele pagou e vai lá procurar o sindicato para ver como ele pode fazer. O sindicato não pode falar com ele para ele não correr atrás do direito dele, foi ele que trabalhou. O sindicato tem o advogado por conta do trabalhador e aí encaminha o trabalhador para o advogado ver se ele tem o direito ou não. Quem tem a competência para saber se ele tem o direito ou não é o advogado. Então, se ele tem , o advogado vai enfrentar aquela causa; não tem direito de cobrar do trabalhador rural porque ele ganha do sindicato para isso e o sindicato movimenta é com o dinheiro do trabalhador. (A procura maior) É acerto de contas, é assim qualquer problema que surge. Eu acho que o trabalhador ele procura o sindicato muito assim para acerto de contas, para resolver alguma coisa, pro sindicato ajudar em alguma coisa. Eles vai lá para o sindicato ajudar a resolver e acaba resolvendo e ajudando o trabalhador. Quando é com o patrão, que às vezes sempre acontece, mas o patrão entra em acordo com o trabalhador, o sindicato vai também para poder ajudar. Isto aí é mais em termos de, o trabalhador procura mais em termos de benefícios, de aposentadoria, procura muito porque quando chega na idade, o cara não tá aguentando trabalhar. O sindicato tem que orientar o trabalhador que ele pode, que ele tem direito; não prejudicando o patrão, que o patrão vai para lá, é ele que vai se virar mais o trabalhador.

Quais as bandeiras de luta? O sindicato enfrenta sempre a luta em Brasília, sempre a gente vai muito em Brasília para enfrentar briga de trabalhador para poder corre atrás de coisas para melhorar para o trabalhador. A federação lá em Belo Horizonte também corre muito atrás sempre quando tem assim um projeto lá para pressionar o (...) Tem muita coisa que você tem que pressionar a pessoa, mesmo o governo sendo do mesmo lado, mas tem coisa que nós tem que pressionar ele, porque a maioria dos deputados é contra ele. Então, com a pressão do trabalhador, que o deputado não quer sair de lá, ele vai ter que apoiar nossa luta. É sempre assim.

Avaliação da Fetaemg, da Contag e da central sindical. A Fetaemg ela luta muito para defender o trabalhador. No caso de uma semente, ajuda muito a Contag também. Em termo da central sindical, que é a CUT, nós não somos filiados à Cut, justamente por isso. Porque a Cut infelizmente para nós, trabalhadores rurais, não tem lutado muito para defender. Defende mais a classe da cidade, metalúrgicos, porque é uma entidade que foi criada pelos próprios metalúrgicos, então nós não somos filiados, a não ser que filiou agora depois dessa nova assembleia

que teve mas nós não sentamos ainda para discutir para ficar sabendo. Mas o sindicato é filiado na Fetaemg, na Contag.

Crítica à Contag ou Fetaemg. A crítica que eu tenho da Fetaemg, até que a Contag eu não tenho muito, porque a Contag, a crítica que eu tenho é que eles nomearam uma pessoa que ele não é da nossa classe para representar a classe aqui na região. É uma pessoa que é da classe do sindicato patronal. Inclusive estava uma briga danada, eu não sei como ficou, que era para tirar ela. A pessoa que está lá, que ela vai defender o sindicato patronal, ela não vai defender o trabalhador rural. Agora a Fetaemg, o único problema que a fetaemg tem na região, que as pessoas que elas põem nos polos aqui é um pouco devagar para fazer os trabalhos assim em termos para ajudar até mesmo o trabalho da federação. Porque força muito, inclusive agora nessa luta da chapa do nosso sindicato com o outro, do presidente com o outro para a chapa de oposição, ele acabou, sendo da federação, acabou ficando apoiando a chapa 2. Isso eu acho que a federação já está por dentro, vem aí a mudança de diretoria da federação, pelo que eu vejo, ele pode até ficar na diretoria, porque faz muito tempo mas eu acredito que aqui no polo é capaz de ele não ficar, não sei, vai depender do trabalho deles. Mas, ele tem deixado a desejar para nós. Só que graças a Deus o trabalhador tem confiança no trabalho que nós fazemos e acabou reelegendo a nossa chapa. Foi uma diferença bem grande. O trabalhador rural mostrou que nós estamos agradando eles melhor que o outro lado.

Contribuições ao sindicato. Eu não sou contra porque o sindicato, se o trabalhador mesmo não contribuir, como é que o sindicato vai lutar por eles? Não tem como porque o sindicato não tem fundo de reserva. O que ele tem é contribuição para poder ajudar correr atrás do que o trabalhador precisa. Por isso eu não sou contra de o trabalhador contribuir. Tem uma coisa que eu sou contra porque quem contribui pelo INSS, ele aposentou, ele não é descontado no pagamento dele mais, não é obrigado a contribuir mais com o INSS. Eu acho que não contribui. O trabalhador que ele trabalha com carteira assinada e ele contribui então ele continua trabalhando, então tem que continuar descontando e o nosso trabalhador rural ele desconta é porque ele quer também. Porque tem uma autorização que ele autoriza, então, se ele autoriza não tem problema nenhum. Agora não sou muito a favor. Eu também desconto, porque seu assinei a autorização quando eu aposentei porque eu entendo o seguinte: se nós da diretoria aposenta e não quer contribuir para ajudar a classe, e os outros? A contribuição é para manter o sindicato, para ajudar tanto quem não é aposentado como nós. Porque se nós é aposentado, porque você sabe que a aposentadoria

sempre tem uns problemas... Eu sou aposentado pela área rural, se um dia tiver um problema na minha aposentadoria e eles suspenderem meu pagamento e eu não tiver contribuindo no sindicato, como que eu vou correr atrás do sindicato? Eu não posso ter o direito de lá correr atrás porque eu não contribuo. Se eu estou contribuindo eu estou ajudando pagar o advogado que está lá. Deus ajude eu nunca aconteça, mas se acontecer é claro que eu vou dar meu pulo lá. Por isso que eu acho que eu não posso ser tão contra a contribuição do aposentado.

O que torna o sindicato importante para o meio rural. O trabalhador rural eu acho que é importante o sindicato para ele pelo seguinte. O sindicato tem como obrigação de ajudar o trabalhador, mas o trabalhador tem que entender que o sindicato depende dele. O que precisa melhorar no sindicato, que eu acho que o sindicato, a classe de trabalhador, tem muito trabalhador que não tem a terra, não tem condição de às vezes comprar um pedaço de terra e os sindicato tem que correr atrás de um projeto de lei para encaminhar para o governo federal, para o governo federal dar uma chance pra o trabalhador rural ter condições de possuir aquele pedaço de terra sem ser através do movimento sem terra. Por exemplo, nós aqui temos 10 herdeiros. Sempre entre os herdeiros aparece algum que resolve vender e esses outros herdeiros não tem condições de comprar, o que acaba acontecendo é às vezes pondo uma pessoa que não dá certo com os outros herdeiros ali dentro. Eu acho que o sindicato tinha que encaminhar um projeto junto com a federação, que o governo tivesse uma forma de ajudar esses herdeiros comprar estes direitos dessas pessoas que quer vender. Porque lá tem o projeto fundiário, mas para mim é um projeto só para quem já tem muito. Não é um projeto para pequeno. Como você tem um projeto de empréstimo fundiário e que a própria entidade exige, o próprio governo exige que você tenha que ter uma renda acima às vezes de 20 ou R\$ 30 mil? Pequeno não tem condições para isso, isso é só grande.

Compreendeu os objetivos da pesquisa e se as perguntas foram bem explicadas. Eu entendi, mais ou menos, como um representante do sindicato dentro do pouco que eu aprendi ate agora. Para mim não tem complicação nenhuma a situação da sua pesquisa. Você está fazendo o seu trabalho que é um direito seu e que não é um trabalho que prejudica ninguém.

Joaquim Pereira da Silva Neto, 26/04/1937 (75 anos), 4ª série (em 1948).

Agricultor familiar em Poté, pequeno proprietário.

Eu trabalho uma parte do tempo na lavoura (terra de outros) e outra parte do tempo como marceneiro lá em Poté. Organizamos um grupo de jovens da Ação Católica, ligada à Igreja Católica, a Juventude Agrária Católica, na década de 1950. A juventude estava se organizando... A juventude estudantil estava organizando: a JEC (Juventude Estudantil Católica), no meio operário a JOC (Juventude Operária Católica), os universitários a JUC (Juventude Universitária Católica) e os independentes a JIC (Juventude Independente Católica).

O Padre Teodoro, naquela época, em contato com a Igreja em São Paulo, descobriu esse movimento lá: a JAC (Juventude Agrária Católica). Foi a primeira paróquia em Minas Gerais que organizou esse movimento. Fizemos parte da JAC nacional, inclusive o assessor espiritual da JAC veio em Poté, era chamado Padre Raimundo Caramuru e vieram alguns jovens da equipe nacional que ajudou a gente a organizar e aí deu origem (...) para a gente chegar na criação do sindicato de trabalhador rural, o primeiro do estado de Minas Gerais em 1962. Com essa orientação baseada na JAC, vinha ainda um jornalzinho mensal: “O Jornal do Campo feito pelo Homem do Campo. Ele trazia as notícias, as orientações e aí nós primeiro fundamos uma cooperativa para facilitar a compra de ferramentas, insumos, sementes etc. Essa cooperativa foi muito mal interpretada pelos comerciantes da época. Os intermediários procuravam comprar o produto do agricultor. A cooperativa tinha um objetivo de vender as ferramentas, os insumos... mais barato e adquirir os produtos do agricultor cooperado para ele não “vender na folha”. Pegava o produto da pessoa no valor justo, adiantava metade do dinheiro, armazenava o produto em um prédio alugado da CASENG. Quando dava um peço bom, a pessoa retirava aquele produto dele, vendia e pagava o adiantamento que ele havia recebido referente à metade. O prédio é onde se localiza o atual Banco do Brasil de Poté. Comerciantes e intermediários que compravam barato, que ficavam agiotando, para ganhar dinheiro às custas do produtor, ficaram com raiva, criaram muito problema, muita dificuldade, entrou muita política no meio... Quando veio o golpe militar, acabou com a cooperativa. Mas achamos que só a cooperativa não resolvia; então, com a orientação do padre e da Juventude Agrária Católica, nós fundamos o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do estado, dia 08 de julho de 1962, fez 50 anos agora. Foi criado nesta data e aí o Padre Teodoro, com o bispo Dom Quirino (...) Quando iniciamos o movimento da Juventude Agrária Católica, Teófilo Otoni pertencia à Diocese de Araçuaí, Dom José Maria Pires dava apoio... Em 1960, se não me engano, foi em 1960, criou a

diocese de Teófilo Otoni, aí veio o bispo Dom Quirino e continuou dando apoio àquelas linhas de trabalho sociais que Dom José Maria Pires lá de Araçuaí apoiava. Ele deu abertura para o Padre Teodoro sair com alguns jovens na região da diocese falando de sindicalismo. Nós saímos nesta região, até Mantena ... falando, mas com muita dificuldade porque o povo (...) era uma coisa nova, o povo não entendia; então, nós conseguimos criar poucos sindicatos. O nosso, a gente pediu o registro, em 1962, não saiu, 1963, não saiu... Em dezembro de 1963, reunimos em Belo Horizonte um grupo de 47 sindicatos de trabalhadores rurais do estado de Minas... Vários fundados com esta linha, como o de Araçuaí foi fundado com essa linha da Igreja Católica... Tinha alguns fundados com a linha do Partido Comunista, a Liga Camponesa também que a origem do Nordeste teve influência na região, criou alguns, como o de Governador Valadares. Aí o estado todo tinha 47 sindicatos em dezembro de 1963... Aí nós reunimos em Belo Horizonte, o governador do estado, Magalhães Pinto, cedeu para as reuniões lá, o alojamento e a alimentação, um batalhão da polícia militar, da cavalaria, ficamos lá... E as reuniões eram feitas no centro da cidade, na sede do sindicato dos tecelões, e quem fazia o deslocamento batalhão-sede dos sindicatos de tecelões eram dois deputados, operários da mina de Morro Velho, Sinvaldo Bambirra e José Gomes Pimenta (Dazinho). Este Dazinho foi depois candidato a senador do PT e morreu a poucos anos em Belo Horizonte. De vez em quando, a gente se encontrava. Reunimos lá durante a semana e com a ajuda do Padre Francisco Lage, de Minas Gerais e Presidente nacional da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). Os sindicatos que passavam por essa comissão conseguiam o registro rápido, através do Ministro do Trabalho Amauri Silva, no governo do presidente João Goulart. Estes dois facilitavam o registro. Durante nossa reunião o Padre Francisco Lage esteve junto a semana toda e chegou à conclusão que tinha que fundar em Minas três federações. Fundamos a nossa que era a “Federação dos Autônomos na Lavoura do Estado de Minas Gerais” e o sindicato de Poté ficou como “Sindicato de Trabalhadores na Lavoura do município de Poté”. A outra “(Federação) Sindicato dos Assalariados Rurais” e uma terceira “(Federação) Sindicato dos Assalariados na Extrativa Rural”, que é o pessoal que trabalhava na região do eucalipto, aquela coisa da extrativa. Fundamos estas três federações e o presidente desta da lavoura era de Patos de Minas. Cada presidente de federação foi para o Rio de Janeiro para a fundação da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Eu tinha sido eleito 2º vice presidente desta da lavoura. Ele (o de Patos de Minas) foi representar nossa

federação na fundação da CONTAG e lá foi eleito secretário geral da CONTAG, Sebastião Lourenço de Lima, e o primeiro vice era de Tabuleiro, na Zona da Mata, João Alves Botelho, me parece. Esse João passou a ser presidente e eu fiquei como primeiro vice-presidente. Aí o registro saiu rápido, saiu em fevereiro ou março (fevereiro de 1964) o registro do nosso sindicato de Poté, saiu junto com o da CONTAG, mesmo dia. Então facilitou o registro por isso. Porque o presidente da CONSIR facilitou o registro para nós.

Fevereiro ou março (fevereiro de 1964) o registro, mas 31 de março (de 1964) veio o golpe militar. Aí saíram prendendo todo mundo, cassando as “Cartas Sindicais”, que dão legitimidade à representação do trabalhador perante a justiça. A CONTAG não foi cassada, sofreu uma intervenção. O interventor era do Círculos Operários Cristãos de São Paulo, José Rotta, ele passou a ser o presidente-interventor da Contag. Sebastião Lourenço, junto com o presidente Lindolfo (da Contag até então) Silva foram cassados. As três federações de Minas foram cassadas. Foram 29 as federações (mais federações que o número de estados, pois em um estado poderia haver mais de uma federação), as três de Minas entre elas, e os 47 sindicatos de Minas Gerais, quase todos foram extintos. Quando foram para nos prender no sindicato (que era uma sala próxima à cooperativa) recolheram livros de atas, cadernos de anotações (...), mas não encontraram a “Carta Sindical”. O rapaz que trabalhava lá, neste momento já tinha saído comigo, o secretário e o tesoureiro Eu tinha saído, falaram que eu ia para a delegacia prestar depoimento, mas me trouxeram direto para o cadeião aqui. Daqui para Governador Valadares... Alguém na rua falou: “a noiva de Joaquim deve ter esse documento”. Ela trabalhava de assistente social no hospital foram lá interroga-la, pressioná-la, mas ela disse “eu nem sei o que é esse documento, não tenho ligação nenhuma com o sindicato, não sei não”. Eles insistiram, procuraram até debaixo das camas dos doentes, mas não encontraram. O hospital estava passando por uma reforma, ela havia pegado a “Carta Sindical” colocou dentro de um jornal e colocou entre uma pilha de tijolos. Passaram perto, mas não acharam. Então, nosso sindicato ficou. 02 ou 03 anos depois a Contag criou uma delegacia em Minas Gerais e o delegado foi do Círculo Operário Cristão daqui de Teófilo Otoni e filho de Poté. Ele sabia da nossa situação, me procurou e como eu não o conhecia o chamei para ir até a casa do Padre. O padre conversou com ele e viu que era delegacia da Contag e não da polícia (porque constantemente iam agentes da polícia lá, pressionar, querendo que dissesse que o padre era comunista, que o padre e o bispo estavam incentivando a tomar terra, incitando o trabalhador contra o

patrão ...) e aí o padre falou “vamos ajudar a fundar a federação”, que a intenção da delegacia da Contag era fundar a federação em Minas Gerais, reativar ou fundar uma nova. Foi em Araçuaí, a situação de lá também estava “em dias” e organizou mais três: o de Brumadinho, Esmeraldas e Três Pontas. Com cinco sindicatos em um Estado se funda uma federação. Aí fundamos a atual FETAEMG. 67 ou 68 (27 de abril de 1968).

Tempos depois, quando trocou de bispo, Dom Quirino aposentou, a partir daí, o outro bispo que veio tinha uma linha diferente: não apoiava esses movimentos, e até pouco tempo ficou difícil. Agora parece que o bispo atual apoia assim, não muito claro, mas ele apoia “meio” (...) Porque é complicado apoiar diretamente, mas ele tem uma linha de trabalho que vem continuando... Mas o Dom Quirino era muito bom. Teve muita perseguição contra ele aqui, contra Dom Hélder, Dom Pedro Casaldáliga, do Araguaia, Dom José Maria Pires ... Na região do Mucuri o Partido Comunista não teve influência. Na época conseguimos fundar mesmo foi só o nosso. No Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha a influência foi a ala (progressista) da Igreja. Na região de Valadares teve a influência da Liga Camponesa, Francisco Raimundo, “Chicão”. Ele trocou tiros com a polícia na época do Golpe Militar, parece que mataram uma menina dele, ele foi exilado... Uns 30 anos depois encontramos com ele lá na FETAEMG.

Faço parte deste movimento desde esta época (fundação) faço parte porém fiquei com os meus direitos cassados por 10 anos. Fiquei sabendo apenas quando foi fundar a atual Fetaemg. Eu ia concorrer e aí vim pegar um documento no fórum “atestado de bons antecedentes políticos e criminais” e eles não me forneceram. Informaram-me que eu tinha meus direitos políticos e sindicais cassados. Não participei da fundação da Fetaemg. Politicamente pressionaram o Padre Teodoro, ele teve que ir embora de Poté em 1968 para Belo Horizonte (depois de 25 anos em Poté) , depois do Golpe Militar ele não chegou a ser preso, mas foi muito perseguido. Veio outro padre que ficou uns 02 anos.

Em 1970 veio o Padre Gerônimo Nunes, português. Ele deu continuidade ao trabalho social que o Padre Teodoro tinha deixado com o apoio de Dom Quirino. Ele começou o trabalho de criação das CEB's (comunidade eclesial de base) na paróquia de Poté. Com a organização das CEB's o grupo de lideranças das CEB's resolveram montar uma chapa para concorrer ao sindicato, já que este tinha tomado uma linha diferente ... Foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, que nós havíamos reivindicado anteriormente, mas foi criado com um trabalho diferente. Ao invés de o próprio governo prestar assistência ao

trabalhador, colocou nas mãos dos sindicatos: médico, dentista, fez os convênios laboratoriais com os sindicatos e aí eles ficaram com aquela linha de prestação de serviço assistencial, que o governo deveria desenvolver. Envolveu os sindicatos para tirar a linha de ação de reivindicar melhores condições de vida do pequeno agricultor, do assalariado, do que não tinha terras, de lutar pela reforma agrária (não podia nem falar de RA naquele tempo)... Tirou mesmo a linha de ação dos sindicatos com os convênios. As CEB's, com orientação evangélica, as lideranças acharam que devíamos formar uma chapa. Fui a Belo Horizonte, havia trabalhado como braçal nas linhas telegráficas dos Correios (1968 a 1975), roçava em baixo, consertava (...), eu fiz esse serviço durante 06 anos e oito meses. Para receber o Fundo de Garantia tive que ir a Belo Horizonte. Aproveitei para ir no DOPS para ver minha situação, porque no cartório eles falavam que não podiam fornecer documento para mim, só no DOPS em Belo Horizonte. Requeri o documento, quando chegou minha vez ela falou "Seu Joaquim, o senhor eu não posso atender, tem que ser o delegado na sala tal". Entrei e ele foi falando "o senhor teve fugido quantos anos e vem agora querer atestado de bons antecedentes, vamos apurar o caso do senhor primeiro: por onde o senhor andou, com quem andou, para a gente fornecer o documento do senhor, vai ter que ficar uns dias aqui". Falei: "senhor, o dinheiro que eu tinha eu comprei a passagem, nem para comer, um pão, mas nem janta dá. Se me deixar aqui uns dias vai ter que fazer uma caridade comigo, me dá uma passagem até Teófilo Otoni, que de lá conheço muita gente, vou até a pé, pego carona... O senhor me dá uma oportunidade de esclarecer esse negócio? Nunca tive fugido não, Galiléia? Eu ouvi falado disso na Bíblia, eu não conheço Galiléia (e eu conhecia, chamava Mamed o presidente de lá). Não, senhor, perto de Poté é Ladainha, Novo Cruzeiro, Itaipé, Teófilo Otoni, Itambacuri, Malacacheta. Provo que não estive fugido com esta Carteira de Trabalho aqui, trabalhei na empresa de Correios e Telégrafos. Eu vim foi receber fundo de garantia e eles marcaram para eu voltar daqui a 90 dias para voltar a receber, por isso estou sem dinheiro para ir embora. Estou com certidão de casamento e casei lá mesmo em 1965, registro dos filhos. Ele olhou, pegou o telefone e ligou, chamou um funcionário e falou "vai lá no arquivo e pega a ficha de seu Joaquim para mim". Ele falou: "as informações estão completamente erradas, ele provou com os documentos que nunca fugiu de Poté, ele casou em 1965 e começou a trabalhar em 1968, não esteve fora de lá". Preencheu os documentos e me entregou, foi uma vitória. Sai de lá com o documento na mão. Mas, tem uma coisa, o senhor tá querendo isto parta mexer com sindicato?

Não, aproveitei que vim para receber este fundo de garantia e pegar documento para provar para os outros que tem direito a documento lá em Teófilo Otoni e eles não quiseram me fornecer. Disse: “Num mexe com esse negócio de sindicato, isto é de comunista”. Falei “nem penso em mexer com isso não”. Falei com o padre e ele disse “nós vamos fazer a chapa, sim”. Aí me elegeram presidente do sindicato novamente. Fiquei dois mandatos até 1981, e de 1981 para cá não concorri mais, fico sempre na suplência da diretoria do sindicato. Faço parte da diretoria da Fetaemg, diretor regional. No período de criação das CEB’s, que Padre Gerônimo fez um trabalho muito bom, ele fez uma mobilização para fundar a CPT, Comissão Pastoral da Terra. Nasceu lá em Poté, também. Não foi criada lá diretamente não, por estratégia para evitar problema com ele e com o bispo, Dom Quirino, ele organizou, de lá de Poté saiu um, que é o atual secretário, Serafim, o irmão dele que é Miguel é o presidente. Hoje eles têm uma linha de trabalho que não enfrenta... Es num enfrenta o trabalho. Fica acomodado demais e, eu critico eles... Eles se acomodaram muito. Mas na época Serafim foi com o Padre Gerônimo, reuniu mais padres, irmãs e leigos lá em São João Del Rei, acho. Lá que fundou a CPT. Muito boa, faz uma pesquisa muito boa e de informação correta. Padre Geronimo criou a CPT e ficou sendo o assessor em Minas Gerais e depois ele foi para Belo Horizonte, de lá para Goiás, voltou para Portugal, foi diretor dos missionários da Boa Nova em Portugal durante alguns anos, agora está em Moçambique, na África. Saiu daqui de Poté porque o bispo que sucedeu Dom Quirino tirou o convênio que tinha com os padres portugueses. A diocese de Araucaí ainda tem padre português, a de Teófilo Otoni, não. Os padres europeus eu acho que sempre influenciaram e o padre Gerônimo fez um trabalho muito bom.

Motivos para a organização do sindicato em Poté. Poté é até hoje município de pequenas propriedades. Poucos latifúndios e os que tem até que aproveitam bem. Latifúndio improdutivo mesmo não há. Poucos grandes e a maioria pequenos, produziam muito e até perdia a produção, num tinha como comercializar e era muito difícil a vida do trabalhador rural. Assalariado não tinha. Às vezes tinha troca, de um produto por outro e também não havia vínculo empregatício nenhum, era agregado, que hoje é o comodatário. Esses problemas que (...) A gente via muita pobreza, muita miséria, as pessoas quando perdiam a força para trabalhar na idade vinham na rua para pedir esmolas, era cheio de mendigos nas ruas pedindo esmolas e as viúvas às vezes até nova... Era muito viúva com 5, 6, 8, 10 filhos ainda criança, vinha para a rua, às vezes ficava viúva, o patrão não queria mais, ou às vezes, até posseiro,

num tinha mais como ficar na terra, entregava aquela posse para qualquer um e vinha para a rua, pegava uma lavagem de roupa, um serviço doméstico e as crianças ficavam lá na rua pedindo esmolas. Foi quando criamos aquela cooperativa que eu falei, aproveitamos naquela época doação que vinha da América do Norte, vinha leite em pó, óleo, queijo, essas coisas que vinham dos estados do norte para doar para a pobreza, para distribuir para o povo e para ajudar um pouco e foi quando criamos a cooperativa. A situação (da região) era mais ou menos a mesma. A não ser os municípios como Nanuque, Carlos Chagas, que era mais latifúndio. Mais aqui, o Alto Mucuri é mais ou menos parecido.

Entidade que se opunha à criação. Os comerciantes por causa da cooperativa e continuou com o sindicato. Chamavam a cooperativa de “explorativa do padre”. Os políticos por causa do medo de começar a organização. Os eleitores de Poté até hoje são muito encabrestados. Processo muito lento de mudanças, que coisa que veio de 500 anos atrás para tirar é muito difícil, mas tem mudado. Na época foi mais influência dos comerciantes e dos políticos. O sindicato de empregadores rurais nunca conseguiu se organizar em Poté. Tentaram várias vezes depois de nós, mas não conseguiram.

No período antes de 1988, o que influenciava o pessoal a se associar eram os benefícios do Funrural: convênios de médicos, dentistas, farmacinhas. Depois que participamos das Eleições “Diretas Já”, da Anistia, depois da fundação do Partido dos Trabalhadores, que veio a continuar o trabalho que a Igreja vinha fazendo... então mudou, em 1988, uns 07, 08 anos o Partido dos Trabalhadores junto, ajudar a mudar essa linha de trabalho. Tirou os convênios e dentro da nova Constituição colocou mais benefícios, ao invés de o homem só aposentar, com meio salário mínimo passou para 01 salário, a mulher teve direito a se aposentar, vieram os outros benefícios auxílio-maternidade, auxílio-doença, todos esses benefícios que tem hoje... Então, teve um crescimento de associados, principalmente auxílio-maternidade, mas um crescimento que enche o número de associados mas a participação, não. Vejo que a participação é pouca. Muitos vem atrás dos benefícios e com isso temos grande parte das direções dos sindicatos na nossa região, tenho observado que no Estado não é diferente, que ficam presos aos encaminhamentos para benefício da previdência. “Eu te aposentando, te dando auxílio-maternidade”... Nossos próprios companheiros não procuram conscientizar o trabalhador que é um direito conquistado pelo movimento sindical, mas não é um direito que o sindicato está dando. E que tem que enfrentar as outras frentes de luta: do assalariado, da reforma agrária, do trabalho

com os jovens, procurar melhores condições para os jovens, para as lutas específicas das mulheres que devem ser trabalhadas... Tem muitos sindicatos nossos que não trabalha e de uns anos para cá (...) porque quando fundou o PT, por exemplo, 08 ou 10 sindicatos daqui, 10 municípios, que criou o PT nos dois primeiros anos, 08 deles tinha sindicato de trabalhador rural. Esses 08 insistiram comigo e eu saí deputado estadual e eu aceitei, arrisquei. Fui na Fetaemg lá em Belo Horizonte através de um diretor, Juraci (era de Almenara, hoje ele é diretor de formação da Contag) comunicar que eu ia aceitar a candidatura e que queria apoio da Fetaemg, a maioria da diretoria da Fetaemg falou “não, os sindicatos, o movimento sindical não pode mexer com política, isto é para quem estou muito, para quem tem muito dinheiro, isto não é para nós”. Estava dentro do regime militar e eles com medo de penalidades, inclusive o Padre Teodoro tinha ido para Belo Horizonte em 1968, logo que fundou a Fetaemg, ele ajudou na organização, ajudou a fundar, colocaram ele como assessor educacional da Fetaemg, que é o hoje o trabalho de assessor sindical, daí uns poucos dias o DEOPS recomendou à diretoria da Fetaemg tirar o padre de lá porque ele era indesejável para o governo. Tiveram que tirar. Eu acho que isso é uma das coisas que influenciou aquela diretoria, já em 1982, de não mexer com política. Mas, mesmo assim, o Juraci veio, andou comigo esses 10 municípios, eu fiquei segundo suplente de deputado, com 5270 votos e o único do PT eleito foi João Batista Mares Guia lá de Belo Horizonte, era jornalista (o irmão dele é dono do “Pitágoras”, Walfrido) e o Luis Dulci, federal (era presidente do Sind-UTE, foi secretário geral da presidência da república de Lula). Em 1986, com a Constituinte, a diretoria da Fetaemg já começou a entender que tinha que participar mesmo, fez um trabalho melhor para mim, me candidataram a deputado federal constituinte. Colocou aquele FIAT-147 e eu saía numa região, os diretores do sindicato daquela região andavam comigo, andei em 140 municípios durante a campanha: norte de Minas, Triângulo, em todas as regiões fui em alguns municípios. Consegui 21651 votos pelo tribunal, eu tenho o mapa. Foi feito pouquinho material, nenhum cartaz grande, alguns santin, propaganda pequena, carta que a Fetaemg mandou para os sindicatos e eu ia numa loja de um dos companheiros fundadores do PT de Poté, que morreu ano passado, panhava caixas de papelão que vinha com os sapatos e cortava os pedaços de papel e escrevia “Joaquim de Poté, 1344”. Num teve um carro de som e eu consegui esta votação de 21651 votos. Na terça-feira, segundo dia de apuração, o presidente do sindicato de João Pinheiro, perto de Paracatu, ligou dizendo que lá havia terminado a apuração e eu

fiquei com 600 votos lá e perdi 50 votos nulos, porque os apuradores só consideravam “Joaquim Pereira da Silva Neto, 1344”, onde havia “Joaquim de Poté, 1344” não. Fui imediatamente para Belo Horizonte, um advogado da Fetaemg foi comigo no tribunal, que reconheceu que tinha cometido um erro, que mandava um livrinho de apuração para cada comarca e não pôs Joaquim de Poté como tinha sido anunciado, mas “Joaquim Pereira da Silva Neto”. Forneceu uma certidão e aí eu fui entregando para algumas comarcas, mas não deu mais tempo porque foi na quarta-feira e depois o PT elegeu três: o João Paulo, Paulo Delgado e Virgílio Guimarães. Virgílio pôs o pessoal do gabinete para fazer um levantamento e ele apurou que eu perdi uns 8000 votos nulos, porque a maioria dos apuradores eram latifundiários, ligados a eles e na campanha se falava muito na reforma agrária (querendo sair do regime militar com a reforma agrária aí era complicado). Não tivemos uma tática de fazer meio “despistado”. Não entraria porque os três eleitos ficaram acima de 30000 votos, eu ficaria como primeiro suplente, fiquei segundo, depois de Tilden Santiago. Na eleição seguinte, agostinho Valente, de Juiz de Fora, foi eleito com 12 mil e tantos votos, caiu, é que eu não tinha mesmo que ser eleito.

Venho observando ultimamente é que na nossa região tem muitos, já foram muitos vice-prefeitos, vereadores, sindicalistas rurais... Tenho observado que a maioria deles depois que entra nestas posições, deixam o sindicato em segundo plano. Aproveitam o sindicato, se elegem e depois abandona. Deus ajuda que os recém-eleitos não façam assim. Tem uns dois ou três que são fieis. Até comentei com presidente da Fetaemg, na semana passada, que eu fui a Itaobim, o Wilson, ele disse “Poté” eu nunca observei isto, mas eu vou observar. Há vários que nem prestar conta aos trabalhadores para ter direito a participar dos eventos da Fetaemg e da Contag eles não vem fazendo. É muito importante participar da política, mas abandonar o sindicato não pode. Trabalhando lá dentro você pode levar os outros a entenderem a luta do trabalhador rural. Há muitos dirigentes sindicais atuando nas instâncias da política partidária, mas não levando à frente a luta do trabalhador. Parece que vai levando questões pessoais deles.

Problemas mais graves da zona rural e como o MSTTR tem se portado para enfrentá-los. Tanto a direção da nossa federação como assessores do departamento sindical e a Contag tem reclamado que não tem conseguido os registros sindicais. Mesmo dentro do governo Lula e Dilma tem sido difícil o reconhecimento dos sindicatos que passam pela Contag. Tem sido facilitado para os que são ligado a algumas centrais sindicais, principalmente CUT, que apoia muito as FETRAF's ... O

movimento sindical da Contag tem sido prejudicado, não posso dizer com certeza porque são eles que estão sempre no ministério é que falam, mas tem demorado muito a sair registros sindicais dos novos sindicatos e eles alegam dificuldades no Ministério do Trabalho. Parece que com o atual ministro, o Brizola Neto, a tendência é normalizar, mas antes dele estava muito difícil. É lamentável a CUT passar para essa linha de trabalho de outras, porque ela foi fundada com grande participação de pessoas da Contag. Não foi totalmente porque era para formar uma central única, mas houve uma divisão entre o presidente da Contag, José Francisco e Lula, aí criou a CUT e a Contag; direção da Contag participou mais na criação da CGT. E eu fiquei com o PT, fundamos a CUT em São Bernardo do Campo, fui diretor nacional da CUT no primeiro ano, direção provisória; não tive oportunidade de fazer um trabalho com os rurais. Fui reeleito para o segundo ano, como também não tive oportunidade, eu vi que era difícil um trabalhador rural dentro da central. Desisti. Quando criou a CUT-Minas não participei da direção. Achei melhor ficar só no movimento sindical de trabalhadores rurais mesmo. Muito difícil o entrosamento do rural com os urbanos.

O principal problema da zona rural é a terra. A distribuição da terra, muito complicada, a reforma agrária, não tem quase nada. Surgiu no ano passado uma proposta de legitimação das posses e foi feito um trabalho, depois o secretário estadual fundiário vacilou e fez umas bobearias, a coisa parou e até hoje nem os títulos de terra saíram. O mais grave é a terra e questão da seca. Acho hoje muito complicado para viver no meio rural, se não fosse o programa Luz para Todos, estava mais difícil ainda... Muita gente vivendo na zona rural hoje só com uma cisterna e uma bomba-sapo puxando água. Programa que veio não só para iluminar, mas para trazer melhores condições de a pessoa ter a água em casa. A Contag e a Fetaemg tem um departamento de reforma agrária. A diretora em Minas é de Capelinha. Há uma assessora jurídica, um acessor para trabalhar o crédito fundiário de combate à pobreza e há o Departamento de Política Agrícola, trabalhar com o agricultor familiar e com os assentados da reforma agrária. Há esses dois departamentos específicos para tratar do tema. Os sindicatos são orientados para essa frente de luta, mas a maioria se acomoda com a previdência social, vai enrolando e não enfrenta a questão da terra. Desde 500 anos atrás né (...) inclusive quando nós fundamos o sindicato, em 1962, há um boletim “foi criado o sindicato e agora vamos lutar para que todas as pessoas que moram no meio rural tenham pelo menos 2000 metros quadrados ao redor da casa para criações de pequeno porte, hortas e outros plantios para a subsistência”, porque era muito comum o

agregado morar e não ter quintal. As vacas vinham até roer as paredes. Falou-se em 2000 metros pensando em mais adiante aumentar a reivindicação. Mas até hoje a questão da terra é complicada. No governo PT não se avançou na reforma agrária. E as terras que não de enquadram para a desapropriação tem o crédito fundiário para a compra, que é um complemento para a reforma agrária. O crédito fundiário não atrapalha a reforma agrária. Município como Poté, que possui poucos latifúndios e mesmo que existem não se enquadram para a desapropriação, porque passam como produtivos. Então é mais fácil comprar dentro do crédito fundiário. Comprar uma área para a família, ou uma área maior para um grupo de famílias... Mas, mesmo esse não tem sido fácil, burocracia muito grande.

Teófilo Otoni não conheço muito bem. Mas vejo assim a região da Lajinha, Cedro, Potón, pequenas propriedades, muito produtivas. Já tem outras áreas, mais ligadas a Pavão, Ataléia, acho que já é mais latifúndio, mais gado.

A procura maior aos sindicatos é o pequeno proprietário, maioria com título de terras. Os posseiros também procuram, mas o assalariado é difícil porque há muitos que trabalham um período num canto, outro período em outro e muitas vezes ele nem procura. Tem vaqueiros que é mais constante, mas tem muitos vaqueiros que ... sentem que não devem procurar o sindicato. Esse conceito vem melhorando, mas até pouco tempo era muito assim.

Unicidade Sindical, enquadramento amplo. Atualmente temos a unicidade sindical, o problema da proposta de dividir é o aproveitamento dos políticos. Se legalizar a quebra desta unicidade, liberando a criação de sindicatos de cada parte da categoria, alguns vão ser criados por interesses político-partidários. Vários sindicatos enfraquecem a cada um deles. Existem centrais sindicais que defendem a quebra da unicidade sindical, bem como parte do governo. É perigoso quebrar mesmo.

As demandas apresentadas ao sindicato diferem por categoria? Do assalariado em relação aos outros, acho que há muita diferença. O assalariado vem querendo é melhor salário e tem muito pequeno proprietário que trabalha com a família, mas ele usa mão-de-obra assalariada também. Então, ele não interessa para a melhoria do salário dos assalariados. Eu acho esta a diferença: o assalariado não tem o apoio das outras. Eu acho que o posseiro, o meeiro e o parceiro apoiam o agricultor familiar e o assalariado não. Mais isolado. Por isso, ele é menos organizado, também.

Forma utilizada de aproximação com os sindicalizados. A maioria dos sindicatos para fazer assembleia, se eles não colocarem carro para buscar, o associado não vem. Muitos vem assim “é domingo, vou dar uma passeada”. E os benefícios da assistência social, eles chamam mais. E mesmo assim tem que ter transporte, se não tiver poucos vem. Pouca participação efetiva. Se apenas avisar que tem reunião em tal dia, vem pouca gente. Tem que buscar mesmo e quando fala que vem alguém “funcionário da previdência para falar sobre os direitos” aí a frequência aumenta. No “Território da Cidadania”, quando é reunião normal quase ninguém vem. Quando fala que é para montar os projetos aí enche. Reuniões para articular, reivindicar coisas para o futuro, quase ninguém vem. Mesmo nos sindicatos de trabalhadores rurais, se é para pegar um benefício vem, mas se é para organizar, conquistar... Alguns sindicatos tem feito algo para mudar isto, mas é minoria. A maioria estão acomodados e a orientação dos diretores regionais da Fetaemg, tanto Wilson orienta, quanto a Contag também, para abrir os olhos ... Porque esse desconto de 2% do trabalhador rural quando aposenta, ele autorizando descontar 2% do benefício é pagamento da mensalidade. É legal, é um convênio feito da Contag com o INSS. Ele autorizando o sindicato dá ele comprovante mensal que ele está em dias com sua mensalidade. O que a Contag e as federações vem orientando é que há o perigo desse convênio não ser renovado. A última renovação foi no governo Lula, parece que ele vence no ano que vem, e corre um risco de não ser renovado. Se não renovar, o orçamento do sindicato vai lá em baixo. Tem sindicato aí que quase “zera”. Mesmo com essa orientação, poucos tem feito trabalhos para ter renda própria, fora desse desconto. Muitos não trabalha nem a contribuição sindical, que é legal também, porque tem que convencer a pessoa a pagar, mas esse do convênio já vem descontado . É só ir no banco e retirar o dinheiro mensalmente. Tem muitos companheiros nosso que não enfrenta as lutas, nem a de conscientizar a pessoa a se sindicalizar.

Planejamento prévio em relação a demandas especiais? A Contag faz um congresso de 04 em 04 anos para a eleição da diretoria (ano que vem haverá). Intercalando isto (02 em 02 anos) há um congresso de planejamento de 04 anos de trabalho. A federação também faz e orienta os sindicatos a também fazer este trabalho de planejamento em todas essas frentes de lutas. Há alguns que tentam, mas encontram dificuldade e que acabam não fazendo também.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Acho que são uns guerreiros de enfrentar do jeito que enfrentam. Deu uma parada no governo Lula. São lutadores, muito guerreiros e só entra para o trabalho

deles quem tem coragem mesmo. Tenho visitado alguns assentamentos, é uma dificuldade morar debaixo de uma lona daquela, muito difícil. Por aí a gente vê como é necessária uma reforma agrária. Tanta gente precisando da terra e tanta terra sobrando para outros. Nosso movimento tem conseguido ao longo dos anos muitas desapropriações legais pelo INCRA, não faz enfrentamento igual ao MST, de ocupação, mas de procurar legalmente o INCRA e desapropriar. Tem conseguido. Dados mostram que por esse lado legal tem conseguido mais que com as ocupações. Se todos os sindicatos enfrentassem mesmo e acompanhassem este departamento de reforma agrária da federação e da Contag, acredito que tinha avançado muito mais. Mostra para o governo que tinha que fazer reforma agrária, tanto o governo federal como o estadual; mas nós mesmos, o sindicato, fica aí mais ocupado em encaminhar para a previdência ... E se fosse só encaminhar para a previdência bom, mas eu costumo fazer uma crítica aos próprios companheiros nossos de sindicato, que eles tem um negócio de “ah não, tem que fazer vistoria lá na terra, para ver se a pessoa é mesmo trabalhador, se tem a lavoura”, ocupa grande parte do tempo fazendo as vistorias para encaminhar o processo, uma coisa que o próprio INSS deveria fazer, o governo fazer, fica fazendo o papel do governo. E a luta pela terra vai ficando no último plano. Nós temos muita falha do próprio movimento nosso.

Principais bandeiras de luta do MSTTR. Deveria ser primeiramente a reforma agrária. É mais falar no Pronaf, as coisas já conquistadas, conquista do congresso, da Contag, das federações, marcha das margaridas, Grito da Terra e hoje o sindicato trabalha mais em cima dos já conquistados: Pronaf, Luz para Todos, agora habitação rural, a previdência social... tem sido as principais bandeiras de luta.

Sistema confederativo. Eu acho que o município que não tem sindicato, só a federação trabalhar fica muito difícil, acho que é muito importante a “escada”. Não há um mais importante que o outro. O que não consegue resolver no sindicato ou na região de um pólo, tem a federação para dar este suporte a nível estadual, o que não consegue a nível estadual tem a Contag. Acho importante também as centrais sindicais, porque para as coisas que não são só rurais, as centrais tem uma importância muito grande. Por exemplo, o salário mínimo; se fosse só para a Contag lutar por um salário mínimo diferenciado para o trabalhador rural, eu acho que não conseguia igualar com os outros, ficava para trás, porque a maioria dos parlamentares são ligados à terra, empregadores ou comprometidos com os empregadores, não ia querer criar um salário mínimo bom para o trabalhador rural. Então, a central

sindical ela luta pelo salário mínimo para todas as categorias e eu acho que tem muita importância também, além da Contag as centrais sindicais.

Sindicatos e federações podem se filiar à Contag. A Contag foi filiada a CUT, não sei se tem dois anos ou 04 anos, que no congresso se desfilou da CUT. A Contag atualmente não é filiada a nenhuma central. E a Fetaemg é filiada à CTB (central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil). Os sindicatos tem liberdade para se filiarem à central que quiserem, independentemente da Fetaemg. Tem sindicato não filiado a nenhuma central. Aqui na região filiados à CTB tem o de Carlos Chagas. Tem alguns no processo de filiação, mas filiado só Carlos Chagas. Na região havia vários sindicatos filiados à CUT, mas deixaram de contribuir, de participar e automaticamente estão desfilados, ficando sem filiação à central.

Sindicatos tem autonomia para as decisões? Eles são autônomos. Os estatutos dão autonomia aos sindicatos. Questão de mensalidade, valor de mensalidade, a programação de trabalho a ser feita. Ele é autônomo. Os congressos tanto da Fetaemg como da Contag recomendam aos sindicatos a fazerem “tal coisa”, mas não obriga, orienta. (Por isso, a questão das críticas feitas pelo presidente e não seguidas pelos sindicatos).

Avaliação da atuação dos sindicatos, da federação, da confederação. Para melhorar, as direções dos sindicatos mudam muito. Num mesmo ano vários sindicatos tem eleições, pois não são unificadas no que diz respeito às datas de realização. Quando vence o mandato da diretoria faz a eleição. Para fazer um trabalho unificado, bom, que venha a contemplar as necessidades do trabalhador, a Contag e a federação tinha que todo ano dar um curso de formação para diretores. Mesmo os que já são diretores em um ano, no outro ano ele tornava repetir e os novatos iam acompanhar o trabalho. Tem muitos que entram na direção do sindicato às vezes até sem saber a função deles. Sempre as federações dão os cursos, mas por ser um número de 518 filiados, mais alguns não filiados. Mas, para dar um curso para mais de 500 sindicatos é muito difícil. Tem muitos dirigentes que se acomodam, são convocados mas não vão e quem vai são sempre os mesmos. Nas dificuldades, geralmente eles ligam.

Contribuições que podem ser recolhidas pelos sindicatos. A mensalidade social (que é definido o valor pela assembleia), a contribuição sindical e a contribuição confederativa. São só essas três. A primeira sou favorável, tanto quando paga direto no balcão quanto quando paga no desconto do aposentado, 2%. E a que paga no balcão é

de acordo com o que a assembleia aprova. Há até uma recomendação da Contag para igualar 2%, a do balcão ser igual a do aposentado. Mas muito sindicato cobra menos de 2%. A contribuição sindical é imposta, inclusive 20% dela é do governo, ministério do trabalho. Aquela que a gente paga um dia por ano, toda a categoria. A contribuição confederativa, quem paga é o sindicalizado, sendo aprovado em assembleia para o sindicato poder trabalhar esta confederativa. Paga-se uma vez por ano. Agora, a contribuição sindical não é do associado é de toda a categoria, de todo trabalhador, recorre o valor referente a um dia de trabalho por ano. Do sindicato mesmo são a contribuição social e a contribuição confederativa. A social fica só para o sindicato, a confederativa repassa uma percentagem para a federação e outra para a confederação. É só o sindicato que repassa a confederativa, passa 25% para a federação e 5% para a Contag. A mensalidade social é o maior valor é o da social, principalmente o do aposentado que é o desconto feito pelo convênio. Mas a taxa confederativa é uma taxa separada da mensalidade social (esta é mensal). A confederativa é paga uma vez por ano. Com relação às taxas, sou a favor porque se não tiver a confederativa fica sem a confederação e o sindicato com o apoio só da federação aí fica difícil. E essa sindical também vai para a federação, confederação e para o governo. Há uma proposta de acabar com ela, a contribuição sindical. Sou favorável pela manutenção do sistema. A contribuição sindical é que gera aquele recurso do FAT, fundo de apoio ao trabalhador, o recurso que o Senar faz os cursos é também desse dinheiro da contribuição sindical.

A Fetaemg possui algum programa de formação sindical destinado aos dirigentes e/ou associados? Há um departamento de formação sindical, tanto na federação quanto na Contag. Não consegue fazer grande formação, mas tem. Escola Nacional de Formação Sindical da Contag (ENFOQUE?). Agora mesmo eles fazem três etapas. Fica-se uma semana no centro de treinamento da Fetaemg, por conta da Fetaemg e da Contag, é uma escola de formação da Contag. Leva de cada vez cerca de 05 pessoas de cada região, totalizando em torno de 60. Faz uns 03 ou quatro por ano. Este trabalho é feito em todos os estados.

O que torna o STR importante para o meio rural. Sem o sindicato não há uma entidade que represente legalmente perante os patrões, governo. Antes havia a conferência vicentina que fazia uma assistência aos pobres. Existia a ACAR na década de 1950 lá em Poté fazendo um trabalho de assistência técnica e até hoje faz; mas se não tiver o sindicato fica um trabalho muito solto. Uma entidade faz uma coisa, outra faz outra, a prefeitura outra e o sindicato reivindica para que todos

façam um trabalho conjunto. Não consegue, mas um dos objetivos seria esse. O município que não tem sindicato de trabalhadores rurais até os benefícios da previdência social são mais difíceis de chegar aos trabalhadores rurais. A regulamentação para o Pronaf, por exemplo, o sindicato tem uma influência muito grande de ajudar a EMATER-MG indicar quem é do meio rural para adquirir a DAP.

Considerações gerais. Se não fossem os 20 anos que passamos de ditadura militar, poderíamos hoje ter avançado muito mais. Mas há muita gente que ainda vê o sindicato de trabalhadores rurais como movimento comunista. Eu não sei se realmente veem assim ou se falam para amedrontar o trabalhador, para que este não participe e o sindicato não tenha força. Há muitos políticos que fazem também essa conversa para o trabalhador continuar votando apenas neles. Para o trabalhador não votar em trabalhador, pois isto é uma ameaça para eles. Se não fosse o regime militar, que foi muito duro, a coisa hoje poderia ser diferente, podia ter avançado mais. “Tomar terra, comunismo” até hoje usam este argumento. Há 30 ou 40 anos atrás “o sindicato, o PT, uma parte da igreja tá junto é para toda pessoa que produzir tem que trazer os produtos, entregar e armazenar tudo e depois ele vem buscar só a quantidade dele comer mesmo, vai ser assim, o comunismo é assim”. Colocava tanta coisa na cabeça das pessoas e teve um trabalho de TFP, “Trabalho, Família e Propriedade”, chegava na entrada da cidade, com aquelas bandeiras vermelhas e passava na cidade distribuindo folhetos e fazendo pressão contra os movimentos sociais e uma parte da Igreja Católica apoiava. Teve uma campanha “Ouro para o Bem do Brasil”, nos primeiros anos do Golpe Militar, as pessoas entregam as alianças, os cordões de ouro e desapareciam com esse dinheiro. Teve muita coisa, moço. Minas Gerais, não temos deputado. Wilson foi deputado pelo PDT, muitos companheiros nossos que disseram: não voto nele porque ele é do PDT e eu sou do PT. Veio a segunda candidatura dele no PSB, a mesma coisa. Wilson hoje é filiado ao PT. Não temos nenhum deputado estadual, algum federal, mas não de Minas... Minas Gerais é uma política muito difícil.

Avaliação da entrevista. Entendi bem os questionamentos. Eu não consegui foi transmitir.

JLB, 1946, 2ª série, esposa é herdeira da terra.

Levou se ingressar e posteriormente fazer parte da direção. Através de a gente viver isolado a vida toda e sem conhecimento, depois que apareceu esse órgão defensor da classe pequena, fez com que a

gente entendesse que a gente precisava ter um órgão defensor que olhasse pelos direitos da gente. É isto que fez com eu entrasse no sindicato. O que me levou a entrar na diretoria foi o seguinte, foi porque o sindicato funcionou a vida toda com uma diretoria, mas ela não poderia se manter a vida inteira no sindicato, então eu fui escolhido para fazer parte dessa direção e aí eu aceitei e vamos rompendo com eles, fazendo parte dessa diretoria. Estou muito satisfeito porque a gente participando da diretoria tem mais conhecimento das coisas, como que está acontecendo, as escolhas (...) o projetos que às vezes chega, que a gente concorda ou também a gente não concorda e saber o que está passando pelo sindicato. Faço parte a quase 09 anos da diretoria.

Ano de fundação. Não sei se foi fundado ou regulamentado em 1975. Eu posso dizer uma coisa, quando foi fundado o sindicato, que a gente ainda não entendia o que era sindicato, a gente não entendia ainda o que era o PT. Apareceu Padre Jerônimo na região e informou para a gente. “Vocês devem criar um órgão, que é um órgão defensor da classe pequena”. Assim, na comunidade, criar um órgão que esse órgão se chama sindicato, aí ele dizia para a gente assim: vocês são pobres, que ele chegava e fazia a gente as perguntas, perguntava a gente as coisas, a gente falava “ah, padre, a gente não sabe nada”, ele falava “não, vocês são sabidos, vocês sabem muita coisa”. Ia perguntando e perguntando. Vocês andam muito oprimidos, mas tem um órgão que se chama sindicato, criado por uma classe pequena, e quando vocês começarem a criar ele, parece que não vai ser nada não, mas aí vocês se tornam fortes, pessoas competentes para argumentar com qualquer pessoa forte aí. Quando vocês pensarem que não, o sindicato está defendendo vocês de todas as opressões que vocês tem. Quando vocês construírem um sindicato forte vocês terão quem os defenda. Vocês tem advogado por conta, certamente de início o sindicato vai até prometer muita coisa (consulta, tratamento), mas não é quem vai criar ele é que vai resolver o problema, tem alguém que vai fundar o sindicato, mas não é ele que vai organizar tudo, só vai fazer os primeiros alicerces e assim foi mesmo. Daqui da região eu fui o primeiro a participar da reunião. Chegando lá, na reunião falou sobre o sindicato, já tinha criado. Quando eu cheguei de lá, cheguei informando as pessoas que deveriam se sindicalizar. Tem umas duas pessoas daqui que tem as primeiras carteirinhas do ano de 1975, a minha carteirinha é de 1976. Padre Jerônimo foi quem incentivou na região toda.

Problemas mais graves e como o sindicato tem se organizado para combater esses problemas. O problema mais grave que eu estou achando hoje é o escasseamento do povo da zona rural. O meio rural

está, pode-se dizer, sem as pessoas mais no meio rural. Às vezes está até melhor de as pessoas atuarem no meio rural, mas o povo afastou quase todo. Eu acho que o povo, tá até melhor que a 30/40 anos atrás. Tem mais condições de sobreviver. Para mim o problema mais difícil hoje é este. O sindicato tem se organizado, informado muito para isto não aconteça ... Também mantero o que os outros querem, não tem jeito. O sindicato informa, diz que hoje tem direito de segurar o homem no campo, mas as pessoas por falta de entendimento acabam afastando e saindo. A esperança deles, é saindo que resolve o problema. (No que diz respeito a Teófilo otoni) Esta história, que eu estou falando do escasseamento de gente, eu falo da região de Teófilo Otoni mesmo. Até porque lá fora eu não conheço.

Multiplicidade de grupos atendidos. (Numericamente) Eu acho que é quase tudo a mesma coisa. Mas eles acham que deve ocupar mais os assalariados e posseiros para dar segurança a eles no campo. Quem tá na roça deve persistir na roça, não deve ir na cidade.

Unicidade sindical. Para mim um só sindicato, para atender aos trabalhadores rurais. Mas eles se torna uma classe só. Um sindicato que junta tudo. É um trabalhador rural cultivando a mesma terra. O que eu sou contrário é um sindicato laranja, que se diz de trabalhadores rurais mais no fundo defende o interesse dos ricos.

Estratégia de aproximação com os sindicalizados. O sindicato usa a assembleia e reuniões, para se aproximar dos sindicalizados. Reuniões sempre, assembleias (costuma acontecer uma vez no ano). Por sinal, o sindicato de Teófilo Otoni é muito ocupado, muito cheio de problemas. Talvez dificulta participar das reuniões, todos os meses, no meio rural.

Demandas mais comuns. O meio rural é muito cheio de problemas. Uns procuram mais o sindicato no caso de aposentadoria, mas outros também procuram o sindicato através de problemas de conflitos com fazendeiro, às vezes até com outro pequeno ... Isto é de acordo com o estabelecimento de cada local. Outros procuram o sindicato até através da doença...

Como avalia a atuação dos Movimento Sem Terra. Avalio assim até interessante, mas eu acho bastante perigosa. Agora eu acho que quem não tem a terra tem que lutar mesmo pela terra. Agora, eu acho que eu mesmo tivesse que lutar pela terra correndo perigo assim eu acho que eu desistia. A luta é justa, é boa quando a terra está desapropriada, mas na invasão eu não acho não.

Principais lutas do movimento sindical de trabalhadores rurais. A maior preocupação mesmo, no fundo, é que as pessoas lutem por um

pedaço de terra. No fundo, a luta é para segurar as pessoas na terra. É que a pessoa que está seguro na terra, fique na terra.

Sistema Confederativo. Para mim todas as instâncias são importantes. Cada um, tem uns com mais condições de força, mas tudo tem sua importância.

Avaliação da Fetaemg, Contag e Central Sindical. Da Fetaemg nenhuma crítica. Da Contag, também não. Agora acho que a Fetaemg e a Contag tem diferença. As estratégias da Fetaemg é uma e da Contag é outra.

Contribuições Compulsórias. Sou a favor porque ninguém vive sem se alimentar. Como o sindicato vai se manter, toda a reivindicação sem esse dinheiro? De onde sairá este dinheiro, sendo que o sindicato não é uma empresa? O sindicato tem que ser mantido pelos associados.

Sindicato possui programa de formação sindical, de curso. Tem , só não posso explicar para você como, mas que tem, tem.

Porque o sindicato de trabalhadores rurais é importante? É muito importante na vida de cada uma pessoa do meio rural porque o meio rural não tem outro órgão representante. O sindicato foi o primeiro órgão a defender o direito do trabalhador rural. Foi depois de existir o sindicato foi que o trabalhador rural foi respeitado. Não existia respeito pelo trabalhador rural. De primeiro o povo fazia do trabalhador rural é o que queria. O cara trabalhava numa fazenda aqui e ele era mandado embora aqui do jeito que ele (o fazendeiro) queria, quando não era ainda com o coró quente da borracha. Antigamente um cara comprava uma terra na mão de um fulano de tal, quando assustava que não ele estava tomando um pedaço da terra do outro que era pequeno ali. E acabava tomando porque ninguém respeitava ninguém. Era onde eles quisessem. Quando assustava que não o policial chegava aí e fazia era à força. Então o sindicato foi muito importante no meio rural como Deus é importante em todas as áreas. Através do sindicato o povo teve voz e teve coragem, porque o povo não tinha coragem. Sabia que tinha os direitos, mas não tinha voz, tinha medo de falar. Hoje eles falam assim “qualquer coisa eu vou parar lá no sindicato”.

Alguma crítica ao sindicato. Tem muita coisa ainda que pode ser pensada e trazida. Se eu falar para você ... tem que melhorar quase todas as áreas. Mas quero dizer para você, que existe muita coisa ainda que eu até acho que só chega ainda se o sindicato tomar parte. O governo faz as coisas para o povo, mas tem que ter pessoas para fazer chegar até o conhecimento deles lá; o governo não tinha o conhecimento do sofrimento todo que o povo passava porque não tinha órgão nenhum para olhar. Só através do sindicato. Porque política... E nada existe sem

a política, mas a coisa mais trançada para engabelar o povo é política. Se dependesse de político (...) Sabe que ainda existe alguma coisinha porque viu que o povo começou a abrir o olho e o sindicato começou pisar em cima e aí os políticos ... Hoje ainda eles fazem alguma coisa porque as pessoas aprenderam a cobrar, falar, através do sindicato elas aprenderam a reivindicar seus direitos de falar. Eu acho que o sindicato precisa abrir o olho e enxergar mais longe, para trazer mais conquistas. Só chega através da cobrança, porque tudo que vem até hoje é depois que o sindicato fez a cobrança, exigindo, lutando. O povo acha que os direitos conquistados veio de mão beijada. Não veio de mão beijada, não. O direito conquistado que os trabalhadores tem foi com a luta forte do trabalhador rural junto com o sindicato. Lembro bem que o povo de primeiro quando aposentava ganhava meio salário. Com a luta o povo conseguiu 01 salário tanto para o homem quanto para a mulher, mais isto foi uma luta difícil. “ Eu acredito que o mundo será melhor, quando os pequenos que padecem acreditarem nos menores”. Porque o povo só acreditava, até hoje acredita, só na voz do rico, do grande. Quando o pobre falava eles não acreditavam. Votam em qualquer um e nunca tem um representante, nem federal, nem estadual nem municipal. O povo não sabe votar. Toda vez que tem uma política a gente diz: vamos votar, saber votar. O prefeito é ruim porque na hora de votar você não soube.

Compreendeu os objetivos e se entendeu as perguntas feitas. Compreendi sim. Se eu respondi errado, mas eu entendi.

JB, 28 anos, 7ª série incompleta, filha do proprietário.

Ingresso e direção do sindicato. É uma forma de defender o trabalhador rural e a gente deve estar ligado com aquilo que realmente defende o trabalhador rural. Esse foi o motivo de a gente estar junto com o sindicato. A forma de trabalhar também, em prol de ajudar outras pessoas que também são trabalhadoras rurais, mas que não tem conhecimento de seus direitos.

A quanto tempo na diretoria. Janeiro de 2012, 11 meses.

Fundação. Em 1975. Por que? Não sei.

Quais os problemas mais graves da zona rural no Brasil e como o MSTTR tem enfrentado isto? Na nossa comunidade a gente não vem enfrentando nenhum problema a este respeito. Acredito que tem lugares que tem sofrido, pessoas que trabalham assalariado para fazendeiro mesmo que às vezes não tem esta disponibilidade que a gente tem de conhecer os seus direitos e às vezes por causa disto ficam prejudicadas e o sindicato esta aí para ajudar a defender os direitos dessas pessoas.

Buscar os direitos... Agora tanto não, mas antes tantas pessoas sofriam, trabalhavam, às vezes morriam em seu serviço trabalhando para fazendeiro e não tinha reconhecimento daquilo. Então, hoje em dia não, o sindicato tem essa visão de ajudar essas pessoas e a conscientizar os trabalhadores rurais dos direitos que eles têm.

Problemas mais graves da zona rural de Teófilo Otoni. Eu ainda não vi essa visão de ter assim, enfrentado problemas. Nosso único problema, às vezes, é partidário. As pessoas partidárias que quer se achar no direito de estar comandando o sindicato. Graças a Deus que isso não aconteceu, fomos eleitos, bem votados até o que impossibilitou essas pessoas de estarem lá com a cúpula deles para tirar o direito dos trabalhadores. Graças a Deus o sindicato tem conseguido avançar bem a zona rural. Em termos do que a gente produz tem o sindicato para ajudar a levar a entregar. Acredito que tem a melhorar mais, mas eu acredito que está bom.

Enquadramento amplo. Eu acredito que o sindicato em si, dos trabalhadores rurais ele abrange todas essas áreas. Ele tem capacidade de alcançar e defender todas essas áreas aí. (Se mexesse) Ia mexer na estrutura no sindicato e aí ia dividir, o pingo aqui, outro pingo ali e ia atrapalhar no crescimento geral do sindicato.

Qual categoria mais demanda o sindicato? Não tenho base.

Estratégia de aproximação. Em reunião, a gente reúne com as pessoas e passa para eles e eles assim compreendem que tem que se sindicalizarem. Lá em Teófilo Otoni, quando é mês de junho tem a prestação de contas e também no mês de novembro, é a assembleia, que mostra o nosso trabalho para os associados. E às vezes, nós, agora que tem o diretor, eu sou diretora, a gente sempre tem buscado trazer o sindicato para cá. Ao invés de a gente sair para lá (para T. Otoni) para falar, eles virem para cá para esclarecerem para as pessoas que ainda não tem aquele reconhecimento sobre o sindicato.

Demandas mais comuns. Às vezes é para defender os seus direitos e também ter seus direitos como a aposentadoria, salário-maternidade, auxílio doença, tudo isso tem beneficiado as pessoas que são associadas.

São 13 diretores, incluindo os suplentes. São três efetivos (presidente, tesoureiro e secretário), fiscal, delegados e conselho fiscal, suplentes.

Planejamento a respeito de demandas a serem atendidas. Deve ter, mas não tenho certeza. Quem lhe dá mais com isso são os efetivos. Eles podem responder melhor.

Movimento Sem Terra. Olha, eu nem conheço a luta dos sem terra. A gente tá só começando.

Principais bandeiras de luta do MSTTR. Tem agora o Grito da Terra, o Programa “Minha Casa Minha Vida”, o projeto para as pessoas carentes da zona rural. Sempre tá brigando por isso. Também tem as comissões que vão para Brasília defender a ideia do sindicato se dividir. A Fetraemg parece que queria essa divisão, fundar um outro sindicato para os trabalhadores rurais, sendo que a gente já tem esse que representa. Então, a luta deles é esta, para não deixar que as pessoas se enganem a respeito disto. A Fetraemg que queria abranger um novo movimento sindical. O sindicato tem buscado melhorar para o trabalhador rural, quem precisa de melhora é o trabalhador rural, não são as pessoas que estão na situação mais alta que o trabalhador. É isso que eles sempre tem defendido, o direito de o trabalhador ter o seu lugar; que ali é o lugar nosso. Através de nós eles tem a possibilidade de buscar a solução dos problemas deles.

Sistema Confederativo. Eu nem sei como te responder porque a gente não tem ainda aquele contato de conhecer as outras federações. Não tive tempo de estar estudando assim. Mas eu acredito que é a mesma importância.

Avaliação da Fetraemg e Contag. Não tenho crítica nem sugestão.

Unicidade Sindical. Sou a favor porque se fizer uma aqui e outra ali, aí a tendência é não crescer. Porque divide e às vezes não tem pessoas suficientes para dar continuidade para aquilo que começou.

Contribuições. Sou a favor porque consegui meus benefícios: auxílio-maternidade, sou pensionista; então eu reconheço dentro disto aí que o sindicato tem atendido realmente aquelas contribuições que a gente tem feito. Sem contar que tem advogados para poder defender a área do trabalhador.

Sindicato tem programa para a formação de dirigentes e associados. Não tem.

O que torna o sindicato importante para o meio rural. É o ponto de apoio que a zona rural tem e buscou tanto e hoje encontrou. Ou seja, é um ponto de apoio.

Sugestão para melhorar do sindicato. Acredito que ainda vá melhorar muito. A gente vai estudar a melhor forma de como isto vai melhorar. Acho que está bom o sindicato hoje, para nós que conhecemos e vimos o sindicato bem anterior; vimos o crescimento e acredito que vá melhorar ainda mais.

Avaliação da pesquisa. Entendi.

MLA, 1972, 1º grau completo, meu marido é empregado da fazenda e eu, comodatária (o que eu faço é para mim)

Ingressar no sindicato. Na verdade eu sou de uma família sindicalista. Meu pai em toda vida foi ligado ao sindicato. Não era delegado, não era diretor, não fazia parte do sindicato diretamente; mas sempre foi filiado ao sindicato e sempre nos incentivou a isso. Meu pai era um grande guerreiro na região que nós morávamos, na Poaia, que era município de Teófilo Otoni. Tudo que ele fazia era para ajudar os outros, não parava um minuto dentro de casa, ajudando os outros. Então, parece que a gente traz isso no sangue e tudo dele era sindicato, tudo que ele fazia era para o sindicato e viveu a vida inteira assim. Então, eu via meu pai fazendo isso e acabei, quando eu me casei, que a gente veio para a roça, eu falei: a primeira coisa que eu quero fazer é me filiar ao sindicato. Aí me filiei. O que me levou a fazer parte da direção foi pelo fato de a gente viver aqui em uma comunidade muito isolada. A gente não conhecia os direitos que a gente tinha, muitos trabalhadores passavam de hora de se aposentarem sem saber que tinham direito à aposentadoria, as mulheres sem saber que tem direito ao salário maternidade, sem saber que tinham direito ao auxílio-doença; então, foi isso que me levou mais a fazer parte da diretoria. Aí comecei a me reunir com esse povo, assim de pouquinho, começou de 05, 10 e até consegui reunir a comunidade toda. Aqui podia contar nos dedos quantas pessoas tinha filiado no sindicato; hoje em dia, se tiver muito, são 10 não filiados e graças a Deus, praticamente a comunidade inteira, está filiada. Faço parte da diretoria do sindicato a 12 anos.

Fundação. 1975 e reconhecido em 1976. Motivações para a sua fundação. Não sei. Meu pai ná época, ele se filiou ao sindicato, ele sempre falava é que tinha um Funrural e as pessoas se filiavam para ter direito a uma consulta médica. Então, isto é que levava muito gente a se filiar. Meu pai se filiou por causa disto, porque ele adoeceu na época e aí não tinha como tratar nem nada e por isso que se filiou, e acabou ficando e eu acho que puxando a família quase inteira.

Instituição que ajudou na fundação. Não me lembro.

Problemas mais graves da zona rural no Brasil e como o sindicato tem se organizado para enfrenta-los. Eu acho que a dificuldade maior na zona rural é a educação e a saúde. A gente tem as estratégias sim. Tanto que teve um, acho que em 2010, o sindicato até contratou um médico, clínico geral para estar atendendo nas comunidades rurais. Então esse médico a gente agendava com as pessoas, ele vinha, atendia, mas a gente acabou barrando de frente com a prefeitura, que num tava (...) O

médico vinha, fazia aqueles pedidos de exame, dava a receita médica; quando a gente ia marcar os exames barrava na prefeitura e não conseguia. Então, isso aí o sindicato tentou ajudar os trabalhadores, mas parou por causa dessa dificuldade e assim, todo trabalhador rural, que chega lá no sindicato, que está com alguma dificuldade para comprar um remédio ou mesmo até para passar no médico, o sindicato ajuda da melhor maneira que puder. Ajuda e muitos trabalhadores é assim, muito consciente disso e volta para agradecer e está sempre nos ajudando da maneira que pode.

A mesma coisa em nível de Teófilo Otoni. Olha lá se não for pior.

Enquadramento amplo. Sou a favor do jeito que está. Tem que ser assim porque se for dividir isto aí, isto levou até a gente a discutir na diretoria, até o próprio trabalhador vai ficar desorientado, qual segmento que ele vai pertencer. Eu sou contra. Para mim tem que ficar do jeito que está.

Forma para a aproximação com os sindicalizados. Tem as assembleias, as reuniões nas comunidades, visitas, isto tudo faz parte. Assembleias são duas por ano e tem as assembleias extraordinárias. Reuniões nas comunidades é direto. Agora mesmo nesta época agora, eu acho que está tendo reunião em cada comunidade é 03 vezes por semana. Agora mesmo você vai no sindicato terça, quarta e quinta-feira que você não acha Renato, que está fazendo reunião.

Demandas mais comuns apresentadas pelos sindicalizados. Benefícios previdenciários e demandas, tem muita.

Visão com relação ao MST. Vejo o MST dos dois lados. Vejo como positiva e vejo como negativa. É assim uma coisa meio complicada, porque a gente não faz parte, então fica até difícil de dar uma opinião. Acho positiva pela maneira que eles se organizam e levam os trabalhadores a ocupar esta terra. Acho negativa porque eles colocam os trabalhadores lá e não dão a assistência que tinha que dar.

Principais bandeiras do MSTTR. Nesse ano mesmo, acho que foi no mês de maio ou junho, estivemos em Brasília, no Grito da Terra, este ano foi o 7º que eu participei e todas as vezes lá, são tantas, mas essa vez agora a gente estava lutando e gritando pressionado o governo lá a respeito dos assalariados e das demandas de terra. Parece que o tema maior foi esse.

Sistema Confederativo. Todas as instâncias tem a mesma importância. O sindicato não anda sem a federação e esta não anda sem a confederação.

Fetaemg e Contag, alguma crítica à forma de atuação? Não. Avalio positivamente as duas e o movimento sindical em geral.

Contribuições Compulsórias. Há duas contribuições: a contribuição sindical e a contribuição confederativa. A contribuição sindical é essa que é obrigatória o trabalhador pagar, que todos nós pagamos. A contribuição confederativa é aquela que vem, que quem acha que tem que pagar, paga, quem acha que não, não paga. É a dos sindicalizados. Essa contribuição sindical, essa daí é dos sindicalizados e todos nós temos que pagar, todos nós lutamos e fazemos as reuniões, explicamos direitinho e os trabalhadores, todos eles filiados pagam. A contribuição confederativa é que não. Paga quem quer pagar. Não é obrigatória. A contribuição sindical é obrigatória. É só para o trabalhador rural e o empregado rural assalariado. A contribuição sindical todo mundo paga é a contribuição confederativa é que não. A contribuição confederativa paga quem quer. Para falar a verdade eu não pago, eu acho que poucos diretores pagam; só mesmo Renato, que ele acha que (...) Não sei quanto que a confederativa vem cobrando. A mensalidade é o que os filiados pagam todo mês. Esta contribuição sindical ela é dividida que ela vai para a Contag, a parte maior; outra parte para a federação; outra parte para a CNA; outra para o Senai e vai dividindo aí. A contribuição confederativa quem paga são os sindicalizados, mas não é obrigatória. Esta confederativa é para a federação.

Programa de formação sindical e aos associados. Não. Depois que eu estou na direção, nunca vi não.

O que torna o sindicato importante para o meio rural. Eu acho que é a diretoria desenvolver um bom trabalho e estar empenhada sempre em ajudar o trabalhador. Para defender nossos direitos, o direito do trabalhador rural, nossos direitos depende do sindicato. Eu mesmo eu tive três filhos morando na roça e não sabia que eu tinha direito ao salário maternidade. Perdi tudo. Nunca tive salário maternidade, nunca tive nada porque quando eu ganhei meus meninos não chegava informação nenhuma aqui e ninguém sabia de nada. Foi mais essa revolta que me levou mais para o sindicato e lutar pelos meus companheiros, parentes, amigos, que eu fui nascida e criada aqui na região.

Avaliação da pesquisa. Compreendi os objetivos. Para mim explicou, só que eu não sei se eu consegui responder do jeito que você queria.

RRP, 15/06/1955, 1ª Série, Agricultor Familiar (proprietário, mas só através do formal de partilha)

Levou a se ingressar. Quando eu entrei no movimento sindical, 1975, no período que eu me filiei ao sindicato, já com participação no movimento, representando o sindicato na minha localidade (aquele que ajuda na resolução dos problemas da comunidade, para estar encaminhando junto ao sindicato, já me filiei ao sindicato já fazendo parte, não como diretoria, mas como pessoa de ligação lá na ponta). Quando eu fui ao sindicato naquele tempo que, por exemplo, o sindicato foi criado através da campanha, da Igreja, principalmente a Igreja Católica, que teve um padre que foi o mentor - que o sindicato era importante para os trabalhadores rurais porque era uma organização da categoria porque nesse período a gente nem sabia o que era sindicato - então a gente começou a trabalhar através de informação e reuniões com o padre e ele acabou convencendo de que a gente tinha essa necessidade de criar o sindicato. Na realidade, quando eu entrei já tinha criado, foi mais cedo um pouco. Logo que ele criou aqui, espalhou pelo município através dessas correntes da Igreja. Nas comunidades já tinha um trabalho da Igreja, e aí o padre falava da importância e, assim, foi muito focado naquela época sindicato na área de saúde, porque ninguém sabia que existia este direito da saúde, então a gente começou esse ingresso no movimento sindical interessado a ter mais próxima a saúde.

Diretoria eu faço parte a mais de 20 anos. Como diretor efetivo agora tá fazendo 14 para 15 anos.

Fundado em 09 de março de 1975. Reconhecido em 15/08/1975. A saúde era um dos objetivos, mas falava muito da organização da categoria, que não havia e tinha que organizar, criando uma estrutura própria: fazendo a carteirinha, essas filiações. Em primeira linha foi a Igreja, agora quando a Igreja começou aí veio as outras organizações. Inclusive eu tinha aqui em minha mesa fotografias desse período. Hoje o reconhecimento demora mais. Porque nosso sindicato não foi o primeiro, o primeiro criado no Estado foi em Poté. Foram eles que pegaram o peso, foram os primeiros, receberam as cacetadas, foi o início, seu Joaquim de Poté foi preso. Já depois desse período de fundação e de mobilização no campo, aí já começou... Por exemplo, o sindicato foi um dos primeiros a mobilizar a questão das vacinas no meio rural, o sindicato levava as pessoas aos agentes que cuidavam dessa área no meio rural; muito trabalhado a questão da EMATER, naquela época ACAR, LBA, que era uma organização que tinha no meio

rural; nossa comunidade, por exemplo, foi beneficiada muito com projetos conduzidos pela LBA, junto à EMATER, aos sindicatos. Tinha essas coisas, mas não era abrangente no município, era as comunidades que tava mais organizada, era as que tava conseguindo nesse tempo porque haviam várias comunidades, mas que falavam de organização eram poucas, a nossa era uma que começou ter essa forma de organização. Até que foi organizada nossa associação em 22/07/1978, em São Julião II; em que meu pai foi presidente, depois eu fui presidente por uns dois mandatos. A gente conseguiu erguer um centro comunitário... O trabalho era muita gente, agora diminuiu muito. O êxodo rural tem trazido esse vazio no campo. Comunidades que a gente tinha um grande público hoje está muito reduzido. Não temos aquelas reuniões grandes, 100/200 pessoas .

O que impulsionou o sindicato a estar iniciando seus trabalhos. São vários fatores, mas a principal questão, que foi a política foi a saúde. Porque nós chegamos a ter problemas, porque na época que começou o sindicato era lá em baixo na avenida Israel Pinheiro, eu conhecia primeiro no beco da Alexandre Matar, de lá veio para a avenida Israel Pinheiro, e lá a gente sempre estava no sindicato. Naquela época para participar do sindicato a gente até vendia coisa da gente para poder vir aqui participar porque a gente achava que era tão importante que fazia esse sacrifício. No sindicato eu tinha de manhã uma fichazinha para ir para o Funrural, que era ali ao lado da cooperativa dos fazendeiros. (Anos de 1978/1979) Lá quando o trabalhador chegava lá, com aquela ficha de sindicato, eles falava era a “fila de seu Sílvio, entra na fila de seu Sílvio”, que era o presidente do sindicato naquela época. A pessoa entrava naquela fila de seu Sílvio e a outra fila que vinha acompanhada pelos patrões, era outra fila separada “fila do Funrural”. Como lá havia uma limitação de atendimento eles atendiam esta última primeiro. Se sobrasse uma ou duas consultas eles chamavam aquela. A pessoa saía da fila e voltava outra hora. No outro dia a fila tava grande de novo . Fez essa divisão e aí o movimento sindical por si não reagiu, aí acho que foi o erro da gente, porque a gente tava começando e não tinha nada de conhecimento da coisa, ia tocado pelo vento... Chegamos a ter um público muito grande nessa época, quase 8 mil trabalhadores sindicalizados, avançou mesmo, mas sem conhecimento. Aí foi o erro, porque se o trabalhador tivesse avançado menos, mas com conhecimento, a coisa não ficaria desse jeito. Aí muita gente deixou de pagar o sindicato porque aí quando viu que a saúde não era o que falou aí ele começou a esmorecer: uns rasgava as carteirinha lá, jogava, achando que ele tava fazendo um desabafo, tava atrapalhando

o próprio andamento da organização. Hoje não é mais isso, a questão da saúde e o sindicato passou a entender também que num é um dos objetivos do sindicato, não era isso, aí o trabalhador começou a pensar diferente e hoje nem mais o trabalhador vê o sindicato para essa área, foi superado. Agora a saúde virou para a previdência. Também foi a luta do movimento sindical, porque eu lembro, nessa época, nós começou o movimento sindical também a luta a nível nacional para os direitos dos trabalhadores; porque aí isso foi muito importante. A gente aqui nesse sindicato a gente muitas vezes pegava assinatura naquela época do processo para transformar o direito do trabalhador, de meio para 01 salário; para os dois da casa (já que era para apenas um); a idade que era de 65 a gente tinha uma pauta de reivindicação de 50 para mulher e 55 para o homem e a gente conseguiu trabalhar esta organização no período até a reforma de 1988. Em 1988 que a reforma caiu aí nós conseguimos esse avanço que a gente já vinha discutindo nos congressos, no movimento sindical, nas plenárias e aí conseguimos negociar lá no congresso que passou a ser um salário para o aposentado e para os dois na casa e passou a idade que era de 65 para 60, no caso do homem e para a mulher para 55. Não ficou a pauta do jeito que nós queria mas pelo menos negociou aí um pedaço. Tirou 10 anos para a mulher e tirou 05 para o homem. A questão da saúde dessa forma não estava mais discutindo da forma que foi o início, que este foi mesmo focado na saúde mesmo.

Padre Jerônimo, foi o padre português que auxiliou aqui no início. Ele percorria quase todos os municípios inteiros. Fazia atendimento nas comunidades de Teófilo Otoni, mas mais na nossa região que ele atendia. Os outros padres atenderam outras comunidades, mas eu não os conheci. Eram padres da paróquia e não faziam parte de nenhuma ordem religiosa específica (franciscanos, por exemplo).

Não me lembro se alguma entidade tentou dificultar esse processo inicial porque quando cheguei já havia sido feita esta movimentação inicial.

Demandas, era mesmo saúde.

Número de sindicalizados. No início teve um crescimento muito alto, que se reduziu porque chegamos a um período de um arquivo muito cheio com poucos trabalhadores o mantendo. (1996) 16/17 anos para cá, veio tendo as mudanças e veio retornando, por exemplo, hoje nós temos uma demanda de filiação ativa; porém não temos toda aquela procura inicial. Muitos trabalhadores que hoje permitem ao perímetro urbano, reconheceram que o sindicato tem um valor e vem pedir ao sindicato a filiação. Fazemos um pedido e depois fazemos uma

sindicância para ver se realmente ele está exercendo aquela atividade ou não, para não correr o risco de fazer o sindicato inchar e na apuração ter esse problema. Além disto temos o meio rural com maior participação sindical hoje. Quadro de filiação em torno atualmente de 4000 a 5000 filiados, mas temos grande número com tendência de regularização de arquivos. Porque às vezes filiou nos últimos 04 anos, mas não tem aquela sequencia de sindicato, acabamos perdendo essa mobilização de ele estar na ativa, participando do sindicato, pagando sua mensalidade, ajudando reivindicar, isto aí temos público menor que faça isso. Um exemplo, da nossa última eleição no quadro social temos um público que tá fazendo acontecer as coisas agora é o aposentado. Público mais seguro, faz o desconto é direto e aí ele... A gente tem um público grande nessa área. Os outros filiados ele é menos, está em torno de uns mil e poucos associados que estão na ativa mesmo, mensalmente, pagando e mantendo o sindicato; aposentados 3000, 3 mil e pouco. De 2000 até 2012 a tendência foi de aumento do número de sindicalizados; mas aumento nesta proporção de pessoas que entraram mas... Por exemplo, na ordem estatutária nossa o associado é considerado “ativo” quando a sua mensalidade está acima de 90 dias, acima de 90 dias já está ficando fora do quadro de “trabalhador ativo”. Mas aqui a gente não faz muito essa exigência não porque (...) Às vezes chega gente que está devendo um ano, dois, a gente tá atendendo do mesmo jeito, não faz essa diferença. Muitos procuram e dizem “quero pagar meu sindicato que seu estou devendo aí um muncado de anos e num tenho como pagar de uma vez, ocês parcela para mim?” Eu falo: eu não parcelo nenhuma parcela para você, quem parcela seu sindicato é você mesmo. Você que é dono, que sabe a parcela que pode pagar. Se a gente colocar parcela impomos a condição dele de pagar. Dentro da possibilidade de cada um. Eles ficam até satisfeitos, porque a condição é dada a ele.

Acontecimentos que influíram na variação do número de sindicalizados. A gente não teve não. O sindicato vem sempre mantendo esse quadro tranquilo. Por exemplo, se pegar as atas de assembleias com livro de presenças, associados com condição de voto é sempre 300 a 400; isto não baixou. O quadro de sócios autênticos ele cresceu. Nas atas anteriores encontrávamos livro de presença com 20, 30, 50 trabalhadores e passamos a ter o quadro de 300/400 trabalhadores com condição de voto. Cresceu e manteve esse equilíbrio, não foi mais para além. Só na eleição, que aí é um trabalho mais forçado chegamos em condição de votar 3000 e tantos associados, entre o não aposentado e o aposentado. Percebemos que o público cresceu (nas eleições). O público maior são os aposentados.

Problemas mais graves do Brasil como um todo e como o MSTTR tem se organizado para enfrentá-los. O campo continua a nível de município, Estado, Brasil; eu vejo que a educação ela contibua bastante atrasada, a saúde também é um fator que está deixando a desejar. Melhorou muito depois que criou esses programas da agricultura familiar, com relação à agricultura melhorou bastante, mas tem ainda que melhorar mais; o sindicato, esse carro que você está vendo ali, a Pick-up, a gente comprou para prestar assistência aos agricultores familiares que (...) Eu sai 05:00 já fui à comunidade dela, panhei o produto, a entreguei lá na feira; fui no acampamento dos Fritz, panhei e levei à feira coberta do Bela Vista; para eles venderem. Sabemos que existe a produção mas (...) Por exemplo agora, existe no nosso município a “Associação Frutos da Terra”, que foi criada, demos total apoio, o sindicato que está organizando a agricultura familiar, está vendendo para o PNAE, já um público deles, organizado para isto e a gente está vendendo que tá indo. Ainda tem muito o que melhorar para segurar o homem no campo, que a gente tem muita deficiência, principalmente estradas. Fui hoje nesta comunidade, está feio. Qualquer chuva que tiver já está quase incapaz de transitar no meio rural. Para o meio rural e desenvolver é preciso que os nossos governantes que olhem muito o campo, principalmente no que diz respeito às estradas. Com elas você é capaz de ir e vir e conduzir todo o processo, mas sem estradas não se vai a lugar nenhum. São três coisas que tem que estar consorciados para que o desenvolvimento sustentável permaneça: a estrada, a saúde e a educação. Esses três pontos trabalhados em conjunto, aí vejo que o meio rural pode ter uma sustentabilidade permanente. Mas ainda não está trabalhando, um ou outro lugar que a coisa anda, e quando anda um, o outro não anda. Então, os três se ajuntarem, eu acredito que vá assegurar. Esses três fatores no que diz respeito ao município, Estado e país ainda não tiveram consorciamento de trabalhar junto mesmo. Se tivesse, a gente estava avançado. Porque existe a produção, mesmo ela pouca de cada um, mas quando chega a uma comunidade que você olha o cacho de banana de um, com a mandioca do outro, com a abóbora do outro, que se você tiver um trabalho de mobilização você consegue melhorar a economia de cada um, que aí que eu vejo o ponto positivo desse programa do PNAE e até mesmo da CONAB hoje, que ela também está instalada aí para prestar esta assistência, porém não está ainda de forma bem preparada para o campo. Por exemplo, aqui em Teófilo Otoni, a CONAB não recebe de Teófilo Otoni; os agricultores não estão ainda capacitados para a produção, porque, se olhar na produção vai encontrar mais produção de

leite, principalmente nossa região, mais leite que agricultura. Mas ele leite que o pequeno produtor está produzindo ele não está comercializando dentro dos programas corretos. Por exemplo, aqui não compra o leite do pequeno produtor, compra da cooperativa que em si ela é de um grupo maior, não é do agricultor familiar. Se a CONAB tivesse recebendo o leite do pequeno (...) Também vem a falha, porque o pequeno também deveria se organizar em nível de cooperativa, ou de associação, sindicato, pra estar industrializando seu produto, porque não existe a comercialização do leite sem industrializar. Mas já tem comunidade, como o Cedro que já está mais envolvida, há um grupo de produtores que eles estão pensando em trabalhar isto para o futuro. Se isso acontecer vai ser bom, principalmente no nosso município; estar passando o leite principalmente do pequeno ele estar também inserido na merenda escolar, aí o ganho para o agricultor vai chegar.

Problemas que eu vejo é dentro disto, se nós não fizermos essa conjuntura do desenvolvimento os problemas continuam. Por exemplo, naquele trabalho que nós estamos fazendo, ontem tivemos em duas comunidades “Programa Minha Casa Minha Vida” e a gente está vendo as dificuldades que há para instalar este programa. Não vai ser de uma noite para um dia que isso vai acontecer. Nós falamos “estamos fazendo o primeiro pré-cadastro, não fiquem ansiosos e é daqui a 30, 60 dias que vai começar o projeto, pode demorar um ano, dois, dez, mas nós estamos começando”, este é o procedimento: começar, agora quando vai ser executado isto vai depender muito da organização e a gente vê que a organização está muito distante ainda. Para se chegar às propriedades, aos pequenos proprietários, que nós tivemos um período aqui de cadastramento das propriedades rurais para fazer o título que vai ser dado pelo governo, só que o projeto começou e parou. Temos um grande número de títulos que estão parados, que no “Programa Minha Casa Minha Vida” vai ter problema porque a pessoa tem o terreno dele, mas não tem documento nenhum. Esse documento começou e não terminou, há uma necessidade agora de o sindicato começar a fazer esses contatos com o ITER para descobrir como está o projeto, se tem condição dele desenvolver o mais rápido possível, pelo menos na região pelo motivo de a gente estar trabalhando o programa ou se não, se eles simplesmente (...) só começou e não vai dar certo.

Categoria predominantemente atendida pelo sindicato. Nosso público é o pequeno proprietário, o meeiro, o posseiro, o arrendatário, o comodatário, assalariados rurais. O pequeno proprietário existe em grande número, mas informal. Documento. Nós não temos esse atendimento anotado quem é agricultor familiar pequeno proprietário

com documento, quem é agricultor familiar que é posse, que é meia, arrendatário, nós não temos esse quadro específico. Está tudo misturado. Tem esses públicos tudo aí. Há mais posse que propriedade legítima.

Opinião sobre enquadramento sindical amplo. Há gente que briga pela pluralidade sindical. Eu vejo que essa unidade ela é uma base de fortalecimento, quanto mais a gente tem público unido defendendo um só objetivo, é mais forte porque não adianta eu ter um grupo que defende só a posse, outro que defende só o proprietário, outro que é o assalariado, aí a gente vai perdendo a força. Então, vejo que essa unidade aí é o que eu votaria.

Alguma diferença significativa entre as demandas apresentadas por cada grupo. Não tenho base disto. Tudo misturado.

Forma da aproximação com os sindicalizados. A forma de contato hoje é só mesmo através de associação nas comunidades e divulgação no rádio. Muitas vezes quando precisamos de comunicar com os trabalhadores a gente põe e publica no rádio e também nas comunidades a gente tem as associações, através de pessoas que tem esse contato com o meio rural. Dá uma sentada com pessoas que a gente tem nas comunidades, referência. Eles sempre vem ao sindicato, sempre tem esse contato.

Demandas mais comuns apresentadas. É mais na área da previdência e as questões mais (...) A gente atende muito as rescisões, questão de finalização de trabalho do trabalhador, que eu nunca desejaria que o sindicato entrasse que são as rescisões, mas infelizmente tem dia que são três, quatro; em uma semana acontecem 10 então é um quadro que se apresenta bastante. Nós hoje atende muito (...) Nós temos um setor jurídico que atende muito na questão, ações diversas... Trabalhista, possessória, até mesmo na previdência que tem processo que acaba sendo conduzido via advogado mesmo, porque essas questões são complicadas. Então tem essas outras ações que o sindicato tem prestado. A questão de legalização de terras, usucapião, inventários (que sempre está acontecendo), divisão de terras... Esse quadro ele existe no sindicato com muita frequência. Não é um trabalho dia a dia, mas frequentemente está aparecendo.

Algum planejamento elaborado referente às demandas primordiais. A gente tem determinadas ações, quando ela é coletiva ela é maior prioridade, que a gente está atendendo um coletivo. Até mesmo coisas que a gente faz fora do trabalho horário de ajudar comunidade, por exemplo, a comunidade tem necessidade de construção de uma ponte, agente sempre está fazendo parceria até com a própria agricultura para aquilo acontecer. Nós tivemos já uns 02 pontes nesse ano

construídas com parceria, a estrada e mesmo a acomodação nas comunidades, por exemplo, um posto de saúde, essas coisas que o sindicato possa desenvolver junto com a comunidade, centro comunitário... Essas coisas tem sempre prestado uma assistência também, o trabalhador rural.

Movimento Sem Terra. A gente e o moimento sem terra a gente não é inimigo, mas também não somos parceiros de trabalho, essa coletividade nós não somos porque eles tem a meta deles, a gente tem a da gente. Mas, eu enxergo também dentro do movimento sem terra os objetivos que são: adquirir a sobrevivência, tudo aquilo que é uma luta de sobrevivência é valiosa. Seja de que maneira for, mas é valiosa. Só não sou a favor e não parabenizo quando um movimento venha pra destruir todo um processo de (...) Eu, por exemplo, vi aquele movimento destruindo propriedades, plantações, aquilo eu não sou muito favorável aquilo não. Ali está muito fora da sobrevivência, porque se eu luto por ela já estou mostrando violência, não é a sobrevivência. Agora aquele que luta pela sobrevivência, que quer plantar, colher, alimentar, esta luta aí sou favorável.

Bandeiras atuais do MSTTR. A nível nacional, nós já temos essa bandeira de luta que é a permanência do melhoramento da agricultura familiar. Porque é essa que é a sustentabilidade do campo e da cidade também. A cidade sem o alimento jamais sobreviveria. Essa é uma bandeira que cabe a toda a sociedade estar batalhando. Aí vem o PRONAF, por exemplo, é uma bandeira de luta que a gente tem que permanecer defendendo o PRONAF (onde que o agricultor começa a se desenvolver) e hoje o que eu vejo como bandeira de luta que a gente está encarando como bandeira de luta é o Programa Minha Casa Minha Vida, programa do governo federal, mas que foi através das organizações nossas que chegou para o meio rural, chegou para os agricultores familiares também o programa. Não é um programa que foi criado pelo governo federal direto para os agricultores familiares. Foi demanda do movimento sindical. Até o valor que era de R\$ 15000,00 para R\$ 25000,00 foi uma demanda nossa. A gente tem como prioridade hoje agregando os valores do agricultor que até mesmo essa criação de associação é uma bandeira de luta, que a associação foi criada, é um braço do movimento sindical. A gente busca estas alternativas porque é uma bandeira de luta de sobrevivência da agricultura familiar. Já não falando das outras coisas que a gente está sempre falando e lutando que é a saúde, a educação, que tem que fazer parte desse quadro, que não tem jeito. Se não fizermos essa combinação de trabalho, a bandeira de luta vai só enfraquecendo. Também o fortalecimento do jovem no

campo. É preocupante para o sindicato o meio rural com relação à população já envelhecida. A gente tem que estar trabalhando para que essa rapaziada não continue saindo para as capitais, centros maiores e sim lá no campo. Por isso que eu falo que a educação no campo deve acontecer porque se o trabalhador lá no campo consegue ter seu conhecimento básico, não precisa sair para fora, mas até chegar neste ponto temos que ralar muito. Até mesmo o pouco nada que a gente conseguiu já há muitos anos que a gente vem batendo.

Latifúndio. Eu não seria uma bandeira de luta contra o latifúndio, mas uma forma do pequeno também ser o dono da sua propriedade: que é o crédito fundiário, o projeto de reforma agrária, que pode vir de vários modelos. Estamos trabalhando muito nas modalidades de reforma agrária. Ela é a que vai trazer isto aí. Não é preciso ter um combate contra o latifúndio. Latifúndio tá lá (...) Que aí até eu mesmo falo muito, eu já falei muito disso, eu nunca eu vou estrá falando, batendo no agronegócio. Agora tem o agronegócio, tem. A gente também, querendo ou não, por muitas lutas que nós tivermos nós nunca vamos exterminar o agronegócio. Mas nós pode crescer a nossa agricultura familiar que é também o nosso passo. O nosso é esse. O agronegócio é deles é, mas o nosso existe. É nos valorizar o nosso, entrar no nosso campo, trabalhar no nosso campo porque o agronegócio também ele passa a enxergar o de cá também. Até mesmo quem produz carro, tudo, outras coisas que não é alimento mas é agronegócio, o eucalipto, tudo isso aí, mas ele come feijão e arroz. Depende também. Se hoje nós tema a agricultura familiar que cobre 70% da mesa do brasileiro, então nós também temos um potencial. Não precisamos ir de confronto com eles porque nós temos o nosso lado de sobrevivência. E pode até ter nossa autonomia própria, que a agricultura familiar, nós é agricultor familiar na nossa autonomia de agricultor familiar e aí não precisa de estar tendo este embate porque eu sei que mesmo eu trabalhando com a agricultura familiar eu vou depender, porque eu preciso de um carro para puxar, da máquina para fazer a estrada para eu puxar, essa parte aí é deles. Mas e a minha? A minha é essa, vamos valorizar, vamos. Então eu acho que não precisa a gente levantar a bandeira de “contra”, mas a bandeira de organização da gente.

Sindicato é filiado à federação? Sim. Também é filiado à Contag. Para ser filiado à Contag obrigatoriamente tem que passar pela Fetaemg que é a federação que coordena o Estado.

Há instância mais importante no sistema confederativo? Vejo as três importantes, mas quando você vai decifrar a miúdo a mais importante é o sindicato local. É daí é que cria, daí é que vai, que

sustenta. Sem o sindicato não tem federação, sem sindicato e sem federação não tem confederação. Então, qual é o mais importante? É o primeiro. Pode o primeiro ficar sem o resto, pode não ter avanços, porque são coisas (...) Porque, por exemplo, o sindicato é criado por pessoas de menos capacidade de altos debates, aí dificulta, quer dizer, quando é que eu vou sair daqui da roça para ir lá para o congresso nacional, fazer uma discussão a nível nacional? Perde o geral. Então, essa questão aí é muito complicada quando a gente vai buscar assim... Mas eu vejo desse jeito, é mais importante é o sindicato porque é ele que mantém tudo. E mais importante de um sindicato é o trabalhador, é a base.

Articulação com a Contag e Fetaemg. Agora mesmo está sendo convocado para um encontro de três dias lá na federação, que ela por si tem o Estado dividido em polos. Aqui tem um polo centralizado aqui que coordena 28 ou 29 sindicatos. Que aí é o polo por sua vez é que faz as coordenações. Por exemplo, vai sair daí um rapaz que faz parte do conselho fiscal nosso, para ele ir nesse congresso que vai começar dia 29, 30 e 31 lá em Belo Horizonte. Então, sempre tem. Elas acontecem fixo por ano, as ordinárias a gente tem uma, porque é a ... porque às vezes acontece em um só ano 02 ou três plenárias. As ordinárias, uma, porque é prestação de contas, previsão orçamentária.

A federação é uma direção, distribui em polos, no polo aqui fica uma pessoa da federação atendendo aos sindicatos que, por sua vez, precisam de alguma coisa, “mobilizar, fazer aquilo”, é esse polo que coordena os 27 sindicatos. Mobiliza, por exemplo, essa viagem agora a federação está fazendo os contatos com os sindicatos e vai organizar a viagem para lá, a saída, essa questão, fazendo o processo organizatório. Com a Contag enxuga mais, quando há algo em Brasília, faz primeiro as plenárias estaduais, destas tira os delegados da plenária que vai para a plenária federal da Contag, em Brasília.

Sindicato tem autonomia. O sindicato tem todo um processo de trabalho, de movimentação, que é passado pela federação, que, por sua vez, já recebe da Contag. No desenvolvimento, por exemplo, alguma mudança que tem na lei, de ações da previdência, tem alguma coisa que muda, então, para esta questão chegar até o trabalhador rural. É por isso que faz os seminários e congressos para que aí tire os delegados, para os delegados chegarem na base com conhecimento para transmitir para o sindicato, ali, então, seus associados. Tem essa modalidade assim. Às vezes uma coisa ou outra sai de cá para lá e se transforma num processo também. Nestas reuniões de base é que começa também estar discutindo as ações. (Central Sindical) Antes a gente tinha a CUT, mas acabou a

gente se desfazendo da CUT. Hoje tem uma central que é a CTB, que está coordenando o processo. (Crítica à CUT?) Não, a Cut foi sempre (...) Aqui teve movimentação da Cut, mas foi distanciando dessas atividades e hoje a CUT, acho que ela luta muito por essa pluralidade sindical. Nós não estamos ainda filiados à CTB, mas à federação sim. As demandas que nós tinha até mesmo junto às centrais hoje é ela que está na frente, que está fazendo as discussões rural. A Cut até pouco tempo tinha potencial, mas agora com essa criação da CTB eu não sei que posição que ela tá hoje. Porque quando a gente deixa de participar a gente perde esse conhecimento. Eu sei que a CTB hoje, tá a central já bem mais avançada.

Avaliação da FETAEMG, CONTAG e a central sindical. Vejo ainda que as três teria que trabalhar mais em prol da educação sindical porque a gente tá vendo que houve nuns tempos para cá uma pequena mudança, mas a gente está vendo que as pessoas que coordenam estas instâncias é quase os mesmos. É uma das coisas que eu acho que não deve permanecer muito. Tem que fazer estas mudanças, quanto o sindicato também. Eu acho que o sindicato por sua vez tem que estar trabalhando lideranças, que é um dos pontos que eu venho batendo para trabalhar. Porém, até nós tivemos esse problema aqui recente, que é uma segunda chapa e eu falei que a segunda chapa poderia ter ganhado as eleições. Mas a forma como eles montaram e a forma como conduziu, eu fiquei contra. É muito bom, muito justo, pessoas trabalhadoras rurais ocuparem esses espaços, que são deles, mas com objetivos corretos, não de objetivos “ao contrário”. Que aí a gente teve em Teófilo Otoni, mas Teófilo Otoni criou no mandato, até de Maria José, uma equipe rural que era surgido das mesmas pessoas que era do movimento sindical, pessoas que foram para essa equipe rural com o intuito de abafar o movimento sindical. Aí não foi para o crescimento. Ao invés de criar lá, que eles juntassem aqui... Vamos abranger o meio rural, vamos trabalhar o meio rural, vamos crescer o meio rural. Mas criou uma equipe ao contrário daqui e aí começou a bater na gente, até mesmo nas eleições daí foi visto uma coisa muito terrível para gente. Essa educação sindical ela tem que ser mais presente.

Opinião com relação à unicidade sindical e as contribuições compulsórias. Eu acho que a unidade sindical sou favorável, sou favorável também às contribuições, porque as contribuições é que fazem gerar o andamento da coisa. Agora, aquele sindicato que pega as contribuições e não aplica para os trabalhadores, aí está errado. Mas se é utilizado nas coisas certas, por exemplo, porque o movimento sindical não recebe recurso de outro lugar a não ser do trabalhador. Nós aqui,

para manter isso aqui que a gente tem hoje, que é deles, é dinheiro deles, se não houvesse isso jamais teria chegado a este ponto que esta aí e precisa de fazer muito mais. Estamos querendo que o meio rural avance e o trabalhador participando através de seu sindicato. Porque a gente pode chegar a isto. Falei para uns deputados que estiveram aí “nós não precisamos de verbas de deputado nenhum para nosso trabalhador aqui com relação à construção de sede, ampliação aqui, não”, precisamos de apoio dos deputados para os trabalhadores rurais para melhorar o campo. Agora é hora de nós irmos para o campo, investir no campo. Mas vamos dar conta de tirar do trabalhador do campo para melhorar o campo? Não dá, que aí é uma ação maior. Aí se juntar prefeitura, deputado, o sindicato para melhorar o campo aí nos conseguimos. Que a gente já tem uma estrutura, não é muita coisa não, mas já tem como tá ajudando. Nos já vem ajudando o município aí: “é ponte, quanto é que precisa para ajudar fazer a ponte da comunidade tal?” É tanto, vamos entrar, vamos. Precisa plantar... Vamos. A máquina está quebrada e precisa concertar, precisa de uma peça, é quanto? Vamos. Até isso a gente já tem feito. Nós estamos participando. Aí eu falei com eles “se vocês direcionarem para o sindicato retroescavadeira e uma caçamba para nós administrarmos” a gente sabe que não pode vir direto para o sindicato, tem que vir para a prefeitura, mas com o comando do sindicato pode. É exclusivo para os trabalhadores rurais então nós termos esse controle de comando também; se vier aí vai ser bom que aí nós vamos ter porque ... a gente sabe que a prefeitura é burocrática demais. Para comprar um parafuso é aquela burocracia, mas a gente sabe que uma máquina para o sindicato nesta condição não vai vir nunca porque infelizmente, por verba de subvenção, não vem porque tem que passar pela bendita prefeitura. Nós conversamos mas eu acho que nunca vai acontecer porque eles não podem fazer (...) Pois é, a “Frutos da Terra” poderia a gente ver se eles poderiam transmitir para a Frutos da Terra e nós sermos parceiros. Porque para o sindicato não pode.

Defende a unicidade sindical para não dividir a categoria. Exato.

O sindicato possui algum problema de formação sindical destinado aos dirigentes e aos associados? Tem. A federação sempre faz seminários para isso. Aqui no sindicato a gente tem reunião, reunião de diretoria. Para os associados a gente passa através de reuniões nas comunidades. Às vezes a comunidade “tal” está precisando ou diretamente aqui. Tem gente que vem aqui para pedir orientação, mas a gente tem essa (forma) ... é muito pessoa, agora quando vai na comunidade , com relação a alguns esclarecimentos, conhecimentos, porque o trabalhador ele é muito, coitado, ele só procura o sindicato a

hora que tem o problema, a hora que o sapato apertou o pé dele ele procura. A gente tem falado muito “gente, olha, vocês tem que ter cuidado, por exemplo, você vai fazer um negócio, era bom esse negócio você participar ou o sindicato primeiro: olha eu estou querendo comprar a terra de fulano ali, um pedacinho de terra, o sindicato pode me acompanhar?” Dessas reuniões, por exemplo, ontem na reunião que nós tivemos tinha uma mulher que tava transtornada com o sindicato, aí eu sentei com ela e aí eu fui falar para ela o porquê que o benefício dela não pode ser concedido pelo sindicato, o porquê que foi e aí quando eu terminei, que expliquei tudo para ela e falei para ela “a senhora correu um risco com a situação que a senhora me contou aí” porque ela ficou fora 16 anos no país lá fora e lá ela colocou na terrinha dela uma pessoa assalariada e aí queria aposentar como trabalhadora rural agora. Chegou tem três anos que voltou. Aí eu falei “a senhora passou foi na tampa do balaio aí, essa pessoa que a senhora manteve aqui durante os 16 anos trabalhando assalariada, mandava todo mês o pagamento, essa pessoa não levou a senhora na justiça”. Mas, quando eu conversei com ela, expliquei toda a situação, qual era o caminho que ela tinha de tomar aí ela agradeceu “se eu tivesse tido essa orientação eu não tinha nem falado o que eu já falei”. Mas é isso, a falta de informação ela acaba acarretando (...)

O que torna o sindicato uma instituição importante para o meio rural? No meu entender, o que torna importante é porque o sindicato é o único órgão que presta esta assistência para o trabalhador dessa forma. É o órgão que sempre está à disposição do trabalhador. Você chega em algum lugar para resolver a questão, tem que ter o dinheiro. O sindicato aqui, não. Nós acompanhamos o trabalhador nas decisões dele até “deu a hora”. Tem vez de a gente tá já indo dormir lá na roça, lá em casa, chega um problema em casa, então a gente vai atender o trabalhador. Não é aquela coisa que precisa ter aquela referência, a casa é aberta para o trabalhador. Então, só essa coisa de ter o livre acesso, eu acho que já é importante. E é a estrutura que a gente tem da base da gente, o que a gente é. É importante porque é nosso, aquilo que é do outro não é importante.

Alguma crítica com relação ao sindicato de Teófilo Otoni. O sindicato ainda ele está muito preso em algumas coisas que a gente tem que obedecer. Infelizmente, por exemplo, legislação, por exemplo, o direito do trabalhador, a previdência, a gente é preso em determinados pontos que o trabalhador às vezes trabalhou a vida toda e não consegue por detalhes da justiça, da lei. Então, eu acho que é nesse ponto é um ponto que nós deveríamos atacar bastante que o movimento sindical

deveria tirar mais, a gente já conseguiu várias coisas, a gente conseguisse mais avanço, por exemplo, atacar o programa de PCPR, que é o combate à pobreza rural, o crédito fundiário, que é muito burocrático, sindicato teria que atacar mais para (...) sindicato, federação e confederação, para desburocratizar isso. Por exemplo, há um grupo de famílias aqui na comunidade querendo ter a terra; é um modelo de reforma agrária que tem burocracia demais. “A terra está disposta a venda? Está?”. O MDA comprasse, que é o órgão que coordena isso, comprasse a terra “olha, vocês entra aí e nós vamos organizar, e fosse trabalhando para organizar”; mas não deixasse o trabalhador ficar esperando e às vezes, quem tem a terra para vender, acaba vendendo para outros e deixa um grupo interessado que poderia ter a terra sem a terra. Então, é área que nós deveríamos atacar. Desburocratizar algumas coisas que para o trabalhador ainda tem muita burocracia, que é pessoa simples, é de uma pessoa humilde, sem grau de escolaridade... Então, como que ele vai entrar no sistema desse com a burocracia que tem? Esse é o lado que eu acho que é o lado mais crítico que nós temos.

Programas de governo que o sindicato tem contribuído para viabilizar. “Programa Minha Casa Minha Vida”, que está em fase agora. O programa Luz para Todos foi um programa também que o sindicato ajudou através, porque, nós tínhamos o CMDRS, conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, no qual fui presidente por 04 anos e a gente trabalhava junto: sindicato, CMDRS. Eram as reuniões aqui e esse conselho foi muito importante nas políticas públicas; que a gente teve muitos projetos, mais de 11 projetos, com um montante de recursos aplicados no meio rural de quase R\$ 1 milhão para o município nosso. Então, ele trouxe esse pouco de avanço para o meio rural quem tava aí e o sindicato foi também o parceiro número 1 nisso aí, para acontecer e hoje tá aí. O Programa Minha Casa Minha Vida que estamos puxando. O PNAE também está sendo através de uma associação que está aqui junto conosco; que nós cedemos a área para o escritório, área para os produtos, comercializar, “Frutos da Terra”. Programa Minha Casa Minha Vida em fase de levantamentos cadastrais. O PNAE já tem mais de um ano que está operando. Até pouco tempo eu perguntei estava tendo parece que tinha uns 70 agricultores já vendendo, mas acho que deve ter crescido mais um pouco. Programa Minha Casa Minha Vida e o PNAE, que a gente deu esta cobertura para eles, a associação.

Compreendeu os objetivos da pesquisa? Ah sim, consegui. Foi bem perguntado, só não sei e foi bem respondido.

Anexo C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado (e assinado) aos entrevistados



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está convidado a participar como voluntário da pesquisa abaixo descrita. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da mesma, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas ficará em poder do pesquisador (a) e a outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento.

Título: Questão Agrária e Sindicalismo Rural: a propósito da atuação do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni na contemporaneidade.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL/ORIENTADOR: Ricardo Lara

PESQUISADOR PRINCIPAL/ ORIENTANDO: Alberth Alves Rodrigues

Mediante tal pesquisa propõe-se a entender a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais nos dias de hoje, mediante entrevistas com os sindicalistas (diretores) desta instituição. A pesquisa como um todo também verifica a validade da afirmação do “movimento sindical de trabalhadores rurais enquanto um desdobramento da “questão agrária” nacional”.

Tais entrevistas serão compostas por questões relacionadas aos seguintes tópicos-chave: “fundação da instituição”, “estratégias de atuação na contemporaneidade” e “avaliação da pesquisa e do pesquisador”. Trata-se assim de uma pesquisa qualitativa e caso o (a) entrevistado (a) permita, será utilizado o gravador digital como instrumento de registro.

Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As

informações obtidas através da coleta de dados serão utilizados para alcançar o objetivo acima exposto e para a composição da dissertação de mestrado a ser entregue no Departamento de Pós Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo resguardada sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, contatar com os responsáveis acima citados.

Eu,.....
.....,

portador da Carteira de Identidade nº.....e CPF.....,abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente esclarecido e informado pelo pesquisador Alberth Alves Rodrigues, sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Teófilo Otoni-MG, _____ de _____ de _____

Alberth Alves Rodrigues

Ricardo Lara

Entrevistado (a)